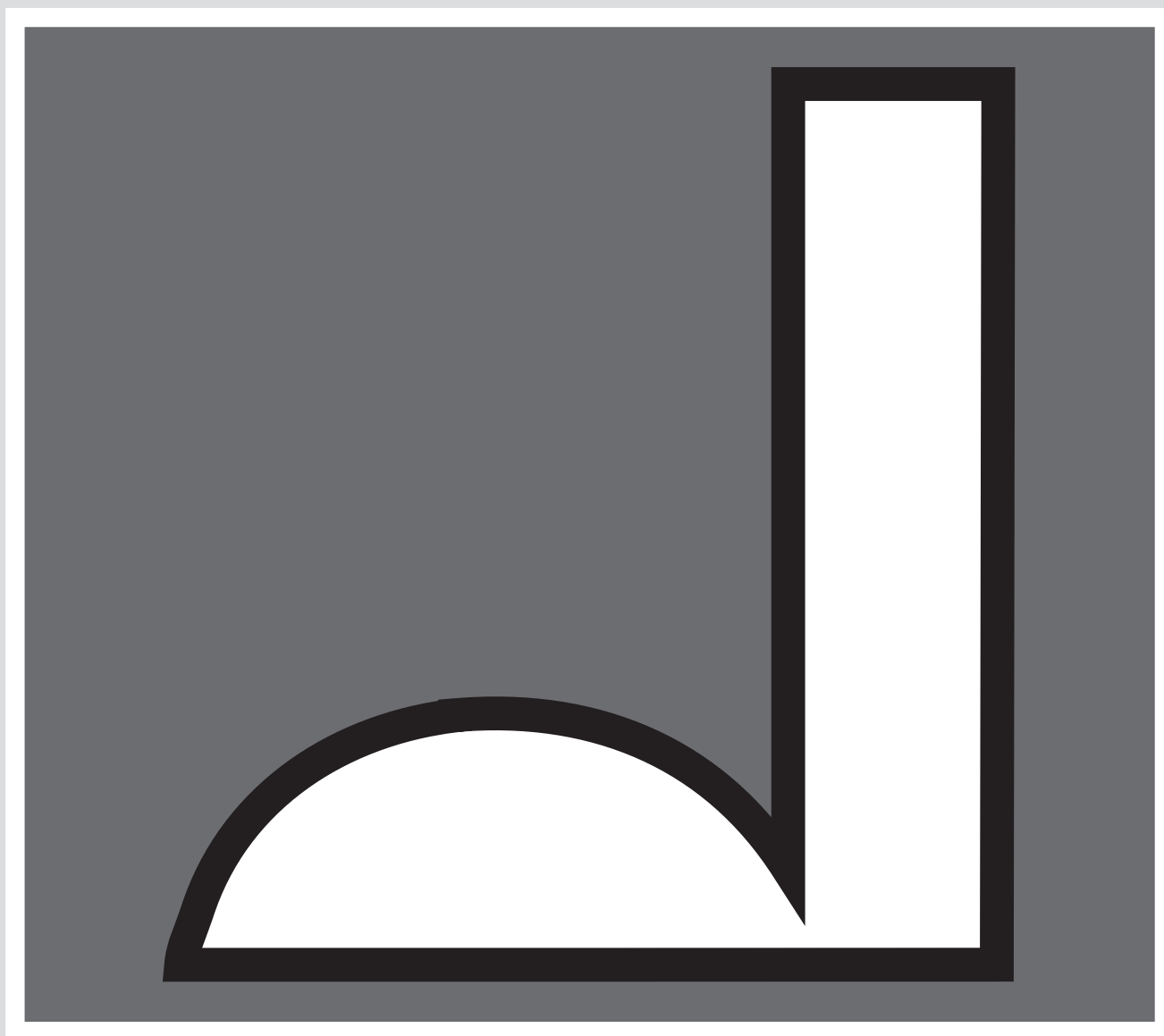




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXII - Nº 078 - QUARTA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2007 - BRASÍLIA-DF**

---

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente**  
Renan Calheiros – PMDB-AL  
**1º Vice-Presidente**  
Tião Viana – PT-AC  
**2º Vice-Presidente**  
Alvaro Dias – PSDB-PR <sup>(1)</sup>  
**1º Secretário**  
Efraim Morais – PFL-PB  
**2º Secretário**  
Gerson Camata – PMDB-ES

**3º Secretário**  
César Borges – PFL-BA  
**4º Secretário**  
Magno Malta – PR-ES

**Suplentes de Secretário**  
**1ª** - Papaléo Paes – PSDB-AP  
**2º** - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE  
**3º** - João Vicente Claudino – PTB-PI  
**4º** - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

### LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 26	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
<b>LÍDER</b>	<b>LÍDER</b>	<b>LÍDER</b>
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Lúcia Vânia
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
<b>LÍDER DO PMDB – 20</b>	Epitácio Cafeteira	.....
<b>Valdir Raupp</b>	João Ribeiro	<b>LÍDER DO PFL – 17</b>
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	<b>José Agripino</b>
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO PFL
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	.....	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	<b>LÍDER DO PT – 11</b>	Edison Lobão
	<b>Ideli Salvatti</b>	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	<b>LÍDER DO PSDB – 12</b>
	Fátima Cleide	<b>Arthur Virgílio</b>
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	<b>LÍDER DO PTB – 5</b>	Sérgio Guerra
	<b>Epitácio Cafeteira</b>	Alvaro Dias <sup>(1)</sup>
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	<b>LÍDER DO PR – 3</b>	
	<b>João Ribeiro</b>	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Exedito Júnior	
	<b>LÍDER DO PSB – 3</b>	
	<b>Renato Casagrande</b>	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	<b>LÍDER DO PC do B – 1</b>	
	<b>Inácio Arruda</b>	
	<b>LÍDER DO PRB – 1</b>	
	<b>Marcelo Crivella</b>	
	<b>LÍDER DO PP – 1</b>	
	<b>Francisco Dornelles</b>	
<b>LÍDER DO PDT – 4</b>	<b>LÍDER DO P-SOL – 1</b>	<b>LÍDER DO GOVERNO</b>
<b>Jefferson Péres</b>		<b>Romero Jucá - PMDB</b>
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

<sup>(1)</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do cargo a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

### EXPEDIENTE

<p><b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><b>Cláudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Maria Amália Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Ata</p> <p><b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 102, DE 2007

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema Xaxim de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 951, de 7 de junho de 2002, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de julho de 1997, a permissão outorgada ao Sistema Xaxim de Radiodifusão Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 103, DE 2007

**Aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 650, de 22 de dezembro de 2005, que autoriza a Associação Rádio Comunitária Imbuiense – ARCI a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imbuia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2007

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 402, de 10 de novembro de 2004, que outorga permissão à Rádio Cacaré FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uiraúna, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 105, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Real FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Real, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 254, de 2 de junho de 2004, que outorga permissão à Rádio Real FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Real, Estado da Bahia.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 378, de 15 de outubro de 2004, que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cristã Shallon para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 27, de 7 de fevereiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cristã Shallon para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 108, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de maio de 2006, que outorga concessão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amparense para o Desenvolvimento Cultural E Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 586, de 5 de novembro de 2003, que outorga autorização à Associação Amparense para o Desenvolvimento Cultural e Social para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amparo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 110, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Nova Bassano – ACNB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 9, de 5 de janeiro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Nova Bassano – ACNB para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 111, DE 2007**

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Djalma Marinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 17 de maio de 2006, que outorga concessão à Fundação Djalma Marinho para executar, por 15 (quinze) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 29 de maio de 2007. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 80ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 29 DE MAIO DE 2007

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Discursos do expediente

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Leitura de um poema de Maiakovski e citação de matéria do **Correio Braziliense** intitulada “A Amazônia em Perigo”, lembrando denúncia com relação à questão da atividade das ONG no País, notadamente na Amazônia..... 16790

SENADOR *LEOMAR QUINTANILHA* – Convite aos parlamentares para a abertura hoje, da 2ª Exposição do Meio Ambiente, no Senado Federal. Preocupação com as dificuldades enfrentadas pela maioria dos municípios brasileiros, com escassez de recursos para o tratamento do lixo. .... 16795

SENADOR *ALMEIDA LIMA* – Explicação pessoal protestando contra matéria divulgada hoje, na **Folha OnLine**, a respeito de S. Ex<sup>a</sup>. .... 16796

SENADOR *GILVAM BORGES* – Justificativas à apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2007, que permite a utilização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – nos cursos e exames de habilitação de condutor portador de deficiência auditiva. .... 16799

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Reflexão sobre o enraizamento da corrupção no Estado brasileiro, ante a certeza da impunidade..... 16801

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Justificação pela apresentação de requerimento de voto de congratulações pelo Dia do Geógrafo. .... 16803

##### 1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 632, de 2007, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando voto de congratulações aos membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, pelo Dia do Geógrafo, comemorado hoje. .... 16804

##### 1.2.3 – Discursos do expediente (continuação)

SENADOR *MAGNO MALTA*, como Líder – Audiência pública, na Comissão de Educação, para discussão da questão da pirataria..... 16804

SENADORA *IDELI SALVATTI* – Discurso sobre matéria publicada no jornal **O Globo**, onde faz referência à questão do combate à impunidade. .... 16808

##### 1.2.4 – Ofício

Nº 70/2007, de 29 do corrente, da Liderança do PDT no Senado Federal, comunicando que o Senador Osmar Dias deixará de compor, a pedido, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 401, de 2007. .... 16812

##### 1.2.5 – Discursos do expediente (continuação)

SENADOR *MÃO SANTA* – Denúncia de irregularidades em licitação dirigida no Estado do Piauí..... 16812

SENADOR *SIBÁ MACHADO* – Congratulações aos integrantes do 12º Grito da Terra Brasil e da III Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar pelas negociações com o Governo Federal..... 16813

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Apelo no sentido de que o Congresso derrube a prorrogação da CPMF e da DRU – Desenvolvimento de Receitas da União..... 16815

##### 1.2.6 – Ofícios

Nº 346/2007, de 29 do corrente, da Senadora Serys Slhessarenko, comunicando a sua renúncia como membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 16819

Nº 117/2007, de 29 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação do Senador Eptácio Cafeteira para integrar, como titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 16820

Nº 118/2007, de 29 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação do Senador João Pedro para integrar, como primeiro suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 16820

Nº 119/2007, de 29 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, de indicação da Senadora Ideli Salvatti para integrar, como terceiro suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 16820

**1.2.7 – Aprovação dos nomes dos Senadores Epiácio Cafeteira e João Pedro, e da Senadora Ideli Salvatti, para integrarem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme indicações feitas anteriormente.**

**1.2.8 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição**

Nº 49, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que altera a redação do § 2º do art. 230 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade do transporte coletivo urbano e intermunicipal à pessoa com deficiência. .... 16820

**1.2.9 – Leitura de requerimentos**

Nº 633, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de aplauso ao Colégio Nossa Senhora das Graças, que comemora, nesta data, 100 anos de sua existência. .... 16823

Nº 634, de 2007, de autoria do Senador Jarbas Vasconcelos, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 30 de maio a 12 de junho, em Beijing e Shanghai, China. .... 16823

Nº 635, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros, solicitando a realização de sessão especial em homenagem ao 40º aniversário de criação da Suframa..... 16824

**1.2.10 – Comunicações da Presidência**

Recebimento do Ofício nº 230, de 2007, de 22 do corrente, do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a situação de desrespeito aos direitos de crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais da Câmara Municipal de São Paulo, manifestando-se sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999..... 16824

Recebimento, do Presidente da Câmara Municipal de Biritiba Mirim, do Ofício nº 353, na origem, de 9 do corrente, manifestando-se sobre o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2005-Complementar..... 16824

Lembrando ao Plenário que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. .... 16824

**1.2.11 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos. 16825

Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para obrigar o locador a comunicar, aos fiadores de inquilino, a inadimplência deste, bem como limitar, nos contratos de locação, o prazo da fiança, quando este não tenha sido expressamente ajustado. .... 16829

Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta o art. 59-A, à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para garantir o direito ao sigilo do voto eletrônico ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual..... 16836

Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais. 16840

Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera o § 4º do art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer pena mais rigorosa para o traficante considerado primário. .... 16843

Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta parágrafo único ao art. 121, altera o art. 126 e acrescenta parágrafo único ao art. 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para permitir a participação em assembleia-geral por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, e para instituir o requisito de depósito prévio do instrumento de mandato para a representação do acionista em assembleia-geral. .... 16847

Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que acrescenta § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, pra proibir a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel, nos contratos de locação de imóveis urbanos. .... 16853

Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que autoriza o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-Territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União..... 16855

Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que dispõe sobre a Universidade Federal do Gurguéia, UFG, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí..... 16856

Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2007, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que concede isenção e dedução do Imposto de Renda das pessoas portadoras de doenças auto-imunes reumatológicas crônicas. .... 16862

1.3 – ORDEM DO DIA

**Item 2 (Inversão da pauta por acordo das Lideranças) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)**

Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras



<p><b>Item 11</b> Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16928	<p>do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea <b>b</b> do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho). <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16929
<p><b>Item 12</b> Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente). <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã. ....</b></p>	16928	<p><b>Item 19</b> Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16929
<p><b>Item 13</b> Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16928	<p><b>Item 20</b> Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã. ....</b></p>	16929
<p><b>Item 14</b> Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16928	<p><b>Item 21</b> Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16929
<p><b>Item 15</b> Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16928	<p><b>Item 22</b> Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral. <b>(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999) Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã. ....</b></p>	16929
<p><b>Item 16</b> Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16928	<p><b>Item 23</b> Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”. <b>(Tramitando</b></p>	16929
<p><b>Item 17</b> Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.....</b></p>	16928		
<p><b>Item 18</b> Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa</p>			

<b>em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000) Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã. ....</b>	16929	brasileiro, que assegurará vantagens comparativas ao Brasil no concerto das nações.....	16935
<b>Item 24 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)</b>		SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – A crise na Varig e a situação dos ex-funcionários da empresa e dos aposentados e pensionistas do Instituto AERUS. .	16935
Requerimento nº 123, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore, pelo documentário intitulado “ <i>An Inconvenient Truth</i> ” (Uma Verdade Inconveniente). <b>Apreciação transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã. ....</b>	16930	<b>1.3.4 – Comunicações da Presidência</b>	
<b>1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia</b>		Lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 30, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. ....	16937
Requerimentos nºs 504, 605, 622, 623, de 2007, lidos em sessões anteriores, e 635, de 2007, lido no Expediente da presente sessão, de homenagens. <b>Aprovados.....</b>	16930	1.4 – ENCERRAMENTO	
<b>1.3.2 – Leitura de requerimentos</b>		<b>2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 29-5-2007</b>	
Nº 638, de 2007, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos. <i>Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. ....</i>	16930	<b>3 – RETIFICAÇÃO</b>	
Nº 639, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de censura e repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “RCTV”. ....	16931	Ata da 61ª sessão deliberativa ordinária, realizada em 2 de maio de 2007 e publicada no <b>Diário do Senado Federal</b> do dia subsequente. ....	16941
<b>1.3.3 – Discursos encaminhados à publicação</b>		<b>4 – ATAS DE COMISSÃO</b>	
SENADOR <i>SÉRGIO GUERRA</i> – Registro da matéria intitulada “Polícia abre inquérito criminal no caso Bancoop”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 15 de abril último. ....	16931	1ª a 3ª Reuniões da “CPI do Apagão”, criada pelo Requerimento nº 401, de 2007, realizadas em 17, 22 e 24 de maio de 2007, respectivamente.....	16942
SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Registro da matéria intitulada “Marina confirma divisão do Ibama e nega pressão”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 26 de abril último. ....	16933	<b>SENADO FEDERAL</b>	
SENADOR <i>JOÃO TENÓRIO</i> – Registro do artigo intitulado “Padrão de (má) qualidade”, publicada no jornal <b>O Estado de S.Paulo</b> , edição de 27 de março último. ....	16934	<b>5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA</b>	
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Congratulações pelo ingresso numa nova dinâmica do agronegócio		<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</b>	
		<b>7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES</b>	
		<b>8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR</b>	
		<b>9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR</b>	
		<b>11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ</b>	
		<b>CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
		<b>13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>	
		<b>14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL</b>	
		<b>15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)</b>	

# Ata da 80ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 29 de maio de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Morais, Papaléo Paes  
e Geraldo Mesquita Júnior

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRs. SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 29/5/2007 07:40:56 até 29/5/2007 19:58:15

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOÍZIO MERCADANTE	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
PFL	MG	ELISEU RESENDE	X	X
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PFL	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
Bloco-PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	PR	WILSON MATOS	X	X

**Compareceram: 78 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 78 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como primeiro orador para as comunicações inadiáveis. Após o primeiro orador fazer uso da tribuna, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leomar Quintanilha, poderá fazer uso do seu tempo.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – AP)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB)

– RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, gostaria de iniciar meu pronunciamento com um poema de Maiakovski, que diz:

Na primeira noite,  
eles se aproximam  
e colhem uma flor de nosso jardim.  
E não dizemos nada.

Na segunda noite,  
já não se escondem,  
pisam as flores, matam nosso cão.  
E não dizemos nada.

Até que um dia, o mais frágil deles,  
entra sozinho em nossa casa, rouba-  
nos a lua, e,  
conhecendo nosso medo,  
arranca-nos a voz da garganta.

E porque não dissemos nada,  
já não podemos dizer nada.

Sr. Presidente, leio este poema para lembrar que desde que assumi meu primeiro mandato como Senador nesta Casa, em 1999, venho denunciando e mostrando a minha preocupação em relação às atividades das ONG no País, notadamente na Amazônia. Por isso mesmo, requeri a instalação de uma CPI das ONG, da qual fui Presidente e o Senador Leomar Quintanilha foi membro, que investigou o assunto por pouco mais de um ano. A CPI funcionou sem holofotes, sem a preocupação com ganhar pontos no Ibope, e concluímos que existiam pelo menos 10 Organizações Não-Governamentais envolvidas em vários tipos de ilícitos. A partir daí, o Tribunal de Contas da União passou a investigar, e comprovou que pelo menos 3 das 10 que nós relacionamos realmente desviavam recursos públicos a elas destinados por meio de convênios para assistência à saúde indígena. Era, portanto, um verdadeiro roubo duplo, pois roubavam dinheiro público que deveria ser investido na saúde indígena e não prestavam assistência à saúde.

Além disso, o vice-Presidente de uma dessas ONG foi preso em São Gabriel da Cachoeira, por contrabando de minérios.

Esses fatos já foram detectados. O resultado da CPI foi encaminhado ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas da União, à Receita Federal e à Polícia Federal. Já está comprovadamente esclarecido que várias dessas instituições praticam desvio de conduta. E, lamentavelmente, ainda têm a maior facilidade em obter recursos públicos do Governo Federal para atuar nas mais diversas áreas, sem qualquer tipo de licitação e sem comprovar capacidade para aquela atuação.

No último domingo, o jornal **Correio Braziliense** publicou uma longa reportagem na página de política com o subtítulo “Floresta”.

E diz: “Itamaraty veta iniciativa da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) de criar consórcios com 26 ONG. Intenção era atuar em áreas do Brasil e mais quatro países”.

Vou ler uma parte da matéria “Governo barra projeto amazônico”.

Pelo menos nesse particular, pelo que diz o jornal, o Governo tomou a iniciativa de barrar o projeto comandado pelos Estados Unidos.

A implantação de um ambicioso projeto de conservação da bacia Amazônica, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e que envolve grandes áreas em cinco países da região, inclusive o Brasil, provocou um surdo mal-estar diplomático entre o Itamaraty e a instituição americana. Divulgado no **site** da agência, a Iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica recebeu sinal vermelho do Ministério de Relações Exteriores (do Brasil, lógico), que mandou suspender sua execução, prevista para julho. (Para julho, Senador Epi-tácio Cafeteira.) A proposta, ainda em fase de planejamento, é coordenada por cinco grandes consórcios internacionais formados por 26 organizações não-governamentais (ONG) ambientalistas e de defesa dos indígenas, instituições de pesquisa e universidade dos EUA e dos países da região.

O Secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa, general Maynard Santa Rosa, vai enviar nos próximos dias ao Itamaraty e a outros ministérios responsáveis pela gestão da Região Norte um parecer recomendando a paralisação de qualquer iniciativa das ONG no lado brasileiro. 'O parecer será contrário à implementação porque ele contraria os interesses nacionais. Estamos elaborando um documento que será entregue a todos os ministérios envolvidos com o assunto', garantiu (o General.)

O ministério das Relações Exteriores exigiu da Usaid a suspensão da iniciativa. Segundo o departamento de Comunicação Social do Itamaraty, o projeto já teria sido cancelado, tanto que a agência retirou o texto do seu endereço eletrônico na internet.

Aqui cabe um comentário: é mais uma tentativa. Várias tentativas já foram feitas pelos Estados Unidos e por vários países da Europa de, de alguma maneira, controlar a Amazônia. Primeiro, muito antigamente, o famoso lago que seria construído na Amazônia, o lago Hudson, que inundaria uma área enorme com o simples objetivo de evitar qualquer processo de desenvolvimento na região.

Da mesma forma, existe um trabalho muito bem orquestrado há décadas de fazer, sistematicamente, com que a Amazônia tenha imensas reservas indígenas, imensas mesmo. Por exemplo, para os Ianomâmi, são 7 milhões de hectares para pouco mais de 4 mil

índios do lado brasileiro. Na reserva Raposa Serra do Sol, são 1 milhão e 700 mil hectares para pouco mais de 5 mil índios completamente aculturados. Coincidentemente, essas reservas indígenas, assim como as reservas ecológicas, casam exatamente com os mapas das reservas minerais do Brasil. E são reservas de minérios estratégicos, não apenas ouro, prata ou diamante, que são valorosos, mas não se comparam com o urânio, com o nióbio, com a tantalita e outros tantos minerais de terceira geração que interessam muito mais aos países desenvolvidos do que o ouro e o diamante.

Mas chamo a atenção desta Casa para o fato de que já foi criada uma nova CPI – não foi instalada, mas foi criada. Vários partidos já indicaram seus membros. Se não estou enganado, só o PT não indicou. O Senado Federal tem de cuidar do assunto, pois é o responsável pela Federação e, principalmente, pela integridade do território nacional.

A segunda parte da matéria diz: "EUA querem investir US\$ 65 mi" – e aqui tem um mapa bem explicativo – nas áreas estratégicas da fronteira da Amazônia brasileira com os países vizinhos, que também têm Amazônia.

Então, é um plano ambicioso muito bem elaborado, porque inclusive são cinco consórcios de ONG. Aqui estão listados: um consórcio para controlar o desmatamento na Amazônia brasileira; outro consórcio para cuidar da paisagem na Bolívia e no Peru; outro consórcio para cuidar do fortalecimento das organizações indígenas; outro consórcio para cuidar da região de Madre de Dios, no Peru, no Acre, já no Brasil; e outro para Meios de vida sustentável na Amazônia Ocidental.

São quatro ONG lideradas pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil; o segundo por cinco ONG lideradas pela Wildlife Conservation Society; outro por cinco ONG lideradas pela The Nature Conservancy; e o quarto por quatro universidades, quatro ONG e uma agência do governo lideradas pela Universidade da Flórida; e o último por três ONG lideradas pela Rainforest Alliance.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB – TO) – Senador Mozarildo, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Senador Leomar, com muito prazer concedo o aparte.

**O Sr. Leomar Quintanilha** (PMDB – TO) – Acompanhei com interesse o belo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> fez durante a vigência da CPI das ONG e efetivamente causa-nos espécie, sobretudo com relação às colocações que V. Ex<sup>a</sup> está trazendo agora, como organizações poderosas como essas, organizações não-governamentais, se associam com a preocupação de preservação paisagística da Floresta Amazônica, quer do Brasil quer dos Estados fronteiriços. Isso é uma desfaçatez muito grande, querendo subestimar a inteligência das pessoas.

Será que não se preocupam com tanta gente morrendo de fome na África, que justificaria mais a organização de poderosos para poderem mitigar a fome de seres humanos? Mas vêm com essa manifestação disfarçada de preservação paisagística. Eles estão interessados realmente nas riquezas minerais e naturais existentes nessa região. V. Ex<sup>a</sup> tem razão, deve levantar essa preocupação para que possamos nos debruçar e procurar manter a decisão de que nós brasileiros temos competência e condição de cuidar do que é nosso, inclusive da Amazônia. Nós temos condições. Não precisamos de interferência externa para vir cuidar do que é nosso, principalmente quando vem com essa intenção disfarçada, de estar efetivamente de olho no que há de rico e de importante nessa Região Amazônica.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, não vou ler a entrevista toda do General Santa Rosa, que peço seja transcrita na íntegra, mas gostaria de ler uma parte cujo título é “Há espionagem na região”:

O general Maynard Marques Santa Rosa, secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, é um dos mais antigos e experientes quatro-estrelas do Brasil. Já comandou sete unidades militares na Amazônia. Nos anos 1988

e 1989, fez o curso de Política e Estratégia nos Estados Unidos. Foi lá, segundo conta, que detectou pela primeira vez os interesses estrangeiros pela Amazônia brasileira onde, por seus cálculos, existem mais de 100 mil ONGs de todos os tipos e interesses atuando sem que o Estado brasileiro tenha controle sobre elas. Há um mês o general prestou depoimento na Câmara e alertou os parlamentares sobre o risco desse descontrole. Na sexta-feira ele reiterou... (inclusive afirmando que há espionagem principalmente da Inglaterra e dos EUA na região)

Sr. Presidente, requeiro que sejam transcritas na íntegra essas duas reportagens e também o poema que li no início.

Quero terminar com mais um poema que diz:

Um dia, vieram e levaram o meu vizinho

Que era judeu;

Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte, vieram e levaram o meu outro vizinho

Que era comunista;

Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia, vieram e levaram o meu vizinho católico;

Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram.

Já não havia mais ninguém para reclamar.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é bom que estejamos atentos porque poderá chegar o dia em que não tenhamos mais para quem reclamar.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## FLORESTA

Recursos do governo norte-americano e de organizações ambientalistas se destinam à aplicação durante cinco anos. A construção de grandes obras e a grilagem na região são as principais preocupações

# EUA querem investir US\$ 65 mi

LEONEL ROCHA  
DA EQUIPE DO CORREIO

Lançado no final do ano passado, o projeto Iniciativa para Conservação da Bacia Amazônica (ABCI, na sigla em inglês) prevê um financiamento de US\$ 65 milhões (R\$ 130 milhões) em cinco anos. Os recursos serão destinados para o fortalecimento e articulação política e reforço material das diversas organizações não-governamentais ambientalistas, de defesa dos povos indígenas e instituições de pesquisa que atuam no Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia e Equador. A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) pretende alocar US\$ 50 milhões de recursos aprovados em 2004 pelo Congresso dos EUA para os programas de conservação ambiental em larga escala. O restante virá das ONGs ambientalistas que compõem os cinco consórcios criados para executar o projeto.

Com sede em Brasília e escritórios em Lima, no Peru, e Washington, nos EUA, a ABCI é a coordenadora do trabalho dos consórcios, que têm ONGs e empresas de consultoria lideradas pelo International Resources Group (IRG). Cada consórcio vai cuidar de uma área estabelecida no planejamento original do projeto (veja mapa e quadro) com um objetivo específico. O dinheiro da agência americana servirá para fortalecer os movimentos sociais brasileiros e dos países vizinhos na defesa da Bacia Amazônica. A maior preocupação dos responsáveis pela execução da iniciativa é com as consequências ambientais de grandes obras de infra-estruturas previstas para a região e com a forma de ocupação e exploração da maior floresta tropical do planeta.

"Não somos contra as obras de infra-estrutura, mas queremos que elas sejam feitas de forma racional para minimizar os impactos ambientais e não transformar

totalmente a região", explica Anthony Anderson, secretário da ABCI. Segundo ele, as áreas definidas inicialmente para a preservação poderão ser reduzidas. A intenção dos consórcios, de acordo com o projeto, é apoiar ações no sudeste da Amazônia, uma região considerada de excepcional biodiversidade, com grandes parques nacionais, terras indígenas e outras áreas que possibilitariam o uso sustentável dos recursos naturais. O plano, ainda em fase preliminar, cita especificamente a rodovia que liga a Amazônia ao Pacífico e a intenção de assessorar prefeituras e até governos estaduais a elaborarem projetos de infra-estrutura.

Outra preocupação da ABCI é quanto à ocupação do sudeste da Amazônia brasileira, que está se

tornando uma "nova fronteira de assentamento com expropriação de terras públicas por especuladores privados, corte ilegal de madeira, queima de áreas desmatadas, expulsão de populações tradicionais e pressão sobre terras indígenas". O texto refere-se à pavimentação das rodovias Porto Velho-Manaus e Humaitá-Lábrea, à construção do gasduto Urucu-Porto Velho e às duas hidrelétricas projetadas pelo governo para o Rio Madeira, motivo

de polêmica no processo de licenciamento a cargo do governo.

Além disso, a proposta para a conservação da Bacia Amazônica toca em um ponto polêmico: reservas minerais e de petróleo que "permanecem nas mãos do Estado ou de companhias privadas que têm elevado em muitas áreas a exploração descontrolada e destrutiva de minérios e do transporte de petróleo e gás". E cita outras ameaças com a chegada de colonos em novas frentes agrícolas ou em áreas para onde estão previstas estradas e exploração nas terras indígenas. Segundo a ABCI, nos últimos anos cerca de US\$ 100 milhões anuais foram investidos por várias ONGs que atuam na Amazônia.



**NÃO SOMOS CONTRA AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA, MAS QUEREMOS QUE ELAS SEJAM FEITAS DE FORMA RACIONAL PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS AMBIENTAIS E NÃO TRANSFORMAR TOTALMENTE A REGIÃO**



*Anthony Anderson,  
secretário da Iniciativa para  
Conservação da Bacia  
Amazônica*

## FLORESTA

Itamaraty veta iniciativa da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) de criar consórcios com 26 ONGs. Intenção era atuar em áreas do Brasil e mais quatro países

# Governo barra projeto amazônico

LEONEL ROCHA  
DA EQUIPE DO CORREIO

A implantação de um ambicioso projeto de conservação da bacia Amazônica, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e que envolve grandes áreas em cinco países da região, inclusive o Brasil, provocou um surdo mal-estar diplomático entre o Itamaraty e a instituição americana. Divulgado no site da agência, a iniciativa para a Conservação da Bacia Amazônica recebeu sinal vermelho do Ministério de Relações Exteriores, que mandou suspender sua execução, prevista para julho. A proposta, ainda em fase de planejamento, é coordenada por cinco grandes consórcios internacionais formados por 26 organizações não-governamentais (ONGs) ambientalistas e de defesa dos indígenas, instituições de pesquisa e universidades dos EUA e dos países da região.

O secretário de Política, Estratégia e Relações Internacionais do Ministério da Defesa, general Maynard Santa Rosa, vai enviar nos próximos dias ao Itamaraty e a outros ministérios responsáveis pela gestão da Região Norte um parecer recomendando a paralisação de qualquer iniciativa das ONGs no lado brasileiro. "O parecer será contrário à implementação porque ele contraria os interesses nacionais. Estamos elaborando um documento que será entregue a todos os ministérios envolvidos com o assunto", garantiu.

O ministério das Relações Exteriores exigiu da Usaid a suspensão da iniciativa. Segundo o departamento de Comunicação Social do Itamaraty, o projeto já teria sido cancelado, tanto que a agência retirou o texto do seu endereço eletrônico na internet. O governo brasileiro não ficou satisfeito com a forma como a iniciativa foi apresentada e chegou a criar um grupo técnico interministerial para analisar a proposta. O resultado do trabalho ficou a cargo do Itamaraty, que proibiu seus diplomatas de se manifestarem sobre o tema.

O que mais assusta militares é a definição de áreas escolhidas pelas ONGs para serem preservadas como reservas ambientais ou terras indígenas interfronteiriças, com demarcação de corredores ecológicos intocáveis e previstos para ocuparem grandes áreas vizinhas de alguns países. Militares consideram "preocupante" a atuação das ONGs e instituições privadas estrangeiras de pesquisa e negócios em diversas áreas das fronteiras do oeste da Amazônia e a previsão de relacionamento institucional entre a coordenação do projeto e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

### Grandes obras

Em um dos consórcios, instituições privadas ficam encarregadas de "fortalecer as organizações indígenas" e é prevista a demarcação de áreas contíguas para os índios em terras do Brasil, Equador e Peru, sob a coordenação da Wildlife Conservation Society (WCS). Outra preocupação é a intenção do plano de fortalecer movimentos preservacionistas que têm restrições à implantação de importantes projetos de infraestrutura, como a construção das duas hidrelétricas programadas para o Rio Madeira, a estrada que liga a Amazônia ao Oceano Pacífico, a instalação do gasoduto Urucu-Porto Velho e a pavimentação de rodovias e outras obras na região.

Outro temor dos especialistas em meio ambiente no governo é quanto ao controle do fluxo de informações sobre a biodiversidade brasileira, coletadas pelas organizações não-governamentais contratadas e pagas pela Usaid para atuarem, simultaneamente, em terras brasileiras e nas dos vizinhos amazônicos. Os consórcios apadrinhados pela agência americana estão sendo coordenados pelo Instituto Interministerial de Educação do Brasil, que não foi informado oficialmente da decisão do governo de barrar o projeto. A Usaid retirou o projeto da internet. O escritório da agência no Brasil informou que também não foi notificado formalmente pelo Itamaraty.

## ENTREVISTA// GENERAL SANTA ROSA

### Há espionagem na região

O general Maynard Marques Santa Rosa, secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, é um dos mais antigos e experientes quatro-estrelas do Brasil. Aos 63 anos, já comandou sete unidades militares na Amazônia. Nos anos 1988 e 1989, fez o curso de Política e Estratégia do US Army War College, na Pensilvânia, Estados Unidos. Foi lá, segundo conta, que detectou pela pri-

meira vez os interesses estrangeiros pela Amazônia brasileira onde, por seus cálculos, existem mais de 100 mil ONGs de todos os tipos e interesses atuando sem que o Estado brasileiro tenha controle sobre elas. Há um mês o general prestou depoimento na Câmara e alertou os parlamentares sobre o risco desse descontrole. Na sexta-feira ele reiterou a preocupação em entrevista ao Correio.

**Por que o senhor considera arriscada a atuação de ONGs na Amazônia brasileira?**

O risco é o descontrole sobre essas organizações. Protegidas pela Constituição, trabalham livremente sem que nossas instituições tenham competência para investigá-las. Acobertadas por essa proteção, defendem interesses ocultos das suas fontes de financiamento. Sabemos que existem ONGs prolíficas e com atuação humanística. Mas há outras que se prestam ao tráfico internacional de drogas, armas e até de pessoas, inclusive indígenas, além de lavagem de dinheiro. Algumas dessas ONGs, muito facilmente e de maneira barata, são utilizadas como instrumentos de captação de informações por organismos de inteligência estrangeiros, atuam na espionagem. Sabe-se disso porque os serviços secretos do Reino Unido e dos Estados Unidos têm trabalhado na área. Temos informações seguras sobre isso.

**Até que ponto isso preocupa?**

Posso garantir que se trata de compra da omissão de brasileiros para dificultar o desenvolvimento do país, a serviço de estrangeiros. A América do Sul, região que está à margem

da faixa de intercâmbio comercial de interesse do Hemisfério Norte e ainda hoje é produtora de matérias primas e alimentos, agora é considerada como preservadora da ecologia do planeta. Isso esconde o interesse de manter sem exploração os minerais do subsolo brasileiro e controlar o imenso banco de biodiversidade e esta riqueza potencial que nós ainda não temos tecnologia para explorar. Então, o maior risco que eu vejo é o de impedir o desenvolvimento do Brasil.

**O que o governo brasileiro pode fazer para ter mais segurança e transparência na relação com as ONGs?**

Muito pouco, considerando as limitações jurídicas. Não podemos nem sequer saber o conteúdo dos interesses dessas organizações porque a lei não permite. A não ser que seja feita uma reforma constitucional que defenda os interesses do Brasil. O governo está de mãos atadas. A única coisa que se pode fazer é um trabalho de inteligência para a obtenção de informações. Acredito até que elas agem intencionalmente para fragilizar o

controle do Estado sobre o território. Nós já alertamos às autoridades desde a Constituinte de 1988, mas fomos vozes clamando no deserto. Não estamos combatendo as ONGs como instituições, não podemos ser preconceituosos. O que alertamos e criticamos é o descontrole.

OS SERVIÇOS SECRETOS DO REINO UNIDO E DOS ESTADOS UNIDOS TÊM TRABALHADO NA ÁREA

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha para uma comunicação inadiável.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, pela ordem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva para uma comunicação inadiável. Gostaria ainda que V. Ex<sup>a</sup> me informasse em que lugar estou na lista de oradores inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> é o terceiro inscrito para uma comunicação inadiável e o 19º na lista dos oradores inscritos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E no coração de V. Ex<sup>a</sup>, poderia me colocar em que lugar?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Um dos primeiros; mas, como devemos observar o Regimento, V. Ex<sup>a</sup> é o 19º inscrito.

Senador Leomar Quintanilha, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes que preside os trabalhos desta Casa, Srs. Senadores, hoje, às 18 horas, na nossa biblioteca, teremos a abertura da Exposição do Meio Ambiente. Trata-se de uma amostra que deve nos remeter à consciência, à importância de ampliarmos a discussão sobre um tema tão oportuno quanto inadiável. Amanhã teremos uma sessão solene em comemoração ao Dia Internacional do Meio Ambiente. Por razões óbvias, também estou seguro de que a grande maioria dos senadores com assento nesta Casa, preocupados com as questões ambientais, estará presente expendendo suas opiniões a respeito.

O apelo ambiental vem, a cada dia que passa, se acentuando muito no Brasil. Já vimos aqui até uma manifestação esdrúxula de que há bem pouco tempo falar em meio-ambiente não era coisa de gente séria. A expressão não foi bem essa, foi uma expressão chula que não quero repetir.

O fato é que demorou muito para sermos alertados sobre o significado, sobre a importância e sobre os cuidados que devemos ter com o ambiente em que vivemos. Por isso, estamos assistindo hoje, às vezes estupefatos, a essa exacerbação de exigências com relação à implantação de empreendimentos que se propõem a contribuir para o desenvolvimento do nosso País, como a implantação de

usinas hidrelétricas. Vários projetos já aprovados, prontos para serem implantados, ainda esbarram na análise, na discussão e, finalmente, no licenciamento ambiental para que projetos dessa natureza sejam implementados.

O fato é que eu queria chamar a atenção para a importância de que todos, não só os agentes públicos, mas a sociedade como um todo, cada cidadão deve ter na consciência da sua responsabilidade na participação nesse processo de cuidados ambientais.

Eu lembraria a princípio a situação do lixo. O cidadão brasileiro hoje produz em média cerca de 600 gramas de lixo por dia e isso está se transformando em um verdadeiro drama para os prefeitos, principalmente dos pequenos municípios, que não têm recursos suficientes para atender às demandas cada vez mais crescentes de suas comunidades com a transferência permanente de novas atribuições sem compensações financeiras compatíveis. Têm dificuldade inclusive com a questão do trato adequado do lixo.

O lixo é pernicioso, é danoso ao meio ambiente e ao homem, ao cidadão, ao ser humano, porque ele, na fermentação do lixo, compromete o lençol freático e o solo por onde penetra na lixiviação do chorume, do líquido ali gerado, e compromete também a atmosfera, porque os gases emanados são altamente poluentes, principalmente o metano.

Temos, inclusive no meu Estado, um exemplo preocupante, altamente preocupante. Estamos seguros de que seja a contaminação feita pelo lixo que está contaminando um dos rios mais bonitos, uma das bacias hidrográficas mais importantes deste País, que é o rio Araguaia, com o surgimento de uma doença que está acometendo as pessoas que têm tomado banho, utilizado o rio Araguaia, sendo acometidos, inclusive, de cegueira.

Essa situação, na cidade de Araguatins, já motivou a presença de técnicos da Secretaria de Saúde do Estado, do Ministério do Meio Ambiente, da Funasa, mas o fato é que ainda não conseguimos identificar as causas dessa doença que tem preocupado muito a população ribeirinha e dado prejuízo àquela região, porque está proibida a utilização dessa beleza que a natureza concedeu, que é o rio.

Então, estou seguro de que as questões ambientais precisam, Sr. Presidente, ser mais bem discutidas e espero que os nossos colegas estejam presentes à exposição logo mais, às 18 horas, na Biblioteca e, amanhã, na sessão solene de homenagem ao meio ambiente.

Senador Sibá, já estava encerrando, mas entendo que V. Ex<sup>a</sup> gostaria de se manifestar também.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Gostaria de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> – estamos na véspera da Semana Mundial do Meio Ambiente – pelos eventos que temos na noite de hoje e no dia de amanhã e pela condução de V. Ex<sup>a</sup> à frente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Portanto, neste curto espaço de tempo, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Estamos fazendo, no meu entendimento, um belíssimo trabalho sob a liderança de V. Ex<sup>a</sup>. Era isso que queria dizer neste momento.

**O SR. LEOMAR QUINTANILHA** (PMDB – TO) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Estou seguro de que a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle só tem um trabalho dinâmico e produtivo, porque V. Ex<sup>a</sup> e outros eminentes Senadores dela fazem parte e lá desenvolvem um trabalho diuturno, responsável e sério.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade que nos concedeu.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pergunto ao Senador Almeida Lima se deseja fazer uso da palavra neste momento.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima, como orador inscrito.

V. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, trago um pronunciamento escrito que já havia preparado desde ontem; em seguida, tratarei de um fato que motivou uma publicação na Folha *Online*. Peço, pois, a V. Ex<sup>a</sup>, desde logo, que dê a mim o mesmo tratamento que outros Senadores têm recebido da Mesa desta Casa quando se trata de questões dessa natureza.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Almeida Lima, não posso responder quanto ao mesmo tratamento, porque também fiz uso da tribuna e não me concederam tempo maior – só se foi um tratamento discriminatório. Mas V. Ex<sup>a</sup> terá todo direito de se defender, de se explicar, porque, como membro desta Casa, merece o respeito de todos nós.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acredito que a história já registra, ou irá registrar, com certeza, que o começo da década de 90 do século passado coincide com o início da primavera, que marca as mudanças de comportamento da sociedade brasileira,

sobretudo diante das práticas políticas e sociais das classes dirigentes deste País.

Vejo, Sr. Presidente, que a sociedade brasileira do início dos anos 90 para cá acordou e percebeu que deveria mudar o seu comportamento. De lá para cá, deu para perceber, a olhos nus, que a sociedade procurou sair do anonimato e passou a se questionar e a questionar comportamentos indignos, a se inquietar, a se manifestar e a reagir de todas as formas; enfim, a não aceitar passivamente a convivência social dentro dos padrões até hoje vigentes. Lamentável é que essa elite dirigente continue renitente em suas práticas abomináveis e não perceba que esses desvios e privilégios não são mais aceitos e que deveriam ter sido largados há muito tempo.

Embora com certo grau de dirigismo, vejo este movimento social mais como uma manifestação espontânea brotada aqui e acolá a partir do anonimato das massas populares indignadas que, nas suas individualidades, sentiram o seu nível de suportabilidade esgotado ou, como se diz no popular, “de saco cheio mesmo” com a canalhice da elite dirigente que se apodera das riquezas produzidas pelo País ou das oportunidades geradas como se elas apenas lhe pertencessem, restando ao povo, tão-somente as sobras do banquete. Daí o uso por essa elite de todos os instrumentos disponíveis e imagináveis para aumentar seus privilégios e, entre eles, a corrupção como o mais expressivo e execrável de todos. E, ao povo, os baixos salários, o desemprego, as filas em qualquer serviço público, a indigência, a insegurança, a desesperança enfim. De tal sorte que a amplitude dessas iniquidades atingiu setores expressivos da classe média, o que só fez ampliar o descontentamento e nos posicionar, 15 anos depois, onde nos encontramos: no olho do furacão.

A grande questão, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, a ser analisada hoje, neste momento, é saber se seremos sacudidos e destruídos pela avalanche desse fenômeno social, tal como ocorre com os fenômenos da natureza, ou se sairemos dele salvos, apesar das perdas, mas com uma lição de difícil aprendizado – o que é mais importante – , com um norte a seguir, com um ganho, enfim, com um modelo de sociedade que opte pela decência, pela justiça social, com instituições sólidas e democráticas, sem hipocrisia. E, no campo específico da política, sem excessos, nem um estado policialesco e autoritário como vem aparecendo esboçado em telas de certos pintores desprovidos de perspectiva histórica.

Hoje, sinceramente, ninguém de boa-fé saberá dizer para onde estamos caminhando, embora seja

preciso caminhar em busca desse modelo, apesar de atrasados em um século em relação a sociedades como a americana, que fez esse tipo de ajuste e de limpeza no século passado, banindo privilégios e toda sorte de iniquidades, a exemplo da corrupção.

Ao final desta primeira parte, deixo uma palavra fruto de reflexões permanentes: a sociedade deve compreender a necessidade imperiosa de defesa e fortalecimento das instituições democráticas, a exemplo da defesa do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, compreendendo que ruim com elas e muito pior sem elas, e que preservá-las – preservar o Congresso Nacional, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário – significa promover a sua limpeza e dotar esses poderes de uma estrutura capaz de blindá-los contra aqueles que desejam destruí-los com a prática da corrupção ou pelo desejo de um Estado totalitário.

Entro na segunda parte, Sr. Presidente.

Faz quinze anos que estamos nos batendo e debatendo em busca da construção de um modelo de vida social, política e institucional para este País, mas não o encontramos ainda. Como disse nesse artigo que transformo em pronunciamento, estamos vivendo hoje no olho do furacão; não sabemos para onde vamos. Talvez caminhemos no sentido da construção de uma sociedade hipócrita, que não quer admitir o financiamento público de campanha, mas autoriza por meio de lei o seu financiamento por empresas privadas; uma sociedade que não quer, hipócrita que é, aceitar a relação decente entre um político e um empresário, seja ele de que ramo for. Ou seguimos no sentido da construção dessa sociedade hipócrita, ou tentamos construir uma sociedade decente, sem hipocrisia, sem excessos, com um Poder Público limpo, decente, com relações dignas. Esse é o caminho que devemos buscar, mas não o encontramos ainda.

Por conta disso, tenho apresentado propostas a esta Casa e contribuído com o processo de discussão. No dia 11 de outubro de 2006 mesmo...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> terá mais dois minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Sr. Presidente, dois minutos não serão suficientes. Trago aqui uma questão de ordem pessoal em função de uma publicação de menor importância feita hoje, na *Folha Online*, mas sobre a qual desejo para uma explicação. A Mesa desta Casa é apenas uma, não são duas nem três Mesas; portanto, gostaria que me fosse dado o mesmo tratamento que é dado a todos os outros senadores, que, necessitando fazer uma

explicação de ordem pessoal, vêm a esta tribuna e recebem da Mesa uma hora. Se eu não tiver tempo suficiente, cinco, dez ou quinze minutos, vou fechar aqui os meus livros e vou descer, mas vou descer sob protesto.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> pode usar da tribuna para fazer sua justificativa pelo tempo que achar necessário.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Desculpe, portanto, o incidente.

Não gostei. Mexeram com a pessoa errada, e a pessoa errada sou eu neste fato. Ia tratar de uma outra questão para chegar, de forma mais abrangente, genérica, ao fato principal. Não gostei. É um fato simplório, simples; não constitui, pelas regras morais e sociais atuais, nenhum problema, mas não gostei de ver o meu nome incluído na lista de pessoas que teriam recebido presentes no final do ano, na antevéspera do Natal, da empresa Gautama.

Não sou moleque e não me relaciono com empresa de moleques. Não recebo mimos nem presentes, muito menos propina de empresa alguma do meu Estado de Sergipe ou deste País. Não sou canalha!

A **Folha Online** publica aqui uma relação interminável de pessoas – senadores, governadores, ministros, ex-senadores. Do meu Estado, cita o Governador Marcelo Déda, o ex-Governador João Alves, o ex-Governador e Deputado Albano Franco, o Deputado José Carlos Machado, o ex-Deputado Ivan Paixão, o Senador meu colega Antonio Carlos Valadares e me inclui entre as pessoas que teriam recebido presentes em 2006.

Essa empresa Gautama jamais teria a ousadia de incluir o meu nome em lista de presenteados pelo evento natalino em 2006, em 2005 ou em 2004, porque em 2003, na antevéspera do Natal, sem eu conhecer empresa Gautama nem Zuleido Veras, encaminharam, por um funcionário do meu gabinete, uma porcaria de uma gravata que eu mandei devolver no rastro. Em 2003, de forma mal-educada, eu mandei devolver. Não cometeria, portanto, a ousadia de me incluir em lista alguma em 2004, 2005 ou 2006. Não sou canalha; eu me respeito e exijo respeito. Não tenho relação nenhuma, Srs. Senadores, com empresa de canto nenhum.

Só para dar um exemplo a V. Ex<sup>as</sup>, e falo para o meu Estado de Sergipe: fui Prefeito de Aracaju em 94, 95 e 96 e convivi, na Administração Pública, com empresas locais de construção civil, de transportes e de limpeza de lixo. Senador Mão Santa, voltei a ser candidato em 2000, mas não recebi apoio financeiro para minha campanha de nenhuma daquelas empre-

sas de construção civil, de transporte coletivo e de lixo que trabalharam comigo quando da minha Administração. Não o fizeram porque decidiram apoiar meus adversários porque não gostaram do tratamento que lhes dispensei.

Citei o nome delas hoje numa emissora de televisão do meu Estado e vou citá-los aqui e agora exatamente para dar oportunidade a seus proprietários de, no meu Estado, dizerem o contrário. Nunca fui financiado pela Norcon, pela Celi, pela Habitacional, pela Cosil nem por nenhuma empresa de transporte coletivo ou de lixo.

Eu me respeito e exijo respeito. Não darei vazão a insinuações hipócritas e molecas de empreiteiras e de empreiteiros. Por essa razão, mandei que devolvessem a gravata. E no meu gabinete, Senador Wellington Dias, os servidores estranham não chegarem presentes. Chegam lembranças de companheiros Senadores, lembranças que aceito e agradeço, mas nenhuma de empresário. Nunca estive em bolso de moleque nenhum, e moleque nenhum empresário neste País vai ter o direito, a ousadia de dizer o contrário.

A citação é de uma porcaria de uma gravata. Quando preciso de uma gravata – e gosto muito bem de usá-las, assentadas –, sei onde comprá-las. Mas recentemente, desculpem-me a falta de modéstia, eu comprei, Sr. Presidente, na 5ª Avenida, em Nova York, quando lá estive, numa visita recente, custeada pelo meu bolso, e os dólares foram comprados no Banco do Brasil. E como era uma quantidade superior a US\$10 mil, preferi declará-la quando lá cheguei; e paguei com o meu bolso.

Portanto, não preciso de empresa vagabunda, moleca, sem-vergonha nenhuma. Se o meu nome consta dessas listas, deveria ter constado a devolução de uma porcaria de uma gravata.

Eu peço ao povo brasileiro que me desculpe, mas não posso reagir de outra forma. A minha reação é esta. Este é o meu estilo. Escolheram a pessoa errada, sobretudo porque, embora não fazendo crítica a nenhum Parlamentar, quando me indicaram como integrante da Comissão de Orçamento da União, que é um antro de corrupção, eu mandei que o Líder me retirasse de lá, porque lá eu não queria permanecer mais.

Quando, no ano passado, Sr. Presidente, apresentei a proposta de orçamento exclusivo da União, era para evitar que Deputado e Senador apresentassem emenda, seja lá de que tipo fosse, no Orçamento da União e que os recursos fossem transferidos para Estados e Municípios por meio do FPM e do FPE, sem precisar da intermediação de Senador ou Deputado.

Portanto, não preciso de emenda orçamentária e afirmo que nunca, nos meus quase cinco anos de Senado, apresentei qualquer emenda destinada a obras no meu Estado para essas empreiteiras que todos conhecem. As do ano passado, em vigor este ano, apresentei para custeio, Sr. Presidente, de quatro hospitais que vivem passando por dificuldades em Aracaju e no Estado de Sergipe como um todo. Não foram emendas para obras de construção ou ampliação dos hospitais, mas para comprar medicamentos, gaze, esparadrapo, para a manutenção, a exemplo do Hospital de Cirurgia, do Hospital São José, que vive passando dificuldades, administrado pelas freiras, para o Hospital Santa Isabel e para o Hospital Universitário, para entidades como Apae e Apada, e não para empresários.

Quero que os senhores ou o órgão que desejar, a partir desta Casa, coloquem-me de cabeça para baixo ou coloquem as minhas vísceras para fora e promovam as investigações quanto ao que eu tenho e quanto ao que eu sou. Mas não admito que empresa nem empresário nenhum me inclua em lista, por menor que seja a lembrança, o presente, a exemplo de uma gravata, porque não dou a nenhum deles, a nenhum deles mesmo, a oportunidade de querer usar o meu nome para qualquer coisa.

Respeitem-me! Falo isto aqui com muita tranquilidade.

Querem fuçar as minhas declarações de Imposto de Renda? Eu as faço mesmo antes de me formar, desde 1977; todas, sem exceção – frise-se: sem exceção!

Não me preocupa que instituição nenhuma venha a vasculhar a minha vida. Aliás, fazer o que eu já fiz no plenário desta Casa – e não sofri represália até o presente momento – é porque nada devo.

E vim hoje aqui exatamente, Sr. Presidente, para provocar mesmo! Eu vim hoje aqui, Senador César Borges, para agredir mesmo! Eu vim aqui para chamá-los de calhordas, para que eles se sintam ofendidos e venham para o contra-ataque, para que não publiquem mais uma lista miserável e mesquinha, dando conta de que um Senador da República, numa antevéspera de Natal, recebeu uma porcaria de uma gravata.

Respeitem-me para serem respeitados, para que eu possa voltar à tribuna num outro tom, em outras condições e não como esta, porque não tenho medo de aparelho de Estado nenhum. Não estou me referindo aqui ao Governo. Sei separar Governo e Estado. Não tenho receio de nenhum.

Fui Prefeito de Aracaju, Sr. Presidente, nos anos de 94, 95 e 96. E quero dizer mais uma vez: batendo

de frente com todos, com o Governador de Estado de então e com o Presidente da República de então. Tive a minha gestão vasculhada e nenhuma conta, de uma única despesa sequer, chegou a ser glosada pelo Tribunal de Contas, nem de lá, nem daqui; nem pelo Ministério Público de lá, nem pelo Ministério Público daqui; nem pela Câmara de Vereadores, nem por qualquer outra instituição.

Portanto, vim, de forma atrevida e ousada, para agredir. Eu assomei à tribuna hoje para agredir e gostaria de ver aqueles agredidos, principalmente a hipocrisia e a canalhice dessas empresas, que deveriam respeitar a mim, ao cidadão e ao povo brasileiro. Tenham cuidado com o que fazem e com quem fazem!

Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe-me pela intemperança nesta Casa, inclusive com a Mesa, mas não poderia ser diferente nem ter uma postura diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Almeida Lima.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, como inscrito, para uma comunicação inadiável.

V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos para seu pronunciamento.

Senador Wellington Salgado, V. Ex<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem?

**O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG) – Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra, o Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje anunciar que apresentei, nesta semana, um projeto de lei, que recebeu o número 262, de 2007, propondo que se permita o uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – nos cursos e exames de habilitação de condutor portador de deficiência auditiva.

Como digo na justificativa do projeto, Sr. Presidente, a Língua Brasileira de Sinais, legalmente instituída e regulamentada, é um poderoso recurso de comunicação colocado à disposição das pessoas portadoras de deficiência auditiva. Como alternativa à comunicação oral, garante aos que apresentam esse tipo de limitação oportunidades que, do contrário, estariam fora do seu alcance.

No entanto, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a despeito disso, o reconhecimento formal da Libras e sua aplicabilidade ainda permanecem aquém do desejável. E isso significa, concretamente, exclusão, na medida em que a participação de deficientes auditivos

em determinadas atividades fica dificultada – e até mesmo inviabilizada.

Ora, é certo que a deficiência auditiva não impede que alguém dirija automóveis. Além do mais, a autonomia e a liberdade que representa a carteira de motorista são ainda mais valiosas no caso de uma pessoa com deficiência. Nada mais justo do que eliminar algumas dificuldades e obstáculos extrínsecos ao que está sendo examinado – no caso, a capacidade de conduzir um automóvel.

Embora os deficientes auditivos não estejam impedidos de obter a carteira nacional de habilitação, as dificuldades que têm de enfrentar ao longo do processo de habilitação são muitas – e maiores do que as enfrentadas por todos os demais. O projeto que apresentei pretende garantir ao portador de deficiência auditiva a possibilidade de comunicar-se em Libras nos cursos e exames a que deve se submeter o candidato a condutor de veículos, contribuindo, assim, para equalizar as condições.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde 2002, com a promulgação da Lei nº 10.436, a Língua Brasileira de Sinais está oficialmente reconhecida como língua da pessoa surda. Não deixemos que essa norma se torne mais um exemplo triste de lei que “não pegou”. É nosso dever oferecer as condições para que essa lei seja efetivamente cumprida. Meu projeto é uma pequena contribuição nesse sentido.

Segundo dados do censo de 2000, do IBGE, há quase seis milhões de pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Embora nem todos os surdos utilizem a língua de sinais, o universo de pessoas que podem potencialmente ser beneficiadas por sua disseminação é grande.

No ano passado o Ministério da Educação começou a organizar exames de proficiência em Libras e em tradução e interpretação Libras-Português. Cerca de 2.500 pessoas foram certificadas em todo o País – um número pequeno ainda, sobretudo se levarmos em conta que mais de 700 mil crianças e jovens surdos estão fora do sistema escolar, segundo cálculos da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, muitos deles certamente por falta de um professor capaz de comunicar-se adequadamente. Mesmo pequeno, porém, já é importante que haja um número de pessoas oficialmente certificadas – e tenho certeza de que esse número crescerá.

Por tudo isso, Sr. Presidente, tenho esperança de que esta Casa dará o seu apoio a meu projeto.

Conto com a sabedoria, a sensibilidade e o sentido de justiça dos colegas para que prospere essa pequena, mas importante colaboração para a inclusão das pessoas com deficiência auditiva.

Sr. Presidente, não podemos parar diante das intempéries e das dificuldades pelas quais passamos em nossas vidas e em nossas atividades parlamentares.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho.

**O Sr. Augusto Botelho** (Bloco/PT – RR) – Nobre Senador Gilvam Borges, V. Ex<sup>a</sup> fala em defesa das pessoas com necessidades especiais, especificamente daquelas com deficiência auditiva. Solicitei este aparte apenas para me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que é importante trazermos esse tema para discussão nesta Casa, porque há milhares e milhares de brasileiros portadores de deficiência auditiva. É essencial ressaltar a importância da Libras no contexto da nossa Pátria. As televisões devem transmitir também em Libras para dar mais oportunidade a essas pessoas de participarem mais ainda do meio onde vivem. Muito obrigado, Senador.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho, o aparte, que incorporo ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, são pequenas iniciativas, projetos, produções legislativas, para o atendimento de um contingente enorme de deficientes auditivos.

Para encerrar, deixo registrada da tribuna do Senado minha solidariedade com a indignação do Senador Almeida Lima. Estou de posse da lista publicada pela **Folha Online**. Gostaria de ler o nome de todos os citados, mas acho que não é a hora. Vivemos um momento de muita apreensão, estamos bastante preocupados com a revolta daqueles cujo nome foi publicado em uma lista como essa, que tem repercussões que se espriam pelo continente, diante dos escândalos sucessivos que atingem o Parlamento.

O Senador Antonio Carlos Valadares brevemente deve se manifestar desta tribuna. Vou encerrar, dizendo que o Senador Almeida Lima, companheiro do PMDB, tem minha solidariedade.

Sei que sua indignação provém da sua dignidade e da sua honra. Não poderia ser diferente a manifestação contundente de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna do Senado Federal. Não é por uma gravata que teremos uma vida pública maculada por todo o processo eleitoral.

Sei muito bem disso, porque o escândalo das sanguessugas atingiu profundamente o Parlamento, e uma grande maioria de Parlamentares deixou de retornar a esta Casa. Então, a Operação Gravata, por menos que possa significar, pode ter uma profunda repercussão na sociedade.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Se a Presidência permitir, pois já estou encerrando meu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Meu caro Senador, V. Ex<sup>a</sup> há de convir que tudo isso que estamos vivendo é muito triste para o País, mas o que estamos vendo na realidade é uma campanha... Não quero ser palmatória do mundo e dizer que é do Executivo, que é de sicrano, que é do Ministro A ou B, mas é uma campanha para desestabilização e desmoralização do Congresso brasileiro. Aliás, virou moda na América Latina essa marcha batida a caminho das ditaduras populistas. O que estamos vendo aqui é isso. Tenho muito mais tranqüilidade ao ver o nome de alguns companheiros nessa lista, tendo recebido gravatas ou não, do que os que receberam outras coisas e estão fora da lista. O da calada da noite é que é o perigoso, meu caro Senador. Agora, vejamos uma coisa: por que não trouxeram a relação dos que foram agraciados, por exemplo, no Ministério em que o Ministro caiu? V. Ex<sup>a</sup> há de convir que essas empreiteiras encham de presente o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto, o quinto até o décimo escalão desses Ministérios. As *vans* chegam cheias, abarrotadas de presentes. Onde está a lista? Por que essa lista não é divulgada? É única e exclusivamente em cima do Parlamento. Felizmente, não encontraram ainda nada, embora artificial, para substituir na democracia o funcionamento desta Casa – quando falo desta Casa, refiro-me ao Congresso como um todo –, porque, fiquem certos os senhores, há pessoas no Governo que têm horror a Congresso funcionando. Por um motivo muito simples: têm de prestar contas do que acontece, e têm, acima de tudo, de agüentar e de aturar os que resistem em ser Oposição e a combater as agruras cometidas pelo Governo. Daí por que essa lista não me preocupa; essa lista, para mim, não macula absolutamente ninguém. No fim do ano, sabe-se como essas coisas acontecem: enxurradas de mimos, como se diz no Nordeste, Senador Mão Santa, entram nos gabinetes dos Parlamentares. De forma que não é por aí. Na hora em que se vai para o acessório, foge-se do objetivo e do principal. Temos de apurar a sangria dos recursos públicos que estão enchendo os bolsos de maneira ilegal, de maneira pouca séria, de uns poucos que se locupletam, ou da Comissão de Orçamento, ou dos recursos do Executivo. É bom lembrar que estão todos batendo aqui, mas as verbas que estão dando problema são as verbas do Executivo.

As verbas parlamentares representam 8%; o recurso grave e grosso vem do Executivo, e são pessoas que têm prestígio na Comissão, e que ditam as normas na Comissão, parlamentares ou não, que comandam esse processo. Aí, sim, precisamos mudar o seu perfil e a sua formatação. Muito obrigado.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Senador Heráclito, fiquei muito atento e muito honrado, porque, se V. Ex<sup>a</sup> não sabe, eu sou um dos admiradores de V. Ex<sup>a</sup>. Quando, jovem, cheguei na Câmara dos Deputados, via V. Ex<sup>a</sup> fazendo parte da Mesa, presidindo muitas vezes a sessão, e sempre me impressionava esse seu jeito. Não sei se é a parte física, mas a bochecha chama a atenção. Eu gosto de ver V. Ex<sup>a</sup> falando. Eu sou um admirador de V. Ex<sup>a</sup>, que tem um excelente discurso e sempre me honra receber um aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – As minhas bochechas estão a sua disposição. Só peço que faça delas um uso que não me comprometa num momento de tanta turbulência. Mas, regimentalmente, e que seja para o bem, faça o uso delas que bem lhe aprouver. Não será por minha culpa que esse seu desejo será frustrado por mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, como orador inscrito. V. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos para seu pronunciamento.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, depois desse momento de descontração proporcionado pelo Senador Gilvam Borges e pelo Senador Heráclito Fortes, voltemos rapidamente ao momento em que vive o País.

O Brasil passa por um momento de estresse, por um momento de tensão. Essa crise não é no Congresso Nacional, mas no Executivo, Sr. Presidente. Eu sempre disse que a crise nasce no Executivo. O Parlamento é apenas o reflexo da crise e é utilizado pelos métodos do Executivo.

Assistimos nos últimos anos escândalos atrás de escândalos. Esse é mais um. Já está se transformando em algo comum. O cidadão fica perplexo, extasiado, sem entender e a perguntar, como se fazia no passado: “Que País é este? Qual o futuro deste País?”

Todos conhecem a mais recente operação, batizada de Operação Navalha. Mas as práticas trazidas à tona por essa operação já estão presentes há muito tempo. Os fatos apenas se repetem, Sr. Presidente, quase à exaustão: fraudes em licitações, tráfico de influência, remessas ilegais de dinheiro, sonegação fiscal, caixa 2, etc, etc. Isso é de agora? Sr. Presiden-

te, estamos assistimos a isso desde 2005, desde o escândalo de Waldomiro Diniz.

A pergunta que não quer calar e não vai calar e que o brasileiro vai fazer é: por que a corrupção está tão enraizada no Estado brasileiro? Por que o dinheiro público se esvai pelos ralos do poder? Qual é a razão? Onde está o âmago deste problema, que não é atacado, que não é resolvido? Poderíamos responder em uma palavra, Sr. Presidente: impunidade!

Essa corrupção que parece compensar está aí instalada há muito tempo. Vejamos os anos mais recentes em que estamos neste Senado Federal. No Governo passado e no atual do Presidente Lula, vou listar meia dúzia? Não! Vou listar uma dúzia completa de escândalos.

Senão vejamos: em que resultou o caso dos vampiros do Ministério da Saúde, do ex-Ministro Humberto Costa? Quem foi punido? No caso do Waldomiro Diniz, este Congresso quis instalar uma CPI, mas o Partido dos Trabalhadores, orientado pelo Governo Federal, a abafou. Onde está Waldomiro Diniz? Está preso, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores? Ele recebeu algum tipo de pena ou constrangimento, devolveu algum recurso que recebeu? Seu ato de pedir dinheiro a um bicheiro foi filmado, mas nada aconteceu.

O caso GTech, de milhões e milhões, envolvendo a Caixa Econômica Federal, também em nada resultou. Os escândalos dos Correios e do IRB, Instituto de Resseguros do Brasil, não deram em nada. Afastaram o gestor e disseram que o problema foi resolvido. Quem indicou aquele gestor? Por que ele estava ali? Servia ao propósito de quem?

Sr. Presidente, o escândalo da ONG Ágora e os dólares na cueca resultaram em quê? Foi liberado. Quem foi punido? O mesmo ocorreu com relação aos sanguessugas. E o escândalo do dossiê e dos aloprados? Identificaram a origem dos recursos? Puniram algum dos aloprados? E olhem que esse termo “aloprado” foi dado pelo Presidente de República. Agora há o escândalo revelado pela Operação Navalha. Os crimes estão se sucedendo, sem que os responsáveis recebam a devida punição.

E os vampiros do Ministério da Saúde; Waldomiro Diniz; Marcos Valério; Delúbio Soares; Ivan Guimarães; os mensaleiros; os banqueiros do BMG e do Banco Rural, que financiaram a corrupção; o Henrique Pizzolato, do Banco do Brasil, o assessor dos dólares na cueca, os sanguessugas, os aloprados do PT, todos estão livres, leves e soltos.

Aliás, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Delúbio Soares vaticinou: “Tudo vai virar piada de salão”. Por que Delúbio Soares disse isso? Porque ele tinha

convicção de que estava respaldado pelos seus superiores para que tudo terminasse em piada de salão, para que as investigações não tivessem consequência, para que ninguém fosse punido e ficasse “tudo como dantes no quartel d’Abrantes”. E vamos ficar aguardando o próximo escândalo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, porque, lamentavelmente, é essa a situação que estamos vivendo.

Agora, no escândalo da Operação Navalha, foram interceptadas conversas telefônicas, inclusive havia um alvo, que quero comentar: trata-se do programa que este Governo trata com tanto carinho e sobre o qual traça tantas loas, chamado Luz para Todos. Não é um programa deste Governo, vem do Governo passado, apenas mudou o nome – era Luz no Campo e virou Luz para Todos. Por que houve interesse, no caso da Operação Navalha, no programa Luz para Todos? Porque, lamentavelmente, este programa se transformou em um instrumento político do Partido dos Trabalhadores e da CUT. Em vez de ser um programa de gestão essencialmente técnica, para produzir os melhores resultados para o povo brasileiro, para levar energia a todos os rincões deste extenso País, ele, hoje, é utilizado politicamente, até para captar recursos para campanha.

Uma reportagem publicada no *site* Contas Abertas diz o seguinte:

O foco principal das investigações em torno do Luz para Todos recai nos contratos firmados no Piauí e, pelo que tudo indica, a atuação no programa é mais complexa do que se imagina. Inquérito da Polícia Federal demonstra que integrantes do esquema não só possuíam contatos com a Companhia Energética do Estado, a Cepisa, como também se aproximaram do Governador Wellington Dias”.

Essa é a realidade.

A **Folha de S.Paulo** publica também que o Governo Lula “transformou o Luz para Todos em feudo do PT”.

Diz a reportagem:

No centro do escândalo da Operação Navalha, que derrubou o Ministro Silas Rondeau (Minas e Energia), o Programa Luz para Todos entrou no loteamento político do Governo Federal como um feudo de petistas e da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Muitos dos caciques regionais do Luz para Todos aliam trabalho na área energética com perfil político. Há casos de candidatos pelo PT que perderam eleições no passado, como os coordenadores no Rio Grande do Sul, Acre e Amapá. Outros são egressos da máquina da CUT, em geral ex-diretores de sindicatos

de trabalhadores em energia ou serviços urbanos.

Na Bahia, é isto também, Sr. Presidente: o Luz para Todos virou instrumento político, fácil de ser aliado por aqueles que querem carrear recursos públicos para o setor privado. O fato, Sr. Presidente – meu tempo já começa a se esgotar –, é que, lamentavelmente, esses escândalos estão acontecendo amiúde, atualmente, neste Governo do Partido dos Trabalhadores, porque esse é o jeito PT de administrar: estimular, lamentavelmente, a corrupção.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, temos um Governo que loteia Ministérios, autarquias, estatais, entre seus aliados e facções do PT. Já há muito tempo, está abandonado o critério do mérito, o critério da competência; e se opta, meramente, pelo aparelhamento do Estado, por meio de nomeações com critério apenas político. O mérito daquele que será indicado para o cargo não mais existe, a competência, o currículo.

Nada tem sido feito para se levar adiante, neste Governo, uma reforma política, que seria essencial, porque o Governo não usa sua força no Congresso e seu prestígio, para fazer uma verdadeira reforma política, reforma tributária, reforma trabalhista; o Governo se acomoda, e os escândalos vão se repetindo.

Há algumas semanas, Sr. Presidente – eu já o disse desta tribuna –, o Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal divulgou um laudo, em que mostra que a DNA Propaganda, do Marcos Valério, que foi um braço do valerioduto, apropriou-se, indevidamente, de 40 milhões, recursos do Banco do Brasil, no Fundo Visanet. Apesar desse laudo, mensaleiros e mensalistas continuam impunes.

Os fatos trazidos ao conhecimento da sociedade pela operação da Polícia Federal são gravíssimos, e a sociedade brasileira tem o direito de saber toda a verdade e de cobrar que sejam punidos os criminosos. Mas, como fazer isso? Estamos aqui a bradar que se punam os criminosos. E quem nos ouve? Quem atende? O Poder Executivo? A Polícia Federal lança mais uma operação e vai lançar várias outras. Mas tudo isso vai ficar na pirotecnia, vai ficar na superficialidade? Vai um escândalo superar o outro e, depois, serão esquecidos? E depois, quem será punido? Isso estimula a corrupção no País.

É importante lembrar, mais uma vez, que os desvios de dinheiro público têm como principal origem as emendas parlamentares. Mas é preciso que se diga que o Parlamentar é o que menos tem poder sobre suas emendas. Elas são manipuladas no Executivo, elas são liberadas pelo Executivo. Por que não foi aprovado e por que o Governo não quer que se aprove o

Orçamento impositivo? Cabe ao Executivo a liberação dos recursos, Sr. Presidente.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Vou concluir, Sr. Presidente. Peço-lhe mais dois minutos. E, por isso, acredito que, lamentavelmente...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu queria apenas, Senador César Borges – como disse, em um aparte, ao companheiro anterior – , deixar tudo bem claro: existem, no Orçamento, as emendas parlamentares, que são as emendas individuais; as emendas coletivas, quem as manipula, quem manda nelas são os governadores. Vamos ser bem claros: o foco da corrupção está exatamente na parte em que o Orçamento é elaborado de mãos dadas com o Executivo. É evidente que a emenda é parlamentar porque é elaborada no Congresso, mas o foco da corrupção está exatamente no Executivo. Lá, estão os donos do Orçamento, os que têm prestígio. O PT criava muito caso e criticava muito o Orçamento e os que participavam dele. Aprendeu. Agora, há também seu grupinho e aqueles que não abrem mão de ser relator, que não abrem mão de ser presidente. Esse grupo, independente de partido, suprapartidário, é que sabe o caminho das pedras. Durante dois anos, fui membro da Comissão de Orçamento – agora, depois de muitos anos na Casa – e pedi para não ser mais, mas passamos batidos. O que ela precisa é ser modificada. E já começou; este ano, ela já teve algumas modificações. Mas é preciso aprovação do Orçamento impositivo e é preciso moralizar a Lei de Licitações e a concorrência pública. Imaginem que veio da Câmara para cá, e estamos derrubando, aqui, no Senado, uma limitação para o pregão eletrônico de R\$360 mil. Ora! Esta tudo dito aí, Sr. Presidente! Meu caro Senador César Borges, vamos corrigir, para que a opinião não jogue nas nossas costas uma culpa que não temos. As emendas setoriais, aquelas que são feitas, as chamadas emendas programáticas, e por aí afora, abastecem esse “corrupnoduto” em que o Brasil vem se debatendo de tempos em tempos. Muito obrigado.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Senador Heráclito Fortes, imagine o que é feito nos gabinetes do Executivo para se obter alocação de recursos para as obras e durante a confecção do orçamento. Aqui, lamentavelmente, não sabemos das suplementações contidas nas medidas provisórias, de bilhões, para as

obras que são negociadas no Executivo, sem participação alguma do Legislativo.

A emenda é utilizada pelo Executivo como poder de barganha para dobrar os parlamentares, mas não se investiga o orçamento que já vem do Executivo cheio de vícios e destinando recursos a determinadas obras de interesse. Deus sabe lá com que conluios isso é feito, na calada dos gabinetes do Executivo.

E o que acontece? Fica o Presidente Lula posando de bom moço, não faz reforma alguma e aproveita a sua popularidade.

Hoje, li um artigo do jornalista Arnaldo Jabor. Nele, pergunta o leitor: “De quem é a culpa?” Ele responde: “O Governo do Lula é, hoje, o grande culpado.” Por quê? Porque está conivente com o Brasil do atraso.

Acredito que o Lula até se regozija, internamente, com as ações da Polícia Federal, que o beneficiam diretamente porque poderá dizer, um dia: “Nunca, em 500 anos, a Polícia Federal prendeu tanto.”. No entanto, perguntem-se se ele lutaria por uma reforma do Judiciário.

O Governo Lula é o grande culpado, sim. O primeiro Governo do Lula desmoralizou a esperança; o segundo, está desmoralizando o medo, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela sua tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo, pela ordem, a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero fazer um registro rápido. Primeiramente, parabênzimo nosso eterno Senador Leonel Pavan. Saudações, Senador!

Nobre Presidente, hoje é o Dia Nacional do Geógrafo, e encaminho requerimento, solicitando, conforme o art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam feitas congratulações a esses profissionais, que, além de realizar pesquisa científica, também contribuem muito como professores dessa importante disciplina.

Já foi votado no Senado Federal e se encontra na Câmara dos Deputados um projeto de lei que altera e corrige, definitivamente, as distorções que assolam a profissão do geógrafo no nosso País, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que, no momento oportuno, submeta à apreciação do Plenário o referido requerimento e

espero que a Câmara dos Deputados vote o restabelecimento da profissão do geógrafo no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 632, DE 2007**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações aos membros da AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros – pelo Dia do Geógrafo ocorrido no dia 29 de maio.

#### **Justificação**

O Senado Federal não poderia deixar de felicitar, através da AGB, todos os geógrafos brasileiros pelo seu dia comemorado neste dia 29 de maio. Esta Moção simboliza também uma homenagem do Senado Federal àqueles que têm a missão de mostrar a realidade do País, nos seus diversos tempos: o passado como resgate do vivido, o presente como situação em que vivemos e o futuro como possibilidades do vir a ser.

Os geógrafos não se limitam a nos ajudar na compreensão do mundo e da geografia, eles se ocupam de tarefa ainda mais árdua, contudo, sem dúvida, mais gratificante: nos auxiliam na edificação de novas concepções para um mundo melhor.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007. – Senador **Sibá Machado**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará o voto de congratulação solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, busco o Renascimento, a parte mais importante da história da civilização no mundo. Naquela época, havia um líder chamado Leonardo da Vinci, que disse que mau discípulo é o que não suplanta o mestre. César Borges acabou de suplantar seu mestre, Antonio Carlos Magalhães, mostrando que é um bom discípulo baiano e líder das forças opositoras, que ajudam a aprimorar a democracia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por permuta com o Senador Valdir Raupp.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se ainda há vaga para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Não, todas já foram solicitadas e, inclusive, há quatro inscritos.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra pela Liderança do seu Partido.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – O Líder está presente na Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Estou inscrita como oradora, por permuta com o Senador Valdir Raupp. No entanto, o Senador Magno Malta deve viajar e fez-me um apelo para falar em primeiro lugar, como Líder, conforme está inscrito. Sendo assim, ele teria condição de falar antes.

Eu gostaria de pedir para falar em seguida, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Como oradora, porque estou inscrita.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> falará como oradora inscrita e o Senador Magno Malta, pela Liderança.

Concedo a palavra ao Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer à Senadora Ideli Salvatti, Líder do Bloco, que tão bondosamente cedeu-me a sua vez de falar. Também quero cumprimentar as pessoas que estão em casa e as que estão no plenário nos assistindo. Sejam bem-vindas a esta Casa.

Hoje, pela manhã, houve uma audiência pública na Comissão de Educação – em que estava o Senador Geraldo Mesquita –, em que tivemos a oportunidade de discutir a pirataria. Muito se fala e pouco se faz. Hoje, faz-se puramente uma repressão direcionada, pelo que me parece, aos pequenos, àqueles que, para não virarem ladrões, fazem cópias no computador e as vendem, o que também não deixa de ser pirataria.

Dei entrada em um projeto de lei de que venho falando há quatro anos.

Falei ao Paulo Rosa hoje, Sr. Presidente, que essa foi a última reunião de que participei se não houver alguma coisa efetiva.

Pedi ao Presidente da Comissão que o meu projeto de lei fosse da própria Comissão, Senador Geraldo Mesquita, ou seja, que o CD e o DVD do artista brasileiro sejam considerados produto cultural, a exemplo de livros e jornais. Mesmo que fossem retirados todos os impostos, essa renúncia fiscal seria absolutamente menor do que o que se gasta hoje com o combate à pirataria feito com repressão.

Se for eliminado o imposto do DVD e do CD do artista brasileiro, poderá ser oferecido um CD de custo mais baixo para a sociedade. Entendo que um CD que custa R\$27,00 ou R\$32,00 é muito caro. É muito caro, e as gravadoras precisam cooperar. Aqueles que produzem devem cooperar, porque as gravadoras já não gastam dinheiro em publicidade para o seu artista. Ele que se vire com a divulgação. Antigamente, a desculpa para o preço elevado era porque havia investimento na divulgação. Hoje, isso não acontece, exatamente porque a pirataria tirou toda essa possibilidade.

O preço pode ser reduzido se forem retirados os impostos. Por isso, proponho à Comissão de Educação que votemos o projeto, que o levemos ao Ministro da Fazenda e tragamos para cá os artistas, mas não para quebrarem meia dúzia de CD ou passarem com trator por cima deles, porque isso é conversa fiada, é poesia e não resolve absolutamente nada.

A maioria dos CD piratas entra no Brasil pela fronteira com o Paraguai e serve ao Jihad islâmico e ao Hezbollah. O dinheiro da maioria dos CD piratas vendidos no mundo e no Brasil, principalmente, é usado para o terror, para explodir carros e matar gente dentro de restaurante.

Então, prestem atenção: o projeto de lei propõe que o DVD e o CD do artista brasileiro tornem-se produto cultural. Essa é a minha proposta.

Também propus, Senador Papaléo Paes, que uma comissão reúna todos aqueles que militam em prol de filmes, DVD ou CD, a fim de que possibilitem a esta

Casa construir um instrumento, uma lei que minimize o problema, já que ele nunca terá fim, pois, pela Internet, baixam-se no computador, rapidamente, músicas e filmes, inclusive dublados.

Sr. Presidente, recebi a missão de relatar um projeto do Senador Gilvam Borges que visa acabar com o exame para ingresso na Ordem dos Advogados.

Antes de relatá-lo, ouvirei a Ordem dos Advogados e, para isso, quero convocar uma audiência pública, Sr. Presidente. Quero ouvir o Presidente da Ordem dos Advogados, mas também quero ouvir as instituições de ensino de Direito, os alunos dos cursos de Direito, porque entendo que a prova da Ordem, Senador Romeu Tuma, é draconiana. Na minha visão, submeter-se ao exame da Ordem é o mesmo que dizer a um aluno recém-formado em Medicina, que acabou de deixar a sala de aula, que acabou de se formar – a festa foi no domingo –, que, na terça-feira, ele vai operar um coração, e que também fará uma intervenção cirúrgica em um cérebro. É draconiano para quem acabou de se formar, assim como a prova da Ordem é draconiana.

Desta tribuna do Senado, Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, quero dizer para todo o Brasil que estou aberto a propostas. Aqueles que me ouvem e me vêem, e que fazem Direito, e que militam no Direito, eu gostaria que me enviassem propostas. Tenho falado com as instituições de Direito do Brasil, com os estudantes de Direito: quero receber propostas. Penso que a prova tem de existir, sim! Mas uma prova como se faz ou como se deve fazer para todo e qualquer curso. É verdade que o sujeito que faz Medicina, Senador Romeu Tuma, opta por fazer uma residência em área específica; um, especializa-se em garganta e ouvido; o outro, em ossos; um terceiro, em cardiologia. Tudo isso para se saírem bem. Mas, no Direito, é diferente, porque muita instituição de ensino virou negócio. Tudo bem! Mas não é a instituição que faz o bom profissional. Pode-se estar na melhor instituição e ser um aluno relapso, viver pelos corredores fumando maconha, queimando aula, bebendo no bar em frente à faculdade, e colar nas provas. Esse será um mau profissional, mesmo oriundo de uma boa instituição. Acho que a coisa não é por aí! Temos de discutir essa questão. Então, como visão primeira, penso que o exame da Ordem deve existir, sim, mas não do modo draconiano como se faz hoje, Senador Geraldo Mesquita! É draconiano! O indivíduo que não passa na prova da Ordem tem a sensação de haver perdido cinco anos de sua vida! Cinco anos na Faculdade para, ao final, não poder advogar, continuar como empregado. Pode até ter sido um aluno brilhante, mas, se não passar na prova da Ordem, continuará a trabalhar em

um escritório, a fazer tudo, e quem assinará será um outro. Necessariamente, não ser aprovado no vestibular ou não passar em uma prova não quer dizer que o indivíduo é ignorante ou menos capacitado, deixou de aprender. Não! O estado emocional do indivíduo pode contar para isso. Penso que essa leitura avaliativa pode ser feita no decorrer do curso, e que a própria instituição, monitorada pelas Ordens locais, possa aprovar os alunos, Senador Romeu Tuma. Não é, Senador Geraldo Mesquita?

Então, tenho algumas propostas a fazer ao Brasil, Senador Epitácio Cafeteira. Também quero ouvir propostas dos estudantes de Direito, das instituições que militam no Direito, independentemente de serem ou não particulares.

Essa a conclamação que faço para este projeto, que está em minhas mãos, e que é de autoria do Senador Gilvam Borges.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> mais dois minutos para tratar de um outro tema: a adoção.

Sr. Presidente, recebi pronunciamento da Sr<sup>a</sup> Ruth Santiago Monte Albuquerque, estudante de Direito e Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça da Bahia: “Quero parabenizá-lo pelo discurso que fez sobre a adoção no Brasil, muito oportuno, uma vez que as crianças merecem um futuro melhor”.

Senador Romeu Tuma, convido V. Ex<sup>a</sup> para o debate, já que V. Ex<sup>a</sup> milita na área de segurança pública e, portanto, discute os mesmos temas que eu. Parece que somos da mesma escola. Senador Geraldo Mesquita, com quem já tive a oportunidade de travar uma discussão – inclusive, já conversei, muito particularmente, com V. Ex<sup>a</sup>, tomando café, sobre esse assunto –, a adoção no Brasil é “trem” de polícia! Não se concebe, em um País com tantas crianças em orfanatos, vermos bandidos nas ruas com muita facilidade, enquanto crianças ficam presas em um orfanato por cinco, seis, dez anos! E, quando completam 17 anos, os jovens vão embora, saltam o muro e vão tentar a vida da maneira que a vida se lhes apresentar! Quando existem tantos casais querendo dar amor. É tudo o que eles precisam! Têm cama para dar; têm comida para dar; têm lençol para dar; têm uma casa, teto, e têm amor para dar, mas não conseguem adotar. Os casais querem adotar, vão para a fila, mas não conseguem! Mas a adoção internacional é fácil, essa é fácil!

Conclamo também o Brasil, principalmente aquelas pessoas que conhecem casos relacionados a crianças adotadas por estrangeiros, que desapareceram, que foram para lá para morrerem. Não foram para ter pais; foram para lá para tirarem o rim da criança, foram para lá para tirarem o olho da criança, até implante de mão, de braço, perna, enfim, para mutilar as nossas

crianças lá fora! Não foram para receber carinho, amor. Mas essas adoções são rápidas.

Quero propor ao Presidente desta Casa que instalemos uma comissão para estudarmos a legislação sobre adoção vigente no Brasil e, rapidamente, propormos alterações a essa legislação. Quero pedir à Ministra Ellen Gracie que nos indique nomes do Judiciário e do Ministério Público para que, juntos, esmiucemos toda essa área.

Isso é necessário, Senador Mão Santa, porque há casais que esperam por longo tempo. Eu sou pai adotivo. Essa coisa de adoção só está na cabeça das pessoas, porque quando uma criança vem para dentro de nossa casa passa a ser o sangue da gente, o amor da vida da gente. Eu não sei o que seria de mim sem a minha filha. Eu não sei o que seria da minha esposa. Fico olhando a minha filha, dormindo, entre mim e a minha esposa, com o cabelinho assanhado, as mãozinhas debaixo do rosto, como se fosse um feto, encolhidinha, tentando encostar as pernas na mãe e a cabeça em mim, ou a cabeça na mãe e as pernas em mim, e penso: “Deus, como eu iria conseguir viver sem ela?” Por algum momento, eu imaginei que, anos atrás, eu estava fazendo um bem para uma criança? Nunca! Foi ela quem fez bem a mim, a minha família, a minha vida.

Fico imaginando, Senador, que, como a minha filha, o Brasil tem milhões de outras crianças trançadas em orfanatos! Muitas vezes em orfanatos que passam por dificuldades, que não têm a facilidade de receber dinheiro de outras organizações, em que as pessoas que ali militam são verdadeiros sacerdotes da vida humana, que disputam cestas básicas, pedem às instituições, à Igreja, batem na porta de Câmara de Vereadores para poderem alimentar as crianças que ali alimentam um sonho: o sonho de terem pai e mãe, o sonho de terem casa e carinho, o sonho de terem um cobertor, de terem onde dormir!

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Magno Malta,...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – O sonho de poderem passear no parque e nas ruas segurando as mãos de uma mulher, ou de um homem, e de os chamarem de pai e de mãe. Essas crianças não têm a mesma “sorte” de um bandido que é preso hoje e é solto amanhã. Essas crianças estão presas nos orfanatos sem poderem sair, por causa de leis malfeitas. Não sei que interesse desgraçado é esse, porque a lei de adoção internacional é fácil, mas o mesmo não ocorre com a lei para se adotar aqui, para dar carinho e amor e não permitir que uma criança, aos 16, aos 17 anos, criada em um orfanato, sem possibilidades, perca a esperança, salte o muro do orfanato e enfrente a vida de peito aberto, conforme

a vida lhe propõe – e aí é abraçada por um narcotraficante, é abraçada por um contraventor e vai para as ruas disputar, na marra, na madrugada e, muitas vezes, cometer crime por pura necessidade de sobrevivência! Existem milhares de famílias querendo adotar uma criança.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Magno Malta,...

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, por gentileza, o Senador Magno Malta fala como Líder. Portanto, regimentalmente, S. Ex<sup>a</sup> não pode conceder apartes.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu apelava para o “sentimentalmente”. Regimentalmente, eu sei.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito e poderá voltar ao assunto oportunamente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Queria expressar a minha solidariedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Infelizmente o Regimento não permite, e o Senador Magno Malta sabe disso.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Meu caro Governador de Santa Catarina, tive o privilégio de ser abraçado por V. Ex<sup>a</sup> quando do advento dos Gideões Internacionais. Esse evento, que marca a vida deste País e a do mundo – eu nunca vi nada igual na minha vida – , ocorreu pela primeira vez na sua cidade, Camboriú. Uma cidade com cerca de 40 mil habitantes, Senador Tuma, que saiu totalmente de seu ritmo para receber cerca de 300 mil pessoas por quase 10 dias. Trezentas mil pessoas oriundas de todo o Brasil, sem haver sequer uma ocorrência policial, sem tráfico de drogas, sem seqüestro, sem prostituição infantil, em que a polícia tão-somente organizou o trânsito.

Nosso querido Governador, ex-Senador, irmão nosso – e o seu Estado está lhe vendo, porque a Câmara está em V. Ex<sup>a</sup>, e não em mim – , tive o prazer de abraçá-lo naquela noite memorável, junto com o Prefeito Edinho. E dizia, naquela noite, na saída, acompanhado do Periquito e do Passarinho, gente boa do reino animal, que voa e que canta, amigos da Senadora Ideli, que se disponibilizaram a andar comigo lá, a pedido dela, em Camboriú, e que me acompanharam o tempo inteiro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Magno Malta, vou lhe conceder um minuto a fim de que V. Ex<sup>a</sup> encerre seu pronunciamento.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Já encerro, Sr. Presidente.

É muito bom fazer o bem e ver aqueles milhares de pessoas, ex-drogados, ex-prostitutas, pessoas dilaceradas, desgraçadas, que foram alcançadas pela maior obra social que se pode realizar: a divulgação da palavra do Evangelho. O Pastor Cesino, com uma igreja em Camboriú, cidade de 40 mil pessoas, uma igreja que sustenta 600 mil missionários no mundo – 600 mil! – , falando de vida, de paz, contra as drogas, contra as desgraças, contra o sofrimento. É tremendo, é tremendo!

Portanto, meu abraço, Governador. Parabéns! E não posso me esquecer do Periquito, que me acompanhou o tempo todo, amigo da Senadora Ideli Salvatti; do Passarinho, que é motorista dele, que também esteve comigo o tempo todo; do Prefeito Edinho, pela bela acolhida; e daquele povo, 300 mil pessoas. Que coisa impressionante! Vale a pena fazer o bem.

Eu conclamo que participem...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Peço ao Senador Paulo Paim que realizemos uma audiência na Comissão de Direitos Humanos para discutir o assunto e formar uma comissão destinada a examinar a questão da adoção no Brasil. Precisamos colocar em liberdade milhões de crianças prisioneiras, com casa para ir, com pai e mãe esperando, com lares de braços abertos. Precisamos colocar em liberdade esses prisioneiros de um ano de idade, de nove meses, de dois anos, de cinco anos, de seis e até de dez anos, que esperam por uma oportunidade que lhes é negada, enquanto existe a oportunidade da adoção internacional, que é uma desgraça para as crianças do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns pelo pronunciamento, Senador Magno Malta!

Chamo a Senadora Ideli Salvatti, próxima oradora inscrita, para ocupar a tribuna.

**O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA** (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Epitácio Cafeteira.

**O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA** (Bloco/PTB – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha pergunta é simples. Desde a parte da manhã, recebi vários telefonemas, pois, hoje, deveríamos votar uma medida provisória; se não a votarmos hoje, ela, amanhã, perderá a validade. O início da Ordem do Dia

seria no início da sessão. É verdade que os assuntos tratados até agora são muito importantes, mas ainda não ouvi falar da Ordem do Dia e fico muito preocupado. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: vamos votar? A que hora vamos começar a discutir a Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – A Presidência consultará a Mesa. Provavelmente, os Líderes devem estar reunidos para tratar do assunto. O prazo de validade dessa medida provisória é até o dia 1º. Dessa forma, tudo indica que haverá a discussão e a apreciação dessa medida provisória ainda hoje.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como oradora inscrita, por dez minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no último domingo, o jornal **O Globo** publicou uma entrevista com o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Dr. Rodrigo Collaço, que é catarinense, que exerce a magistratura no Estado de Santa Catarina e que, atualmente, preside, com muito brilhantismo, para orgulho de todos nós catarinenses, a AMB. Na entrevista, foi abordada uma série de questões, mas a questão central, o problema que ele aborda e enfatiza na entrevista, é algo que todos têm se perguntado. Existe uma angústia generalizada na população, o que, algumas vezes, já foi reportado no plenário do Senado da República.

Na quinta-feira, só consegui fazer meu pronunciamento quando já passava das 19 horas, embora estivesse inscrita desde as 15 horas. É usual aguardarmos muito tempo para exercer o direito à palavra. Naquela oportunidade, fiz uma retrospectiva e demonstrei que, de 2003 para cá, a Polícia Federal, no nosso País, realizou mais de 350 operações especiais e prendeu quase seis mil pessoas, entre as quais mais de mil funcionários e agentes públicos e mais de 100 policiais federais, cortando na própria carne. Efetuou tanto escutas quanto prisões provisórias, para robustecer o processo investigatório ou o inquérito, com ordem judicial, mas não há mais ninguém preso. As pessoas são presas provisoriamente para a coleta de provas e de elementos para embasar o processo penal e, depois, são soltas.

A pergunta feita ao Dr. Rodrigo Collaço foi muito clara: por que, apesar das operações policiais que buscam desbaratar quadrilhas que se locupletam do Erário, não temos notícias de condenações definitivas?

São operações longas, que, muitas vezes, levam um, dois, três anos de escuta, de acompanhamento, de coleta de dados, feita de forma muito sigilosa. Depois das prisões, vaza tudo. Todo dia, há vazamentos. Mas,

Senador Romeu Tuma, até o desfecho da operação, tem-se conseguido manter o sigilo. No entanto, faz-se a operação, mas, depois, o processo penal não anda. Nenhuma das operações desencadeadas de 2003 para cá está transitada em julgado. As pessoas ainda não foram punidas como devem ser: pela Justiça, não pela imprensa, não pelos vazamentos. A democracia brasileira exige a punição, com amplo direito de defesa e com presunção de inocência, até prova em contrário. Mas o processo não anda.

A pergunta que permeia toda a entrevista do Dr. Rodrigo Collaço é: o que explica, então, essa prevalência da impunidade?

No próprio texto da entrevista, o Dr. Collaço disse que precisaríamos enfrentar urgentemente duas questões que levam ao atual estado de incoerência de prestação jurisdicional que efetivamente puna os meliantes, os que praticam atos ilícitos, principalmente os que cometem delitos contra a administração pública, contra o sagrado dinheiro público dos nossos impostos. Quais são exatamente essas duas questões? A morosidade processual e o foro privilegiado.

Vou me deter na questão da morosidade processual. Na entrevista, o Dr. Rodrigo Collaço propõe, para essa questão, a criação de Varas especializadas em crimes de corrupção, em defesa do patrimônio público, que envolvam agentes protegidos pelo foro privilegiado. Portanto, tramitariam, de forma separada, a fim de que houvesse mais agilidade, todos os processos em que estivessem envolvidos patrimônio ou recurso público e agente público, principalmente os protegidos pelo foro privilegiado. Assim, propõe que haja Varas especializadas para agilizar esse processo. Na entrevista, o Dr. Collaço cita o exemplo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que criou uma Câmara especializada para o julgamento de Prefeitos. E o resultado concreto é que nunca tantos chefes de governo municipais foram punidos criminalmente desde que, entre os gaúchos, foi adotado o critério de especialização aqui citado. Esse é um bom exemplo que vem dos Pampas. Talvez, o minuano, o vento sul, possa desinfetar, varrer a morosidade que, infelizmente, é contribuinte efetivo da impunidade.

A iniciativa de discussão desse tema nos moldes propostos pelo Dr. Rodrigo Collaço, obviamente, só merece nossos elogios. Ele propõe, inclusive, que a matéria seja discutida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, ao qual, constitucionalmente, compete analisar a situação do Poder Judiciário no País. Portanto, esse é um tema no qual, obrigatoriamente, o Conselho Nacional de Justiça, Senador Sibá Machado, deveria estar envolvido. O Conselho já tratou da questão do nepotismo, já tratou do teto, mas o que mais interessa

para a população brasileira, para o País, é haver medidas efetivas, concretas, de combate à morosidade do Poder Judiciário, principalmente quando envolve recurso público.

Portanto, está corretíssimo o Dr. Rodrigo Collaço quando faz a proposta de que o Conselho Nacional de Justiça priorize a discussão do combate à morosidade dos processos penais que envolvem agentes públicos ou recursos públicos.

Gostaríamos, ainda, de ressaltar que eventuais propostas de natureza legislativa que visem ao aperfeiçoamento e à celeridade das funções jurisdicionais precisariam, muito provavelmente, ser encaminhadas pelo Supremo Tribunal Federal, por Tribunais Superiores e por Tribunais de Justiça ao Poder Legislativo respectivo, para o devido exame e deliberação. Portanto, ainda há um caminho a ser percorrido, antes que essa elogiada intenção se converta em realidade.

Por isso, eu queria aproveitar a tarde de hoje – e este plenário, no dia de ontem e de hoje, tem sido palco de muitas preocupações, de muitos debates, alguns até acalorados além da medida para o plenário do Senado – para fazer o registro da posição, da postura, da proposta do Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Dr. Rodrigo Collaço.

Deixo aqui registrado – e já faço meu apelo a todos os Parlamentares – que, na quarta-feira, protocolei um projeto de lei muito singelo, modificando o Código de Processo Penal, estabelecendo que, no caso em que esteja envolvido agente público, em crimes contra o erário público, este processo passa na frente de todo e qualquer outro processo; a prioridade seria absoluta. Não consigo imaginar outro crime mais hediondo, Senador Geraldo Mesquita Júnior – V. Ex<sup>a</sup> é da área jurídica –, do que aquele que desvia o recurso que é de todos os brasileiros e de todas as brasileiras. Não pode existir um crime mais hediondo!

Esse projeto tem de ter prioridade no julgamento, na ação, no processo. E é um projeto singelo. Recebeu o nº 268 e está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para receber a designação do Relator. Espero que o Senador Antonio Carlos Magalhães possa designá-lo rapidamente. O projeto é terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, precisamos dar a celeridade que o projeto merece, pela sua singeleza, pela sua eficácia, pela sua relevância, exatamente por estar em consonância com aquilo que todo o Brasil está exigindo. O Brasil exige que a Polícia Federal continue investigando, continue operando, continue desbaratando as inúmeras quadrilhas que, infelizmente, infestam a máquina

pública há muitos e muitos anos, há muitas e muitas décadas. Toda a população brasileira quer que esses procedimentos, essas investigações deságüem no julgamento e na punição.

Portanto, é necessário que sejam medidas administrativas ou sejam medidas adotadas pelos nossos Tribunais, como foi o caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Que as propostas feitas pelo Dr. Rodrigo Collaço sejam levadas ao Conselho Nacional de Justiça! Que haja a tramitação, em regime de urgência, do projeto e de outros projetos! Vários outros Parlamentares poderiam também contribuir. Não fizemos um pacote de projetos para a segurança? Por que não podemos fazer um pacote de projetos para acelerar a tramitação dos processos penais que digam respeito a recursos públicos ou a agentes públicos envolvidos com desvio de recursos?

Portanto, tenho este convencimento: é uma medida que deveríamos tratar com bastante atenção. Estou pedindo o apoio. Terminei de receber, há poucos minutos, a visita do Dr. Rodrigo Collaço, que já está de posse da cópia do projeto e que disse que vai acionar a Associação dos Magistrados Brasileiros para o apoio em torno dessa questão. Outras entidades do mundo jurídico poderiam também se manifestar, como a OAB, por exemplo, para que pudéssemos criar um clima propositivo, obviamente não específico com relação ao projeto que apresentei – volto a dizer que é um projeto extremamente singelo, que apenas coloca na frente de todos os outros processos os que envolvam agentes públicos ou recursos públicos.

Reprisar – como ouvi há poucos minutos, Senador Sibá Machado – nomes e ações e não sei o quê, para manter permanentemente acesa a crise e a situação, que precisa de ter solução, não apenas o mexe-mexe da guerra político-partidária, é o mais eficiente e é o que a população brasileira efetivamente exige e aguarda de todos nós.

Por isso, Sr. Presidente, deixo o registro dessa entrevista. Peço, inclusive, que ela conste, na íntegra, dos Anais desta sessão.

Mais uma vez, solicito apoio, para que o Projeto de Lei nº 268 possa ter tramitação célere, da mesma forma que precisamos dar tramitação célere aos processos penais que abranjam agentes públicos envolvidos com corrupção e com desvio de recursos públicos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço-lhe a gentileza.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

profunda desigualdade numa economia relativamente rica — 78% da população mundial vivem em países com renda *per capita* menor do que a nossa — não são enfrentadas estruturalmente. Ao invés do investimento público, reforçado pela redução da drenagem para pagamento de juros e serviços da dívida, prossegue o déficit primário da educação, da qualificação profissional e do emprego formal. Na emergência da miséria gritante, a bolsa circunstancial, que, em meio a garantias da sobrevivência básica, nutre o caminho eleitoral.

Assim, judicializa-se a questão criminal e o crime vai capturando também esferas do Judiciário. Sem integração e reestruturação de polícias e presídios, o engodo de mais prisão e “retirada de circulação” encobre a galopante e letal circulação de armas e cumplicidades. A venda de sentenças reforça a exaltação, para a juventude, da trajetória esperta e magis-

tral onde tudo se compra para subir no tribunal do poder, do prestígio e do efêmero que pereniza.

Assim, a convocação operária, liderada pelo gigantesco aparato das grandes centrais sindicais, oferece casas no lugar de causas e imóveis sorteados para domesticar a mobilização. Pão individual, algum circo e preito ao capital substituindo consciência e organização dos que vivem do trabalho.

Assim... Ah, não! Não há apenas neoconformismo neste país em que os governantes costumam sair da História para cair na vida. Nem todos se acomodaram na terra de Macunaima, “o herói sem nenhum caráter”. Nem tudo se diluiu. O pulso ainda pulsa e, aos poucos, cresce a consciência do grande mal-estar. Santo Agostinho dizia que “só mudamos impulsionados por um grande amor ou por uma grande dor”. Uma molecular rede, em todos os aspectos da vida social, revela que há solidariedade e luta cidadã. A percepção aguda de nossas dores aumenta, e nos põe em movimento.

CHICO ALENCAR é deputado federal (PSOL-RJ).

EDITORIA:

País

DINHEIRO PÚBLICO NO RALO: Entidade defende a criação de varas especializadas em crimes do colarinho branco

## ‘O Judiciário tem de dar resposta à sociedade’

Presidente da Associação de Magistrados propõe que processos de corrupção tenham prioridade nos tribunais

ENTREVISTA

Rodrigo Collaço

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Rodrigo Collaço, de 42 anos, veio ao Rio semana passada para um evento de importância histórica para os juizes. Ele recebeu do presidente do Tribunal de Justiça, José Carlos Murta Ribeiro, as chaves de uma sala no prédio do tribunal que tinha sido tomada da AMB pelo ex-presidente do TJ Sérgio Cavalieri, em represália pela posição da entidade contra o nepotismo no Judiciário. “A retomada dessa sala tem importância simbólica para os juizes”, diz Collaço. Vencida essa batalha, a AMB está decidida agora a entrar em outra possível polêmica. Vai enviar ao Conselho Nacional de Justiça um ofício propondo que o Judiciário passe a dar prioridade ao julgamento de processos de corrupção, que envolvam des-

Ass: Ideli Solvath

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

vio de recursos públicos e autoridades com direito a foro privilegiado. "A sociedade tem razão de cobrar, porque realmente não tem havido julgamento em tempo razoável dessas causas", diz Collaço, que recebeu O GLOBO num hotel em Copacabana, antes de pegar um voo para Florianópolis, sua cidade natal. "Os juízes precisam ser independentes para julgar, mas o Judiciário não precisa ser independente do sentimento do povo".

**Rodrigo Taves**

**O GLOBO:** Qual a idéia central do movimento que a AMB vai iniciar?

**RODRIGO COLLAÇO:** A idéia central é que o Judiciário, como um dos poderes do Estado, deve ter política judiciária para fazer frente às demandas da sociedade. Há uma demanda clara da sociedade, legítima na minha visão, no sentido de que o Judiciário julgue processos que dizem respeito à corrupção. A corrupção é vista como um fenômeno que precisa ser combatido, e o Judiciário pode adotar políticas para julgar esses processos. O momento exige que, além de combater a morosidade processual, o Judiciário dê prioridade de julgamento de processos importantes nas seguintes áreas: combate à corrupção, defesa do patrimônio público e julgamento de autoridades com foro privilegiado. Se o Judiciário estabelecer política de priorizar esses processos, vamos dar uma resposta à sociedade. Vamos procurar o CNJ e pedir que seja criada uma política judiciária no Brasil de combate à corrupção. Precisamos julgar com mais rapidez casos com relação ao patrimônio público.

• Hoje, a população reclama que os crimes de colarinho branco nunca são julgados. Por que isso ocorre?

**COLLAÇO:** A sociedade tem razão, porque realmente não tem havido julgamento em tempo razoável dessas causas. Hoje, como o Judiciário demora para definir se essas pessoas são culpadas ou inocentes, essa discussão acaba na mídia. Leva a uma situação em que as provas do processo acabam sendo usadas para convencer a opinião pública, e não para o Judiciário dizer se as pessoas são culpadas ou

inocentes. Chegamos a essa situação porque o Judiciário é acostumado a reagir a isso sem alterar sua postura.

• Que mudanças serão necessárias?

**COLLAÇO:** Se elegermos esses processos de corrupção como prioritários, vamos descobrir outros problemas: a existência do foro privilegiado, a falta de estrutura do STF para instruir processos. A gente sabe que os ministros estão assoberbados e não têm tempo para ouvir testemunhas e coletar provas. Temos de pensar em alterar o regimento interno do STF para permitir a convocação de juízes para coletar provas. No STJ a mesma coisa, não são tribunais preparados para colher provas. Quando estabelecermos isso como prioridade para o Judiciário, vamos estruturar esses tribunais para dar essa resposta e ter condições de julgar os agentes políticos detentores de foro privilegiado. Vamos estabelecer as políticas para superar esses gargalos e obstáculos.

• Há algum esforço bem-sucedido no Judiciário brasileiro?

**COLLAÇO:** Existem experiências positivas. Uma delas é a do Rio Grande do Sul, onde há uma câmara especializada do TJ para julgar prefeitos e vereadores. Não há estado no país que tenha mais prefeitos e vereadores punidos que o Rio Grande do Sul, porque lá houve especialização e os desembargadores têm apoio técnico no tribunal para julgar esses casos.

• A AMB vai propor que o RS seja usado como exemplo?

**COLLAÇO:** Sem dúvida. Esse

exemplo vitorioso pode servir para a especialização de varas de primeiro grau em todo o Brasil, em que os juízes tenham a ajuda de peritos e outras pessoas que possam colaborar na análise dessas provas. Nos tribunais de Justiça, podem ser criadas câmaras especializadas. Seguramente, se nós elegermos como prioridade o julgamento desses processos, vamos tomar uma série de medidas que naturalmente vão tornar os Judiciário apto a julgar essas causas.

• Para dar essa prioridade, basta uma decisão dos próprios juízes ou é necessário mudar a lei?

**COLLAÇO:** É uma decisão política. Estamos propondo uma decisão de política judiciária. O CNJ, criado recentemente, é um órgão de planejamento das políticas do Judiciário. Por isso, queremos que o CNJ dê andamento a essa pretensão da AMB, uma pretensão de grupos de juízes interessados em fazer frente a essa imagem da população de que a polícia trabalha bem e no Judiciário as coisas vão mal. Esses grupos nos sugerem que a própria magistratura chame para si a responsabilidade. Acharmos que o CNJ tem condição de transformar em prioridade para, com isso, os juízes mesmos darem a resposta, julgando rapidamente esses casos.

• A proposta é uma ruptura do modelo atual?

**COLLAÇO:** Acho que o Judiciário precisa dar um passo à frente e adotar técnicas de gestão que tenham relação com o sentimento da sociedade. Não é que agora vamos condenar todo mundo, não é isso. Quero deixar bem claro: é julgar; absolver ou con-

*"O Judiciário não precisa ser independente do sentimento do povo"*

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Obrigado, Senadora Ideli.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 70/2007 – GLPDT

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Senador Osmar Dias deixará de compor, a pedido, a Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento nº 401, de 2007.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Péres**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – O próximo orador inscrito para uma comunicação inadiável é o Senador Mão Santa, por cinco minutos. S. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim Morais que passa a presidir esta sessão e é Secretário da Mesa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado.

Senador Siba, V. Ex<sup>a</sup> nasceu no Piauí e por vontade própria ganhou o mundo, e por destinação de Deus baixou no Acre, e o povo e Deus lhe trouxeram para cá.

A história, Efraim, mostra que temos que valorizar a nossa cidade, a nossa Região. Almeida Lima estava a ler Sócrates quando propuseram que ele fosse exilado, na sua condenação. E o Sócrates responde que não. Se na cidade dele, na região dele não aceitavam as suas ações, as suas indagações, os seus ensinamentos, a sua verdade, ela não deveria ser aceita nas cidades dos outros. Aí ele foi condenado. Depois os amigos quiseram pagar uma multa, os amigos corromperam a polícia, Senador Botelho, para que ele fugisse. E ele disse que não ia fugir, porque queria se submeter à lei e à Justiça. Tinha sido condenado.

E, sem isso, não podemos viver. Nós estamos vivendo a democracia, que é o regime do povo, cujo fundamento é a lei. O próprio Ruy disse que só há um caminho e uma salvação, Augusto Botelho: é a lei, a

Justiça. Nós estamos nesse furacão das liberdades democráticas.

Senador Casagrande, já ouvi muita conversa aqui. Há quatro anos, era um tal de PPP. Tem o PP partido, mas tem o PPP, Parceria Público-Privada. Vamos mudar o mundo e levar o progresso. Conversa muita!

Agora, veio o tal de PAC, e a ilusão está aí. Com o PAC, veio a corrupção que nos envergonha.

Sobre o meu Piauí, Efraim, tem um artigo aqui de Zózimo Tavares: “Governo prepara uma nova licitação dirigida no Piauí”. Lá não deu certo. A voz do Governador foi gravada 17 vezes, muitas do seu vice e mais um HNI, homem não identificado. E esse homem não identificado envolvia Senadores daqui. Os mais suspeitos são Sibá, que nasceu no Piauí, eu, o Heráclito e o João Claudino. Mas os outros são suspeitos, porque o homem não identificado mete nas negociações espúrias o nome de um Senador. V. Ex<sup>a</sup> é Senador e é do Piauí.

O pior de tudo, Senador Efraim, é que depois de tudinho, “Governo prepara uma nova licitação dirigida no Piauí”, conforme Zózimo Tavares denuncia. Essa não deu certo, e vão buscar uma empresa grande que tenha capacidade de R\$10 milhões de capital social. Tiram todos do Piauí para botar esses aloprados grandes que estão aí a roubar os Estados pequenos. É a denúncia de Zózimo.

Ainda há alguma imprensa livre. Um jovem político, jornalista Mauro Sampaio, cuja família tem tradição política, escreve no Portal Acessepiauí – é uma grande inteligência e libertária. Ele está perplexo por que não colocam o Governador Dias entre os suspeitos já que ele foi flagrado, até dizendo que, se não desse certo, pediria eleição. Diz o jornalista Mauro Sampaio:

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que é citado em trechos das interceptações telefônicas da Operação Navalha divulgadas pela imprensa, não foi incluído entre os suspeitos da segunda fase de depoimentos a ser realizada em Brasília pela Ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

E vai aonde?

No Piauí, a “organização criminosa” montada por Zuleido Veras procurava, segundo as investigações em curso, desviar recursos do programa Luz para Todos através da intermediação de funcionários da Cepisa. Um dos presos, no dia 17 de maio, quando deflagrada a Operação Navalha, foi o então presidente da empresa, Jorge Targa.

Esse jornalista brilhante, Mauro Sampaio, acha estranho chamar-se o Governador do Maranhão, o Governador de Alagoas e excluir-se o Governador do Piauí, porque é do PT.

Sr. Presidente Efraim, um minuto é suficiente para eu reivindicar pelo Piauí que representamos e onde nascemos, assim como os Senadores Sibá Machado e Heráclito Fortes.

O Tribunal de Contas da União, ante toda essa vergonha, mandou parar a obra da Adução do Sudeste, uma água que vem lá de Pernambuco para servir Marcolândia, Simões, Caridade e Curral Velho. Só no superfaturamento dos canos foram quase R\$ 4 milhões, segundo o Tribunal de Contas. Da mesma forma, a BR-020, estrada concebida por Juscelino, de Fortaleza a Brasília. O trecho do Piauí está parado, porque foi superfaturado. O mesmo acontece com o projeto Luz para Todos.

Além disso, vim pedir ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB. Fazendo soar a campainha.) – Para concluir, eminente Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois não, um minuto é o suficiente. Em um minuto, Jesus nos ensinou o Pai-Nosso, que nos leva aos céus, e quero levar nesse minuto o Piauí a melhores dias.

Lembraria ao Presidente da República que foi muita promessa, e o povo do Piauí, enganado. O porto de Luís Correia, prometido, começado por Epitácio Pessoa, Efraim, que é da sua Paraíba, está parado. Faltam US\$10 milhões. A Estrada de Ferro Central do Piauí, que liga Teresina a Altos, Campo Maior, Piri-piri, Piracuruca, Cocal e Luís Correia, levou todos os votos ao Presidente Luiz Inácio, mas não se colocou um dormente novo. Está parado! Levaram-no a Presidente. A ponte que foi prometida para 150 anos de Teresina, Teresina vai fazer...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Efraim, meio minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Vou dar um minuto a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois não. A ponte era para comemorar os 150 anos. Teresina vai fazer 156 anos e só está o esqueleto, Almeida Lima. Senador Roriz, V. Ex<sup>a</sup> fez uma bela ponte. O PT do Piauí está há seis anos num lugar onde eu construí uma ponte em 87 dias. No mesmo rio, Heráclito fez uma, quando Prefeito, em 100 dias. Esse é o PT. O

hospital universitário, parado. O pronto-socorro municipal de Teresina, há mais de 20 anos. A universidade do Delta, a fábrica do leite em pó, a estrada do Transcarrado. Falavam em aeroporto internacional, mas não tem mais nem linha nacional, como em São Raimundo Nonato, e Parnaíba. E os projetos de saneamento? Efraim, dengue! Além do PT, que é desgraça muita, agora, o Piauí está sendo acabado e destruído pelo dengue. Imploro, ó Deus.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, e concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Papaléo Paes.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Sibá Machado, e dispõe de dez minutos.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, duas entidades sindicais de trabalhadoras e trabalhadores rurais, de agricultores e agricultoras familiares, estiveram em Brasília, apresentando suas pautas de reivindicações ao Executivo Federal e a este Congresso Nacional.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) realizou sua mobilização anual denominada de Grito da Terra Brasil. Aliás, eu gostaria de fazer dois registros aqui: o primeiro é o de que essa jornada anual teve origem nas lutas e nas mobilizações do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais da região amazônica, do qual participei ativamente; e o segundo é o de que essa mobilização resultou, em 1995, na criação do hoje conhecido Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Estiveram também em Brasília, durante toda a semana, agricultores familiares e lideranças da recém-criada Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf). A Fetraf realizou sua III Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar e também apresentou suas demandas e reivindicações a vários órgãos e a Ministérios, buscando melhores condições de trabalho, de renda e de vida no meio rural brasileiro.

Buscando atender alguns itens da pauta de reivindicações dessas duas entidades sindicais rurais, em cerimônia realizada na quarta-feira, dia 23,

no Palácio do Planalto, o Presidente Lula anunciou a destinação de R\$12 bilhões para o Plano Safra da Agricultura Familiar para o biênio 2007/2008. Esse é o maior valor já destinado na história do programa e 20% superior ao do ano passado. Desde 2002, o volume de recursos cresceu na ordem de 620%, passando de R\$2,3 bilhões, na safra 2002/2003, para R\$12 bilhões na safra 2007/2008. O objetivo desse aumento é o de incluir mais de um milhão de novas famílias no sistema de crédito por meio das linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf.

Na presença dos Ministros do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, da Secretaria Geral da Presidência, Luiz Dulci, e do Presidente do Incra, Rolf Hackbart, o Presidente Lula anunciou ainda outras novidades no Plano Safra. Entre outras medidas, anunciou a redução dos juros dos financiamentos do Pronaf e a ampliação de recursos para assistência técnica e comercialização da produção familiar. Essas medidas foram anunciadas em audiência com lideranças da Contag, recebidas pelo Presidente no Palácio do Planalto durante as mobilizações do Grito da Terra Brasil.

A agricultura familiar é um dos mais importantes segmentos econômicos do País, envolvendo 4,1 milhões de estabelecimentos rurais e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa 77% das ocupações do campo. É responsável ainda por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do nosso País.

Ainda durante a audiência entre o Presidente Lula e os movimentos sociais agrários, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, anunciou a meta de assentamentos de reforma agrária para este ano. Segundo S. Ex<sup>a</sup>, o Governo deverá assentar até cem mil famílias no ano de 2007. De acordo com o Ministro, além dos R\$12 bilhões de crédito e da redução dos juros do Pronaf, deverão ser feitas alterações dos limites de financiamento, renegociação das dívidas da agricultura familiar, suplementação de recursos em R\$100 milhões para a assessoria técnica e de outros R\$100 milhões para a suplementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da Conab.

Além do aumento de 20% dos recursos destinados para a agricultura familiar na safra de 2007/2008, as principais medidas anunciadas foram:

1. Redução de juros dos financiamentos do Pronaf: diminuição da taxa de juro em todas as faixas de financiamentos às unidades

familiares nas linhas de custeio e de investimento.

2. Ampliação dos limites de financiamento no Pronaf: aumento do teto para os empréstimos em todos os grupos, linhas e faixas de crédito.

3. Aumento dos limites de renda para os beneficiários do Pronaf: a renda bruta anual familiar para o enquadramento no Pronaf será reajustada em todos os grupos.

4. Solução das dívidas: constituição de grupo de trabalho integrado pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação dos movimentos sociais, para, em trinta dias, diagnosticar e apresentar soluções para o endividamento dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. De acordo com as Lideranças presentes no evento, os detalhes dessas medidas de renegociação serão divulgados no lançamento do Plano Safra em junho próximo.

5. Ampliação também dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário destinados ao PAA, que terá seus recursos ampliados em R\$100 milhões. Esse acréscimo deverá viabilizar o montante de R\$161,7 milhões para a modalidade de formação de estoques da agricultura familiar.

Essas são algumas das medidas anunciadas na semana passada. Sua confirmação deverá acontecer por ocasião do lançamento do Plano Safra 2007/2008, geralmente anunciado no mês de junho de cada ano.

Trago esses elementos a esta tribuna apenas para reforçar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento equitativo e sustentável de nosso País. Não é possível pensar em uma vida digna no campo brasileiro sem políticas públicas capazes de ampliar e de consolidar esse importante setor social e econômico. É fundamental, portanto, implementar essas medidas e mais: destinar recursos financeiros e humanos para realizar a tão sonhada reforma agrária no Brasil. A democratização da propriedade da terra é uma condição *sine qua non* para um Brasil mais justo e mais solidário.

Sr. Presidente, quero aqui felicitar os organizadores do 12º Grito da Terra Brasil, a Contag e a Fetraf, pelas negociações com o Governo Federal.

Durante os debates que fizemos na CPMI da Terra, ouvi de um estudioso da questão agrária no Brasil e no mundo algo que muito me preocupou. Ele disse que a única possibilidade de o setor agrário no Brasil ou em qualquer lugar do mundo oferecer uma renda satisfatória para as pessoas que dele vivem seria seguir o modelo norte-americano de esvaziamento quase total do campo, deixar poucas famílias no campo e transferir todas as demais para as cidades.

Com as contas que fez, chegou à seguinte conclusão: nos Estados Unidos, há uma população rural de 3,5 milhões de pessoas para uma produção econômica da ordem de US\$200 bilhões. Citou o caso chinês para fazer uma comparação: na China, há uma população rural de 400 milhões de pessoas para uma produção também da ordem de US\$200 bilhões. Ainda segundo ele, fazendo-se uma divisão *per capita*, percebe-se que os chineses estão numa condição de pobreza infinitamente maior do que aquela em que se encontram os norte-americanos.

Avaliou ele que devemos seguir o exemplo dos norte-americanos: esvaziar o campo e deixar alguns poucos empresários produzindo, para que, com a modernização, cheguemos a uma produção num patamar elevadíssimo e, na distribuição *per capita*, a uma população rural bastante abastada.

Perguntei a essa pessoa o que fazer com as pessoas que deixariam o campo. Ele disse, com todas as letras, que seria preferível que essas famílias fossem para as cidades receber recursos como os do Bolsa-Família por toda a sua vida sem sequer precisar trabalhar. O Estado construiria casas, daria uma pensão vitalícia a essas famílias, e, assim, estariam resolvidos, segundo ele, os graves conflitos do campo e, principalmente, o problema da fome.

Pergunto: quem paga essa conta? O erário público pagará essa conta? É concebível que pessoas em condições de trabalhar não trabalhem e recebam uma pensão vitalícia? Isso é salutar do ponto de vista da terapia ocupacional? Não estaríamos nós imputando ao País um desserviço brutal e induzindo outras famílias a seguir na mesma direção? E o que fazer dos pobres que já estão nas cidades, que também não têm do que viver?

Sr. Presidente, essas negociações que a Contag fez aqui fazem cair por terra uma tese como essa. O campo, no Brasil, é gerador de emprego, sim; o campo, no Brasil, é gerador de riquezas, sim. Dados do Ipea relativos ao ano de 2005 mostram que o setor agrário brasileiro contribuiu com 30% da construção

do PIB nacional, e, desses 30%, 10% são provenientes da reforma agrária, daquilo que produziram os participantes dos assentamentos da reforma agrária do nosso País.

Portanto, em situações parecidas com a do meu Estado, o Estado do Acre, onde quase 50% das questões agrárias do território já estão resolvidas, onde já conseguimos mais ou menos a pacificação no campo, onde já está muito bem distribuída a terra, está na hora de pautarmos a reforma agrária pela qualificação e não mais pela quantificação. Sabemos que, em outras regiões do País, isso ainda é muito difícil.

Saúdo as negociações e ressalto que o campesinato brasileiro dá uma resposta na área social, gerando emprego, e dá uma resposta na área econômica, gerando riquezas, levando paz e tranquilidade a todas as pessoas.

Parabenizo aqui, mais uma vez, o Grito da Terra Brasil e o Presidente Lula por tão brilhante negociação e pela satisfação que estamos levando a milhões de famílias do campesinato nacional!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Papaléo Paes.

Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tramita na Câmara dos Deputados a PEC nº 50, encaminhada pelo Poder Executivo, em 23 do mês passado, a qual prorroga, até o dia 31 de dezembro de 2011, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira, ou seja, a malfadada CPMF, e também a Desvinculação de Receitas da União, a DRU.

Trata-se de uma propositura que merece o nosso veemente repúdio, especialmente no que concerne à CPMF, contribuição que foi criada para prover recursos numa determinada circunstância, como se depreende pelo termo “provisória” e que, no entanto, após encerrada sua vigência, foi restabelecida uma vez, alterada e depois prorrogada em três ocasiões. A PEC de número 50, portanto, configura a quinta investida do Poder Público Federal no sentido de perpetuar uma contribuição que foi desvirtuada de suas finalidades e que causa malefícios imensos à economia brasileira e ao bolso do contribuinte.

A história da CPMF é bastante conhecida dos brasileiros. Criada em 24 de outubro de 1996, por sugestão e esforço pessoal do então Ministro Adib Jatene, destinava-se a financiar ações e serviços de saúde num momento em que os escassos recursos públicos não permitiam ofertar à população, principalmente à população carente, um atendimento minimamente razoável.

À época, foi criada com duração de dois anos, até janeiro de 1999, e sua alíquota foi fixada em 0,2% sobre todas as operações financeiras. Em janeiro de 1999, conforme previsto, a CPMF deixou de vigorar, mas por pouco tempo. Apenas cinco meses depois de extinta, foi restabelecida, em 17 de junho do mesmo ano, com alíquota agora fixada em 0,38% e vigência até junho de 2001. Sua alíquota seria reduzida, um ano depois, para 0,3%, o que não deixava de ser uma boa notícia para os contribuintes.

Entretanto, Sr. Presidente, os abusos recommençariam em dezembro de 2000, quando a contribuição foi prorrogada até março de 2003, voltando a alíquota ao patamar de 0,38%; e teriam continuidade em junho de 2002, quando uma nova emenda constitucional a prorrogou por mais dois anos; e em dezembro de 2003, quando novamente prorrogada até dezembro do ano em curso. E para coroar a desfaçatez no trato dessa questão, o Governo Federal encaminhou, no mês passado, a Proposta de Emenda Constitucional nº 50, já aludida, dilatando sua vigência até 31 de dezembro de 2011.

Há que se observar, nesse breve histórico, que as autoridades federais ludibriam a sociedade brasileira sucessivas vezes, pois a chamada Contribuição Provisória, como vimos, vem-se eternizando a ponto de muito tributaristas, empresários e contribuintes afirmarem que seria mais honesto e verdadeiro chamá-la Contribuição Permanente. Além disso, sua finalidade tem sido historicamente desvirtuada, pois os recursos que deveriam ser empregados para melhorar as condições do sistema público de saúde e promover a qualidade de vida da população serviram para todo fim, inclusive, ou principalmente, para o pagamento de juros da dívida pública, menos para financiar as ações e os serviços de saúde.

Esses, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já seriam motivos suficientes para rechaçarmos a CPMF. Entretanto, devemos levar em conta também que poucos tributos são tão nocivos à atividade produtiva quanto essa contribuição, que só atende aos interesses imediatistas e à sanha arrecadatória do Governo Federal.

Diz-se, a seu favor, que se trata de um tributo universal, pois atinge praticamente todos os cidadãos – na verdade, aqueles que movimentam dinheiro na rede bancária. Entretanto, não é uma contribuição progressiva: a alíquota única de 0,38%, aplicada indistintamente a todos, ricos e pobres, é fator de injustiça fiscal e de concentração de renda.

Além disso, por ser cumulativo, pune mais rigorosamente a produção de maior valor agregado, aquelas que desenvolvem produtos mais sofisticados e empregam mais tecnologia. Um bem, portanto, que resulte de uma cadeia produtiva extensa acaba sendo taxado em todas as etapas da produção, como ocorre com o chamado “tributo em cascata”.

Em recente artigo publicado no **Congresso em Foco**, o cientista político Paulo Kramer...

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Pois não, Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Papaléo Paes, meu aparte é no sentido de mostrar também a minha opinião favorável a que haja uma redução do percentual da CPMF, contribuição que já vigorou, no Brasil, com alíquota de 0,2%, passando depois para 0,38%. Agora, o Governo propõe que ela permaneça por prazo indeterminado também no mesmo patamar de 0,38%. Temos de fazer pelo menos duas modificações: uma é a sinalização da sua redução. O PSDB entende que não dá para acabar com a CPMF de um momento para outro, mas que se sinalize que ela será reduzida aos poucos, de 0,38% para 0,35%, em seguida para 0,32%, reduzindo-se ano a ano. E também que haja uma distribuição desses recursos, ou seja, que não fiquem apenas nas mãos do Governo Federal. Ainda ontem, no seminário realizado pelo nosso Partido, o PSDB, ouvimos a demanda dos Prefeitos e dos Governadores, que, embora sejam os responsáveis pela maior parte das obras realizadas no Brasil, recebem a menor parte dos recursos. É fundamental que a CPMF sofra essas duas alterações: uma, a favor do consumidor – a diminuição gradativa; a outra, a favor de Estados e Municípios – a distribuição justa.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Concordo plenamente com V. Ex<sup>a</sup> e ainda mais se é essa a orientação do nosso Partido. Sua intervenção será agregada ao meu discurso.

Ouçó o Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Papaléo Paes, o Senador Eduardo Azeredo já colocou

a posição do nosso Partido, o PSDB, e, com bastante clareza, V. Ex<sup>a</sup> fala da necessidade de haver uma alteração. Existem vários projetos tramitando no Congresso, mas há um, de minha autoria, que propõe a prorrogação da CPMF com a devida partilha com Estados e Municípios e com a redução da alíquota a partir de 2016 ou, se não me falha a memória, de 2014. Ainda ontem, no congresso de que participamos, vimos que, lamentavelmente, a União não pode abrir mão, de uma única vez, desse tributo, que é perverso, porque, como incide em cascata, onera todas as transações. Mas vamos trabalhar no Senado de tal forma que ele seja compartilhado e sofra uma redução, como disse o Senador Eduardo Azeredo, de forma gradual, para não penalizar o consumidor o brasileiro.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, peço o tempo a que tenho direito como acréscimo para encerrar meu pronunciamento.

Em recente artigo publicado no **Congresso em Foco**, o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília, cita argumentos e dados de uma palestra do economista Cláudio Adilson, da MCM Consultoria, para demonstrar a alta nocividade da CPMF.

Inicialmente, ele destaca o fato de que a alíquota da CPMF, embora reduzida, tem efeito cascata na economia, tendo proporcionado, no ano passado, uma arrecadação de R\$32 bilhões, o equivalente a 1,4% do Produto Interno Bruto. Somente este ano – observa Paulo Kramer – , a CPMF já gerou uma receita superior a R\$10.4 bilhões.

O economista Cláudio Adilson enfatizou que o extinto Imposto sobre Transações Financeiras – ITF, que era operado em diversos países de forma semelhante ao que ocorre com a CPMF hoje, no Brasil, “chegou a abalar o sistema financeiro por estimular a desintermediação”. Como resultado, foi logo abandonado nos Estados Unidos, na França, na Itália, no Japão e na Holanda, entre outros países.

“Na **nuestra** América, acostumada a cultivar o fracasso com sincero fervor” – argumenta Cláudio Adilson – , “o Brasil de hoje está praticamente sozinho, na companhia apenas da Colômbia (0,40%) e, claro, da Venezuela (0,50%), depois da Argentina, Equador, Peru e outros vizinhos terem pulado fora do ITF”.

Para ele, o repúdio praticamente universal a tributos como a CPMF, se justifica “pela redução da produtividade geral da economia, pelo desestímulo à

expansão do mercado de crédito, pela retração dos investimentos produtivos, (...) pelo aumento da sonegação e da informalidade, pela fuga de recursos para bancos do exterior, pela perda de competitividade, pelo agravamento das desigualdades regionais e pela manutenção dos juros altos”, entre outros fatores.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a CPMF tem se prestado, até hoje, à voracidade fiscal das autoridades federais. Para o contribuinte, representa apenas perda de competitividade, notadamente no mercado externo, sangria de recursos e convite à informalidade. Para o bem da economia nacional e em defesa do já expropriado contribuinte brasileiro, nós Senadores e nossos colegas da Câmara dos Deputados temos o dever de dizer não à prorrogação desse tributo odioso, votando contra a PEC nº 50.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Papaléo Paes.

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, logo após o Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de fazer uma comunicação de interesse partidário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pois não; V. Ex<sup>a</sup> já está devidamente inscrito.

Conforme anunciado, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que as coisas devem ficar sempre bem claras. Tenho sido, como todos os Senadores, abordado a respeito das explicações que V. Ex<sup>a</sup> apresentou à Casa no dia de ontem.

Por outro lado, dizendo, quase que como um mantra, que é matéria que estará sob a análise do Corregedor da Casa, que é matéria que já é alvo de uma representação na Comissão de Ética por parte do PSOL – quem assinou a representação foi a ex-Senadora Heloísa Helena – , que é matéria que está sendo repassada aos Senadores sob a forma de um dossiê, que está sendo enviado por V. Ex<sup>a</sup> a cada um dos seus pares, disse que nós temos visto um jogo em que V. Ex<sup>a</sup> tem apresentado as suas razões, buscando comprová-las documentalmente, e, de outra parte, palavras. Não coloco em risco a credibilidade de uma

revista absolutamente libertária e séria como é a revista **Veja**, mas são palavras. O advogado da senhora mãe da sua filha, enfim... palavras.

A pergunta é: haveria razão para se tomar qualquer passo mais radical em relação a V. Ex<sup>a</sup>? Eu digo que não tenho como, a esta altura, por um mero movimento de passar – e isso não é difícil – como o bommoço diante de uma opinião pública que está assustada com tantos casos de corrupção neste País, eu não tenho como, a esta altura dos acontecimentos, castrar o meu próprio mandato e fazer o que é o caminho mais fácil.

Entre os erros que cometi, inclusive na juventude, nunca estive o de buscar prejulgamentos ou de buscar a notoriedade pelo lado mais fácil. Não faço isso. Não faço isso.

Portanto, por exemplo, levando em consideração a palavra do Sr. Pedro Calmon e a de V. Ex<sup>a</sup>, não tenho dúvida nenhuma em dizer que acredito na palavra de V. Ex<sup>a</sup> e não na do Sr. Pedro Calmon. Até disse aos jornalistas lá fora que não está entre as dez figuras que mais admiro na minha vida. Citaria algumas outras, alguns estadistas: Winston Churchill, Charles De Gaulle, John Kennedy, Lenin, Getúlio Vargas. Citaria dez pessoas ilustres na frente de figura tão ilustre. Não sou, portanto, alguém de deixar o meu mandato ser castrado pela metade, dividir-se.

Logo, ou trariam essas pessoas do lado acusatório documentos, provas cabais contra V. Ex<sup>a</sup>, ou essas pessoas não teriam mesmo que ter guarida aqui na Casa porque, do que li e ouvi, o que V. Ex<sup>a</sup> ofereceu ontem foi muito mais forte.

Portanto, minha explicação foi feita ao meu estilo, do jeito que sou, já muito velho para mudar de estilo, e a repito da tribuna.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de comunicar que tenho recebido muitas assinaturas, muitos abaixo-assinados com relação ao PLC nº 122, que trata do crime de homofobia.

Recebi uma carta com várias folhas, contendo inúmeras assinaturas, da 1ª Igreja Batista em Itaipu, em Niterói, e outra, oriunda do Nordeste, da 1ª Igreja Batista Independente de Fortaleza, contendo também

muitas assinaturas de pessoas que se manifestam contra a aprovação desse projeto.

Também chega às minhas mãos um artigo do Sr. Olavo de Carvalho, publicado no **Jornal do Brasil**, tratando do tema.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já tive oportunidade, várias vezes, de me manifestar na tribuna desta Casa a respeito do PLC aprovado na Câmara dos Deputados no final do ano passado. Tenho a impressão de que os Srs. Deputados não atentaram para a extensão, para o alcance da lei que aprovaram.

Mas, de qualquer forma, estou aqui dizendo, Sr. Presidente, que o PRB, meu Partido, já se manifestou publicamente contrário à Lei. Vamos continuar com essa luta, com esse debate para que essa Lei seja aperfeiçoada. Do jeito que está, Sr. Presidente, acho que ela não pode ser aprovada na Comissão de Direitos Humanos. Se for, não poderá passar na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Se passar, não poderá ser aprovada no Plenário desta Casa. Se for, não poderá ser sancionada pelo Presidente da República. Se o for, deveremos recorrer ao Supremo Tribunal Federal, com o povo nas ruas, porque realmente é um crime, um atentado contra o livre pensamento, o direito de culto, e tantas outras garantias da nossa Constituição.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> teve uma atitude muito importante ontem. Todos nós Senadores e a Nação prestamos atenção nas palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Pudemos compreender a sua vontade de esclarecer todo e qualquer episódio sobre o qual foram levantadas dúvidas.

V. Ex<sup>a</sup> passou por um momento muito difícil do ponto de vista pessoal, familiar. Sua senhora, D<sup>a</sup> Verônica, inclusive, aqui esteve, em um gesto importante de coragem e de solidariedade.

A imprensa, hoje, levanta ainda algumas dúvidas a respeito de detalhes. Quero transmitir a V. Ex<sup>a</sup> que considero muito importante que haja essa oportunidade de esclarecimento completo dos episódios. Eu disse aos meus companheiros de Bancada que precisamos aguardar a oportunidade de esclarecimento completo. V. Ex<sup>a</sup> me afirmou que não há nada que possa significar qualquer forma de quebrar a ética do ponto de

vista do interesse público ou qualquer ilegalidade que, porventura, tivesse cometido V. Ex<sup>a</sup>.

Eu, que fui um dos Senadores que o elegeu para a Presidência do Senado, quero aguardar a oportunidade do esclarecimento completo desses episódios.

Considero importante que todos possamos colaborar para que tenha V. Ex<sup>a</sup> a oportunidade para que isso aconteça.

Eu gostaria de, pelo menos, registrar isso, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encerramos, na última Ordem do Dia, a discussão e o encaminhamento da Medida Provisória nº 349, de 2007. Fizemos um acordo de Lideranças de que a Ordem do Dia seria retomada nesta terça-feira exatamente pela votação dessa matéria.

Portanto, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que apressasse o início da Ordem do Dia, tendo em vista que há diversas matérias com votações nominais. Solicito também que, no momento da votação, V. Ex<sup>a</sup> peça para suspender os trabalhos da CPI do Apagão Aéreo, porque está havendo reunião da Comissão, e Membros da CPI precisam votar em plenário essas matérias.

Muito obrigado.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela ordem.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero reforçar a solicitação feita pelo Líder do Governo para que possamos iniciar as votações, e o Senado continue produzindo, como sempre fez, sob a Presidência de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a intervenção.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. Em seguida, vamos começar a Ordem do Dia.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 13 de fevereiro de 2007, juntamente com o Senador Alfredo Nascimento, hoje Ministro, e com os Senado-

res Jefferson Péres, José Agripino, Tasso Jereissati e Valdir Raupp, requeri que se realizasse, nesta Casa, uma sessão especial de homenagem ao 40<sup>a</sup> aniversário da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa. Eu soube que o dia 26 de junho, aos olhos da Mesa, seria uma boa data.

Como já se passaram alguns meses desde a solicitação, encareço à Mesa que marque, com urgência, essa data, para que possamos homenagear aquela agência de desenvolvimento da minha região.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Qual foi a indagação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sugiro a data do dia 26 de junho para a realização da sessão de homenagem ao 40<sup>o</sup> aniversário da Suframa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A sugestão de V. Ex<sup>a</sup> será devidamente atendida na forma do Regimento Interno.

Antes de conceder a palavra ao Senador Efraim Morais, para que leia o expediente que há sobre a mesa, quero dizer ao Plenário desta Casa exatamente o que eu disse ontem, repetindo as Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que não haverá, em momento nenhum, nesse processo, surpresa alguma com relação a mim. Sou responsável por todos os meus atos e, em qualquer momento que for necessário, demonstrarei que estarei sempre aqui, à altura da dignidade que este cargo exige.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

Ofício GSSS nº 346

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos, comunico a Vossa Excelência minha renúncia do Conselho de Ética, e solicito os bons préstimos no sentido de providenciar a exclusão do meu nome como membro titular.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, **Serys Sihessarenko**, Senadora da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1<sup>o</sup> Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 117/2007 – GLDBAG

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Epitácio Cafeteira para integrar como membro titular o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Em atendimento ao art. 6º da Resolução nº 20, de 1993 segue em anexo, a cópia da Declaração de Imposto de Renda do referido Senador.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 118/2007 – GLDBAG

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Pedro para integrar como 1º suplente o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 119/2007 – GLDBAG

Brasília, 29 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora Ideli Salvatti para integrar como 3ª suplente o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Em atendimento ao art. 6º da Resolução nº 20, de 1993 segue em anexo, a cópia da Declaração de Imposto de Renda da referida Senadora.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação as indicações dos Srs. Senadores Epitácio Cafeteira e João Pedro e da Senadora Ideli Salvatti, para integrarem o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar como titular, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lida a seguinte:

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2007

### Altera a redação do § 2º do art. 230 da Constituição Federal, para garantir a gratuidade do transporte coletivo urbano e intermunicipal à pessoa com deficiência

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 230 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 230. ....

.....

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos e as pessoas com deficiência é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos e intermunicipais. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

De acordo com o Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia 24 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. A maioria delas excluída do mercado de trabalho, pertencente a famílias de baixa renda e com idade entre 15 e 64 anos, fora, portanto, do alcance dos benefícios assistenciais concedidos as crianças e aos idosos.

Parcela considerável dessa população mora nos centros urbanos, o que torna o transporte público municipal imprescindível na busca de educação, trabalho e serviços de saúde. Entretanto, devido ao peso significativo do transporte no seu orçamento familiar, as pessoas com deficiência vêem diminuídas suas oportunidades de deslocamento, normalmente já prejudicadas pela baixa mobilidade que lhes é inerente. Com isso, tem maior dificuldade de acesso a escola e a qualificação profissional, distanciando-se cada vez mais da realização do sonho de inserção no mercado de trabalho.

Para corrigir essa flagrante injustiça social, a medida ora proposta visa conceder a esse segmento da população brasileira a gratuidade dos transportes coletivos urbanos que a Constituição garantiu aos maiores de 65 anos de idade e acrescenta o transporte intermunicipal. Afinal, muitos deficientes residem em municípios distintos aos do seu trabalho ou da sua



SENADOR

ASSINATURA

EM Siqueira  
Paulo

EM Siqueira  
PAULO DUQUE

~~Fl.~~

MOZARILDO

ROSEANA SARENY

~~Fl.~~

YAMARA BENE

Paulo Duarte

Juvelino

INSILIO PEREIRA

WALDIR RAUPP

~~Fl.~~

J. deli Sabate

~~Fl.~~

Paulo de Azevedo

SELYS SPHESSARENK

José Inácio

José Inácio

WALTER LUIS

~~Fl.~~

Delcídio

Delcídio

Patrícia Saboga

~~Fl.~~

Em Siqueira

CÉSAR MOURA

*LEGISLAÇÃO CITADA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

**Emendas Constitucionais****Emendas Constitucionais de Revisão**

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS  
TRANSITÓRIAS

**ÍNDICE TEMÁTICO****Vide texto compilado****PREÂMBULO**

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

(...)

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes nos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 633, DE 2007**

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, requero Votos de Aplauso ao Colégio Nossa Senhora das Graças, que comemora nesta data cem anos de sua existência. Com o lema: “Educando gerações a serviço da vida”, contribuiu de forma positiva para a formação de uma próspera sociedade parnaibana e de ilustres cidadãos e cidadãs, que hoje figuram nas mais belas páginas da história política, social e empresarial do Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007. – Senador **Mão Santa**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 634, DE 2007**

Nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, com as modificações advindas da Resolução nº 37/95, comunico à Presidência da Casa que durante o período compreendido entre os dias 30 de maio a 12 de junho, inclusive, estarei ausente do País, em Missão Oficial, representando o Senado Federal a convite da Missão Fecomércio – China 2007, que se realizará em Beijing e Shanghai, China.

Requeiro, ainda, em razão desses eventos, com fulcro no art. 13 do Regimento Interno da Casa, seja o mencionado período considerado como representação a Serviço da Casa.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2007. – **Jarbas Vasconcelos**, Senador da República.

**REQUERIMENTO Nº 635, DE 2007****Requerem a realização de Sessão Especial do Senado Federal em homenagem ao 40º aniversário de criação da Suframa.**

Requeremos, de acordo com o art. 199, do Regimento Interno, e considerando a relevância da Superintendência da Zona Franca de Manaus para a economia brasileira e para a redução das desigualdades regionais, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, em homenagem ao 40º aniversário de criação desse importante órgão, que transcorre no dia 28 de fevereiro de 2007.

**Justificação**

Criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, pela Lei nº 3.173, a Suframa é uma idéia que deu certo, representando hoje o Pólo Industrial de Manaus um notável centro de tecnologia industrial. No ano passado, o PIM registrou recorde de faturamento, com US\$22 bilhões. A comemoração desse quase meio século da Suframa merece a comemoração que ou requeremos, pelo seu significado econômico e, sobretudo, social. Graças ao Pólo Industrial de Manaus, a região ganhou condições para desenvolver-se, beneficiando suas populações. Ademais, o PIM, nesses 40 anos, assumiu posição de relevo na economia nacional, inclusive como exportador de produtos eletrônicos. O Pólo tem tudo para ser, agora, detentor da produção de televisores digitais no Brasil, em função do nível avançado de tecnologia que hoje o caracteriza.

Sala das Sessões, 29 de março de 2007. – Senador **Arthur Virgílio** – Senador **Alfredo Nascimento** – Senador **Valdir Raupp** – Senador **Jefferson Péres** – Senador **José Agripino** – Senador **Tasso Jereissati**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão apreciados oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 230, de 2007**, de 22 do corrente, do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura a situação de desrespeito aos direitos de crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais da Câmara Municipal de São Paulo, manifestando-se sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999.

O expediente será juntado ao processado da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu, do Presidente da Câmara Municipal de Biritiba Mirim, o **Ofício nº 353**, na origem, de 9 do corrente, manifestando-se sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2005 – Complementar**.

O expediente será juntado ao processado da matéria, que aguarda inclusão em Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra às Senhoras e aos Senhores Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10 horas, destinada a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, nos termos do Requerimento nº 502, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko e outros senhores senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Efraim Morais.

São lidos os seguintes:

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 283, DE 2007

Altera os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre direitos de passageiros sujeitos a atrasos superiores a duas horas em seus vôos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 230 e 231 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 230.** Em caso de atraso da partida em mais de duas horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro em vôo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem.

*Parágrafo único.* Além do disposto no *caput*, o passageiro será indenizado de imediato e em moeda nacional, em quantia igual ao valor pago pelo bilhete de passagem. (NR)”

**“Art. 231.** Quando o transporte sofrer atraso em aeroporto de escala por período superior a duas horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço.

§ 1º Além do disposto no *caput*, o passageiro será indenizado de imediato e em moeda nacional, em quantia igual ao valor pago pelo bilhete de passagem.

§ 2º Todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil. (NR)''

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor 90 dias após sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), instituído pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, completou vinte anos de existência. Nesse período, a tecnologia de transporte aéreo foi incrementada significativamente no que concerne às aeronaves e à infra-estrutura aeroportuária.

As transformações e melhorias ocorridas no período tornaram possível às empresas de transporte aéreo, bem como às empresas de administração da infra-estrutura aeroportuária, realizarem embarques, desembarques, desembarços de bagagens e operações de taxiagem, de forma bem mais expedita e segura do que na época da criação do Código Brasileiro de Aeronáutica.

Desta maneira, cabe revisar seus arts. 230 e 231, que dispõem sobre direitos que cabem aos passageiros quando submetidos a atrasos. Nossa proposta reduz de quatro para duas horas o período necessário para que esses direitos possam ser reclamados.

Além disso, propomos que a empresa transportadora indenize os passageiros pelo atraso em valor igual ao preço da passagem comprada. Essa indenização deverá ser efetuada independentemente da eventual finalização do serviço de transporte ou do ressarcimento dos valores inicialmente pagos, situações já previstas no atual texto do CBA.

Assim, ante o elevado mérito da proposta aqui contida, peço o apoio dos nobres Parlamentares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.



Senador RENATO CASAGRANDE

### LEGISLAÇÃO CITADA

## LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

*Código Brasileiro de Aeronáutica. (Substitui o Código Brasileiro do Ar)*

---

### TÍTULO VII Do Contrato de Transporte Aéreo

---

#### CAPÍTULO II Do Contrato de Transporte de Passageiro

##### SEÇÃO I Do Bilhete de Passagem

Art. 227. No transporte de pessoas, o transportador é obrigado a entregar o respectivo bilhete individual ou coletivo de passagem, que deverá indicar o lugar e a data da emissão, os pontos de partida e destino, assim como o nome dos transportadores.

Art. 228. O bilhete de passagem terá a validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua emissão.

Art. 229. O passageiro tem direito ao reembolso do valor já pago do bilhete se o transportador vier a cancelar a viagem.

Art. 230. Em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, se o passageiro o preferir, o valor do bilhete de passagem.

Art. 231. Quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 4 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço.

Parágrafo único. Todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil.

Art. 232. A pessoa transportada deve sujeitar-se às normas legais constantes do bilhete ou afixadas à vista dos usuários, abstendo-se de ato que cause incômodo ou prejuízo aos passageiros, danifique a aeronave, impeça ou dificulte a execução normal do serviço.

Art. 233. A execução do contrato de transporte aéreo de passageiro compreende as operações de embarque e desembarque, além das efetuadas a bordo da aeronave.

§ 1º Considera-se operação de embarque a que se realiza desde quando o passageiro, já despachado no aeroporto, transpõe o limite da área destinada ao público em geral e entra na respectiva aeronave, abrangendo o percurso feito a pé, por meios mecânicos ou com a utilização de viaturas.

§ 2º A operação de desembarque inicia-se com a saída de bordo da aeronave e termina no ponto de intersecção da área interna do aeroporto e da área aberta ao público em geral.

.....  
*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, DE 2007

Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para obrigar o locador a comunicar, aos fiadores do inquilino, a inadimplência deste, bem como limitar, nos contratos de locação, o prazo da fiança, quando este não tenha sido expressamente ajustado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 22 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar acrescido do inciso XI:

“Art. 22. ....  
.....

XI – levar ao conhecimento dos fiadores o surgimento de qualquer violação dos encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, no prazo estipulado ou, em sua falta, até o décimo dia útil do mês seguinte, por meio de carta registrada.

.....(NR)”

**Art. 2º** O art. 39 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. Exceto a fiança, que se limita ao período originalmente contratado, as garantias da locação se estendem até a efetiva devolução do imóvel, salvo disposição contratual em contrário. (NR)”



**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa alterar a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que *dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes* (Lei do Inquilinato), para incentivar o crescimento do setor imobiliário no País.

Devido aos freqüentes casos de inadimplência no pagamento de aluguéis e encargos, a cláusula de fiança nos contratos de locação de imóveis urbanos vem sendo objeto de preocupação cada vez maior da doutrina e da jurisprudência de nossos tribunais.

Em regra, o prazo da fiança estipulada em tais contratos decorre da norma prevista no art. 39 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, segundo o qual a fiança deve manter o fiador atrelado ao contrato de locação, caso o inquilino, após o vencimento do ajuste, continue a residir no imóvel alugado, por mais de trinta dias, sem oposição do locador (neste caso, o § 1º do art. 46 da Lei do Inquilinato presume que houve a prorrogação do contrato de locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições inicialmente fixadas).

A Lei do Inquilinato prevê também a possibilidade de ajuste da fiança por prazo certo. Note-se que o art. 39 da lei estabelece que as garantias da locação se estendem até a devolução das chaves, **salvo disposição contratual em contrário**. Dessa forma, se, no contrato de locação, for ajustada fiança por prazo certo, ficará valendo tal ajuste.

Em consonância com o art. 39, dispõe o art. 40, inciso V, da Lei do Inquilinato que ao locador é permitido exigir novo fiador do inquilino, caso haja prorrogação da locação por prazo indeterminado e a fiança tenha sido inicialmente ajustada por prazo certo.

Conclui-se, enfim, que a lei é clara e apresenta interpretação unívoca, no que se refere à cessação da responsabilidade do fiador: será no vencimento do prazo originalmente estipulado para o contrato de locação, caso tenha sido esse o ajuste; ou será no instante da entrega das chaves às mãos do locador, caso assim se tenha convencionado ou, simplesmente, caso o contrato seja omissivo sobre o assunto.

E, de fato, até 2 de outubro de 1998 – data de publicação da Súmula nº 214 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) –, os tribunais entendiam, de forma pacífica, por força dos arts. 39 e 40, V, da Lei do Inquilinato, que a responsabilidade dos fiadores se estendia até a efetiva devolução do imóvel locado, com a entrega das chaves às mãos do locador. O inquilino que continuasse a residir no imóvel por mais de trinta dias, sem oposição do locador, apesar do vencimento do contrato de locação, tinha direito, até então, à prorrogação do aluguel por tempo indeterminado, mantendo as modalidades de garantia da locação, em especial, a fiança.

A Súmula nº 214 do STJ adveio, com o seguinte teor:

O fiador não responde por obrigações resultantes de aditamento ao qual não anuiu.

Por conseguinte, desde a edição da súmula, o STJ tem limitado o alcance da garantia graciosa, determinando que o fiador não é mais responsável pelos aluguéis e demais encargos da locação, vencidos após a prorrogação do contrato, sem a sua anuência.

Com efeito, dar continuidade à fiança ou ampliar a extensão dela, sem expressa declaração de vontade do fiador, é ofender a interpretação restritiva, exigida pela lei, que as garantias graciosas devem ter (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 — Código Civil, art. 819).

Uma alteração simples no art. 39 da Lei do Inquilinato bastará para harmonizar a legislação com o entendimento do STJ.

Outrossim, a sistemática atual da Lei do Inquilinato dispensa do fiador a comunicação da mora do inquilino. É comum que os fiadores somente saibam da existência da dívida, decorrente do inadimplemento da obrigação, ao serem citados pela Justiça, para pagar o débito, em 24 horas, isto é, após a propositura da ação de execução pelo locador.

Independentemente da condição que o fiador ostente – idôneo ou não –, este deveria ser informado a respeito do inadimplemento contratual do inquilino afiançado, o que poderia ser feito por meio de carta registrada.

Daí a inserção de um inciso XI no art. 22 da Lei do Inquilinato: a comunicação da inadimplência ao fiador permitirá que ele pague os débitos atrasados do inquilino, antes do incremento da dívida pelos encargos decorrentes do inadimplemento (multa, juros moratórios, correção monetária, etc.), evitando a inclusão do seu nome no serviço de proteção ao crédito e a ação de execução na Justiça.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos balizando, no País, de modo mais equânime, as relações jurídicas entre locadores e inquilinos de imóveis urbanos.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
Senador VALDIR RAUPP

## LEGISLAÇÃO CITADA

### **LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.**

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

---

#### SEÇÃO IV

##### Dos deveres do locador e do locatário

Art. 22. O locador é obrigado a:

I - entregar ao locatário o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina;

II - garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III - manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

IV - responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

V - fornecer ao locatário, caso este solicite, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

VI - fornecer ao locatário recibo discriminado das importâncias por este pagas, vedada a quitação genérica;

VII - pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente ou de seu fiador;

VIII - pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro complementar contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel, salvo disposição expressa em contrário no contrato;

IX - exhibir ao locatário, quando solicitado, os comprovantes relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

X - pagar as despesas extraordinárias de condomínio.

Parágrafo único. Por despesas extraordinárias de condomínio se entendem aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, especialmente:

a) obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;

b) pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;

c) obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;

d) indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;

e) instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;

f) despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;

g) constituição de fundo de reserva.

---

Art. 39. Salvo disposição contratual em contrário, qualquer das garantias da locação se estende até a efetiva devolução do imóvel.

---

Art. 40. O locador poderá exigir novo fiador ou a substituição da modalidade de garantia, nos seguintes casos:

---

V - prorrogação da locação por prazo indeterminado, sendo a fiança ajustada por prazo certo;

---

## CAPÍTULO II

### Das Disposições Especiais

#### SEÇÃO I

##### Da locação residencial

Art. 46. Nas locações ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, independentemente de notificação ou aviso.

§ 1º Findo o prazo ajustado, se o locatário continuar na posse do imóvel alugado por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir - se - á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato.

§ 2º Ocorrendo a prorrogação, o locador poderá denunciar o contrato a qualquer tempo, concedido o prazo de trinta dias para desocupação.

---

### LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

Institui o Código Civil.

---

Art. 819. A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva.

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 285, DE 2007

Acrescenta o art. 59-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, *que Estabelece normas para as eleições*, para garantir o direito ao sigilo do voto eletrônico ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 59-A:

**Art. 59-A.** Para garantir ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual o direito ao sigilo do voto por meio eletrônico, ser-lhe-á assegurado o uso de fone de ouvido ou outro instrumento apto a lhe informar, reservadamente, a opção eleitoral efetuada, antes que confirme a sua escolha.

**Art. 2º** O Tribunal Superior Eleitoral deverá expedir instruções para a execução desta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora submetemos à consideração dos nobres colegas tem o objetivo de garantir ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual o direito ao sigilo do voto por meio eletrônico.

Para tanto, estamos propondo que seja assegurado a esses eleitores o uso de fone de ouvido ou outro instrumento apto a lhes informar, reservadamente, a opção eleitoral efetuada, antes que confirme a sua escolha, no momento da votação.

Ocorre que embora por interpretação extensiva do disposto no art. 150, III, do Código Eleitoral possa ser entendido que tal direito está garantido, na prática isso não tem ocorrido.

O art. 150, III do Código Eleitoral, (combinado com o art. 53, II, da Resolução nº 22.154, de 2006, do Tribunal Superior Eleitoral) estatui que o eleitor portador de necessidade especial de caráter visual poderá votar fazendo uso de qualquer instrumento mecânico que portar ou lhe for fornecido pela mesa receptora de votos.

Tal norma foi originariamente elaborada tendo como base o voto em cédula. Talvez por isso alguns juízes eleitorais vêm entendendo que o fone de ouvido não se inclui entre os instrumentos mecânicos e muitos eleitores portadores de necessidade especial de caráter visual só têm conseguido votar com a ajuda de um acompanhante, o que pode comprometer o sigilo do voto.

Por essa razão, muitos desses eleitores têm reivindicado o direito ao uso de fone de ouvido para que possam confirmar a opção eleitoral efetuada.

E é exatamente para atender à reivindicação desses eleitores que estamos apresentando este projeto de Lei, que propõe o acréscimo de artigo à seção da Lei nº 9.504 que trata do sistema de votação eletrônica.

Em razão da relevância social da matéria, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o acolhimento da presente proposição.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
Senador VALDIR RAUPP

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997.**

Estabelece normas para as eleições.

---

**Do Sistema Eletrônico de Votação e da Totalização dos Votos**

**Art. 59.** A votação e a totalização dos votos serão feitas por sistema eletrônico, podendo o Tribunal Superior Eleitoral autorizar, em caráter excepcional, a aplicação das regras fixadas nos arts. 83 a 89.

§ 1º A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e fotografia do candidato e o nome do partido ou a legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com a expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

§ 2º Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido seja digitado de forma correta.

§ 3º A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.

§ 4º A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, resguardado o anonimato do eleitor. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 5º Caberá à Justiça Eleitoral definir a chave de segurança e a identificação da urna eletrônica de que trata o § 4º. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 6º Ao final da eleição, a urna eletrônica procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 7º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Redação dada pela Lei nº 10.740, de 1º.10.2003)

§ 8º O Tribunal Superior Eleitoral colocará à disposição dos eleitores urnas eletrônicas destinadas a treinamento. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.408, de 10.1.2002)

---

**LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965.**

Institui o Código Eleitoral.

---

Art. 150. O eleitor cego poderá:

I - assinar a fôlha individual de votação em letras do alfabeto comum ou do sistema Braille;

II - assinalar a cédula oficial, utilizando também qualquer sistema;

III - usar qualquer elemento mecânico que trouxer consigo, ou lhe fôr fornecido pela mesa, e que lhe possibilite exercer o direito de voto

---

**RESOLUÇÃO Nº 22.154**

Dispõe sobre os atos preparatórios, a recepção de votos, as garantias eleitorais, a totalização dos resultados, a justificativa eleitoral, a fiscalização, a auditoria e a assinatura digital.

---

Art. 53. Para o exercício do voto, ao eleitor portador de necessidade especial de caráter visual será assegurado (Código Eleitoral, art. 150, I a III):

II - o uso de qualquer instrumento mecânico que portar ou lhe for fornecido pela mesa receptora de votos;

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 286, DE 2007

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a concessão de férias proporcionais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 134 do Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 134.....

.....

§ 3º Excepcionalmente, aos empregados contratados há pelo menos seis meses, poderão ser concedidas férias proporcionais em um só período, após o que, iniciar-se-á novo período aquisitivo.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de Lei tem por finalidade garantir o amplo e irrestrito cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal que garante férias remuneradas acrescidas de, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Ocorre que aqueles empregados que já contam com seis meses ou mais de trabalho, mas ainda não completaram um ano, não têm reconhecido seu justo direito ao gozo de férias proporcionais.

Isso cria inúmeras dificuldades, como a impossibilidade de férias familiares no período escolar, ainda mais se consideramos o alto nível de estresse a que está submetida a classe trabalhadora de nosso país.

É necessário que possamos garantir que esses trabalhadores tenham disponibilidade de tempo para suprir os cuidados especiais demandados por seus dependentes.

A presente iniciativa pretende equacionar, da melhor forma possível, o problema desses milhares de brasileiros, razão pela qual temos a certeza que contaremos com o apoio dos nossos pares.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
Senador VALDIR RAUPP

### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1964

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

---

#### SEÇÃO II

#### DA CONCESSÃO E DA ÉPOCA DAS FÉRIAS (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

Art. 134 - As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.  
(Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 1º - Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

§ 2º - Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez. (Incluído pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

---

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

---

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

---

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

---

*(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 287, DE 2007

Altera o § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para estabelecer pena mais rigorosa para o traficante considerado primário.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 33. ....**

.....  
§ 4º Nos delitos definidos no *caput* e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois quintos, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição pretende estabelecer pena mais rigorosa para os condenados pela prática do crime capitulado no art. 33, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, ainda que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

É que a causa especial de diminuição da pena prevista no parágrafo quarto, do art. 33, da Lei que estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, tem gerado incongruências em sua aplicação, em especial se considerada a aplicação da lei penal no tempo (art. 2º e seu parágrafo único, do Código Penal).

Afinal, pela antiga Lei Antidrogas (Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976) a pena mínima a que estava sujeito um traficante (art. 12) era de 3 (três) anos de reclusão. A novel legislação, buscando melhor reprimir a conduta do tráfico ilícito de entorpecentes, aumentou a pena para um mínimo de 5 (cinco) anos de reclusão (art. 33).

Sucedo que, ante a disposição de seu citado parágrafo quarto, na prática, o traficante primário restou sujeito a penas mínimas inferiores a 2 (dois) anos.

Tal situação vem sendo objeto de preocupação nos meios especializados, como se pode conferir do artigo de opinião "*O crime compensa? Com a nova lei de drogas (Lei nº 11.343/06), sim*" constante do último número da Revista PHOENIX, publicação oficial do Sindicato Nacional dos Delegados de Polícia Federal (p. 78, ed. VIII, ano III, 2006).

Este o contexto, propomos a redução dos coeficientes de redução das penas dos atuais de "*um sexto a dois terços*" para "*um sexto a dois quintos*", de modo que mesmo no maior índice de redução a pena em concreto não fique menor que a prevista pela lei anterior.

Em suma, consideramos que a inovação legislativa proposta é conveniente e oportuna. Em vista disso, conclamamos os Nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
Senador VALDIR RAUPP

### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### **LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.**

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

---

#### CAPÍTULO II

#### DOS CRIMES

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

---

## **DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.**

Código Penal.

---

### **Lei penal no tempo**

Art. 2º - Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

Parágrafo único - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

# PROJETO DE LEI DO SENADO

## Nº 288, DE 2007

Acrescenta parágrafo único ao art. 121, altera o art. 126 e acrescenta parágrafo único ao art. 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para permitir a participação em assembleia-geral por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, e para instituir o requisito de depósito prévio do instrumento de mandato para a representação do acionista em assembleia-geral.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Acrescente-se o parágrafo único ao art. 121 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a seguinte redação:

**“Art. 121. ....**

*Parágrafo único.* O acionista poderá participar da assembleia-geral por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, na forma prevista no estatuto da companhia e conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. (NR)”

**Art. 2º** O art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 126. As pessoas presentes à assembléia deverão provar a sua qualidade de acionista, podendo fazê-lo por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, observadas as seguintes normas:

.....

§ 1º Desde que o instrumento de mandato seja depositado na companhia com antecedência de até quarenta e oito horas antes da ~~data~~ marcada para a realização da assembléia-geral, o acionista pode ser representado na assembléia-geral por procurador constituído a menos de um ano, que seja acionista, administrador de companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

.....

§ 5º Para os fins previstos no § 1º, o instrumento de mandato poderá ser depositado por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, na forma prevista no estatuto da companhia e conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários. (NR)”

**Art. 3º** Acrescente-se o parágrafo único ao art. 127 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com a seguinte redação:

“Art. 127. Antes de abrir-se a assembléia, os acionistas assinarão, podendo fazê-lo por meio de assinatura eletrônica com certificação digital, o “Livro de Presença”, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares.

*Parágrafo único.* Considera-se presente em assembléia-geral para todos os efeitos desta Lei o acionista à distância que registrar sua presença por meio de assinatura eletrônica e certificação digital, na forma prevista no estatuto da companhia e conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (NR)”

**Art. 4º** O *caput* do art. 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 130.** Dos trabalhos e deliberações da assembléia será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que poderão assiná-la por meio de assinatura eletrônica com certificação digital. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembléia. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

..... (NR)”

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei tem por objetivo aperfeiçoar a lei das sociedades por ações em dois aspectos pontuais.

A atual redação do art. 126 da lei das sociedades anônimas adequadamente permite ao acionista votar na assembléia-geral por meio de procurador. Não há previsão, no entanto, de dispositivo que determine o depósito do instrumento de mandato em prazo razoável antes da realização da assembléia. Essa lacuna impede a prévia e criteriosa análise dos documentos pela companhia, o que colabora para sobrecarregar os trabalhos imediatamente no momento da assembléia-geral.

Muitas vezes, o capital da companhia é formado por milhares de acionistas que optam pela participação por meio de procurador. A exigência de depósito prévio do instrumento por disposição estatutária ou do edital não é suficiente para compelir o acionista a entregá-lo antecipadamente, de acordo com orientação geral da Comissão de Valores Mobiliários (Ofício-Circular nº 001, de 2007), razão pela qual propomos a modificação do § 1º do art. 126, para instituir o prazo de até quarenta e oito horas antes da realização da assembléia-geral.

A outra alteração se refere à autorização expressa conferida às companhias para a utilização de assinaturas eletrônicas e certificados digitais nas deliberações da assembléia-geral, conforme regulamentado no estatuto da companhia e pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso das companhias abertas. Essa medida, em conjunto com a aprovação do Projeto de Lei nº 7.316, de 2006 (em apreciação na Câmara dos Deputados), que cuida do uso de assinaturas eletrônicas e de certificados digitais, irá propiciar a modernização da tecnologia utilizada nas deliberações das companhias, de modo a dotá-las de mecanismos mais céleres e efetivos.

Contamos com o apoio dos dignos Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
Senador VALDIR RAUPP

### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### **LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.**

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

---

#### CAPÍTULO XI

#### Assembléia-Geral

#### SEÇÃO I

#### Disposições Gerais

Art. 121. A assembléia-geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

## Legitimação e Representação

**Art. 126.** As pessoas presentes à assembléia deverão provar a sua qualidade de acionista, observadas as seguintes normas:

I - os titulares de ações nominativas exibirão, se exigido, documento hábil de sua identidade;

II - os titulares de ações escriturais ou em custódia nos termos do art. 41, além do documento de identidade, exibirão, ou depositarão na companhia, se o estatuto o exigir, comprovante expedido pela instituição financeira depositária. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

III - os titulares de ações ao portador exibirão os respectivos certificados, ou documento de depósito nos termos do número II;

IV - os titulares de ações escriturais ou em custódia nos termos do artigo 41, além do documento de identidade, exibirão, ou depositarão na companhia, se o estatuto o exigir, comprovante expedido pela instituição financeira depositária.

§ 1º O acionista pode ser representado na assembléia-geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado; na companhia aberta, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

§ 2º O pedido de procuração, mediante correspondência, ou anúncio publicado, sem prejuízo da regulamentação que, sobre o assunto vier a baixar a Comissão de Valores Mobiliários, deverá satisfazer aos seguintes requisitos:

a) conter todos os elementos informativos necessários ao exercício do voto pedido;

b) facultar ao acionista o exercício de voto contrário à decisão com indicação de outro procurador para o exercício desse voto;

c) ser dirigido a todos os titulares de ações cujos endereços constem da companhia. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

§ 3º É facultado a qualquer acionista, detentor de ações, com ou sem voto, que represente meio por cento, no mínimo, do capital social, solicitar relação de endereços dos acionistas, para os fins previstos no § 1º, obedecidos sempre os requisitos do parágrafo anterior. (Redação dada pela Lei nº 9.457, de 1997)

§ 4º Têm a qualidade para comparecer à assembléia os representantes legais dos acionistas.

## Livro de Presença

Art. 127. Antes de abrir-se a assembléa, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares.

---

## Ata da Assembléa

Art. 130. Dos trabalhos e deliberações da assembléa será lavrada, em livro próprio, ata assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Para validade da ata é suficiente a assinatura de quantos bastem para constituir a maioria necessária para as deliberações tomadas na assembléa. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

§ 1º A ata poderá ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, e conter a transcrição apenas das deliberações tomadas, desde que:

a) os documentos ou propostas submetidos à assembléa, assim como as declarações de voto ou dissidência, referidos na ata, sejam numerados seguidamente, autenticados pela mesa e por qualquer acionista que o solicitar, e arquivados na companhia;

b) a mesa, a pedido de acionista interessado, autentique exemplar ou cópia de proposta, declaração de voto ou dissidência, ou protesto apresentado.

§ 2º A assembléa-geral da companhia aberta pode autorizar a publicação de ata com omissão das assinaturas dos acionistas.

§ 3º Se a ata não for lavrada na forma permitida pelo § 1º, poderá ser publicado apenas o seu extrato, com o sumário dos fatos ocorridos e a transcrição das deliberações tomadas.

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2007

Acrescenta § 2º ao art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para proibir a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel, nos contratos de locação de imóveis urbanos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 17 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 17.** .....

§ 1º Nas locações residenciais, serão observados os critérios de reajuste previstos na legislação específica.

§ 2º Nas locações de qualquer natureza, é proibida a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel. (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Devido à sua insatisfação com muitas das cláusulas contratuais que lhes têm sido impostas pelos administradores de *shopping centers*, lojistas de todo o País têm obtido sucesso ao recorrer à Justiça, argüindo a natureza leonina dos respectivos contratos de locação, além de seu caráter adesivo, já que seus termos raramente podem ser negociados.

Entre as tantas alegações, uma das mais freqüentes é a que contesta a cobrança, pelos administradores, de prestações esdrúxulas, como o 13º aluguel (que consiste no pagamento em dobro, no mês de dezembro, da prestação de aluguel), o 14º aluguel (pagamento em dobro no mês de maio, como decorrência do Dia das Mães) e o 15º aluguel (pagamento em dobro em junho, como consequência do Dia dos Namorados).

O evidente fundamento dessa cobrança é a presunção de que, nesses meses, os lojistas/locatários alcançariam pelo menos o dobro de suas vendas regulares. O pequeno empresário, notadamente, enfrenta uma realidade bastante diversa, dificilmente logrando obter o pretense incremento de cem por cento em suas vendas. Não obstante, acaba tendo de arcar com esse custo excepcional, que não corresponde, em absoluto, ao desempenho de seu negócio.

Ademais, cumpre ressaltar que, se não se cobrassem essas parcelas extravagantes do aluguel, haveria, de todo modo, na hipótese de incremento de vendas, uma repercussão positiva no valor a ser pago ao administrador/empreendedor, pois esses contratos já costumam estabelecer o pagamento de percentual sobre o faturamento bruto.

Quanto às locações residenciais, salta aos olhos que o despautério será ainda maior, caso o contrato estabeleça o pagamento de mais que doze parcelas anuais. Embora isso não seja comum, compete perceber que a atual legislação não veda tal possibilidade.

Afigura-se, assim, necessária a apresentação de projeto de lei que promova, no caso, a mitigação do princípio da liberdade contratual, vedando a cobrança anual de mais que doze prestações de aluguel, nas relações locatícias urbanas residenciais e comerciais.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos balizando, no País, de modo mais equânime, as relações jurídicas entre locadores e locatários de imóveis urbanos.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
Senador VALDIR RAUPP

*LEGISLAÇÃO CITADA*

**LEI Nº 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991.**

Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

---

SEÇÃO III

Do aluguel

**Art. 17.** É livre a convenção do aluguel, vedada a sua estipulação em moeda estrangeira e a sua vinculação à variação cambial ou ao salário mínimo.

**Parágrafo único.** Nas locações residenciais serão observadas os critérios de reajustes previstos na legislação específica.

---

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 290, DE 2007**

Autoriza o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais dos ex-Territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** É autorizado o Poder Executivo a emitir carteira de identificação funcional para os policiais civis e militares e bombeiros militares dos ex-Territórios federais que tenham sua vinculação funcional com a União.

§ 1º A carteira de identificação de que trata este artigo tem fé pública em todo o território nacional.

§ 2º Em caso de aposentadoria ou inatividade do titular a carteira a que se refere esta Lei será substituída por outra em que se indique tal circunstância.

**Art. 2º** Havendo extravio ou subtração da carteira referida no artigo anterior o titular fica obrigado a comunicar imediatamente a ocorrência.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Projeto de lei que ora submetemos à apreciação dos nossos ilustres Pares pretende autorizar ao Poder Executivo a emissão de carteira de identificação funcional destinada aos policiais dos ex-Territórios que tenham sua vinculação funcional com a União.

Os servidores em referência tiveram os respectivos vínculos funcionais mantidos na União, por ocasião da transformação dos antigos Territórios em Estados.

Contudo, não dispõem de documento funcional em que esteja registrado tal vinculação, o que causa-lhes uma série de transtornos, especialmente quando em trânsito.

Desse modo, parece-nos que a sua reivindicação no sentido de que a União deve conceder-lhes carteira de identificação funcional é de justiça.

De outra parte, cabe ponderar que em se tratando de projeto de lei autorizativo não cabe descer a minúcias normativas, que devem ser tratadas por ocasião da regulamentação da lei que pretendemos obter.

Por fim, tendo em vista a relevância da proposição ora apresentada, solicitamos o apoio dos Senhores Senadores para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.

  
**Senador EXPEDITO JÚNIOR**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)*

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2007**

*Dispõe sobre a Universidade Federal do Gurguéia, UFG, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí e dá outras providências*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** Fica criada a Universidade Federal do Gurguéia - UFG, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, UFPI, instituída pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968.

§1º A Universidade Federal do Gurguéia, com natureza jurídica autárquica e vinculada ao Ministério da Educação, será instalada com sede e foro na cidade de Bom Jesus, Estado do Piauí.

§2º A Universidade Federal do Piauí manterá, após o desmembramento a que se refere o caput deste artigo, sua denominação e sua natureza jurídica autárquica, com sede e foro na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

**Art. 2º.** A Universidade Federal do Gurguéia terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver a pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

**Art. 3º.** A estrutura organizacional e a forma de funcionamento da Universidade Federal do Gurguéia serão definidas nos termos desta Lei, de seu Estatuto e das normas legais pertinentes.

§1º Até a aprovação de seu Estatuto, a Universidade Federal do Gurguéia será regida pelo atual Estatuto da Universidade Federal do Piauí e pela legislação federal.

§2º Até a aprovação de seu novo Estatuto, resultante do desmembramento, a Universidade Federal do Piauí se regerá pelo Estatuto vigente na data de publicação desta Lei, no que couber, e pela legislação federal.

**Art. 4º.** Passam a integrar a Universidade Federal do Gurguéia, sem solução de continuidade e independentemente de qualquer formalidade, as unidades e respectivos cursos, de todos os níveis, atualmente integrantes do campus de Bom Jesus da Universidade Federal do Piauí.

**Parágrafo único.** Os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam a integrar o corpo discente da Universidade Federal do Gurguéia, independentemente de qualquer exigência formal.

**Art. 5º.** Ficam redistribuídos para a Universidade Federal do Gurguéia todos os cargos, ocupados e vagos, pertencentes à Universidade Federal do Piauí que, na data de promulgação desta lei, estejam lotados no campus a que se refere o art. 4º.

**Art. 6º.** A administração superior da Universidade Federal do Gurguéia será exercida na forma de seu Estatuto e da legislação federal.

**Art. 7º.** O patrimônio da Universidade Federal do Gurguéia será constituído:

I — pelos bens e direitos que atualmente integram o patrimônio da Universidade Federal do Piauí tombados no campus a que se refere o art. 4º, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas nem condições, para a Universidade Federal do Gurguéia;

II — pelos bens e direitos que a Universidade Federal do Gurguéia vier a adquirir ou incorporar;

III — pelas doações e legados que receber; e

IV — por incorporações que resultem de serviços prestados pela Universidade Federal do Gurguéia.

§1º A transmissão dos bens imóveis enumerados no inciso I será procedida por escritura, após avaliação.

§2º Os bens e direitos da Universidade Federal do Gurguéia serão utilizados ou aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei.

**Art. 8º.** Os recursos financeiros da Universidade Federal do Gurguéia serão provenientes de:

I — dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais e créditos adicionais, bem como transferências e repasses que lhe forem conferidos;

II — auxílios e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios, ou quaisquer entidades públicas ou privadas;

III — recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades nacionais e internacionais;

IV — resultado de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;

V — receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e

VI — saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica.

**Art. 9º.** A implantação e o conseqüente início do exercício contábil e fiscal da Universidade Federal do Gurguéia deverão coincidir com o primeiro dia útil do ano civil que se seguir à publicação desta lei.

**Art. 10.** Fica o Poder Executivo autorizado a:

I — transferir saldos orçamentários da Universidade Federal do Piauí para a Universidade Federal do Gurguéia, observadas as mesmas atividades, projetos e operações especiais, com respectivas categorias econômicas e grupos de despesas previstos na lei orçamentária;

II — praticar os demais atos necessários à efetivação da presente lei.

Parágrafo único. Enquanto não for efetivada a transferência autorizada na forma do inciso I, correrão à conta dos recursos constantes do Orçamento Geral da União destinados à Universidade Federal do Piauí as despesas de pessoal e encargos, custeio e capital necessárias ao funcionamento da Universidade Federal do Gurguéia.

**Art. 11.** Enquanto não se efetivar a implantação da estrutura organizacional da Universidade Federal do Gurguéia, na forma de seu Estatuto, o Ministro de Estado da Educação designará, *pro tempore*, seu reitor e vice-reitor.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Não estamos apenas propondo a criação de mais uma universidade. Desejamos uma instituição que se transforme em um laboratório de desenvolvimento.

Pesam neste sentido as características muito especiais da vasta região do sul do Piauí. Nela combinam-se três fatores: as enormes reservas hídricas do Vale do Gurguéia, conhecida pelos seus lençóis subterrâneos, colocando-se entre os maiores em todo o mundo; os 8 milhões de hectares de cerrados, que representam a mais ampla área com esse perfil ambiental no Nordeste e uma das nossas últimas fronteiras agrícolas, cuja exploração já se vem fazendo com significativo êxito; e o semi-árido, que requer atenção especial. A atividade econômica da região vem se intensificando.

Faltam-lhe, porém, duas das principais condições para um crescimento sustentado: infra-estrutura e ensino.

Essa não é a primeira tentativa legislativa com essa finalidade. Em 2002, o ilustre Senador Freitas Neto apresentou um Projeto de Lei do Senado com a mesma finalidade, que tramitou normalmente na Casa, tendo sido oferecido parecer pela sua aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No entanto, a matéria arquivada ao final da 52ª Legislatura, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

O que propomos para a futura Universidade Federal do Gurguéia, que surgiria a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí, é uma estrutura extremamente descentralizada, que lhe possibilitará adequar-se às vocações das diversas micro-regiões do sul piauiense e, mais do que isso, conduzi-las em seu processo de desenvolvimento. Não seria, portanto, apenas uma instituição formadora de pessoal, mas uma intervenção inteiramente voltada para o estímulo ao crescimento econômico, do ponto de vista do ensino, da pesquisa e dos serviços. Seu papel será o de indutor do desenvolvimento.

A criação da Universidade Federal do Piauí, que se transformou em uma excelente instituição de ensino superior, já representou um impulso imprescindível para a economia piauiense. Registre-se que se trata de uma universidade nos moldes tradicionais, que ao longo do tempo, pela via da prestação de serviços, vem adquirindo

novo perfil. A UFPI tem procurado atuar em consonância com a comunidade piauiense, buscando a descentralização e criando campi universitários em novos centros urbanos, além de Teresina, sua sede. Trata-se de uma decisão correta, que já produz resultados positivos.

Um de seus campi, o de Bom Jesus, pode fornecer a base para criação da Universidade Federal do Gurguéia. A partir desse núcleo será possível evoluir para a instalação de campi nas demais sedes de micro-regiões do Sul, como Uruçuí, Corrente, São Raimundo Nonato, São João do Piauí e Canto do Buriti, entre outras, sempre de acordo com suas vocações e incentivando-as.

Não há um verdadeiro desenvolvimento sem uma ampla cobertura do sistema educacional. Primeiro, porque a educação é requisito indispensável para que se consiga efetivamente a realização do ser humano, que se chegue a real cidadania. Segundo, porque todo crescimento exige recursos humanos capazes, garantindo-se a mão-de-obra qualificada que é indispensável à economia regional. Cada região deve contar com instituições que formem os recursos humanos adequados à sua vocação econômica e cultural. Deve contar, também, com instituições que formem profissionais do ensino, para que exerçam seu papel civilizatório.

Com essa medida, a população da região poderá participar mais diretamente do processo de desenvolvimento já em curso, contando com a execução de um intenso programa de formação e capacitação de profissionais voltados para os potenciais e os problemas da área. O sul do Piauí terá como explorar seus potenciais, de forma a aproveitar de maneira mais racional os cerrados, sem risco de agressão ao meio ambiente, utilizar com eficácia os recursos hídricos e, no semi-árido, desenvolver formas de convivência com a seca, pesquisando ações que possam proporcionar retorno econômico e amenizando o sofrimento da população rural, ao oferecer-lhe novas perspectivas de vida. Haverá ainda maior conscientização para a indispensável proteção ao meio ambiente, combatendo-se problemas como a desertificação da região de Gilbués.

A criação da Universidade Federal do Gurguéia deve, portanto, ser vista como um investimento nas potencialidades da região a que prioritariamente atenderá. Tendo em vista os resultados proporcionados até hoje pela Universidade Federal do Piauí e por outras instituições federais de ensino das regiões Norte e Nordeste — e tendo em vista também que elas continuam prestando relevantes serviços — pode-se prever que poucos projetos voltados para o desenvolvimento implicam retorno tão significativo.

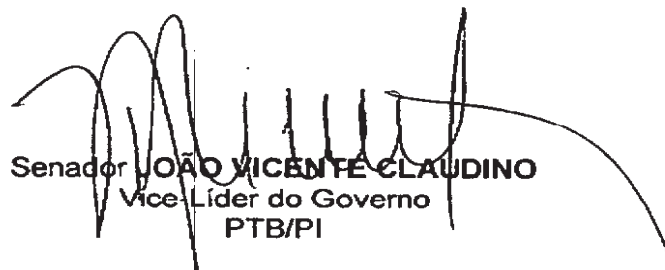
No momento em que se vem submetendo a firme revisão outras propostas de fomento para as regiões Norte e Nordeste, deve-se observar que, provavelmente, nenhuma das que foram aplicadas até o momento proporcionará retorno tão elevado com tão pouco aporte financeiro quanto à criação da Universidade Federal do Gurguéia. A União estará, na verdade, cumprindo as de terminações dos artigos 43 e 170, inciso VII, da Constituição, que estabelece como prioridades o combate às desigualdades regionais.

O Congresso Nacional já aprovou projeto de lei do Executivo que, à semelhança do aqui proposto, desmembra a Universidade Federal da Paraíba para a criação da Universidade Federal de Campina Grande. Trata-se de iniciativa extremamente acertada. Difere do presente projeto de lei por se dirigir a um centro

urbano já afluyente. Nossa proposta visa atender e promover o desenvolvimento em uma área que apenas inicia sua expansão econômica.

É hora de termos uma nova universidade federal em nosso Estado. Seria a verdadeira base para o crescimento sustentado da região.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.



Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO  
Vice-Líder do Governo  
PTB/PI

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### **Lei Nº 5.528, de 12 de Novembro de 1968**

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Federal do Piauí, sob a forma de fundação, que se regerá por estatuto aprovado em decreto, ouvido o Conselho Federal de Educação.

Art. 2º A Universidade Federal do Piauí, terá sua sede na cidade de Teresina, e seu patrimônio será constituído dos bens atualmente pertencentes aos estabelecimentos de ensino que passarão a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas.

Art. 3º Integrarão inicialmente a Universidade Federal do Piauí:

- 1) o Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
- 2) o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras;
- 3) a Faculdade de Direito;
- 4) a Faculdade de Odontologia;
- 5) a Faculdade de Medicina;
- 6) a Escola de Enfermagem; e
- 7) a Faculdade de Administração, em Parnaíba.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão levadas à conta do Orçamento da União para 1969 nas respectivas dotações.

Art. 5º O Ministério da Educação e Cultura, enviará ao Chefe do Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, exposição de motivos e anteprojeto de lei, autorizando a instituição da Universidade Federal de Mato Grosso.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de novembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. Costa e Silva

Antônio Delfim Netto

Favorino Bastos Mércio

Marcus Vinícius Pratini de Moraes

### **Regimento Interno do Senado Federal**

#### CAPÍTULO XVII

#### DAS PROPOSIÇÕES DE LEGISLATURAS ANTERIORES

Art. 332. Ao final da legislatura serão arquivadas todas as proposições em tramitação no Senado, exceto:

I – as originárias da Câmara ou por ela revisadas;

II – as de autoria de Senadores que permaneçam no exercício de mandato ou que tenham sido reeleitos;

III – as apresentadas por Senadores no último ano de mandato;

IV – as com parecer favorável das comissões;

V – as que tratem de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional (Const., art. 49);

VI – as que tratem de matéria de competência privativa do Senado Federal (Const., art. 52);

VII – pedido de sustação de processo contra Senador em andamento no Supremo Tribunal Federal (Const., art. 53, §§ 3º e 4º, EC no 35/2001).

§ 1º Em qualquer das hipóteses dos incisos do caput, será automaticamente arquivada a proposição que se encontre em tramitação há duas legislaturas, salvo se requerida a continuidade de sua tramitação por 1/3 (um terço) dos Senadores, até 60 (sessenta) dias após o início da primeira sessão legislativa da legislatura seguinte ao arquivamento, e aprovado o seu desarquivamento pelo Plenário do Senado.

§ 2º Na hipótese do § 1º, se a proposição desarquivada não tiver a sua tramitação concluída, nessa legislatura, será, ao final dela, arquivada definitivamente.

**Constituição Federal de 1988****Seção IV  
DAS REGIÕES**

**Art. 43.** Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º - Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

Art. 170. ....

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - .....

*(À Comissão de Educação, em decisão terminativa)*

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 292, DE 2007**

*Concede isenção e dedução do Imposto de Renda das pessoas portadoras de doenças auto-imunes reumatológicas crônicas.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, fibrose cística (mucoviscidose), doenças reumatológicas auto-imunes crônicas, especificamente, as com síndrome de Sjögren, artrite reumatóide, lúpus eritematoso sistêmico, esclerodermia, doença mista do tecido conjuntivo, espondilite ancilósante, polimiosite, dermatomiosite, policondrite recidivante, poliarterite nodosa, granulomatose de Wegener e síndrome de Behcet, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma;

..... (NR)"

**Art. 2º** É concedida dedução de cinquenta por cento do imposto de renda devido em razão da remuneração percebida em função do desempenho de atividade profissional, emprego, cargo ou função, pelas pessoas físicas portadoras de doenças reumatológicas auto-imunes crônicas, especificamente, as com síndrome de Sjögren, artrite reumatóide, lúpus eritematoso sistêmico, esclerodermia, doença mista do tecido conjuntivo, espondilite ancilósante, polimiosite, dermatomiosite, policondrite recidivante, poliarterite nodosa, granulomatose de Wegener e síndrome de Behcet.

**Art. 3º** O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12, 14 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará a renúncia fiscal implícita na aprovação desta Lei e a incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária que for apresentado sessenta dias ou mais após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Os benefícios de que tratam os arts. 1º e 2º só produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto neste art. 3º.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 5º** Revoga-se o § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, após o cumprimento do art. 3º desta Lei.

### JUSTIFICAÇÃO

As doenças reumatológicas auto-imunes são caracterizadas pela reação do sistema imunológico do indivíduo ao próprio corpo, gerando processos inflamatórios que podem ocasionar a destruição, a perda da função ou o comprometimento do órgão ou parte do corpo humano atingida, sendo que as doenças auto-imunes são classificadas de acordo com o órgão, membro ou sistema atingido pela reação auto-imune. A presença de febre, fadiga intensa e anemia são compartilhadas por várias das doenças reumatológicas auto-imunes.

As doenças reumatológicas auto-imunes são incuráveis e as causas são desconhecidas. Dessa forma, as doenças são crônicas e medicamentos são utilizados para aliviar os sintomas e melhorar a qualidade de vida do paciente.

A qualidade de vida do portador de doença reumatológica auto-imune está ligada ao acesso a medicamentos e tratamentos complementares, como fisioterapia, acupuntura, terapia ocupacional e psicológica, na medida em que os tratamentos complementares vão tentar diminuir o impacto da doença no indivíduo, mediante a preservação dos movimentos, alívio da dor ou aceitação às limitações que a doença lhe impõe.

Na síndrome de Sjögren, o alvo preferencial são as glândulas, que com o ataque dos anticorpos são paulatinamente destruídas, gerando a necessidade do paciente utilizar medicamentos que reponham as substâncias produzidas por cada glândula, como, por exemplo, os hormônios tireoidianos, a saliva, a lágrima e a mucosa vaginal.

Na artrite reumatóide, as articulações são fortemente atingidas, gerando deformidades e limitação total ou parcial de seus movimentos. Além do aspecto articular, há também a possibilidade de desenvolvimento de inflamação dos vasos sanguíneos (vasculites), da membrana que envolve os pulmões (pleurite) e o coração (pericardite).

O lúpus eritematoso sistêmico pode levar ao óbito. Nele são atingidos o sistema neurológico, as articulações, a pele, pulmões, coração, baço e fígado.

A esclerodermia ou esclerose sistêmica é uma doença crônica caracterizada por alterações degenerativas e formação de cicatrizes na pele, nas articulações e nos órgãos internos e por anormalidade nos vasos sanguíneos.

Na doença mista do tecido conjuntivo, os sintomas típicos são o fenômeno de Raynaud, que se caracteriza pelo esfriamento e apresentação de manchas esbranquiçadas e dolorosas das mãos e pés, dores articulares ou artrite, mãos edemaciadas, fraqueza muscular, dificuldade de deglutição, azia e dificuldade respiratória.

A espondilite ancilosante é uma doença do tecido conjuntivo caracterizada pela inflamação da coluna vertebral e das grandes articulações, resultando em rigidez e dor. Em alguns pacientes, a coluna vertebral torna-se muito ereta e rígida. A perda de apetite, a perda de peso, a fadiga e a anemia podem ser outras conseqüências, além da dor nas costas. Se as articulações que conectam as costelas à coluna vertebral estiverem inflamadas, a dor pode limitar a capacidade de expansão do tórax durante a respiração profunda.

A polimiosite é uma doença crônica do tecido conjuntivo caracterizada pela inflamação dolorosa e degeneração dos músculos. A dermatomiosite é a polimiosite acompanhada pela inflamação cutânea. Essas doenças acarretam fraqueza e deterioração muscular incapacitantes.

A policondrite recidivante é um distúrbio incomum caracterizado por episódios de inflamação dolorosa e destrutiva da cartilagem e de outros tecidos conjuntivos das orelhas, articulações, nariz, laringe, traquéia, brônquios, olhos, válvulas cardíacas, rins e vasos sanguíneos.

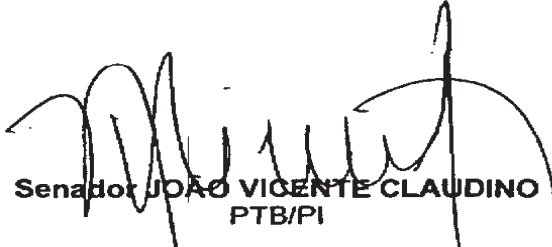
A poliarterite nodosa é uma doença na qual segmentos de artérias de médio calibre tornam-se inflamados e lesados com conseqüente redução da irrigação sanguínea dos órgãos supridos por esses vasos. Quando não tratada adequadamente, a poliarterite nodosa geralmente é letal.

A granulomatose de Wegener é uma doença incomum, freqüentemente desencadeada por uma inflamação do revestimento das fossas nasais, dos seios da face, da garganta ou dos pulmões e pode evoluir para uma inflamação dos vasos sanguíneos de todo o corpo (vasculite generalizada) ou para uma doença renal fatal.

A síndrome de Behcet é uma doença inflamatória recidivante crônica que pode causar feridas recorrentes e dolorosas na boca, bolhas na pele, feridas genitais e inflamação nas articulações. Nessa síndrome, os olhos, os vasos sanguíneos, o sistema nervoso e o trato gastrointestinal também podem inflamar.

Face ao exposto, esperamos contar com o apoio dos pares à aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007.



Senador JOÃO VICENTE CLAUDINO  
PTB/PI

*LEGISLAÇÃO CITADA*

**LEI Nº 7.713, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988.**

Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.

**Art. 6º.** .....

XIV – os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma; (Redação dada pela Lei nº 11.052, de 2004)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000.**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**Art. 5º.** .....

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - .....

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo

de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988**

Art. 165. ....  
.....

§ 6º - O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.  
.....

**LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.**

Altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências.

Art. 30. ....  
.....

§ 2º Na relação das moléstias a que se refere o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, com a redação dada pelo art. 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, fica incluída a fibrose cística (mucoviscidose).

Art. 31º. ....

*(Às Comissões de Assuntos Sociais e a de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 2:

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2007

*(Inversão da pauta por acordo das Lideranças.)  
(Proveniente da Medida Provisória nº 349, de 2007)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 10, de 2007, que institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 349, de 2007). (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC)

Parecer de Plenário, sob nº 364, de 2007, de Plenário, Relator-Revisor: Senador Romero Jucá, favorável.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quinta-feira, quando teve sua votação transferida para hoje.

Na sessão do dia 23 do corrente, foram lidos e aprovados os requerimentos de destaque para votação em separado das Emendas nºs 5, 6, 11 e 57.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, ressalvados os destaques.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 5, destacada.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedimos verificação de **quorum**. Não é obstrução. Pedimos verificação de **quorum**, para medir as forças no episódio, nessa matéria. Faço isso estribado no pensamento do Senador Tasso Jereissati, do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Cícero Lucena.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também apóio a verificação, porque foi feito esse acordo exatamente na votação da matéria passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A verificação se dá quanto à votação do destaque da Emenda nº 5?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É quanto à matéria, ao corpo principal da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É quanto à matéria. Portanto, o pedido de verificação é anterior à discussão do destaque. É um pedido de verificação de votação do projeto de lei de conversão, da própria matéria.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

V. Ex<sup>a</sup> quer discutir a matéria ou quer orientar a Bancada?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Estamos em fase só de orientação, Sr. Presidente. Portanto, o PSDB vota “não” e reafirmará esse voto “não” a um projeto que entende lesivo aos interesses dos trabalhadores brasileiros. O PSDB vota “não” e pede a votação nominal no momento oportuno.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor da matéria que aloca recursos para investimento em infra-estrutura no País.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está em votação...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a presença de todos os Senadores do PSDB neste momento. Há Comissões funcionando.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Somente para esclarecer à Casa, antes de conceder a palavra ao Senador Francisco Dornelles, quero reafirmar que está em votação projeto de lei de conversão que tem preferência regimental, ressalvados os destaques.

O voto “sim” aprova o Projeto de Lei de Conversão. O voto “não” desaprova o Projeto de Lei de Conversão.

Vou fazer uma votação simbólica e, em seguida, vou proceder à votação nominal, como já requisitada pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Defiro, na forma do Regimento, o pedido de verificação do Senador Arthur Virgílio.

Vamos votar, repito, o Projeto de Lei de Conversão.

Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB encaminha o voto “não” por entender

que o projeto coloca em risco o patrimônio dos trabalhadores brasileiros, por entender também que essa não é a melhor forma de capitalizar a Caixa Econômica.

O PSDB vota “não” e solicita a presença de todos os seus Senadores à votação. É uma votação importante e deve ser travada com o máximo de Senadores marcados no painel da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> também e ao Senador Raupp, ao Senador Dornelles, a quem devo já há bastante tempo a palavra.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Queria pedir também a presença de todos os Senadores aqui, porque esta é uma matéria de grande interesse para o País. Ao fortalecermos a capacidade de investimento em habitação e saneamento básico, por meio de instrumentos da Caixa Econômica Federal, vamos responder a uma demanda fundamental da sociedade, especialmente nessas duas áreas.

Tenho certeza que o Senado Federal sustentará esse avanço, indispensável para que a capacidade de financiamento público seja fortalecida, para que possamos construir mais casas populares, investir em saneamento básico, setor em que há uma grande demanda. É uma forma de prevenirmos a saúde pública e melhorarmos a qualidade de vida da população.

Os recursos dos trabalhadores no FGTS estão integralmente preservados e assegurados. Por isso, no Conselho Superior do FAT todas as centrais sindicais do Brasil, vou repetir, todas as centrais sindicais dos trabalhadores do Brasil, apóiam essa iniciativa e esta medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Seria importante que os Srs. Líderes partidários preferencialmente orientassem suas bancadas de forma sucinta para avançarmos na votação.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PMDB entende que é uma medida importante e que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento. Portanto, recomenda o voto “sim”.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT, pelo menos de minha parte, conversei com o

Ministro do Trabalho, Carlos Luzzi, que é do PDT, e o próprio PDT que era contra no início está favorável a esta matéria neste momento porque entendeu que haverá correção e, portanto, não haverá nenhum prejuízo aos trabalhadores. Por esta razão, o voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Francisco Dornelles.

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero que os recursos do FGTS podem ser aplicados em infra-estrutura sem haver necessidade de se criar um fundo. Acho um precedente extremamente perigoso se retirar recursos de fundo que pertence aos trabalhadores para que ele possa ser administrado pela Caixa Econômica. O meu voto é “não”.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senadora Ideli.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores e também do Bloco de Apoio ao Governo, com respeito à posição do Senador Francisco Dornelles, mas o nosso encaminhamento é “sim”, favorável à constituição desse fundo com o valor excedente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, garantida a remuneração devida aos trabalhadores, e também com o apoio e o aval de todo o movimento sindical brasileiro, de todas as centrais sindicais; o conselho curador do FGTS aprovou, por unanimidade, esta medida.

Portanto, é muito importante que votemos “sim” e, desta forma, tenhamos mais recursos para aportar em infra-estrutura e gerar mais empregos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Marcelo Crivella, como vota o PRB?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PRB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”, entendendo que o nosso País hoje passa por um grave momento de desemprego e subemprego. Com mais recursos para aplicação em habitação e saneamento, certamente vamos gerar mais empregos, baixando a violência; também os trabalhadores terão esses recursos do Fundo de Garantia remunerados em índice melhor do que o atual.

Portanto, Sr. Presidente, o PRB encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Inácio Arruda, como vota o PCdoB?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PCdoB vota favoravelmente, pois haverá mais recursos, e recursos dos trabalhadores para investimentos. Os trabalhadores estão ajudando o Brasil para que possa crescer mais, desenvolver-se, gerar emprego, aumentar a riqueza em todas as regiões do nosso País. É este o grande objetivo por que estamos examinando esta matéria.

Tem alguns senões? Sim. Mas buscamos repará-los, e os Relatores examinaram esta matéria, absolveram algumas emendas que protegiam o Fundo de Garantia. Inclusive uma das emendas patrocinadas pelo PCdoB foi acolhida pelo Relator com o sentido de dar garantia aos trabalhadores e ao Fundo, para que pudéssemos ter investimentos produtivos ao nosso País.

O PCdoB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Renato Casagrande.

**O SR. RENATO CASAGRANDE** (Bloco/PSB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, o Partido Socialista Brasileiro vota, Líder Agripino Maia, “sim” nesta matéria.

A matéria que cria um fundo de investimento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é importante e vai dinamizar o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Ela também vai acrescentar R\$ 5 bilhões para que nós possamos fazer investimentos em infra-estrutura.

Hoje, o Fundo de Garantia tem mais R\$ 21 bilhões no seu patrimônio líquido, que é o que o Fundo está acumulando em termo de aplicação financeira. Portanto, são R\$ 5 bilhões que garantirão ao fundo de investimentos uma remuneração mínima. Esse aspecto é importante para que nós possamos, de fato, dar seqüência aos investimentos necessários à implementação de obras de saneamento, obras de infra-estrutura, de uma forma geral, em nosso País.

Por isso, o nosso Partido, PSB, vota favoravelmente a essa matéria, pela sua importância. Pedimos a todos os Senadores que também votem favoravelmente e, assim, possamos dar passos adiante no aumento do investimento em infra-estrutura no nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA** (Bloco/PTB – MA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Epitácio Cafeteira, como vota o PTB?

**O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA** (Bloco/PTB – MA. Para encaminhar a votação.) – O PTB vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de deixar muito claro o voto dos Democratas. Há a proposta de se criar um fundo com recursos do Fundo de Garantia para investimentos em saneamento. Nada mais razoável do que se estimular o saneamento no País. Eu votaria, feliz da vida, por alocação real de recursos reais para investimento em saneamento.

Ainda ontem, eu encaminhei um requerimento à Mesa do Senado pedindo informação sobre interrupção de liberação de dinheiro para aplicação em saneamento básico na capital do meu Estado. Aí é do meu interesse. Agora, vender gato por lebre, não! Ah, não! Criar um fundo com dinheiro que não existe? Ah, não! Ah, não! Foi feita uma conta, e eu tive a oportunidade de me manifestar: o patrimônio líquido do Fundo de Garantia, descontado um débito de longo prazo, dá um patrimônio negativo de R\$ 5 bilhões (perto de R\$ 5 bilhões). Como é que o Fundo, que tem um débito, de longo prazo, de R\$ 5 bilhões, quer aportar R\$ 5 bilhões à vista para um fundo de investimentos em saneamento? Dará cheque em branco? Dará cheque sem fundo? Venderá gato por lebre? Aí, não! Eu não tenho o direito de encaminhar, de forma irresponsável, matéria como essa. Se propusessem, de outra forma, algum outro tipo de recurso para gerar investimento, para melhorar a saúde pública do brasileiro, gostosamente eu encaminharia sim. Agora, eu disse: “Vou votar todas as medidas do PAC. Todas!”, e vou cumprir a minha palavra. Agora, nenhuma eu vou votar de forma enganosa. Não vou enganar a população do Brasil, nem o Fundo de Garantia, que é patrimônio do trabalhador.

De modo que, com essas explicações, Sr. Presidente, eu peço a presença dos companheiros dos Democratas no plenário do Senado para votarmos nominalmente essa matéria. E o voto dos Democratas é “não”.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendendo a relevância da matéria, e ouvindo o conselho do Camata – eu já votei nele seis vezes, e ele acha que pode me dar conselhos todos os dias, e eu acato –, o PR recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PR recomenda o voto “sim”.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, o PSDB recomenda o voto “não”.

Aproveito para convocar todos os integrantes da Bancada para virem votar nominalmente contra essa medida provisória que representa, na opinião da Oposição, uma verdadeira tunga nos trabalhadores brasileiros. É dinheiro desviado das suas finalidades precípuas, dinheiro que vai ter uma rentabilidade menor, especialmente tratando-se de um fundo que tem hoje já um patrimônio negativo líquido de cinco bilhões de reais. Portanto, é uma matéria nociva aos trabalhadores brasileiros na opinião da Oposição. O PSDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores que estão em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário. Estamos em processo de votação. Iremos votar matérias importantes para o País. É imprescindível a presença de todos. Peço novamente aos Srs. Senadores que venham ao plenário. É importante a presença de todos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, permita-me falar enquanto se processa a votação?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa que esta é a última matéria do PAC. Temos um prazo exíguo. Precisamos votá-la esta semana para que não perca a eficácia. É uma demonstração sobeja do compromisso do Senado Federal para com o Brasil.

Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Este final de semana próximo passado estive em Juiz de Fora, Minas Gerais, terra do Senador Azeredo. Lá, fui muito bem acolhido e recebi o título de Cidadão, na Câmara, por ocasião de grande evento que reuniu cerca de cinco mil pessoas em volta daquela Casa. Fui recebido com muito carinho, pude lhes falar, pude cantar ali e quero agradecer à vereadora Rose, que me concedeu aquele título tão dignificante na Câmara de Vereadores daquele Município.

Visitei lá uma obra que me foi mostrada pelo pastor Walter, da Assembléia de Deus. Uma obra de muita luta, muita visão de educação de um homem de berço simples e que não teve a educação que ele está querendo proporcionar aos outros. Estão construindo o prédio em mutirão, usando a mão-de-obra de aposentados, ele mesmo dirigindo a obra. Imagino que cinco ou seis pavimentos já foram construídos. Logo começará a funcionar a escola de primeiro e segundo grau; depois uma faculdade e uma faculdade de música, que não há na região, para que se tenha curso superior de música com o mesmo nível dos melhores conservatórios.

De maneira que gostaria de abraçar esse pastor mineiro de Juiz de Fora, um homem simples, mas de visão educacional das mais aguçadas, pela ousadia do empreendimento, sem dinheiro, na base de ofertas, mutirão de aposentados, jovens, um grande aglomerado de pessoas no final de semana que fazem aquela comunidade de fé sob o comando desse homem, Pastor Walter, que tem a assessoria de uma filha muito preparada na área de educação e certamente vem dando contornos a essa visão do pai.

De maneira, Sr. Presidente, que faço essa referência porque fiquei emocionado demais ao estar com ele lá no empreendimento.

Quero agradecer, sem dúvida, à Vereadora Rose, que lá me levou para me dar o privilégio de conhecer o Pastor Walter, essa figura de muita visão, de muita fé. Não fosse dessa forma não estaria realizando, não estaria fazendo o que está fazendo para Juiz de Fora e certamente para a região. Ou seja, uma universidade para curso superior de música, privilégio que só as capitais do Brasil, os grandes centros de referência têm.

Por isso Juiz de Fora tem que louvar e abraçar esse homem que faz uma obra muito grande há muito tempo. A Assembléia de Deus que ele pastoreia tem mais de cinco mil membros, a partir da luta evangelizadora desse homem tremendo com quem tive grande alegria de conviver e que abraço por meio dos microfones do plenário do Senado. Abraçando-o, abraço todas as lideranças daquele Município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Nery.

**O SR. JOSÉ NERY** (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já discutimos esta matéria. Manifestamos a nossa opinião, a nossa avaliação sobre o Projeto de Lei nº 10, oriundo da Medida Provisória nº 349. Entendemos a necessidade da retomada do desenvolvimento, do crescimento do País. Mas entendemos que isso não pode ser feito à custa do patrimônio dos trabalhadores, como é o caso do FGTS. Entendemos que podemos gerar emprego e renda, aplicando os recursos do FGTS em habitação e saneamento, visto que temos um déficit de pelo menos oito milhões de residências no País, e esse recurso seria muito bem utilizado na garantia de casas populares para milhões de brasileiros que não têm acesso a um lar digno e condizente com suas necessidades, com seu direito de cidadão brasileiro. Portanto, quero manifestar meu voto contrário. Meu voto é “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos os Srs. Senadores já votaram, vou proclamar o resultado. (Pausa.)

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

## VOTAÇÃO NOMINAL

### Senado Federal

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2007 (MP 349/2007)

INSTITUI O FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FI-FGTS, ALTERA A LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (PAC)

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 29/5/2007

Num.Votação: 1  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 29/5/2007 16:51:37  
Encerramento: 29/5/2007 17:09:31

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PFL	DF	ADELMIR SANTANA	NÃO	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM	PFL	RN	ROSALBA CIARLINI	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NÃO	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM	PSDB	PR	WILSON MATOS	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO				
PFL	MG	ELISEU RESENDE	NÃO				
Bloco-PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	SIM				
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	SIM				
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM				
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NÃO				
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	NÃO				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM				
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NÃO				
PFL	MT	JAYME CAMPOS	SIM				
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	ABST.				
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM				
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	SIM				
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM				
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	NÃO				
PMDB	DF	JOAQUIM RORIZ	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	NÃO				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO				
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	SIM				
PMDB	PI	MÃO SANTA	NÃO				
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO				
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	NÃO				
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO				
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	NÃO				
PSDB	MS	MARISA SERRANO	NÃO				
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	ABST.				
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO				
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	SIM				
PMDB	RS	PEDRO SIMON	NÃO				
PFL	SC	RAIMUNDO COLOMBO	NÃO				
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	SIM				

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 40  
Votos NÃO : 26  
Votos ABST. : 02

Total : 68

  
Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores; e, NÃO, 26.

Houve duas abstenções.

Total: 68 votos.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei de Conversão, que, como eu disse, tem preferência regimental, ressalvados os destaques.

Passamos agora a matérias destacadas uma a uma.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Neuto de Conto, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. NEUTO DE CONTO** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Votei e não apareceu o voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará com muita satisfação o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

Em votação a Emenda nº 05, destacada.

Tenho a honra e o privilégio de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor do requerimento de destaque, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno do Senado Federal.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a Emenda nº 05 é anti-regimental porque nega exatamente os três artigos que existem na proposta de Medida Provisória.

Então, solicito à Mesa que indefira por ser anti-regimental. A matéria nega, retira os três artigos. Ela é anti-regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência é o reflexo do Plenário. O que V. Ex<sup>as</sup> decidirem eu acatarei aqui.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de defender o ponto de vista do PSDB, por entender que nós teremos uma votação que, desta vez, não será nominal inclusive.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

A Medida Provisória nº 349, de 2007, criou um Fundo de Investimento, autorizando, em seu art. 2º, a aplicação de cinco bilhões de reais do patrimônio líquido do FGTS e autorizando o Conselho Curador desse Fundo a elevar o valor para até 80% deste patrimônio líquido, sem exigir que a gestora do Fundo, a Caixa Econômica Federal, garanta uma rentabilidade mínima ou assuma as aplicações.

Mais adiante, a MP nº 349, em seu art. 3º, altera a Lei nº 8.036, de 1990, determinando que o trabalhador poderá optar ou não pelo investimento, mas limitando a opção a 10% da conta do trabalhador:

Art. 3º A Lei nº 8.036, de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 20 (...)

XVII – integralização de cotas do FIFGTS, respeitado o disposto no art. 5º, inciso XIII, alínea “I”, permitida a utilização máxima de 10% do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção.

Em síntese, poderão ser investidos 80% do patrimônio líquido do FGTS, sendo que desses, 10% apenas, com autorização do trabalhador. Ou seja, 70% do patrimônio do FGTS poderão ser investidos sem a devida garantia e sem a autorização do trabalhador.

Destarte, a medida provisória disponibiliza para uma “aposta política” os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, colocando em risco um direito social de todos os trabalhadores brasileiros, previstos no inciso III, art. 7º, da Carta de 1988:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

III – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

Pelo exposto, recomenda-se, com a presente emenda, a rejeição integral da Medida Provisória nº 349.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – O parecer é contrário à emenda, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, para uma questão de ordem.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o art. 230 do nosso Regimento diz o seguinte:

Art. 230. Não se admitirá emenda:

(...)

II – em sentido contrário à proposição, quando se trata de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução.

Tanto a Emenda nº 5 quanto a Emenda nº 6 retiraram os artigos 1º, 2º, 3º e 4º do Projeto. Como o Projeto tem cinco artigos, se for aprovada esta Emenda, nós vamos ficar apenas com o art. 5º, que é: “Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.” Como nós já aprovamos por 40 a 26 votos o texto, essa Emenda não tem cabimento regimental. Ela não deve ser admitida pelo art. 230, e também já está prejudicada pela votação que nós fizemos anteriormente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu peço a atenção da Casa para responder pontualmente a questão de ordem suscitada pela Senadora Ideli.

O art. 230 diz o seguinte:

Art. 230. Não se admitirá emenda:

.....  
II – em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução;

Foi exatamente por isso que eu disse que esta Presidência é reflexo do que o Plenário quiser. E o Regimento é, sobretudo, um instrumento que organiza esse processo de votação legislativa. Se o Plenário quiser que nós façamos a votação, nós vamos fazer a votação. Se o Plenário quiser que nós sigamos o Regimento, que é consequência da maioria do Plenário, nós vamos seguir o Regimento.

Senador Arthur, a Senadora Ideli suscitou uma questão de ordem que tem muita pertinência. O art. 230 do Regimento Interno diz o seguinte:

Art. 230. Não se admitirá emenda:

.....  
II – em sentido contrário à proposição quando se trate de proposta de emenda à Constituição, projeto de lei ou de resolução;

Em outras palavras, significa dizer aquilo que eu disse exatamente antes dessa intervenção: se for uma decisão do Plenário, esta Presidência acata, pois ela é reflexo da decisão do Plenário. Se não houver decisão do Plenário e for uma mera interpretação do Regimento, as emendas estão prejudicadas. É esse democratismo que tenho procurado que marque as minhas ações na Presidência.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, convenço-me de que V. Exª tem razão. Hoje em dia, está mais difícil recusar os apelos da Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Considero, na forma do Regimento, art. 230, rejeitadas as Emendas nºs 5 e 6.

Passa-se à votação da Emenda nº 11.

Tenho a honra de conceder a palavra à nobre representante do Estado de Goiás, Senadora Lúcia Vânia, autora do requerimento de destaque, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno.

Com a palavra V. Exª.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – A Medida Provisória nº 349, de 2007, destina recursos do FI-FGTS especificamente para empreendimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, porto e saneamento.

Em nosso entendimento, o País apresenta também problemas de infra-estrutura no que se refere à armazenagem de produtos agrícolas, gerando perdas relevantes para a agricultura e o abastecimento.

Não há como se conceber o estímulo e o desenvolvimento do País, com pesados investimentos nos setores de energia e transporte, sem contemplar uma das etapas primordiais para o escoamento da produção agrícola.

Em tempos de PAC, com nosso etanol visado pelo mundo todo, com a agricultura retomando seu lugar no papel de destaque do setor produtivo nacional, é imprescindível incentivar também a implantação de armazéns nas propriedades rurais, reduzindo os custos de armazenagem e minimizando os problemas de comercialização, na medida em que os produtores agrícolas poderão manter o produto armazenado na sua propriedade.

Ora, como exemplo, podemos citar que os agricultores americanos não sofrem com esse problema, uma vez que praticamente 100% deles possuem armazém em seu estabelecimento rural.

Esperamos contar com o apoio de nossos Pares para que a Medida Provisória nº 349, de 2007, seja emendada com nossa contribuição. A Emenda nº 11, que ora propusemos, visa justamente destinar a aplicação de recursos do novo Fundo, criado com o FGTS do trabalhador, também ao setor de armazenamento rural.

Ora, na Medida Provisória nº 351, que esta Casa aprovou ontem, obtive o compromisso de que o segmento que defendemos seria contemplado. Eis a oportunidade ideal, até porque o Relator da Medida Provisória nº 351, aprovada na semana passada, Deputado Odair Cunha, do PT de Minas Gerais, já ampliou em seu parecer o rol de setores beneficiados originalmente, fazendo incluir o setor de irrigação, também uma das etapas importantes para a produção agrícola, sem dúvida, mas não é a única. Lamentavelmente, o Relator não foi sensível à nossa Emenda nº 100.

No entanto, agora tempos a oportunidade de contemplar o segmento, conforme compromisso assumi-

do em plenário. Por isso, votemos “sim” à Emenda nº 11. No conjunto de emendas do PAC, trata-se de uma medida relevante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá e, em seguida, ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria apenas justificar o meu voto na primeira votação. Voto “não”, acompanhando o meu Partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Heráclito Fortes, o voto de V. Ex<sup>a</sup> está devidamente registrado, na forma do Regimento.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um registro para a Casa e também para os Anais.

Se esta votação tivesse ocorrido na semana passada, eu iria dar parecer favorável à emenda da Senadora Lúcia Vânia, porque haveria tempo útil para que a medida fosse emendada e retornasse à Câmara dos Deputados a fim de ser votada.

Como estamos votando nesta semana e essa medida perde a validade na sexta-feira, não darei parecer favorável. Mas quero criar aqui o compromisso de que, numa próxima medida provisória compatível, efeturemos uma emenda exatamente no sentido do pleito da Senadora Lúcia Vânia, a fim de que possa ser ampliado o espaço de financiamento para o armazenamento rural.

Então, darei parecer contrário à emenda neste momento por conta da conjuntura de tempo. Entretanto, fica o compromisso de colocarmos noutra matéria esse adendo para que, no futuro, se possa financiar, com recursos do FGTS, o armazenamento rural em projetos produtivos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É raro eu errar uma votação, mas, na votação anterior, eu me descuidei. Não vi o Líder do meu Partido e eu estava chegando da CPI do Apagão e, conseqüentemente, votei com o Governo quando, na realidade, o meu voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará com satisfação o voto “não” de V. Ex<sup>a</sup>. A sua assiduidade é algo que ninguém nesta Casa tem o direito de discutir.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Diante do compromisso

assumido pelo Senador Romero Jucá, Sr. Presidente, retiro o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está retirado o destaque.

Passa-se à votação da emenda seguinte, a Emenda nº 57, destacada.

Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro, como autor do requerimento de destaque, nos termos do art. 300. XVII, do Regimento Interno.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 349 traz a autorização para utilização de cinco bilhões do FGTS para o fundo de investimento, mas traz também que esse valor pode ser elevado até oitenta por cento do patrimônio líquido do FGTS apenas por proposta da Caixa Econômica Federal e mediante autorização do conselho curador do FGTS.

Então, quero alertar meus Pares para o fato de que não estamos aqui aprovando simplesmente a retirada de cinco bilhões do FGTS para o fundo do investimento. Estamos, sim, aprovando inicialmente os cinco bilhões, mas dando autorização para que, por solicitação ou proposta da Caixa Econômica Federal e mediante a autorização do conselho curador, isso possa ser elevado até 80% do patrimônio líquido, que corresponde a quase dezessete bilhões, haja vista que o patrimônio líquido do FGTS hoje é algo em torno de vinte e um bilhões e meio. A minha emenda propõe que a alteração, o aumento, do valor para o fundo de investimento seja também aprovado pelo Congresso Nacional.

Conversei com o Senador Romero Jucá e, na semana passada, quando discutimos a medida provisória e a emenda, S. Ex<sup>a</sup> se dispôs a atender a emenda no acordo. E eu gostaria, Senador Romero Jucá, que essa emenda pudesse ser aprovada, porque não estamos votando, neste caso, contra o fundo de investimento, apesar de que é preciso que fique claro que o fundo de investimento, na realidade, não vai atender a maioria dos trabalhadores brasileiros, porque aqueles que vão poder optar no futuro serão uma minoria – na ordem de 1,2%, 1,3% daqueles que têm conta com FGTS. Portanto, seria, Senador Romero Jucá, a nata dos trabalhadores que poderia optar por esse fundo de investimento.

Então, peço a V. Ex<sup>a</sup> que continue acatando a emenda por mim proposta.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Na semana passada, tentamos construir um entendimento para que pudes-

se haver até modificação da medida provisória e ela pudesse retornar à Câmara.

Como já expliquei no mesmo caso da emenda da Senadora Lúcia Vânia, não é possível dar parecer favorável. Portanto, neste caso, o parecer é contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou colocar em votação. Senador Valdir Raupp, vou colocar em votação.

Em votação a Emenda nº 57 destacada.

As Srs e os Srs Senadores que votam “sim” aprovam a emenda. E as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que votam “não” rejeitam a emenda.

Em votação.

A emenda está rejeitada, na forma do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

## **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 10, DE 2007 (Proveniente da Medida Provisória nº 349, de 2007)**

**Institui o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.**

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º Fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS, destinado a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovias, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.**

**§ 1º O FI-FGTS terá patrimônio próprio, segregado do patrimônio do FGTS, e será disciplinado por instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.**

**§ 2º A administração e a gestão do FI-FGTS serão da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, cabendo ao Comitê de Investimento – CI, a ser constituído pelo Conselho Curador do FGTS, a aprovação dos investimentos.**

**§ 3º Na hipótese de extinção do FI-FGTS, o seu patrimônio total será distribuído aos cotistas na proporção de suas participações, observado o disposto no inciso VIII do caput do art 7º e no § 8º do art. 20, ambos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, com a redação dada por esta Lei.**

**Art. 2º Fica autorizada a aplicação de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) do patrimônio líquido do FGTS para integralização de cotas do FI-FGTS.**

**Parágrafo único.** Após a aplicação integral dos recursos de que trata o caput deste artigo, poderá a Caixa Econômica Federal propor ao Conselho Curador do FGTS a aplicação sucessiva de parcelas adicionais de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) cada até ser atingido o valor limite equivalente a 80% (oitenta por cento) do patrimônio líquido do FGTS registrado em 31 de dezembro de 2006.

**Art. 3º** A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º .....

.....

**XIII - em relação ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS:**

a) aprovar a política de investimento do FI-FGTS por proposta do Comitê de Investimento;

b) decidir sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas do FI-FGTS, em cada exercício;

c) definir a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do Comitê de Investimento;

d) estabelecer o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela administração e gestão do FI-FGTS, inclusive a taxa de risco;

e) definir a exposição máxima de risco dos investimentos do FI-FGTS;

f) estabelecer o limite máximo de participação dos recursos do FI-FGTS por setor, por

empreendimento e por classe de ativo, observados os requisitos técnicos aplicáveis;

g) estabelecer o prazo mínimo de resgate das cotas e de retorno dos recursos à conta vinculada, observado o disposto no § 19 do art. 20 desta Lei;

h) aprovar o regulamento do FI-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal; e

i) autorizar a integralização de cotas do FI-FGTS pelos trabalhadores, estabelecendo previamente os limites globais e individuais, parâmetros e condições de aplicação e resgate." (NR)

"Art. 7º .....

VIII - garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do caput do art. 13 desta Lei." (NR)

"Art. 20. ....

XVII - integralização de cotas do FI-FGTS, respeitado o disposto na alínea i do inciso XIII do caput do art. 5º desta Lei, permitida a utilização máxima de 10% (dez por cento) do saldo existente e disponível na data em que exercer a opção.

§ 8º As aplicações em Fundos Mútuos de Privatização e no FI-FGTS são nominativas, impenhoráveis e, salvo as hipóteses previstas nos in-

**cisos I a XI e XIII a XVI do caput deste artigo, indisponíveis por seus titulares.**

.....  
**§ 13. A garantia a que alude o § 4º do art. 13 desta Lei não compreende as aplicações a que se referem os incisos XII e XVII do caput deste artigo.**

**§ 14. Ficam isentos do imposto de renda:**

**I - a parcela dos ganhos nos Fundos Mútuos de Privatização até o limite da remuneração das contas vinculadas de que trata o art. 13 desta Lei, no mesmo período; e**

**II - os ganhos do FI-FGTS e do Fundo de Investimento em Cotas - FIC, de que trata o § 19 deste artigo.**

**§ 15. A transferência de recursos da conta do titular no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em razão da aquisição de ações, nos termos do inciso XII do caput deste artigo, ou de cotas do FI-FGTS não afetará a base de cálculo da multa rescisória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 desta Lei.**

.....  
**§ 19. A integralização das cotas previstas no inciso XVII do caput deste artigo será realizada por meio de Fundo de Investimento em Cotas - FIC, constituído pela Caixa Econômica Federal especificamente para essa finalidade.**

**§ 20. A Comissão de Valores Mobiliários estabelecerá os requisitos para a integralização,**

das cotas referidas no § 19 deste artigo, devendo condicioná-la pelo menos ao atendimento das seguintes exigências:

I - elaboração e entrega de prospecto ao trabalhador; e

II - declaração por escrito, individual e específica, pelo trabalhador de sua ciência quanto aos riscos do investimento que está realizando." (NR)

Art. 4º Os orçamentos anuais do FGTS para vigor nos exercícios de 2008 a 2011, inclusive, preverão um volume adicional de aplicações na área de habitação popular para a produção de novas habitações, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, igual ao montante de recursos desembolsados pelo FI-FGTS no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Nesse período, a alocação de recursos para aplicações anuais do FGTS em habitação popular, excluídos os recursos adicionais de que trata o caput deste artigo, não será inferior ao total de recursos aplicados pelo FGTS na área de habitação popular no exercício de 2007, observado o equilíbrio econômico-financeiro do FGTS.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer um registro. Acabamos de votar a última matéria: medida provisória do PAC que havia no Senado. Rapidamente, o Senado respondeu: discutiu, melhorou algumas propostas, encaminhou algumas propostas à Câmara e aprovou outras da forma como veio da Câmara.

Então, quero parabenizar todas as Lideranças, agradecer a participação e a ajuda da Oposição e o comando firme de V. Ex<sup>a</sup>, que possibilitou essa votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Isso significa, mais uma vez, a reafirmação dos compromissos do Senado perante o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 338, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 338, de 2006, que *abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de sete bilhões, quatrocentos e cinqüenta e sete milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e setenta e sete reais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de oito bilhões, oitocentos e oito milhões, novecentos e cinqüenta e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- não foram apresentadas emendas à Medida Provisória;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 23 de fevereiro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 28 daquele mês;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Pompeo de Matos (Bloco/PDT-RS);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 12, de 2007 e se esgotará no dia 1º de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 15 de março.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Tenho a honra de conceder a palavra ao Relator revisor, Senador Romero Jucá.

#### **PARECER Nº 405, DE 2007 – PLEN**

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa proposta visa suplementar uma série de estatais que não recebem diretamente recursos do Tesouro mas fazem parte do orçamento das estatais e, portanto, sua movimentação orçamentária precisa ser autorizada pelo Congresso.

São R\$7,4 bilhões que se movimentam e R\$ 8,8 bilhões que se abatem das estatais e que fazem parte da proposta.

O parecer é favorável para que se faça a autorização dessa suplementação e movimentação de recurso.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

**PARECER Nº 405, DE 2007**

Parecer sobre a Medida Provisória nº 338, de 28 de dezembro de 2006, que "Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 8.808.952.888,00, para os fins que especifica."

Autor: **Poder Executivo**

Relator: **Senador**

**1 RELATÓRIO**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, combinado com o § 3º do art. 167, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 338, de 28 de dezembro de 2006, (MP 338/06) que "Abre crédito extraordinário ao Orçamento de Investimento para 2006, em favor de diversas empresas estatais, no valor total de R\$ 7.457.585.977,00, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 8.808.952.888,00, para os fins que especifica."

Os quadros a seguir mostram um resumo da MP 338/06. O quadro 1 evidencia os recursos necessários ao crédito. O quadro 2 mostra, por órgão e unidade orçamentária, a destinação dada ao total de recursos envolvidos.

Quadro 3 - Indicador de resultado primário R\$

	RP 2	RP 4
<b>Crédito</b>	5.178.934.650	2.278.651.327
<b>Cancelamento</b>	6.484.288.313	2.324.664.575

RP 2 - despesa primária discricionária.

RP 4 - outras despesas constantes do orçamento de investimento das empresas estatais que não impactam o resultado primário.

Quadro 2 - Abertura de crédito extraordinário - por órgão e unidade orçamentária	R\$
<b>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO</b>	<b>2.721.600</b>
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASA/MG	2.461.600
COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG	260.000
<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>	<b>199.108.723</b>
EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	182.868.723
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	16.240.000
<b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b>	<b>177.672.717</b>
BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA	58.075.269
BANCO DO BRASIL S.A. - BB	24.156.834
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB	974.885
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	94.465.729
<b>MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>15.120.000</b>
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV	15.120.000
<b>MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES</b>	<b>8.000.000</b>
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	8.000.000

<b>MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA</b>		<b>7.040.360.908</b>
	ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.	282.587.624
	BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL	147.863.770
	FAFEN ENERGIA S.A.	3.848.220
	FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC	13.545.000
	LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS	8.162.206
	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	234.894.209
	PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO	10.150
	PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV	493.587.429
	PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO	400.000
	PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV	1.445.582.411
	PETROBRAS QUÍMICA S.A. - PETROQUISA	71.159
	PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	318.252.625
	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	3.816.742.247
	PETROQUÍMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO	948.155
	TERMOCEARÁ LTDA.	14.958.978
	TERMOMACAÉ LTDA.	14.795.080
	TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GÁS S.A. - TAG	22.650
	TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	2.405.704
	TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GÁS S.A. - TCG	190.781.570
	TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS	50.901.721
<b>MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b>		<b>14.602.029</b>
	COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	4.040.516
	COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	450.000
	COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	2.511.693
	COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	1.599.820
	COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	4.500.000
	COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	1.500.000
		<b>7.457.585.977</b>

## 1.1 DA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

A respeito da adequação financeira e orçamentária de medidas provisórias, assim estabelece a Resolução nº 01, de 2002 – CN, em seu art. 5º, § 1º:

O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a con-

formidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

O crédito extraordinário, dada a sua excepcionalidade, não se sujeita às mesmas regras de equilíbrio financeiro às quais estão submetidas as outras espécies de crédito adicional (nomeadamente, o crédito suplementar e o crédito especial, ambos encaminhados ao Congresso por meio de projeto de lei do Poder Executivo). De qualquer forma, é de se mencionar que o balanço entre os créditos abertos e os cancelamentos mostra que estes superam aqueles em relação às despesas classificadas como primárias – ver quadro 3 –, permitindo entender que não há potenciais consequências negativas para a meta de resultado primário.

	Quadro 3 - Indicador de resultado primário R\$	
	RP 2	RP 4
<b>Crédito</b>	5.178.934.650	2.278.651.327
<b>Cancelamento</b>	6.484.288.313	2.324.664.575

RP 2 - despesa primária discricionária.  
 RP 4 - outras despesas constantes do orçamento de investimento das empresas estatais que não impactam o resultado primário.

## 1.2 DA MOTIVAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA

A Resolução nº 01, de 2002 – CN, no § 1º de seu art. 2º, informa que “no dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato”. A Exposição de Motivos (EM) nº 316/2006/MP, de 2006, que acompanha a MP 338, supre a exigência prevista no dispositivo citado.

### 1.3 DO ATENDIMENTO DOS PRESSUPOSTOS CONSTITUCIONAIS

O instituto do crédito extraordinário, do ângulo constitucional, tem o propósito de atender a programações cujas despesas sejam imprevisíveis, urgentes. Esse instituto cuida, por isso, de despesas cuja realização deva dar-se prontamente, não devendo, nesse contexto, submeter-se ao processo legislativo ordinário. O mérito, subjacente à importância dos fatos que lhe dão ensejo, requer a imediata intervenção do Poder Público.

A EM nº 316/2006/MP, de 2006, mostra por que a MP 338 atende às exigências constitucionais. De acordo com tal exposição,

A urgência na abertura do crédito, decorre da necessidade de garantir o desenvolvimento de projetos a cargo das empresas estatais, de potencial relevância para garantia do pleno atendimento às demandas da sociedade pelos produtos e serviços ofertados, notadamente com relação a petróleo e gás, de forma a aumentar a oferta de bens e serviços no curto e médio prazos e reduzir o risco de desabastecimento, evitando prejuízos à

população, restrições ao crescimento econômico e seus conseqüentes impactos indesejáveis sobre os níveis de emprego e renda.

É de se mencionar que a EM nº 316/2006/MP, de 2006, informa ainda que as adequações orçamentárias previstas na MP 338, encaminhadas ao Congresso Nacional sob a forma de projeto de lei, "não foram apreciadas por aquela Casa do Legislativo". Os projetos, segundo a Exposição de Motivos, eram os de número 22, 23, 27 e 38, todos de 2006. De fato, pesquisa realizada junto ao portal do Senado na internet, sobre o acompanhamento de matérias legislativas, mostra que tais projetos, a despeito de terem sido aprovados pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) nos termos encaminhados pelo Poder Executivo, tiveram suas matérias consideradas prejudicadas ao final da legislatura.

## 2 VOTO

Em razão de todo o exposto, opinamos pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância, urgência e imprevisibilidade das despesas constantes da Medida Provisória nº 338, de 2006, por sua adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Plenário, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

  
Senador  
Relator

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do nobre Relator revisor é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação.

Antes de conceder a palavra para discutir a matéria, vou colocar em votação os pressupostos constitucionais de urgência e relevância e adequação financeira e orçamentária.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Vamos ao mérito da matéria.

Discussão da Medida Provisória, em turno único.

Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi ao Líder Arthur Virgílio que me desse oportunidade de falar sobre esse projeto de conversão, essa medida provisória que abre crédito de mais ou menos sete bilhões de reais para algumas empresas estatais.

Essa medida fere todos os princípios de uma boa legislação. Primeiro, fere o princípio de uma boa administração, porque não dá para entender, do ponto de vista administrativo, que empresas do porte da Petrobras ou de suas subsidiárias, como a Petrobras Netherlands e outras, não tenham feito planejamento financeiro durante o início da gestão do ano fiscal de maneira que tenham sido surpreendidas por fatos extraordinários que as levassem a necessitar de créditos extraordinários no valor de R\$7 bilhões.

Quero lembrar que toda medida provisória só tem sentido, só tem validade e só é admissível quando é feita com caráter de urgência e de emergência. Essa abertura de crédito de R\$7 bilhões não tem caráter de urgência, não tem caráter de emergência e, se tivesse, significaria a falência total da administração dessas estatais, porque é incompreensível verba de R\$7 bilhões em caráter de emergência.

Imaginem – e aqui falo a uma série de pessoas que, na sua grande maioria, já foram administradores públicos – , quem se lembra de ter em algum momento lidado na sua administração ou na sua vida pública com verbas do tamanho de R\$7 bilhões? Lembro-me, Senadores Arthur e Agripino, de que todo investimento da União no ano de 2006 do orçamento da União realizado foi de 12 bilhões. Ou seja, nós estamos autorizando a que créditos extraordinários para subsidiárias

da Petrobras e Petrobras de 7 bilhões, quase 70% de todo o valor do investimento feito durante o ano inteiro pela União, pelo País.

A falta de transparência nisso também é totalmente evidente. Não existe transparência nenhuma, Senador Arthur. Pedi, por exemplo – e alguns Senadores aqui sabem disso – algumas explicações. Por exemplo, o porquê da Medida Provisória. E pasme, Senador Arthur, a informação que me veio, Senadora Marisa, do porquê da Medida Provisória: aqui está escrito “medida provisória” porque tentaram como Projeto de Lei e não foi aprovado. Então, veio como medida provisória, o que significa um verdadeiro desrespeito ao Congresso Nacional.

Mas, em seguida, mando perguntar: para quê esses 7 bilhões? Para fazer o quê com esses 7 bilhões? E vieram algumas respostas genéricas. E voltei a perguntar em cima de questões mais específicas e, simplesmente, para não cansar os senhores, estou dividindo essas questões em apenas duas grandes subsidiárias da Petrobras, em que faço as seguintes perguntas, que não foram respondidas: para a Petrobras Netherlands, e eles mandaram a seguinte resposta: duzentos e cinquenta e três milhões de reais.

E aí eles mandaram: uma para compra de unidades marítimas estacionárias de extração e produção de petróleo e gás no exterior.

E eu faço as seguintes perguntas sobre a Petrobras Netherlands, que não foram respondidas pelo Governo:

- a) o que são essas unidades?
- b) em que país(es) estão localizadas essas unidades?
- c) por que não foi prevista dotação inicial?
- d) quando houve a decisão da aquisição dessas unidades e quem a autorizou?
- e) em que países se localizam as empresas contratadas para o fornecimento das unidades? E quais são essas empresas?
- f) quais os valores dos contratos?
- g) houve licitação para essas contratações? Quando? Quais foram as empresas concorrentes?
- h) alguma empresa brasileira participou do processo de licitação?
- i) se não houve licitação, quais as razões para a não realização?
- j) qual o respaldo legal para a não realização da licitação?

Item seguinte, da mesma Petrobras Netherlands: “Construção de Unidades Estacionárias de Produção”, no valor de R\$2.532.795.070,00.

- a) o que são essas Unidades Estacionárias de Produção?
- b) em que país(es) estão localizadas?
- c) por que não foi prevista a dotação inicial?
- d) quando houve a decisão da construção dessas unidades? - e, assim, repito todas aquelas questões, culminando com:
- e) houve licitação para essas contratações? Quando? Quais foram as empresas concorrentes?
- f) alguma(s) empresa(s) brasileira(s) participou (participaram) desse processo de licitação?
- g) Se não houve licitação, quais as razões para a sua não realização?

Volto a falar no número: estou falando de R\$2,532 bilhões, sem respostas!

Item nº 3, também para a Petrobras Netherlands: “Aquisição de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra de Jazidas de Petróleo e Gás Natural”.

São R\$575 milhões. Repito, Senador Mário Couto: as mesmas perguntas estão sem resposta, também da mesma empresa objeto dessa medida provisória que está sendo votada sem a devida avaliação por parte desta Casa.

Passemos à outra empresa, a Petrobras International Braspetro. Estou falando de duas empresas que estão no exterior, Senador. Falei da Petrobras Netherlands e, agora, da Petrobras Braspetro. São R\$400 milhões.

“Adequação de Infra-Estrutura Industrial no Exterior” – e repito as mesmas perguntas.

“Aquisição de Direitos e de Estudos para a Expansão de Atividades na Indústria de Petróleo no Exterior” - aqui existe uma grande curiosidade, Senador Arthur Virgílio e Senador Romero Jucá. Gostaria que os dois líderes prestassem atenção a esta questão. Senador José Agripino, Senador Romero Jucá, estou pedindo que prestem atenção a esta questão, porque eu gostaria de uma resposta. Aqui existe uma coisa interessante: “Aquisição de Direito e de Estudos para Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo no Exterior”. Quanto ao pedido de aprovação, o aprovado inicial é zero; crédito extraordinário pedido, R\$408 milhões; realizado, R\$1,109 bilhão. Senador Romero, não sei se V. Ex<sup>a</sup> ouviu o que eu disse aqui.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Tasso, estou prestando atenção a V. Ex<sup>a</sup>. Estou tão atento que estamos aqui conversando sobre uma...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Mas estou falando de um crime aqui.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Vou prestar mais atenção.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Aprovado pela Petrobras: zero; o pedido de crédito extraordinário agora é de R\$ 400 milhões; e realizado, R\$1,1 bilhão. Como é que se explica isso aqui, Senador?

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Como é que pode?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Como é que pode? Foi realizado mais do que o aprovado, inclusive aqui pedido na medida provisória. Queria explicação sobre isso.

Eu queria dizer o seguinte: há mais algumas coisas aqui nessa linha, outra em que o aprovado é maior.

Senadores, se aprovarmos aqui, não teremos o direito mais a reclamar dos delúbios e dos zuleidos da vida, porque o que estamos aprovando aqui é uma coisa inteiramente sem o controle nosso, sem transparência, sem concorrência. Estamos aprovando por causa da pressão do Governo, e ilegal. Aqui existe a confissão de um crime feito do ponto de vista orçamentário.

Então, queria dizer, com toda a clareza, que o que estamos fazendo nesta Casa, se aprovarmos esse projeto, é uma confissão de que nós não temos direito nenhum de reclamar mais nada. Claramente, no meio disso aqui, há todo o campo, todo o caldo de cultura para aparecerem os zuleidos e delúbios da vida que estão aí rolando e que acabam manchando a reputação desta Casa.

Eu me recuso, Senador Arthur Virgílio, a participar, a ser conivente com essa mancha, com mais uma mancha que vai ser colocada nesta Casa, se isso for votado dessa maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, para discutir a matéria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati estudou a fundo essa questão. Ponderado como é S. Ex<sup>a</sup>, essa matéria nele despertou todas as razões de suspeita.

Em primeiro lugar, Senador Renan Calheiros, nós temos no PSDB posição firmada quanto a medidas provisórias que atropelam a execução normal do Orçamento. Em segundo lugar, nós entendemos que – estou discutindo por enquanto a forma – R\$7,4

bilhões denotam, na melhor das hipóteses e antes, desorganização, falta de planejamento, porque R\$7,4 bilhões significam uma quantia abusiva para se pensar em tratá-la à base de medida provisória.

Entendemos que essa matéria deveria ser vista sob a forma de projeto de lei. E o Senador Tasso Jereissati fez dois requerimentos de informação: um deles obteve do Ministério do Planejamento respostas evasivas; o outro, respostas igualmente evasivas e, sobretudo, incompletas.

Logo, para que fique bem claro, perante a Casa, a postura de equilíbrio do PSDB, nós entramos em acordo com as demais Lideranças da Casa e com o Presidente Renan Calheiros no sentido de deixarmos para o final esta pendência.

Esta, portanto, é a última medida provisória daquela leva que tem seus efeitos expirados em 1º de junho. Em seguida, temos outras matérias que deverão ser discutidas, sobre um ou outro ponto polemizadas, mas que não têm, nem de leve, o caráter de gravidade que a Bancada do PSDB enxerga nesta medida provisória que destina para estatais, a começar pela Petrobras no exterior, como a Petrobras Netherlands e outras, R\$7,4 bilhões.

Por conseguinte, Sr. Presidente, temos todas as razões para, numa matéria como esta, em vez de darmos o **quorum** e medirmos as forças, como fizemos ainda há pouco naquela do FGTS, pedirmos verificação de **quorum**, retirarmos nossas Bancadas de plenário, o Governo com a obrigação de colocar os 41 votos, por entender que esta matéria se reveste de gravidade. E essa gravidade foi reconhecida por todos, tanto que ela ficou como a última questão a ser examinada nesta leva – repito – de medidas provisórias que têm prazo de validade até 1º de junho.

Portanto, em função do trabalho diligente do Senador Tasso Jereissati, em função da solidariedade que a Bancada do PSDB recebeu da Bancada dos Democratas, do DEM, com ramificações de apoios significativos da Bancada do PMDB, da bancada de outros partidos, inclusive ligados à base governista, e depois de termos conversado, Senador José Agripino, Senador Romero Jucá, Líder do Governo, e eu próprio – eu que devo, neste momento, fazer o registro do comportamento que tem tido na Liderança do Governo o Senador Romero Jucá; comportamento equilibrado, democrático, o que tem facilitado o seu trabalho, porque S. Ex<sup>a</sup> ouve, não faz o jogo de buscar atropelar, e tem procurado honrar a palavra que empenha – , eu gostaria de, neste momento, dirigir-me ao Líder para, da tribuna, e até de maneira mais transparente, propor daqui o diálogo que íamos tratando ali, quando ouvíamos as declarações, na tribuna, do Senador Tasso Jereissati.

Estávamos o Senador José Agripino, o Senador Romero Jucá e eu próprio discutindo se não seria mais válido, a esta altura, até para não termos percalços na hora de limparmos a pauta, termos a possibilidade de votarmos a pauta, inclusive votando as demais medidas provisórias no dia de hoje, seja a que destina recursos para o Pan-americano, a Lei Kandir, que interessa sobremaneira aos Estados, seja uma outra que trata de assunto ligado à Itaipu. Temos algumas medidas provisórias que poderiam tranqüilamente ser votadas hoje.

A solicitação que fazíamos ao Líder Romero Jucá, que estava avaliando conosco, era no sentido de que se retirasse a medida provisória, transformando-a em projeto de lei, para que tivéssemos todo o tempo de ver as razões. Aquilo que não foi respondido ao Senador Tasso Jereissati o seria na hora da discussão do projeto de lei. E, se ficarmos nós convencidos da lisura, da correição dessa matéria, votaremos a favor, no momento em que estivermos convencidos de que é assim. Se não nos convenceremos, votaremos contra. Mas a precipitação e o risco iminente, o **periculum in mora** para os interesses brasileiros estaria afastado.

Portanto, Sr. Presidente, eu até digo a V. Ex<sup>a</sup> que fiquei plenamente satisfeito com o arrazoado técnico que fez o Senador Tasso Jereissati. Não preciso repetilo. Tenho um documento da Assessoria para ler, mas o Senador Tasso Jereissati foi eloqüente, foi convincente na parte substantiva do seu discurso.

Portanto, eu gostaria mais de discutir com o Senador Romero Jucá – e agora publicamente – sobre essa possibilidade. Creio que o Governo demonstraria generosidade, demonstraria grandeza, demonstraria desejo de aprofundar discussões, demonstraria transparência, e nós teríamos a pauta desobstruída, teríamos a pauta aberta para votarmos o que conste dela até o momento em que se queira prosseguir com as votações.

Portanto, Sr. Presidente, concedo o aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Ouvirei o Senador Sérgio Guerra e o Senador Garibaldi Alves Filho. Em seguida, eu encerraria para ouvir mesmo o Senador Romero Jucá se pronunciar sobre a conclusão das tratativas que vínhamos mantendo S. Ex<sup>a</sup>, o Senador José Agripino e eu próprio – o Senador José Agripino pelo DEM; eu, pelo PSDB; e S. Ex<sup>a</sup>, representando o Governo.

Com muita honra, ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Líder Arthur Virgílio, penso que a proposta que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer ao Líder Jucá é absolutamente prudente, além de

equilibrada. O fato é que, se nós desejamos criar uma condição que não nos remeta à crise que atravessamos neste instante, precisamos começar a agir de outra maneira, inclusive tomando um cuidado essencial: não permitir que depois, no Congresso, fique a conta e, no Executivo, não fique coisa alguma, a não ser a palavra do Presidente da República de que é preciso “doer a quem doer”. O Presidente Lula sempre diz isto: “Doa a quem doer”. Que prospere a investigação. Não vamos deixar que agora precedentes sejam permitidos aqui, a que pretexto for. Evidentemente, é impossível aprovar o que está sendo solicitado agora para a aprovação. É uma ação absolutamente imprudente, equivocada, fora de qualquer formalidade legal, distante das exigências da lei. Citaria apenas uma consideração que escapou ao Senador Tasso Jereissati, que fez, como sempre faz, exame isento do problema. S. Ex<sup>a</sup> estava disposto a aprovar estas medidas, desde que convencido. Solicitou informações uma, duas, três vezes. Deu-me para ler uma delas, sobre a qual, sinceramente, não é possível nem conversar. O texto é: “Adequação da infra-estrutura de exploração e produção no exterior. Dotação inicial (Petrobras) – quatro bilhões e oitocentos e um, quatrocentos e oitenta e seis e quatrocentos e cinqüenta. O cancelamento: um bilhão e oitenta e nove, duzentos e cinqüenta e oito. Dotação final (o valor que estava autorizado) – três bilhões, setecentos e doze e duzentos e vinte e sete”. O valor realizado pela Petrobras, sem nenhuma autorização legal, desrespeitando a lei e as regras, submetendo o quadro de realização orçamentária à total e completa imprudência: quatro bilhões e trezentos e dezesseis, apesar de estarem autorizados três bilhões e setecentos. Qualquer Prefeito do interior que gaste, como desvio de finalidade, R\$10 mil ou R\$15 mil além do que foi autorizado vem aqui para o Tribunal de Contas e é obrigado a devolver o dinheiro que usou, mesmo tendo usado esses recursos para objetivos corretos. A Petrobras faz isso com um bilhão, com a maior tranqüilidade. Se tinha ou não autorização legal para isso, a resposta é não. “No entanto, a dinâmica de realização de negócios...” Pronto. Isso é conversa para boi dormir. Não dá para defender isso. Duvido que o Senador Romero Jucá, que tem uma tradição de conhecimento dessa área, que tem responsabilidade e sempre trabalhou bem, possa defender o que está aqui. Se o fizer, não estará falando sinceramente, e ele jamais fez isso.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de conceder um aparte aos quatro Senadores que me solicitaram, eu gostaria de mencionar a presença, neste Plenário, de uma liderança importante do meu Partido, que é o ex-Líder na Câmara,

Deputado Jutahy Magalhães. É muita alegria tê-lo conosco nesta sessão tão relevante.

Concedo um aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, permita-me que eu faça aqui, no meio do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, o registro da visita de representantes das colônias de pescadores de todo o Nordeste, que vieram até aqui apelar para que se crie uma frente parlamentar em favor da pesca. Eles estão aí, quase uma centena de pescadores, para dizer da expectativa que têm de que, a partir de agora, essa atividade possa ser valorizada, debatida, prestigiada no Senado Federal. Não quero tomar o tempo de V. Ex<sup>a</sup>, especialmente porque estou destoando da discussão, mas acredito que este registro vale a pena. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que está tramitando no Senado justamente o Projeto de Lei da Pesca, que organiza a atividade da pesca no nosso País. Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senador Garibaldi Alves, V. Ex<sup>a</sup> nunca desafia. V. Ex<sup>a</sup>, ao contrário, termina por ditar o ritmo do meu discurso sempre que nele ingressa, pelo respeito intelectual que lhe devoto e pela amizade profunda que soube construir com V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte.

Concedo um aparte à Senadora Patrícia Saboya e, em seguida, aos Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro.

**A Sr<sup>a</sup> Patrícia Saboya** (Bloco/PSB – CE) – Senador Arthur Virgílio, sei da sensibilidade que tem tido o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, nessas discussões que, muitas vezes, são polêmicas e nas quais não conseguimos as respostas suficientes para votar uma matéria com recursos tão relevantes como os desta matéria que chegou ao Senado. Trata-se de um crédito extraordinário de algo em torno de R\$7 bilhões, mais da metade daquilo que o Governo investiu, no ano passado inteiro, em diversos setores. Além de me incomodar, Senador Arthur Virgílio, deixa-me muito preocupada a falta de informações da Petrobras em relação a esses recursos, a esses R\$7 bilhões. Percebi aqui o esforço do Senador Tasso Jereissati, ao longo da discussão desta matéria, para que pudéssemos obter todas as informações necessárias e votar com segurança. Estranho, por exemplo, o fato de se destinar, com tanta facilidade, por meio de uma medida provisória, um crédito extraordinário no valor de R\$7 bilhões para a Petrobras, sem reservar quaisquer outros recursos para o meu Estado, o Ceará. Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, obviamente, não quero apegar esta discussão, pois, afinal de contas, estamos tratando de empréstimos para a Petrobras e não para o meu

Estado. Porém, esta também é uma oportunidade, Senador Arthur Virgílio, de lembrar que estão paralisadas, no meu Estado, há quase um ano, as obras de uma siderúrgica prometida pelo Presidente Lula por duas ou três vezes. Na semana passada, o Presidente da Petrobras, Sr. Gabrielli, disse, em uma reunião da Bancada do Nordeste, que a siderúrgica estava inviabilizada no Estado do Ceará por alguns fatores, sendo um deles a questão do mercado consumidor, como se isso fosse uma tarefa da Petrobras. Também disse que, a partir de um desequilíbrio que ocorre na conta da empresa, que já foi a US\$1 bilhão e agora está em torno de US\$180 milhões ou US\$200 milhões, esses recursos serão repartidos, em 20 anos, entre os investidores e a própria Petrobras. No entanto, a Petrobras não pode fazer esse investimento no Estado do Ceará para a criação da primeira usina siderúrgica do Nordeste, que causará um impacto fundamental e vital para o desenvolvimento do nosso Estado, com a geração de sete a dez mil empregos no nosso Estado, com o aumento do PIB de 5% e com a confecção e a produção de chapas de aço no total de 1,5 milhão de toneladas por ano. Portanto, também quero mais informações. Faço este apelo e sei que o Senador Romero Jucá, pela sua sensibilidade e pela atenção que tem tido com todos os seus Pares nesta Casa, fará essa ponderação e nos ajudará a refletir melhor sobre um valor tão alto para uma empresa que se tem recusado, ao longo dos tempos, a investir com firmeza e a cumprir a determinação, inclusive desautorizando o Presidente da República. Enquanto o Presidente da República vai ao meu Estado e diz que a siderúrgica já está chegando, o Sr. Gabrielli se reúne com a Bancada do Nordeste, desautorizando o Presidente, e diz que essa siderúrgica é inviável. Portanto, tem V. Ex<sup>a</sup> a minha solidariedade. Faço também um apelo ao Líder do Governo para que possamos adiar esta votação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Senadora Patrícia Saboya, o Senado deve estar muito feliz por contar com sua Bancada, vigilante e ilustre, acompanhando, sobretudo, o crescimento político de V. Ex<sup>a</sup>. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> tem uma combatividade que não contrasta com a doçura com que trata seus colegas.

Agradeço.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

**O Sr. Mário Couto** (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, inicialmente, quero parabenizar o Senador Tasso Jereissati, pelas ponderações feitas da tribuna nesta tarde, e também V. Ex<sup>a</sup>. Apesar de estar neste Parlamento há pouco tempo, tenho sentido e visto a inteligência do Líder do Governo, Senador Romero Jucá. Confesso a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá, que o admiro pela sua inteligência. Como homem inteligente,

com certeza absoluta, V. Ex<sup>a</sup> não concordará com essa medida provisória, porque ela é oca e não diz nada. São R\$7 bilhões! Senador Arthur Virgílio, das 24 medidas provisórias já recebidas por este Parlamento, esta é a menos confiável, esta não diz nada, é assinar um cheque em branco, então, tem que ser devolvida. Não se pode votar uma medida assim: oca. Senador Romero Jucá, quero, mais uma vez externar o meu sentimento a V. Ex<sup>a</sup>, Líder do Governo, pela sua inteligência. Tenho certeza absoluta de que V. Ex<sup>a</sup> reconhece que o Presidente Lula é recordista em medidas provisórias, mas esta aqui bate o recorde de todas. Veio dizer nada com nada e tentar empurrar sete bilhões sem explicações. Isso é ridículo, e precisamos dizer a nossa sociedade que não concordamos com o que aí está. Parabéns, mais uma vez, ao Senador Tasso Jereissati e a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

**O Sr. Flexa Ribeiro** (PSDB – PA) – Senador Arthur Virgílio, o PSDB tem na Presidência o Senador Tasso Jereissati, que orienta o Partido em uma linha de oposição construtiva. O próprio Senador Tasso Jereissati, para se posicionar em relação a esta medida provisória, solicitou informações ao Governo para que pudéssemos votar conscientemente. Lamentavelmente, as informações que vieram não atendem. Disse aqui o Senador Mário Couto que estamos dando um cheque em branco. Não estamos dando um cheque em branco, Senador Mário Couto, porque o cheque já foi sacado. Esses recursos de mais de R\$7 bilhões já foram gastos. Agora, é importante, Senador Tasso, que a Nação brasileira saiba – o Senador Romero Jucá pode explicar isso por meio da TV Senado e da Rádio Senado – como o Governo, na rubrica Aquisição de Direitos e de Estudos para Expansão de Atividades na Indústria do Petróleo no Exterior, não colocou nada no Orçamento de 2006.

Em dezembro, edita a medida provisória, porque o PL que mandou em setembro ou outubro foi rejeitado, pedindo um crédito extraordinário no valor de R\$408.251.529,00. Evidentemente, foi aprovado. A medida provisória está automaticamente aprovada após a sua edição. Senador Romero Jucá, ele solicita R\$408 milhões e realiza R\$1.109.888.628,00. Então, queria que V. Ex<sup>a</sup> informasse. Senador Romero Jucá, sabe por quê? Em respeito aos mais de cinco mil Prefeitos dos Municípios brasileiros. Imagina, Senador Romero Jucá, se um Prefeito de um desses Municípios... Tenho aqui o Vereador Temi, do nosso PSDB, do Município de Sapucaia, no Pará. Sabe onde fica, Senadora Patrícia Saboya? Fica no sul do Pará. Tem lá o nosso Prefeito Marquinhos, que é do PSDB. Imagina um Município pequeno, Senador Tasso Jereissati... O

que aconteceria se o Prefeito Marquinhos fizesse um dispêndio não autorizado pela Câmara? Ele estaria destituído da Prefeitura. Então, como podemos, Senador Romero Jucá, aprovar um gasto maior do que o que foi solicitado. Explique isso não para nós, Senadores, mas para os milhares de Prefeitos brasileiros e para o nosso Vereador Temi, lá de Sapucaia, para que ele não leve este exemplo do Senado Federal.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, eu estava inscrito para falar sobre este assunto. Trata-se da maior imoralidade deste Congresso. Em boa hora, o Senador Tasso Jereissati e também o Senador Heráclito Fortes chamaram a atenção para esse escândalo. Isso é uma demonstração de que, enquanto tivermos medidas provisórias e não tivermos orçamento impositivo, teremos um Governo que não vai respeitar jamais o Congresso Nacional; governa sozinho. E aí, sim, cabe uma ação popular. Esse caso da Petrobras é gravíssimo, talvez o mais grave que já tenha ocorrido neste Congresso. V. Ex<sup>a</sup> faz eco às palavras de Tasso Jereissati e de tantos outros, que tenho certeza de que o Senador Romero Jucá não vai demorar em dizer que este projeto não será votado porque o Congresso não quer e o Senado repele.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Eu pediria que não houvesse mais apartes, até porque estou ansioso por ouvir o Senador Romero Jucá, que tem uma fala substantiva sobre a atitude que o Governo tomará.

Ouçõ o Senador Eduardo Azeredo, como último aparteante.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, apenas para também trazer, com a minha palavra, este protesto pelo tipo de medida provisória que está colocada para nossa votação, da mesma maneira que, há alguns dias, o Presidente Lula editou a nova medida provisória, que é a cópia de um projeto já aprovado aqui no Senado, de autoria do Senador Tião Viana, do partido de Sua Excelência. Trata-se de um projeto meritório, que dá pensão para as pessoas que tiveram hanseníase e ficaram internadas e afastadas da comunidade. O mérito é perfeito, tanto é que aprovamos o projeto na Comissão e aqui no plenário do Senado. O que o Presidente fez? Em vez de pedir a sua Base de Apoio na Câmara para votar esse projeto do Senador Tião Viana, o Governo editou mais uma medida provisória. Não teremos condições de ter um funcionamento normal do Congresso enquanto continuar dessa maneira. Essa medida provisória é caracte-

terística, é um recurso enorme, que não tem nenhuma explicação mais convincente e que, mais uma vez, vem para cá sem as devidas explicações. Portanto, não nos resta outra questão senão nos posicionarmos contra essa medida provisória.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, temos votado, sistematicamente, contra a abertura de créditos extraordinários e créditos especiais editados por medidas provisórias. Agora, esta é a rainha delas todas, porque foi editada no valor de R\$7,2 bilhões, para a subsidiária da Petrobras. Essa bate todos os recordes. Penso que temos de ter uma atitude mais drástica com relação a este assunto. Sou solidário com as palavras que o Senador Tasso Jereissati aqui pronunciou e com o que V. Ex<sup>a</sup> está colocando da tribuna. Nós temos um pensamento absolutamente assemelhado com relação a isso. É um pensamento padrão com relação a votar contra a edição de medidas provisórias que contenham propostas de créditos extraordinários ou especiais, mas – repito – esta extrapola tudo. E peço ao Governo que medite sobre a proposta que está tendo porque vai-nos levar a atitudes cada vez mais extremadas. Solidarizo-me, Senador Arthur Virgílio, com a posição que V. Ex<sup>a</sup> está tomando e que terá o inteiro apoio dos democratas.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, ao encerrar, leio um trecho da entrevista do ilustre Deputado Augusto Carvalho. S. Ex<sup>a</sup> denuncia a existência de uma “nuvem cinzenta” na administração Lula que torna a execução do Orçamento suspeita nas empresas estatais. “O Sistema de Acompanhamento Financeiro do Governo (Siafi), emitido pelo Serpro, não divulga para os diversos setores da sociedade como o Orçamento é administrado nas empresas estatais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica, Furnas etc. A falta de transparência que tínhamos na Administração Pública antes da criação do Siafi agora migrou para as estatais, e não é por acaso que, em outras CPIs, vimos nomes de envolvidos pertencentes ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica, à Eletrobrás, à Eletronorte. Essa é uma zona cinzenta que o Governo tem que dissipar, tem que tornar pública a divulgação dos recursos orçamentários que estão nas mãos das estatais”.

Sr. Presidente, encerro, pedindo que faça parte esse trecho da entrevista ao *Jornal da Comunidade* do ilustre Deputado Augusto Carvalho, que é um excelente Parlamentar de fiscalização e controle, para dizer que o Senador Sérgio Guerra disse, ainda há pouco, algo de uma enorme gravidade, e eu até completo: há admissão da ilegalidade por parte de quem elaborou as respostas ao Senador Jereissati. E a pergunta que

fazemos é: qual seria o procedimento da CGU, se isso dissesse respeito a um Prefeito do interior do Estado do Amazonas ou do interior do Estado do Rio Grande do Sul? Logo, nós temos de ter um olhar bastante duro em relação a esse episódio.

É por isso que, se o Senador Romero Jucá me permite, eu ainda ouvirei o Senador Roriz, não posso deixar de ouvir S. Ex<sup>a</sup>, mas gostaria muito que nós pensássemos numa solução de Senado. Se esta matéria tiver de ser aprovada Senador José Agripino, Senador Roriz, ela será aprovada. Será aprovada depois da discussão; será aprovada depois de dissipadas as dúvidas; será aprovada depois de escoimados os seus defeitos, ou não será aprovada, porque eu não quero estabelecer aqui uma diferença – não sou maniqueísta – do tipo: quem é oposição é imaculado e quem está no Governo estaria maculado por defeito de nascimento. Eu não posso associar isso. Amanhã estou no Governo; então, o maculado seria eu e os imaculados seriam os da oposição? Eu não acredito que possamos nos tratar, uns aos outros, dessa forma.

Logo, a discussão maior e mais alongada demonstrará, à farta, que lado tem razão, e eu tenho certeza de que o lado vencedor será um só, será o Senado da República em sua preocupação em aprovar uma matéria que seja respeitável quanto à ética, seja eficaz quanto ao administrativo e seja boa para o País.

Senador Joaquim Roriz.

**O Sr. Joaquim Roriz** (PMDB – DF) – Senador Arthur Virgílio, acompanhei a exposição de V. Ex<sup>a</sup>, com o maior zelo, observando as suas justificativas.

Depois de ouvir a justificativa de voto do nobre Senador Tasso Jereissati, em que S. Ex<sup>a</sup> mostra a esta Casa a impossibilidade de aprovar esta medida provisória – ele, Tasso Jereissati, que é um homem de grande experiência, um homem de grande responsabilidade, um homem que governou o seu Estado; é Senador da República que conhece muito bem essa questão de crédito, de medida provisória, de reforço orçamentário – , não podemos votar a favor, uma vez que fomos convencidos do contrário por S. Ex<sup>a</sup>. Eu pertenço a uma bancada, na qual sempre votei favoravelmente. Mas, lamento comunicar a minha bancada que, neste instante, a minha consciência não permite que eu vote a favor desta matéria. Serei contra!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> não me surpreende, meu prezado amigo, Senador e Governador, Joaquim Roriz.

Eu encerro, Sr. Presidente, porque, certamente, a Casa ouvirá, com atenção, o ilustre Líder Romero Jucá, que tem sabido...

*(Interrupção do som)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou suspender a sessão do Senado por alguns minutos.

*(Suspensa às 18 horas e 11 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 18 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Comunico à Casa, para tranquilizar a todos, que o que houve com o Senador Antonio Carlos Magalhães foi um pequeno susto, do qual, Graças a Deus, S. Ex<sup>a</sup> logo se refez. S. Ex<sup>a</sup> está muito bem.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu estava encerrando, Sr. Presidente, mas não posso deixar de fazer uma menção ao susto que nos deu o Senador Antonio Carlos Magalhães; porém, o médico a todos nos tranquilizou, dizendo que S. Ex<sup>a</sup> está refeito. Ou seja, não foi nada que duas ou três brigas boas não resolvessem. S. Ex<sup>a</sup> está pronto para continuar, daqui a pouco, com seu destino de polêmica. Isso que o faz tão encantador.

Mas, Sr. Presidente, era isto: encerrar, convocando a Casa para uma decisão conjunta, madura, que mostre que, em certas matérias, não existe essa fronteira entre Governo e Oposição; em certas matérias existe mesmo, mais do que a visão de um ou de outro, o consenso pelo interesse nacional. Não duvido de nenhum integrante da Base Governista, não duvido de nenhum quanto a esses capítulos da ética, do respeito à coisa pública.

Repito que não sou maniqueísta e, portanto, não gostaria de ter uma decisão que fosse a decisão das figuras impolutas da Oposição contra as figuras maculadas do Governo. Não. De jeito algum. Não, Senador Marconi Perillo. Não, mil vezes não. Convoco a Casa a uma reflexão: que a Casa medite, mature – e ninguém mais autorizado do que o Líder do Governo para opinar sobre essa matéria – , mature e ofereça, pela Oposição e pelo Governo, somados os dois, a decisão que seja a mais sábia. E me parece que a mais sábia mesmo seja transformarmos em projeto de lei esta medida provisória para, ao fim e ao cabo, termos uma decisão do conjunto da Casa, dos 81 Senadores. Será um passo de gigante na direção de estabelecermos um diálogo proveitoso, profícuo.

Interrompi o discurso para, junto com os demais Senadores, acorrer ao Senador Antonio Carlos, precisamente quando eu dizia que me sinto muito confortável em liderar um partido de Oposição – e sei que a mesma coisa é sentida pelo Senador José Agripino – , quando temos a capacidade de dialogar com a Mesa, como temos com V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e quando temos a

capacidade de dialogar com o Governo, como é o caso da nossa relação com o Senador Romero Jucá.

Sr. Presidente, aguardo o pronunciamento do Governo com muita confiança, o que será uma demonstração de bom senso e de patriotismo do Senado.

Muito obrigado.

### **Zona cinzenta**

**Augusto Carvalho destaca a existência de uma "nuvem cinzenta" na administração Lula que toma a execução do orçamento suspeita nas empresas estatais. "O Sistema de Acompanhamento Financeiro do governo (Siafi), emitido pelo Serpro não divulga para os diversos setores da sociedade como o orçamento é administrado nas empresas estatais, como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF), Furnas, etc. A falta de transparência que tínhamos na administração pública antes da criação do Siafi agora migrou para as estatais e não é por acaso que, em outras CPIs, vimos nomes de envolvidos pertencentes do Banco do Brasil, CEF, Eletrobras, Eletronorte.**

**"Essa é uma zona cinzenta que o governo tem que dissipar, tem que tornar pública a divulgação dos recursos orçamentários que estão nas mãos das estatais", defende o deputado Augusto Carvalho.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ouvi, atentamente, o Senador Tasso Jereissati e os Líderes. Conversei com os Líderes Valdir Raupp, Arthur Virgílio, José Agripino, Renato Casagrande. Ouvi as ponderações de todos. Ouvi, com carinho, a Senadora Patrícia. E temos uma posição sobre essa questão.

Existem momentos em que é preciso votar e enfrentar a votação. Existem momentos em que é preciso ter prudência. O Congresso é soberano, levantou alguns questionamentos. Procuramos responder diversas vezes ao Senador Tasso Jereissati, por intermédio da equipe Petrobras.

Eu entendo, como Líder do Governo, que não está esgotada esta matéria, existem dúvidas. E não é intenção do Governo que o Congresso aprove com dúvidas ou que paire qualquer dúvida sobre qualquer ação de gasto do Poder Público federal.

Registro, Sr. Presidente, que, como já fizemos algumas vezes, concordo em transformar esta medida provisória em projeto de lei. Será regulamentada essa questão para trás e nós vamos discutir. Se ficarem esclarecidos os pontos, nós a votaremos e aprovaremos. Se não ficarem esclarecidos, nós a rejeitaremos porque o Congresso é autônomo e deve responder pelas questões que passam aqui.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGILIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra pela ordem ao Senador José Agripino, mas gostaria de dizer que novamente esta Casa vive hoje um grande dia. Se há uma coisa que atrapalha o funcionamento do Legislativo e deturpa o processo legislativo no Brasil é exatamente o excesso de medidas provisórias. Tanto é assim que votamos uma proposta de emenda constitucional de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães que muda a edição, a tramitação de medidas provisórias, inclusive a apreciação quanto à eficácia delas de urgência e relevância.

Este Senado Federal, já em três ou quatro oportunidades, transformou medida provisória em projeto de lei, retirando, portanto, a eficácia dessa medida provisória e fazendo com que, como projeto de lei, esta e a outra Casa do Congresso Nacional tenham mais tempo para apreciar as matérias.

De modo que eu gostaria de dizer que, do ponto de vista do Legislativo, da imagem que queremos para o Legislativo, é sem dúvida um grande dia. Parabéns a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro só. Encerramos na votação passada a apreciação de todas as Medidas Provisórias do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Votamos todas, e esse era o grande desejo do Governo. Vejamos se agora o Governo faz alguma coisa. A nossa parte está feita.

Mas uma das MPs editada em data assemelhada à data das MPs do PAC era a famigerada Medida Provisória nº 338, que era um absurdo e que nós relutamos em votar o tempo todo. Votamos todo o PAC, todas as MPs do PAC e deixamos esta para apreciá-la por último. Não é de birra. Não é por má vontade. É por zelo. É para que o País entenda que o excesso de medidas provisórias tem um limite. Chega-se a um ponto em que não se vai nem pelo voto. Nós iríamos obstruir. Nós iríamos obstruir. Eu já tinha combinado com o Senador Arthur Virgílio. Nós iríamos obstruir a votação desta matéria. Iríamos nos retirar do plenário. Chega! São R\$7,2 bilhões! É muito dinheiro, Senador Arthur Virgílio, para ser destinado à subsidiária da Petrobras por medida provisória, numa atitude meio irrefletida para não dizer irresponsável.

Em muito boa hora, o Governo, por intermédio do seu Líder Senador Romero Jucá, raciocinou, refletiu e, com racionalidade – é claro que deve ter consultado os seus companheiros de Governo –, entendeu que o melhor caminho era transformar esta matéria em projeto de lei, para que tramite como projeto de lei, receba emendas como qualquer projeto de lei, seja debatido e discutido e seja apreciado para ser aprovado ou rejeitado.

Portanto, creio que cumprimos nossa obrigação. A Oposição fez sua parte, e o Governo, entendendo que a Oposição tinha razão, recuou com honra, para fazer com que o processo legislativo pudesse avançar.

Temos três MP pela frente. Há acordo para votar e os Democratas terão a maior boa vontade em votar a MP dos Jogos Pan-Americanos, da Lei Kandir, e a terceira MP, que também será apreciada e votada, refere-se a Itaipu; não é crédito, refere-se a Itaipu. É a Medida Provisória nº 357.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino, está propondo, na retomada da votação... Desculpe-me, eu estou acompanhando aqui a situação do Senador Antonio Carlos e perdi o raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Eu fiz o registro, Sr. Presidente, da boa iniciativa do Governo em retirar a MP. Em função disso, teremos o prosseguimento das votações: vamos votar o projeto de lei que define o contrato de Itaipu...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – São os Itens de nºs 3, 4 e 5.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – ...a concessão de recursos para os jogos Pan-Americanos (R\$100 milhões), e a concessão de recursos para atender os Estados pela Lei Kandir.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – São os Itens de nºs 3, 4 e 5, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Há acordo com relação aos três itens.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – São os Itens de nºs 3, 4 e 5, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para que possamos vencer a etapa da apreciação da medida provisória é importante que, antes de passarmos à medida provisória seguinte, tenhamos a formal apresentação, pelo Relator, da transformação da medida provisória em projeto de lei para que possamos desobstruir a pauta com esse encaminhamento e apreciar a medida provisória seguinte.

A Mesa receberá o projeto de lei proposto por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, nós encaminharemos o projeto de lei, consubstanciando os atos já praticados e transformando em projeto de lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Até o encerramento da sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Senadores se podemos votar o Projeto de Lei de Conversão nº 14, que é proveniente da Medida Provisória nº 355, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País. (Pausa.)

Não havendo objeção da Casa, tenho a honra e a satisfação de designar o Senador Valdir Raupp como Relator da matéria do Item 3.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, estou preparado para relatar a Medida Provisória nº 357.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> relatará a Medida Provisória nº 357.

Designo o Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007, que *dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País* (proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007).

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quinta-feira, quando sua apreciação foi transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- foram apresentadas à Medida Provisória seis emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 13 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 de abril;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Afonso Hamm (PP – RS);
- o prazo de vigência de sessenta dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 29, de 2007, e se esgotará no dia 25 de junho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 4 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria.

#### **PARECER Nº 406, DE 2007 – PLEN**

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 355, que se transformou no PLV nº 14, de 2007, trata do acordo firmado entre Governadores e Governo Federal para distribuição de parcela da Lei Kandir, R\$650 milhões e R\$325 milhões, portanto, totalizando R\$975 milhões distribuídos aos Estados.

O meu parecer é pela constitucionalidade. E, no mérito, pela sua aprovação.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

#### **PARECER Nº 406, DE 2007**

**De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.**

Relator-Revisor: Senador

#### **I – Relatório**

O Poder Executivo, por meio da Mensagem à Câmara dos Deputados (MSC) nº 87, de 2007, submete ao exame deste Poder a Medida Provisória (MPV) nº 355, de 26 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

A referida medida provisória foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 26 de abril de 2007, na forma

do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 14, de 2007, conforme parecer proferido pelo Deputado Afonso Hamm. O parecer conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e pela adequação financeira e orçamentária da MPV nº 355, de 2007, e das emendas nºs 1 e 3 a 6, e, no mérito, pela aprovação da medida provisória e da Emenda nº 3, na forma do projeto de lei de conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 4 a 6. Acerca da emenda nº 2, o relator opinou pela sua inconstitucionalidade e inadequação financeira e orçamentária. A proposição contém sete artigos e um anexo. O art. 1º estabelece que a União entregará aos Estados e Municípios R\$650 milhões no mês de fevereiro do exercício em curso e R\$325 milhões no mês de março, totalizando R\$975 milhões. O art. 2º, por sua vez, estipula que a parcela devida a cada estado, incluindo as parcelas dos municípios correspondentes, será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no anexo da medida provisória.

Conforme o art. 3º, 75% da parcela devida será entregue ao próprio estado, enquanto os 25% restantes serão entregues aos municípios, observando-se os critérios de rateio da parcela que lhes cabe do ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação).

O art. 4º, a seu tempo, prevê que os valores das dívidas vencidas e não pagas das unidades da Federação junto à União ou com garantia desta, deverão ser abatidas das parcelas a elas devidas, admitindo-se, ademais, a quitação de parcelas vincendas. Na forma do art. 5º, os saldos positivos serão cobertos mediante a entrega de obrigações do Tesouro Nacional ou de correspondente obrigação – crédito em moeda corrente à conta bancária do beneficiário, mais especificamente.

As regras acerca da prestação de informações sobre a manutenção e aproveitamento de créditos do ICMS pelos exportadores serão fixadas, segundo o art. 6º, pelo Ministério da Fazenda no prazo de trinta dias após a publicação da proposição em comento. O art. 7º, por fim, contém a cláusula de vigência.

Foram apresentadas seis emendas, quais sejam:

**a)** nº 1, do Deputado Fernando Coruja, que elevava para R\$1,2 bilhão o valor a ser entregue, pela União, aos Estados e aos Municípios;

**b)** nº 2, do Senador César Borges, que suprimia a previsão de que as dívidas vencidas e não pagas das unidades da Federação seriam abatidas das parcelas a elas devidas;

c) nº 3, Deputado Giovanni Queiroz, que condiciona a prévia autorização dos estados o abatimento de Dívidas vincendas de parcelas a eles devidas;

d) nº 4, Deputado Homero Pereira, que estabelecia que os valores entregues a partir de abril de 2007, deveriam ser calculados e atualizados com base na exportações para o exterior de produtos primários e semi-elaborados, na relação entre as exportações e as importações, nos créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente e na efetiva manutenção e aproveitamento do crédito do ICMS;

e) nº 5, Deputado Alexandre Santos, que modificava o anexo da medida provisória, aumentando o percentual destinado ao Estado do Rio de Janeiro;

f) nº 6, Deputado Lúcio Vale, que modificava o anexo da medida provisória, aumentando o percentual destinado ao Estado do Pará.

Do conjunto de emendas apreciadas, a Câmara dos Deputados aprovou a de nº 3, modificando a redação do inciso I do parágrafo único do art. 4º. Dessa forma, o Poder Executivo Federal somente poderá autorizar a quitação de parcelas vincendas de dívidas de qualquer ente federado se este consentir. As dívidas em questão são aquelas contraídas junto a União, com garantia da União ou junto a entidades da administração indireta federal pelas administrações direta e indireta da unidade federada.

## II – Análise

O PLV nº 14, de 2007, atende aos pressupostos constitucionais da relevância e da urgência. Trata-se,

inegavelmente, de matéria importante – a prestação, pela União, de auxílio financeiro aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios exportadores – e urgente – a aplicação de recursos orçamentários relativos ao exercício de 2007, que, na data da edição da proposição, já se iniciara.

No que tange a constitucionalidade, não há qualquer início na proposição. O Senhor Presidente da República exerceu a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, sem incorrer nas limitações materiais constantes do § 1º do mesmo dispositivo, submetendo-a de imediato a deliberação do Congresso Nacional.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei de conversão observa os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, e alterações posteriores, em particular ao não incluir dispositivos estranhos a seu tema.

Em relação ao mérito, a proposição pretende repor parte das perdas impostas aos entes federados por força das renúncias de receitas resultantes da imunidade, em relação ao ICMS, dada aos produtos exportados. Em 2004, a MPV nº 193 (Lei nº 10.966, de 2004) alocou R\$900 milhões com essa finalidade, além dos recursos previstos na Lei Kandir (Lei Complementar nº 87, de 1996). Em 2005, as MPV nºs 237 e 271 (Leis nºs 11.131, de 2005, e 11.289, de 2006), fizeram dois aportes de R\$900 milhões. Para 2006, a MPV nº 328, de 2006 (Lei nº 11.452, de 2007), destinou R\$1,95 bilhão. Neste exercício, como afirmado anteriormente, o aporte previsto é de R\$975 milhões.

Acerca do impacto financeiro da proposição, combinando-se o montante alocado com os coeficientes definidos no anexo, tem-se que os estados, com seus municípios, receberão os valores a seguir discriminados:

ESTADO	COEFICIENTE	VALOR	ESTADO	COEFICIENTE	VALOR
AC	0,15315%	1.493.212,50	PB	0,67450%	6.576.375,00
AL	2,03739%	19.864.552,50	PE	1,21625%	11.858.437,50
AM	1,76136%	17.173.260,00	PI	0,52742%	5.142.345,00
AP	0,60657%	5.914.057,50	PR	9,60360%	93.635.100,00
BA	3,96523%	38.660.992,50	RJ	4,66514%	45.485.115,00
CE	1,74828%	17.045.730,00	RN	0,89329%	8.709.577,50
DF	0,55232%	5.385.120,00	RO	0,54409%	5.304.877,50
ES	5,96169%	58.126.477,50	RR	0,11137%	1.085.857,50
GO	1,81359%	17.682.502,50	RS	9,18716%	89.574.810,00
MA	2,58447%	25.198.582,50	SC	4,92228%	47.992.230,00
MG	10,67504%	104.081.640,00	SE	0,26110%	2.545.725,00
MS	1,39103%	13.562.542,50	SP	21,78505%	212.404.237,50
MT	4,46524%	43.536.090,00	TO	0,30301%	2.954.347,50
PA	7,59038%	74.006.205,00	<b>TOTAL</b>	<b>100,00000%</b>	<b>975.000.000,00</b>

Quanto à adequação financeira e orçamentária da proposição, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2007 (Lei nº 11.45 de 2007, Volume nº 4) destinou R\$3,9 bilhões a rubrica “Transferência a Estados, Distrito

Federal e Municípios para Compensação das Exportações – Reserva para Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações”, classificado como despesa primária discricionária. Portanto, o PLV nº 14, de 2007, tem cobertura orçamentária.

Ainda sobre a questão financeira e orçamentária, o Governo Federal explica, por meio da Exposição de Motivos (EM) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda nº 24, de 16 de fevereiro de 2007, que a LOA para 2007, diferentemente do que ocorreu nos exercícios anteriores, alocou a totalidade dos recursos destinados a compensação financeira dos estados na rubrica citada acima, não contemplando qualquer dotação na rubrica referente a Lei Kandir. Essa mudança exigirá uma redefinição dos critérios de distribuição dos recursos entre os estados e os debates a esse respeito já estariam em andamento no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

No entanto, enquanto se dão os debates, para que não ocorra uma cessação completa da entrega de recursos, em prejuízo das execuções orçamentárias estaduais e municipais, a Coordenação dos Secretários de Fazenda do Confaz solicitou que seja efetivada a transferência parcial da dotação de R\$3,9 bilhões. Este, portanto, seria o objetivo da MPV nº 355, de 2007 (e do correspondente PLV nº 14, de 2007), cujas parcelas de R\$650 milhões e R\$325 milhões, como destaca o Senhor Ministro, serão entregues proporcionalmente a coeficientes individuais de participação de cada unidade federada, resultantes de negociação entre os governos estaduais.

Portanto, o mérito da iniciativa é inegável, pois o rápido crescimento das exportações nos últimos anos tem sido fonte de elevação da renúncia tributária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sem que os valores a eles repassados na forma da Lei Kandir tenham sido capazes de prover a plena compensação.

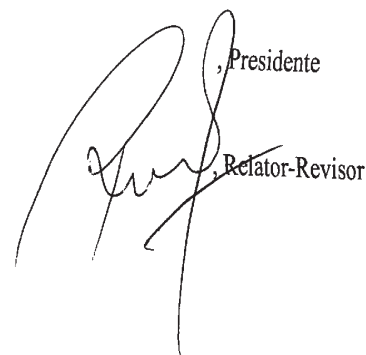
Acerca da emenda aprovada pela Câmara dos Deputados, trata-se de ajuste mais do que necessário, pois não cabe ao Governo Federal impor aos estados a quitação antecipada das suas obrigações. Semelhante antecipação somente deve ocorrer quando expressamente consentida pelo ente devedor.

### III – Voto

Assim, a luz do exposto, manifestamo-nos pela admissibilidade e, quanto ao mérito, pela aprovação do

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007, conforme redação aprovada pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões,



, Presidente  
, Relator-Revisor

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O parecer preliminar do Relator revisor: Senador Romero Jucá, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Vou colocar em votação os pressupostos de urgência e relevância e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

**O SR. MARCONI PERILLO** (PSDB – GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o presente Projeto de Lei de Conversão, proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007, dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União no montante de R\$975 milhões aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País. Aliás, Sr. Presidente, os Estados têm sido, nos últimos anos, fundamentais para as exportações brasileiras, afinal de contas eles acabam isentando de ICMS as empresas exportadoras, sobretudo de **commodities**. Eu diria que os Estados têm carregado nas costas as exportações brasileiras, sobretudo o volume crescente de exportações, além do superávit observado pelo Governo e pelo Brasil em relação à questão das exportações.

No sentido de buscar a promoção das exportações e colocar o Brasil em maior competitividade no comércio internacional, a Lei Kandir promoveu a desoneração da incidência do ICMS dos bens destinados a exportações, além de outras medidas com o mesmo objetivo. Dessa forma, a Lei Orçamentária passou a contar, anualmente, com recursos para compensação

aos entes subnacionais pela perda de arrecadação decorrente da aplicação da Lei Kandir.

O montante inicial baseou-se na arrecadação estadual efetivamente realizada do ICMS no período de julho de 1995 a junho de 1996, sendo transferido mensalmente pela própria Lei Kandir e, a partir dessa data, até 2006, obedecendo aos critérios definidos na Lei Complementar nº 115, de 2002, que prorrogou a compensação.

Devido a particularidades locais, conforme a base econômica instalada em cada Estado, essa compensação sofreu distorções que passaram a ser discutidas pelos Secretários da Fazenda no âmbito do Confaz, chegando-se a um acordo com o Governo Federal de compensar parte da desoneração por meio de um auxílio financeiro para fomentar as exportações com critérios diferenciados da Lei Kandir, nos quais os Estados que menos recebiam passaram a contar com uma participação maior nesse montante compensatório. Na soma de recursos a serem repassados para compensação, o critério da Lei Kandir distribuía dois terços e o critério do fomento, um terço.

Com a Reforma Tributária promovida pela Emenda nº 42, o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passou a exigir a constituição de um fundo para a promoção das exportações, com a entrega de recursos pela União aos Estados e ao Distrito Federal em razão das exportações por eles realizadas.

Porém, tendo em vista a falta de regulamentação do dispositivo até o momento, desde a Lei Orçamentária de 2004, o Governo Federal deixou de alocar recursos para a transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, necessitando, a cada ano, da intervenção do Congresso Nacional durante a tramitação da peça orçamentária anual, exceto no ano de 2007, quando o Poder Executivo alocou R\$3,9 bilhões, sendo adicionado R\$1,3 bilhão por emendas no Congresso para se equiparar, pelo menos, à desoneração compensada no ano de 2006.

A relação na composição dos recursos na desoneração, parte pela Lei Kandir e parte pelo fomento, sofreu alteração em 2005 durante a tramitação da lei orçamentária para o exercício de 2006, em que 50% do montante passaram a ser entregues à União, aos entes federados, segundo os critérios da Lei Kandir, e 50% foram distribuídos conforme os critérios das leis de fomento (Leis nºs 11.131/2005 e 11.289/2006). Com efeito, a ponderação de cada critério sobre o montante a ser entregue resulta no critério de distribuição estabelecido pela presente Medida Provisória.

Diversamente aos anos anteriores, quando se distinguem as rubricas orçamentárias que importariam a distribuição conforme a Lei Kandir e as leis de fomento, na Lei Orçamentária de 2007, o montante de R\$3,9 bilhões, originário da proposta, está alocado em

uma única dotação – “Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação das Exportações” –, além de R\$1.3 bilhão alocado em Reserva de Contingência específica para “Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”.

Encerrando, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu gostaria apenas de dizer – vejo aqui presente o Senador César Borges, que foi Governador – que os Estados perdem, anualmente, cerca de R\$18 bilhões apenas no que diz respeito à desoneração das exportações através da Lei Kandir. Segundo as leis que foram aprovadas para 2007 através dos dois fundos, o Governo Federal faria um ressarcimento de apenas R\$5,2 bilhões aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Os Estados teriam um prejuízo de 18 bilhões e seriam ressarcidos em 5,2 bilhões. Com essa medida provisória, os Estados vão receber mais, aproximadamente, um bilhão de reais. Isso ainda é muito pouco, insuficiente pelo esforço que os Estados e Municípios realizam para que o Brasil possa ser competitivo e possa, ano a ano, aumentar o seu volume exportador.

Espero, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que esta Casa, que é a Casa da Federação, possa estar atenta aos prejuízos que os Estados sofrem anualmente para colaborarem com o Brasil no seu esforço exportador.

Eram essas as minhas palavras em nome da Bancada do PSDB.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Flexa Ribeiro, não sei se V. Ex<sup>a</sup> deseja falar. Caso queira, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Quero me declarar favorável à medida provisória até porque, Senador Marconi Perillo, esses pouco mais de novecentos milhões que estão sendo autorizados na medida provisória é parte dos 5,2 bilhões que estão no orçamento da União. Como V. Ex<sup>a</sup> bem colocou, a perda dos Estados e Municípios brasileiros com o não ressarcimento por parte da União dos créditos de ICM na exportação chega a valores muito mais elevados do que esse. A estimativa gira em torno de R\$ 20 bilhões. É preciso que se regulamente de uma vez por todas a questão da compensação nas exportações.

Todos os anos, quando o Orçamento é encaminhado pelo Executivo para o Congresso, a rubrica vem zerada com relação aos recursos da Lei Kandir. E é na Comissão de Orçamento, no Senado Federal, na Câmara Federal, que esses recursos são alocados. Então, temos na Comissão de Infra-Estrutura, presidida por V. Ex<sup>a</sup>, na Comissão de Assuntos Econômicos, uma

subcomissão para tratar exatamente da regulamentação definitiva da Lei Kandir, para que se acabe de vez com essa dificuldade de, a cada ano, os Estados e Municípios terem de vir a Brasília, ao Congresso, para ter parte do seu ICMS, que é retido ou não cobrado na exportação, ressarcido pela União.

Concedo um aparte ao Senador Marconi Perillo.

**O Sr. Marconi Perillo** (PSDB – GO) – O pior de tudo, Senador, é que, além de os Estados terem apenas esses R\$ 5,2 bilhões de ressarcimento em relação à perda anual de aproximadamente R\$ 20 bilhões – e o Estado de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Couto, é um dos que mais perdem anualmente –, os governos estaduais ainda são obrigados a compensar as empresas exportadoras através de créditos. Portanto, os Estados perdem duas vezes: primeiro, perdem com a desoneração do ICMS; e, segundo, quando têm que fazer o ressarcimento às empresas, por meio dos créditos das exportações. Então, é um duplo prejuízo e os Estados só vão acumulando os débitos em relação às empresas exportadoras. Daqui a pouco, não vamos ter como cercar o déficit dos Estados em relação a esses créditos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Já apresentei, Senador Marconi Perillo, várias PECs a respeito deste assunto. A última que apresentei, que está, se não me falha a memória, na CAE, é muito simples. Ela autoriza os Estados exportadores de matérias-primas, produtos primários e semi-elaborados a cobrarem o seu ICMS das empresas exportadoras, e as empresas exportadoras usam esse valor pago de ICMS como crédito para encontrar nos impostos federais. Ou seja, resolve o problema sem precisar compensação. É direto o encontro. Espero que o Senador Romero Jucá apóie essa PEC, para que possamos, definitivamente, resolver o problema da regulamentação da Lei Kandir via encontro prático, pragmático da arrecadação do ICMS pelos Estados, sendo que as empresas exportadoras usam esse crédito como pagamento dos impostos federais.

**O Sr. Marconi Perillo** (PSDB – GO) – O problema, Senador, é que o Governo Federal é useiro e vezeiro em fazer cortesia com o chapéu alheio. É assim no Fundeb, onde os Governos Estaduais entram com 32 bilhões, os Municípios com 14 e o Governo Federal com 1,8. E é assim também nas exportações, onde o Governo solta um verdadeiro foguetório para anunciar o superávit nas exportações, com volumes exportadores superiores a US\$100 bilhões, mas quem arca com os prejuízos ou com o grande esforço exportador são os Estados e Municípios. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a questão federativa está posta. Nós precisamos levar a sério e levar a termo uma reforma tributária que seja a mais profunda que a conjuntura permita.

Eu faço muito bem a separação entre o ideal e o possível, Senador Marconi Perillo: nem sempre o que é possível chega perto do ideal. Daí a idéia, que é muito antiga no meu cérebro, de que reforma política e reforma tributária só se faz se se escalonar seus efeitos no tempo, procurando jogar os pontos mais polêmicos para as colinas do médio e do longo prazos, de modo a inibirmos aqueles interesses contrariados logo de imediato. Claro que alguém tem de perder quando se faz uma reforma. Mas, se jogarmos, Senadora Lúcia Vânia, para o médio prazo e o longo prazos os pontos mais polêmicos, teremos, com certeza e com segurança, mais possibilidades de aprovar a reforma política e a reforma tributária, inclusive propondo versões radicais de ambas. Elas seriam escalonadas nos seus efeitos.

Mas considero que é uma vitória dos governadores de Estados exportadores, sim, essa medida provisória que destina R\$975 milhões para cobrir prejuízos auferidos por esses Estados – auferidos é uma palavra fraca, porque auferido dá a impressão de lucro –, prejuízos sofridos por esses Estados a partir de isenções, de desonerações de exportações; e, portanto, eles, colaborando como se fossem exportadores brasileiros, passaram a ter menos renda, menos receita. Então vem, agora, no espírito da Lei Kandir a medida provisória, esta, sim, válida; esta, sim, correta; esta, sim, urgente e relevante; esta, sim, portanto, constitucional, ao contrário de outras que temos sido obrigados a engolir por aqui.

Portanto, o PSDB claro que se coloca a favor dessa proposta, Senador Flexa Ribeiro, que atende ao Estado do Pará, atende aos Estados de um modo geral, mas atende alguns Estados, aqueles mais fortemente exportadores, de maneira mais pujante igualmente. Senador Marconi Perillo.

**O Sr. Marconi Perillo** (PSDB – GO) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup>, como Líder de um dos principais Partidos da Oposição nesta Casa, ao lado do Senador Agripino, tem, na minha opinião, uma responsabilidade enorme, em conjunto com os demais Líderes, em relação ao pacto federativo. Esta é a Casa da Federação, e assiste, mais ou menos acomodada, a um verdadeiro disparate contra os Estados. A concentração de receitas tributárias por meio de impostos ou cobranças tem sido cada vez maior em favor da União. A União já concentra, hoje, aproximadamente, 73% de toda tributação nacional, incluindo impostos e cobranças. Aos Estados e Municípios, Sr. Senador Arthur Virgílio, nosso Líder, têm sobrado poucos 27%, para atender às demandas crescentes da

sociedade em relação a segurança, saúde, educação, estradas, saneamento, habitação etc. etc, porque a União não faz a sua parte. Os Estados e Municípios não conseguem mais sobreviver com essa concentração crescente de receitas em favor da União. De um lado a União escorcha o empresariado brasileiro, o setor produtivo brasileiro com quase 40% de carga tributária em relação ao PIB; do outro, os Estados e Municípios amargam cada vez mais uma situação de quase falência, em virtude da concentração cada vez maior da União em relação aos impostos e às cobranças. Nós todos somos sabedores, caro Líder, que, depois da Constituição de 88, o Governo Federal foi, aos poucos, encontrando maneiras de driblar a Constituição, substituindo impostos compartilhados com os Estados e Municípios e instituindo as chamadas “cobranças”, que não são compartilhadas...

**O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – “Contribuições”.

**O Sr. Marconi Perillo** (PSDB – GO) – As chamadas “contribuições” – antes “cobranças”; hoje, “contribuições” – que não são compartilhadas entre os Estados e Municípios. E assim ocorreu, por exemplo, de se reduzir o Imposto de Importação – IPI, ao mesmo tempo em que se criava o PIS e COFINS para importação e exportação. Enfim, há a substituição de um imposto compartilhado por cobranças ou contribuições não compartilhadas. E, com isso, os Estados vão, cada vez mais, carregando o pesado fardo de levar adiante a responsabilidade de arcar com as demandas da sociedade e, ao mesmo tempo, ainda ter de fazer um esforço hercúleo para poder carregar nas costas as exportações. Não dá, Senador Arthur Virgílio! Nós temos de buscar uma fórmula de colaborar com os Estados e Municípios, fazendo valer o preceito da Casa da Federação, que é o Senado Federal, encontrando uma maneira no sentido de que os Estados não sejam ressarcidos apenas com um terço, ou menos de um terço, daquilo que perdem anualmente. Mas que sejam ressarcidos, efetivamente, em função de todas as perdas que ocorrem anualmente. E que sejam ressarcidos efetivamente de todas as perdas, em função do esforço exportador que acontece no Brasil. Muito obrigado pelo aparte.

**O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Marconi Perillo. V. Ex<sup>a</sup> me dá o ensejo de lembrar, com a lealdade de sempre, que a votação da CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, não se dará de maneira pacífica, a menos que o Governo atenda aos reclamos da Oposição em três pontos. Com muita serenidade, com muita antecedência, com muita tranqüilidade, eu repetirei os pontos essenciais: partilhar com Estados 20% do auferido pela CPMF; partilhar com os Municípios 10%. Está na hora de pensarmos em descentralizar recursos da União na direção dos entes federados: Estados e Municípios.

E, ao mesmo tempo, não abrimos mão, Senador Francisco Dornelles, de vermos algum deltazinho já no espírito da reforma tributária votada aqui no Senado e que acabou empacando na Câmara por razões certamente alheias à vontade da Câmara – por razões essas ou aquelas está parado na Câmara o projeto. Gostaríamos de ver já agora, quando o Brasil vive um bom cenário macroeconômico, uma queda da alíquota que está hoje em 0,38% para algo que, repetido em cinco anos, transforme a CPMF em um imposto simbólico de 0,08%. Meramente...

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte depois?

**O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pois não, Senador Flávio Arns.

Então, estamos deixando esses três pontos com muita nitidez. Esses três pontos fazem parte de um concerto da Oposição. Os Partidos da Oposição e os Senadores oposicionistas pensam assim. Estamos comunicando com antecedência com muita lealdade. Vejo que meus prezados e queridos companheiros do DEM têm-se manifestado contra a aprovação pura e simples da CPMF.

Entendo que essa medida é demasiadamente dura porque significaria retirar R\$37 bilhões, R\$38 bilhões – essa é a expectativa para o ano que vem – das contas públicas. Isso é muito duro. Eu gostaria de algo mais paulatino.

Entendo que este ano, R\$ 32 bilhões, mais ou menos isso, para o ano que vem, a projeção é de R\$ 37 bilhões, R\$ 38 bilhões. Gostaria de não abrir mão, e o DEM já me comunicou que se não for vitorioso na sua idéia – e com ela não nos pomos de acordo – de retirar de uma vez de circulação a CPMF, estará conosco na luta para se diminuir em alguma coisa a alíquota da CPMF. Esse é um dado. Outro dado, isso foi sobejamente debatido aqui por todos os senadores que se manifestaram...

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Se é sobre esse tema, concedo.

**O Sr. Flávio Arns** (Bloco/PT – PR) – Sobre a CPMF, V. Ex<sup>a</sup> traz para o debate uma distorção extraordinária que acontece no Brasil em termos de arrecadação de impostos e de contribuições. O bolo dos impostos é dividido com Estados e Municípios e o bolo das contribuições não é dividido com Estados e Municípios. E hoje em dia, o País arrecada mais contribuições do que impostos. No debate da educação, quando dizemos que 18% devem ser aplicados em educação, temos de nos lembrar que são 18% só sobre os impostos. Deveriam ser sobre as contribuições também. O Senador Osmar Dias tem uma emenda à Constituição na qual ele procura destinar para Estados e Municípios parte das contribuições.

Quando V. Ex<sup>a</sup> fala da CPMF, eu diria que nada é mais justo do que Estados e municípios participarem dessa divisão. Mas lembraria também que a CPMF só foi instituída no Brasil pelo esforço pessoal do então Ministro Jatene, que percorreu a Câmara, o Senado, fez reuniões com as bancadas, porque deveria ser destinado esse recurso para a saúde. Nesse debate, nada mais justo do que pensarmos no acréscimo ao orçamento da saúde, que é de R\$40 bilhões, de um percentual da CPMF para as necessidades da saúde. Todos sabemos que, quanto ao recurso da saúde – às vezes, dizem que é mal gasto mal gerenciado – realmente temos que melhorar esses aspectos, mas o recurso da saúde é insuficiente para atender às necessidades. Nada mais justo do que dizermos: vamos utilizar a CPMF naquilo que é essencial para a saúde, inclusive, se for o caso, destinando esses recursos para a saúde dos Estados e Municípios, porque os Estados também têm que aplicar 12% do orçamento na saúde. Eu só gostaria, Senador Arthur Virgílio, de acrescentar a esse debate importante sobre contribuições e sobre a CPMF o fato de termos que discutir na seqüência e observarmos a aplicação da CPMF para a saúde, que foi o ponto de partida para a instituição dessa contribuição em nosso País. Obrigado pelo aparte.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Flávio Arns. V. Ex<sup>a</sup> tem inteira razão quando reconhece o mérito do Ministro Adib Jatene de ter pensado em recursos para a saúde, e depois, a grande verdade é que se terminou por lançar a parte mais expressiva do auferido pela CPMF no esforço de superávit primário. Sou a favor completamente de superávit primário. Acredito que um país deficitário não tem dinheiro para a saúde de jeito algum, não tem dinheiro para educação, nem para Estado, nem para coisa alguma.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – É uma ilusão se pensar que se pode pegar o dinheiro do superávit e tapar buraco de estrada com isso. Tapa-se buraco de estrada é com preço correto, tapa-se buraco de estrada é com economia equilibrada, crescendo de maneira sustentável.

Enfim, não vamos entrar nessa discussão mais econômica. Quero apenas dizer que entendo que não dá para abrir mão de se começar agora uma queda paulatina para, em cinco anos, tornarmos a CPMF um imposto simbólico, que ajude a Receita no combate à sonegação.

Chamo a atenção, antes de encerrar, Sr. Presidente, para mais dois pontos. Quando discutimos aqui Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), vimos posto a nu um dado que é terrível: R\$33 bilhões são a contribuição dos Estados para o Fundeb, R\$14 bilhões a contribuição dos Municípios e apenas R\$1 bilhão e 800 milhões para a

contribuição da União. Ou seja, é um plano muito mais estadual do que Municipal, eu reconheço...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... e é um plano muito mais municipal do que federal. E, se juntarmos as duas instâncias, ele é esmagadoramente estadual e municipal, muito mais do que federal. O Governo solta seus foguetes, solta seus rojões, manipula isso sem grandes parcimônias, sem grandes escrúpulos, manipula isso, enfim, mas o fato é que tem pesado muito sobre governadores e prefeitos, muitas das decisões econômicas tomadas pelo Governo Federal.

O próprio esforço – e já encerro, Sr. Presidente – do superávit primário, hoje, ao contrário do que alardeia o Governo, a União é quem menos contribui para o esforço do superávit. Calculo que esteja com alteração nos PPIs, que o esforço do superávit primário esteja agora em apenas 1,75% do PIB – não mais do que isso, apenas isso. Para se ter esse superávit de 3,75%, que deverá ser obtido ao final e ao cabo das coisas, é justamente a redução de 4,25% para 1,75% em função do 0,5% para os PPIs.

O grosso vem das estatais, mas o grosso mesmo vem de Estados e Municípios. Novamente, estão os Estados e Municípios sendo chamados a colaborar para algo que julgo justo, que é uma economia superavitária. Mas Estados e Municípios estão novamente arrojados, funcionando sob o signo do arrocho, da penúria.

Está na hora, portanto, de mais atitudes que ousem tocar no atual pacto federativo, que está caduco. É a hora e a vez de olharmos pelos interesses de prefeitos, que são os primeiros impactados pelas necessidades dos seus governados e governadores, que são igualmente muito impactados. Está na hora de a União pensar, de maneira mais democrática, a questão da distribuição dos recursos.

Estou muito aberto para discutir reforma tributária. Estou muito aberto para dizer como procederão na CPMF. Estou muito feliz de poder, neste momento, aprovar algo que descentralize recursos na direção de Estados e Municípios, ressarcindo Estados exportadores por prejuízos sofridos pela necessária desoneração de exportações. Estados exportadores que contribuem muito para que o Brasil apresente um quadro de superávit em sua balança comercial, quadro de superávit que tem sido muito importante para o ajuste das contas públicas brasileiras, e, portanto, até para os avanços que o Brasil tem dado aos olhos das instituições classificadoras de **rating**, classificadoras de risco.

Portanto, hoje é um dia muito importante. Volto a louvar a atitude do Líder Romero Jucá, ao ter feito aquele acordo, que reputo generoso, com a Oposição. Um acordo que chama o Senado para um patamar mais elevado de debates. Em seguida, temos a possibilidade de votar um

projeto dessa relevância, que atende a Estados que são o cerne do esforço exportador que o Brasil está fazendo. O meu Amazonas ganha um pouquinho, mas ganha. Outros Estados que já têm uma tradição exportadora maior ganham mais ou deixam de perder mais.

O importante é que, então, saibamos nós que há um esforço para se fazer o Brasil exportar mais e que se está pensando em premiar os Estados que se esforçam para exportar mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, esse assunto já foi muito bem colocado pelo nobre Líder Arthur Virgílio e também pelo Senador Marconi Perillo, com relação à distribuição da nossa carga tributária que não contempla os Estados e Municípios brasileiros.

Lamentavelmente, o Governo se escuda na Lei de Responsabilidade Fiscal e não contempla as agruras vividas pelos Estados e Municípios.

Agora, o Presidente da República aventa uma possibilidade de ampliar o limite de endividamentos dos Estados e já várias vezes se levantam contra essa possibilidade. Entretanto, se nos debruçarmos sobre a realidade dos Estados brasileiros, de todos os Governadores – veja bem, eu falo inclusive com muita isenção, porque o Governador do meu Estado, hoje, é do Partido dos Trabalhadores –, a situação é lamentável. A cada dia, tem se estreitado a margem de manobra dos Governadores para fazer investimentos nas áreas sociais. Então, a situação se agrava, Sr. Presidente.

A Lei Kandir, sem sombra de dúvida, foi importante para acelerar e incrementar o esforço exportador brasileiro. Entretanto, mais uma vez, o Governo Federal, o Governo da União – e não é deste Governo, já vem do Governo passado – fez esse esforço em cima dos Estados brasileiros. No momento em que há desoneração de ICMS das exportações e as empresas que trabalham para o mercado externo se creditam do ICMS, os Estados passam a ter um passivo enorme, porque muitos deles não estão sequer honrando esses compromissos, o que até traz um paradoxo: a Lei Kandir fica inócua, porque, se o Estado não paga às empresas exportadoras, não adiantou desonerar de ICMS as exportações, porque elas não foram ressarcidas nos seus créditos.

Pois bem, aí, todo ano nós verificamos a mesma situação quando vamos votar o Orçamento. Os Estados pressionando o Governo Federal, para que ele possa pelo menos aliviar um pouco dessa perda dos Estados e possa colocar recursos orçamentários para diminuir a perda dos Estados com relação à Lei Kandir.

Essa medida provisória dispõe exatamente sobre a prestação de auxílio financeiro da União aos Estados e ao Distrito Federal, neste presente exercício, com o objetivo de fomentar as exportações do País. Entretanto, no art. 4º da medida provisória, prevê-se, Senador Flexa, que os valores das dívidas vencidas e não pagas das unidades da federação deverão ser abatidas das parcelas a elas devidas. Contra isso eu me insurgi e fiz uma emenda que visa exatamente desobrigar os Estados desse desconto da dívida que ele tenha com a União.

Na minha justificativa, eu coloco que a Lei nº 9.496, de 1997, e a Medida Provisória nº 2.185, de 2001, disciplinam que os critérios para a consolidação e renegociação da dívida da União são bastante minuciosos, discriminando quais são as garantias que devem ser dadas pelos Estados e Municípios na vigência dos programas de reestruturação e ajuste fiscal. Daí impõe-se notar que a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXVI, estabelece que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Esse princípio constitucional tem sido empregado com frequência para vetar ou bloquear projetos de interesse do Estado e Municípios. Então, baseado exatamente nisso, nada mais justo que lembremos dele quando é a União que pretende solapar, em seu benefício, os contratos firmados no passado.

Lamentavelmente, ao tramitar na Câmara dos Deputados, o argumento para a rejeição da emenda por mim apresentada é exatamente sempre se escudando na Lei de Responsabilidade Fiscal. E o parecer da Câmara registra que o não-abatimento dos montantes a serem entregues, como pretendo na minha emenda, aos entes subnacionais, ou seja, aos Estados, as dívidas apuradas na forma do art. 4º da proposição, contrariaria o dispositivo da alínea **a** do inciso IV do §1º do art. 25 da Lei Complementar – Lei de Responsabilidade Fiscal –, que especifica como exigência para o recebimento de transferências voluntárias a comprovação de adimplemento dos empréstimos financiados junto ao ente transferidor.

Mas é exatamente aí que me escudo, Sr. Presidente, porque, na nossa emenda, colocamos no parágrafo único do art. 5º, depois de eliminar o art. 4º, que os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada que sejam liquidados na forma do inciso II desse artigo o serão por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário, impedindo que haja esse abatimento. Nós nos calcamos exatamente nos contratos que existem entre o Estado e a União que estariam fora da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse é o nosso entendimento. Procuramos defender os Estados brasileiros que têm feito um esforço exportador muito grande, e o resultado tem sido visto nas contas externas brasileiras. Entretanto, o Governo Federal não se tem dado conta desse esforço e procura, cada vez mais, diminuir o ressarcimento aos Estados. Quando o Governo faz esse ressarcimento, ele o faz com abatimento. Quer dizer, dá com uma mão, mas tira com outra, Sr. Presidente.

Portanto, nesta discussão, vou apresentar um destaque – sei que a maioria do Governo dificilmente o acatará – no sentido de que essa emenda possa ser aprovada, fazendo com que não seja abatido dos Estados qualquer débito existente com relação a esse crédito que ora é oferecido aos Estados.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador César Borges.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 636, DE 2007**

##### **Destaque de dispositivo para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque, para votação em separado da Emenda nº 2-CM, apresentada a Medida Provisória nº 355, de 2007, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2007, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

Sala das Sessões, \_ **César Borges**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em votação o requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 2.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A emenda destacada será votada oportunamente.

Em votação o Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, ressalvado o destaque.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a Emenda nº 2, destacada.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, autor do requerimento de destaque, nos termos do art. 300, XVII, do Regimento Interno.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço. Ocupei a tribuna para fazer a defesa da minha emenda, que agora está sendo destacada.

Fiz um apelo ao nobre Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para que ele possa acatar o meu destaque. Espero que ele se sensibilize com esse apelo, que é a favor dos Estados. Evidentemente, ele tem uma dificuldade, porque é do Estado de Roraima, que acredito deve ter uma pauta de exportação muito pequena. Ela é a menor do Brasil, não sendo contemplada. Esse não é o caso do Estado da Bahia, que já tem uma pauta de exportação considerável.

Então, faço-lhe esse pedido até diante do baixo quorum que verificamos neste momento, para que não tenhamos necessidade de pedir uma verificação – acredito que já se passou mais de uma hora da última verificação de quorum – , que acate a presente emenda. Isso é o mínimo para o Governo Federal, quase nada, porque a transferência toda de recursos que está aqui na emenda não chega a um bilhão, Sr. Presidente. São R\$975 milhões, o que é quase nada para o Governo Federal, não representa absolutamente nada. E acredito que, no momento em que não tem essa sensibilidade, além disso ele afronta também contrato preexistente onde não consta esse recurso para o pagamento de qualquer dívida dos Estados brasileiros.

Esta é a nossa razão, a favor dos Estados, Senador Arthur Virgílio. Apelo para uma sensibilidade mínima, **minima minimorum**, do Governo Federal. A nossa emenda é exatamente para que não seja feito o abatimento, suprimindo o art. 4º.

Agradeço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, Relator da matéria.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendendo as razões do Senador César Borges, mas, se acatarmos a emenda do Senador, estaremos mudando o procedimento de atuação da Secretaria do Tesouro Nacional nessa questão. Portanto, infelizmente, o parecer é contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam a Emenda nº 2 permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Reprovada.

Aprovado o Projeto de Lei de Conversão, ficam prejudicadas a Medida Provisória e as demais emendas a ela apresentadas.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2007**  
**(Proveniente da Medida Provisória nº 355, de 2007)**

Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2007, com o objetivo de fomentar as exportações do País.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos meses de fevereiro e março de 2007, o montante de R\$ 975.000.000,00 (novecentos e setenta e cinco milhões de reais), com o objetivo de fomentar as exportações do País, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O montante referido no caput deste artigo será entregue aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em 2 (duas) parcelas, sendo uma de R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), no mês de fevereiro, e outra de R\$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais), no mês de março de 2007, na forma fixada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, observado o disposto no art. 6º desta Lei.

Art. 2º A parcela pertencente a cada Estado, incluídas as parcelas de seus Municípios, e ao Distrito Federal será proporcional aos coeficientes individuais de participação discriminados no Anexo desta Lei.

Art. 3º Do montante dos recursos que cabe a cada Estado a União entregará diretamente ao próprio Estado 75% (setenta e cinco por cento) e aos seus Municípios, 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O rateio das parcelas dos Municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do ICMS de seus respectivos Estados, a serem aplicados no exercício de 2007.

Art. 4º Para a entrega dos recursos à unidade federada a ser realizada por uma das formas previstas no art. 5º desta Lei, serão obrigatoriamente deduzidos, até o montante total apurado no respectivo período, os valores das dívidas vencidas e não pagas da unidade federada, na seguinte ordem:

I - as contraídas com a União, depois as contraídas com garantia da União, inclusive decorrentes de dívida externa, e as contraídas com entidades da administração indireta federal;

II - as da administração direta, depois as da administração indireta da unidade federada.

Parágrafo único. Respeitada a ordem prevista nos incisos I e II do caput deste artigo, ato do Poder Executivo Federal poderá autorizar:

I - a quitação de parcelas vincendas, desde que haja anuência da unidade federada; e

II - quanto às dívidas com entidades da administração federal indireta, a suspensão temporária da dedução, quando não estiverem disponíveis, no prazo devido, as necessárias informações.

Art. 5º Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes ao montante das dívidas apurado na forma do art. 4º desta Lei serão satisfeitos pela União pelas seguintes formas:

I - entrega de obrigações do Tesouro Nacional, de série especial, inalienáveis, com vencimento não inferior a 10 (dez) anos, remunerados por taxa igual ao custo médio das dívidas da respectiva unidade federada com o Tesouro Nacional, com poder liberatório para pagamento das referidas dívidas; ou

II - correspondente compensação.

Parágrafo único. Os recursos a serem entregues mensalmente à unidade federada equivalentes à diferença positiva entre o valor total que lhe cabe e o valor da dívida apurada nos termos do art. 4º desta Lei e liquidada na forma do inciso II do caput deste artigo serão satisfeitos por meio de crédito, em moeda corrente, à conta bancária do beneficiário.

Art. 6º Cabe ao Ministério da Fazenda definir as regras da prestação de informação pelos Estados e pelo Distrito Federal sobre a efetiva manutenção e aproveitamento de créditos pelos exportadores a que se refere a alínea a do inciso X do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

§ 1º O ente federado que não enviar as informações referidas no caput deste artigo ficará sujeito à sus-

pensão do recebimento do auxílio de que trata esta Lei.

§ 2º Regularizado o envio das informações de que trata o caput deste artigo, os repasses serão retomados, nos termos do parágrafo único do art. 1º desta Lei, e os valores retidos serão entregues no mês imediatamente posterior.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### ANEXO

AC	0,15315%	PB	0,67450%
AL	2,03739%	PE	1,21625%
AM	1,76136%	PI	0,52742%
AP	0,60657%	PR	9,60360%
BA	3,96523%	RJ	4,66514%
CE	1,74828%	RN	0,89329%
DF	0,55232%	RO	0,54409%
ES	5,96169%	RR	0,11137%
GO	1,81359%	RS	9,18716%
MA	2,58447%	SC	4,92228%
MG	10,67504%	SE	0,26110%
MS	1,39103%	SP	21,78505%
MT	4,46524%	TO	0,30301%
PA	7,59038%	Total	100,00000%

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Antes de entrar na votação da próxima matéria, Sr. Presidente, quero comunicar à Casa que o Deputado Antonio Carlos Pannunzio, Líder do meu Partido na Câmara dos Deputados, protocolizou, junto ao Supremo Tribunal Federal, um mandado de segurança com pedido de liminar contra a decisão do Governo brasileiro de vender para o Governo boliviano as instalações da Petrobras naquele País.

Ao examinar, no entanto, o tema com a devida profundidade, concluí – e este é o entendimento da minha Bancada – que o Governo brasileiro extrapolou em suas competências de praticar atos internacionais.

Em função disso e considerando o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que dispõe que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que a Mesa Diretora do Congresso Nacional, a qual V. Ex<sup>a</sup> preside tão competentemente neste momento, delibere sobre a conveniência de, na defesa das prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional, impetrar mandado de segurança junto ao Supremo Tribunal Federal para sustar tal decisão do Poder Executivo, que, ao ver do PSDB, é inconstitucional e lesivo aos interesses do País, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Mesa aguarda o documento, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – **Item 4:**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 356, DE 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 356, de 2007, que *abre crédito*

*extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de cem milhões de reais, para os fins que especifica.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa de quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 3 emendas;
- a proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 22 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 26 de abril;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado José Rocha (PR – BA);
- o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 30, de 2007, e se esgotará no dia 6 de julho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 4 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Dornelles, Relator revisor da matéria.

#### **PARECER Nº 407, DE 2007 – PLEN**

**O SR. FRANCISCO DORNELLES** (Bloco/PP – RJ. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Medida Provisória destina recursos para a realização dos jogos pan-americanos na cidade do Rio de Janeiro.

Ela preenche todos os pressupostos constitucionais de admissibilidade e referentes à relevância e à urgência.

O meu parecer é favorável, pela aprovação desta medida que destina esses recursos aos jogos pan-americanos no Rio de Janeiro.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

## PARECER Nº 407, de 2007

**De Plenário do Senado Federal**, sobre a Medida Provisória nº 356, de 7 de março de 2007, que "abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 100.000.000,00, em favor do Ministério do Esporte, para os fins que especifica".

**Origem:** Poder Executivo

**Relator:** Senador \_\_\_\_\_

### I – RELATÓRIO

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 27/2007 – CN (nº 122, de 07/03/2007 na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 356, de 2007, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 100.000.000,00, em favor do Ministério do Esporte.

Os recursos destinam-se à execução das seguintes ações do programa "1246 – Rumo ao Pan 2007":

		em R\$
2430 – Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro		15.000.000
3950 – Implantação de Infra-Estrutura Física para a Realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007 no Rio de Janeiro		85.000.000
<b>T O T A L</b>		<b>100.000.000</b>

De acordo com Mensagem nº 27, de 2007-CN (nº 122/2007 na origem), o crédito permitirá o apoio financeiro ao Estado do Rio de Janeiro com vistas a viabilizar obras emergenciais relacionadas com a infra-estrutura e a logística necessárias à realização dos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Os recursos necessários à abertura do crédito extraordinário são oriundos da anulação das seguintes dotações:

				em R\$
ÓRGÃO	UNID. ORÇ.	PROGRAMA	AÇÃO + SUBTÍTULO	VALOR (R\$)
Ministério da Saúde	Fundação Nacional de Saúde	0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002L.0214 - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças - Rio De Janeiro - RJ	3.000.000
			5528.1224 - Saneamento Básico para Controle de Agravos – No Estado do Rio de Janeiro	5.000.000

	Fundo Nacional de Saúde	1216 – Atenção Especializada em Saúde	8535.2400 – Estruturação de Unidade de Atenção Especialização em Saúde – No Estado do Rio de Janeiro	8.000.000
Ministério dos Transportes	Ministério dos Transportes	0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0E38.0033 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio de Janeiro – Dragagem de Aprofundamento no Porto do Rio de Janeiro – No Estado do Rio de Janeiro	3.000.000
			0E40.0033 – Participação da União no Capital – Companhia Docas do Rio de Janeiro – Implantação de Acessos ao Porto do Rio de Janeiro – No Estado do Rio de Janeiro	3.000.000
	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes	0230 – Corredor Leste	7F11.0056 – Implantação de Iluminação Pública em Trecho Rodoviário – Niterói – Manilha – Duques – Na BR 101 – No Estado do Rio de Janeiro	3.000.000
			7F36.0056 – Eliminação de Pontos Críticos no Estado do Rio de Janeiro – No Estado do Rio de Janeiro	3.000.000
Ministério do Esporte	Ministério do Esporte	1250 – Esporte e Lazer da Cidade	5450.4946 – Implantação e Modernização de Infra-Estrutura para Esporte Recreativo e de Lazer – No Estado do Rio de Janeiro	9.000.000
Ministério da Defesa	Comando do Exército	0642 – Tecnologia de Uso Terrestre	4403.0001 – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre - Nacional	2.000.000
Ministério do Turismo	Ministério do Turismo	1166 – Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos	0564.1514 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – No Estado do Rio de Janeiro	8.000.000
			0564.2576 – Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Região Metropolitana – No Estado do Rio de Janeiro	10.000.000
Ministério das Cidades	Ministério das Cidades	0122 – Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0636.0132 – Apoio a Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30 Mil Habitantes – Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios – Estado do Rio de Janeiro	4.000.000
		1138 – Drenagem Urbana Sustentável	0578.0140 – Apoio a Implantação e Ampliação de sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis – Sistema de Drenagem Urbana em Municípios – Estado do Rio de Janeiro	7.000.000
		6002 – Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte	109B.0400 – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte – Obras de Desenvolvimento Urbano em Municípios da Baixada Fluminense – Estado do Rio de Janeiro	12.000.000
			109B.0622 – Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte – Obras de Desenvolvimento Urbano – Belford Roxo – RJ	5.000.000
		9989 – Mobilidade Urbana	0E28.0058 – Apoio a Implantação, Ampliação ou Melhoria de Linhas e Trechos de Sistemas de Trens Urbanos de Estados e Municípios – Implantação de Linha de Metrô – Trecho Rio de Janeiro-Niterói-São Gonçalo – Estado do Rio de Janeiro	10.000.000
			0590.0098 – Apoio a Projetos de Corredores Estruturais de Transporte Coletivo Urbano – Adequação da Ligação Barra da Tijuca-Madureira-Penha- Corredor T5 – Rio de Janeiro – RJ	5.000.000

TOTAL DOS CANCELAMENTOS	100.000.000
-------------------------	-------------

A medida provisória foi \_\_\_\_\_ pela Câmara dos Deputados, tendo sido \_\_\_\_\_ as três emendas que foram apresentadas. Tais emendas estão relacionadas no anexo I deste Relatório.

## II - VOTO

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, no caso de relevância e urgência, pode adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

Consoante o art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, o Parecer relativo a créditos extraordinários deve ser único e conter manifestações quanto à constitucionalidade, inclusive pressupostos de relevância e urgência, à adequação financeira e orçamentária, ao mérito e ao cumprimento da exigência prevista no §1º do art. 2º daquela Resolução.

### Pressupostos constitucionais

A Constituição Federal autoriza o Poder Executivo adotar medidas provisórias em casos de urgência e relevância (art. 62 da Constituição). Relativamente a matérias orçamentárias, no entanto, não pode ser utilizado referido instrumento, salvo no caso de crédito extraordinário, que somente pode ser aberto para atender despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública (art. 62, § 1º, I, d; e art. 167, § 3º, da Constituição).

São, portanto, três os pressupostos constitucionais para a abertura de crédito extraordinário: urgência, relevância e imprevisibilidade. As considerações contidas na Exposição de Motivos permitem concluir pela relevância das ações a que o crédito extraordinário se destina. Também fica claro que se está diante de necessidade que deve ser atendida com urgência, pois, caso contrário, haveria grande prejuízo para a imagem do país, o qual se candidatou para sediar os jogos. Referido documento, contudo, não se preocupou em demonstrar as razões da imprevisibilidade.

### Adequação financeira e orçamentária

O crédito foi aberto à conta de cancelamento de dotações dos Ministérios da Saúde, dos Transportes, do Esporte, da Defesa, do Turismo e das Cidades, as quais favoreceriam o Estado do Rio de Janeiro. Como os cancelamentos atingem despesas primárias, o crédito é neutro quanto a impactos no resultado primário. Dos R\$ 100 milhões cancelados, R\$ 20 milhões referem-se a dotações da Seguridade Social (Ministérios da Saúde e das Cidades), o que não implica, contudo, a utilização de recursos vinculados a essa esfera orçamentária. De fato, a suplementação e os cancelamentos referem-se Recursos Ordinários do Tesouro (fonte 100).

Cabe ressaltar que o crédito está em consonância com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933/2004, com alterações subseqüentes), haja vista que suplementa dotações de programas e ações inclusos no Plano.

### Mérito do crédito extraordinário

No que se refere ao mérito, o crédito permitirá o apoio financeiro ao Estado do Rio de Janeiro, com vistas a viabilizar obras emergenciais relacionadas com a infraestrutura e a logística necessárias à realização dos XV Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007. Caso contrário, correr-se-ia o risco de não serem realizados, o que traria grande prejuízo para a imagem do país.

### Exigência prevista no §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN

As exigências previstas no § 1º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, quanto ao envio ao Congresso Nacional, na data da publicação da medida provisória, do texto da norma e da respectiva mensagem e exposição de motivos foram cumpridas.

### Emendas Apresentadas

Das três emendas apresentadas ao crédito, duas tratam de redução e acréscimo nos cancelamentos de dotações. Uma terceira emenda busca alocar recursos para término da construção da Vila Olímpica de Montes Claros/MG. Todas essas pretensões não encontram amparo na Resolução nº 01, de 2006 – CN. De fato, em seu art. 111 ficou estabelecido que, relativamente a crédito extraordinário, “somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”.

Devem, portanto, as emendas serem inadmitidas.

### Conclusão

Ante o exposto, consideramos que a Medida Provisória nº 356, de 2007, atende aos pressupostos constitucionais de **relevância** e **urgência** (art. 62 da Constituição), ante o risco de prejuízos à imagem do país caso não seja honrado o compromisso de sediar os Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.

Votamos, portanto, pela aprovação do crédito extraordinário e pela inadmissão das emendas apresentadas.

Sala das Sessões, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2007.

Senador \_\_\_\_\_

### Anexo I

#### MP nº 356, de 2007

#### DEMONSTRATIVO DAS EMENDAS APRESENTADAS

Emenda	Autor	Funcional / Subtítulo	Parecer
00001	Dep. Jorge Bittar	A emenda pretende remanejar R\$ 8 milhões entre as fontes de cancelamento (anular cancelamentos do Ministério do Turismo e aumentar os cancelamentos do Ministério das Cidades)	Inadmitida (Res. Nº 01, de 2006 – CN, art. 111)
00002	Davi Alves Silva Júnior	A emenda pretende anular o cancelamento de R\$ 8 milhões do Ministério da Saúde	Inadmitida (Res. Nº 01, de 2006 – CN, art. 111)
00003	Dep. Jairo Ataíde	A emenda pretende incluir dotação para término da construção da Vila Olímpica de Montes Claros – MOCÃO, no valor de R\$ 5 milhões	Inadmitida (Res. Nº 01, de 2006 – CN, art. 111)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Francisco Dornelles, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para discutir.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei bastante breve.

Tem havido uma certa polêmica sobre a aplicação de recursos no Pan-americano, mas achamos que, para isso, existem o Tribunal de Contas da União e as Comissões de Fiscalização e Controle das duas Casas do Congresso Nacional.

Gostaria de estabelecer, mais uma vez, a diferença que a Oposição faz entre uma medida provisória descabida como aquela, que vai agora tramitar sob a forma de projeto de lei, que destinava R\$7,4 bilhões para a Petrobras e outras estatais, inclusive mandando dinheiro para o exterior de forma que a nós do PSDB afigurou-se pouco transparente, e uma outra medida provisória que tem caráter de urgência e relevância, sim, porque o Pan-americano não pode ser adiado por decisão de quem quer que seja neste País. O Pan-americano é uma grande honraria para o País. O Brasil terá a honra de hospedar turistas – e aí há um aspecto econômico relevante – , além de atletas, figuras que são exemplos para os nossos filhos, para os netos de todos, figuras que são o que há de mais puro no nosso continente americano.

É uma honra, portanto, para o Brasil, em geral, e para o Rio de Janeiro, em particular, poder hospedar o Pan-americano, poder sediar o Pan-americano.

Compreendemos que é urgente, relevante e constitucional a matéria. O Congresso deve, de fato, dar respaldo ao recurso solicitado por entender que todo esforço deve ser feito para que o Pan-americano se processe com segurança fora dos locais de competição e, ao mesmo tempo, para que ele se processe

com tudo a tempo e a hora do ponto de vista das exigências financeiras.

Que haja competência e que haja lisura por parte dos gestores são os nossos votos.

O Congresso Nacional, neste momento, a depender do PSDB, fará a sua parte. Portanto, já anuncio que o voto da Bancada do PSDB é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Inácio Arruda, V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra para discutir a matéria após o Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero me manifestar favoravelmente à Medida Provisória.

Estamos às vésperas da realização dos jogos pan-americanos e há um compromisso dos Comitês Olímpico e Paraolímpico do Brasil – depois da realização dos jogos olímpicos pan-americanos, vamos ter a participação, também no Brasil, da pessoa com deficiência – , há um compromisso internacional do Brasil neste sentido.

Comungo com as observações do Senador Arthur Virgílio no sentido de dizer que, naturalmente, existem mecanismos de acompanhamento desses recursos nos Ministérios, na União e no próprio Tribunal de Contas da União; há inclusive, um Ministro-Conselheiro acompanhando especificamente a aplicação dos recursos. Então, isso tudo tem de ser feito, lógico que dentro daquilo que se espera seja feito com recursos públicos.

Ao mesmo tempo, lembramos que toda exposição do esporte como fator de integração social, de desenvolvimento, de aptidões, de habilidades, de participação, de tirar pessoas da rua, pessoas que estejam em conflito com a lei, os meios de comunicação do Brasil vêm fazendo, eu diria, de uma maneira muito eficiente e muito competente, e só isso já dá uma importância e uma aplicação benéfica dos recursos para o bem-estar da população de uma maneira geral.

Então, aproveito esta oportunidade para, em um primeiro momento, desejar ao Presidente do Comitê Olímpico e a todos que realmente façam dessa caminhada no Rio de Janeiro um momento de engrandecimento do esporte e do País, e que esses recursos que estamos votando agora realmente sejam bem aplicados, naturalmente, mas que possam também completar a tarefa de preparação do Brasil para receber todos os Países nesse evento tão importante.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JAYME CAMPOS** (PFL – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Pela ordem, Senador Jayme Campos.

**O SR. JAYME CAMPOS** (PFL – MT) – Quero também, nesta oportunidade, dizer que...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Pela ordem ou para discutir?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador.

**O SR. JAYME CAMPOS** (PFL – MT) – Para discutir a matéria, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Senador Inácio Arruda está...

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Mas S. Ex<sup>a</sup> tem precedência.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup>, então, tem a palavra.

**O SR. JAYME CAMPOS** (PFL – MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero apenas me associar às palavras do Senador Arthur Virgílio e do Senador Flávio Arns. Na verdade, sou literalmente contra esse excesso de medidas provisórias que esta Casa tem aprovado nos últimos tempos. Todavia, no dia de hoje, penso que tivemos dois grandes intentos: a Medida Provisória que irá repassar recursos da Lei Kandir para os Estados e a que aprova recursos para os Jogos Pan-Americanos.

Na verdade, penso que, quando as medidas provisórias são feitas de forma criteriosa, sobretudo aquelas tão importantes quanto essas duas, com certeza, nós, Senadores, temos de louvar. Mas, de qualquer forma, o mais interessante é deixarmos claro e patenteado aqui que o Pan já vinha sendo programado, projetado há alguns anos, e o ideal seria termos um projeto de lei abrindo crédito, naturalmente, para esses investimentos que estão sendo feitos. Todavia, espero que esses recursos que estão sendo aprovados por meio dessas medidas provisórias sejam acompanhados pelo Tribunal de Contas da União e, certamente, pelos Ministérios que vão destiná-los.

De forma, Sr. Presidente, espero que dessas medidas provisórias aprovadas no dia de hoje, sobretudo a que destinada recursos para o Pan, seja feito o acompanhamento rigoroso para que o dinheiro que está sendo repassado, transferido para esse grande evento nacional não seja também um outro recurso que vai para os ralos, como temos visto aqui por meio das obras, que, lamentavelmente, o Governo Federal não tem acompanhado e os recursos estão indo para o ralo, prejudicando, sobremaneira

e com certeza, investimentos de importância para este País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o registro que desejo fazer é exatamente no sentido da aprovação da Medida Provisória, do relatório do Senador Dornelles. E uma observação: as obras do Pan-Americano têm sido, sucessivamente, vistoriadas pelo Comitê Olímpico Internacional, pelo nosso Comitê Olímpico, por aqueles que têm a responsabilidade com os Jogos Pan-Americanos, que vão trazer os atletas, que vão acomodá-los. E têm sido dados depoimentos – um depoimento atrás do outro – de que estas serão as melhores instalações dos Jogos Pan-Americanos de todos os tempos, de todos os Jogos Pan-Americanos realizados por toda a América. Essas instalações serão as melhores dos Jogos Pan-Americanos de todos os tempos. Então, considero que os recursos destinados têm sido bem aplicados. Os recursos que estão sendo aplicados mediante medidas provisórias serão utilizados de forma correta, justa, e a necessidade e urgência foram demonstradas em função da relevância de os Jogos se iniciarem a partir de 3 de julho.

Considero que teremos um grande evento esportivo no Brasil, que marcará a história dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos em nosso País e abrirá caminho para novos eventos esportivos, inclusive a Copa do Mundo, que será realizada, com certeza, em nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário.

As Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 356, DE 2007

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério do Esporte, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º A abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei correrá à conta de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORÇAO : 51000 - MINISTERIO DO ESPORTE  
 UNIDADE : 51101 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO I		CREDITO EXTRAORDINARIO							
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	EG	SI	MP	MD	TI	FE	VALOR
		1246 R\$700 AO PAN 2007							100.000.000
		ATIVIDADES							
27 811	0246 2408	REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO							15.000.000
27 811	1246 2430 0105	REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							15.000.000
			7	3	2	90	0	100	

		PROJETOS						
27 811	1246 3950	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO						85.000.000
27 811	1246 3950 0103	IMPLANTACAO DE INFRA-ESTRUTURA FISICA PARA A REALIZACAO DOS JOGOS PAN E PARA-PAN-AMERICANOS DE 2007 NO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)						65.000.000
			F 3	2	90	0	100	15.000.000
			F 4	2	90	0	100	70.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>100.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>100.000.000</b>

ORGÃO : 36806 - MINISTERIO DA SAUDE  
 UNIDADE : 36311 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	FUNDO	MOD	PR	ORÇ	U	F	T	VALOR
<b>0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO</b>										<b>8.000.000</b>
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>										
10 512	0122 002L	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS								1.000.000
10 512	0122 002L 0214	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE SISTEMA PUBLICO DE ESGOTAMENTO SANITARIO EM MUNICIPIOS INTEGRANTES DE REGIOES METROPOLITANAS E REGIOES INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO (RIDE) PARA PREVENCAO E CONTROLE DE DOENCAS - RIO DE JANEIRO - RJ								1.000.000
			5	4	2	40	0	100		1.000.000
<b>PROJETOS</b>										
10 512	0122 0038	SANEAMENTO BASICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS								3.000.000
10 512	0122 0038 1214	SANEAMENTO BASICO PARA CONTROLE DE AGRAVOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								3.000.000
			5	4	2	30	0	100		3.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>8.000.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>8.000.000</b>

ORGÃO : 3006 - MINISTERIO DA SAUDE  
 UNIDADE : 3691 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	D	R	M	O	D	I	U	P	F	T	E	VALOR
<b>1216 ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE</b>																<b>2.000.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>																
18 302	1216 8535	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE														2.000.000
10 302	1216 2535 2609	ESTRUTURACAO DE UNIDADES DE ATENCAO ESPECIALIZADA EM SAUDE - REFORMA E AMPLIACAO DE UNIDADES DE SAUDE - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO														2.000.000
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	377.820
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.371.819
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.997.370
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.271.810
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.371.810
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.995.490
<b>TOTAL - FISCAL</b>																<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																<b>2.000.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																<b>2.000.000</b>

ORGÃO : 3006 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39187 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	D	R	M	O	D	I	U	P	F	T	E	VALOR
<b>8997 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</b>																<b>4.000.000</b>
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>																
26 846	8980 0828	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - DEBAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO														2.000.000
26 846	8909 0838 8073	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - DEBAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO														2.000.000
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.000.000
26 846	8980 0840	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - IMPLANTACAO DE ACESSOS AO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO														2.000.000
26 846	8909 0840 8073	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - IMPLANTACAO DE ACESSOS AO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO														2.000.000
			1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																<b>4.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																<b>4.000.000</b>

ORÇAO : 3999 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 3922 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S P E	G R F D	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>6230 CORREDOR LESTE</b>								<b>4.000.000</b>	
<b>PROJETOS</b>									
26 782	6230 7F11	IMPLANTACAO DE ILUMINACAO PUBLICA EM TRECHO RODOVARIO - NITEROI - MANGUEIRA - DUQUES - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						2.000.000	
26 782	6230 7F11 0054	IMPLANTACAO DE ILUMINACAO PUBLICA EM TRECHO RODOVARIO - NITEROI - MANGUEIRA - DUQUES - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	90	0	100	1.000.000
26 782	6230 7F34	ELIMINACAO DE FONTOS CRITICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						1.000.000	
26 782	6230 7F34 0056	ELIMINACAO DE FONTOS CRITICOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	90	0	100	1.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>4.000.000</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>4.000.000</b>	

ORÇAO : 5199 - MINISTERIO DO ESPORTE

UNIDADE : 5181 - MINISTERIO DO ESPORTE

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S P E	G R F D	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE</b>								<b>9.000.000</b>	
<b>PROJETOS</b>									
27 812	1250 6450	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER						9.000.000	
27 812	1250 6450 4946	IMPLANTACAO E MODERNIZACAO DE INFRA-ESTRUTURA PARA ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	40	0	100	9.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>9.000.000</b>	
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>0</b>	
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>9.000.000</b>	

ORGÃO : 52006 - MINISTÉRIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 5121 - COMANDO DO EXÉRCITO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	T	E	C	M	D	I	F	V	VALOR
060 TECNOLOGIA DE DEFESA TERRESTRE											2.000.000
ATIVIDADES											
05 572	0643 4403	RECURSOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA FORÇA TERRESTRE									2.000.000
05 572	0643 4403 0001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA FORÇA TERRESTRE - NACIONAL									2.000.000
			5	4	1	80	0	100			2.000.000
TOTAL - FISCAL											2.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											2.000.000

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DO TURISMO  
 UNIDADE : 5401 - MINISTÉRIO DO TURISMO

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	T	E	C	M	D	I	F	V	VALOR
1266 TURISMO NO BRASIL: UMA VIAGEM PARA TODOS											18.000.000
OPERACOES ESPECIAIS											
23 495	1164 0564	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA									16.000.000
23 895	1164 0564 1514	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO									2.000.000
23 495	1164 0564 25 76	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - REGAO METROPOLITANA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO									10.000.000
			5	4	2	40	0	100			18.000.000
			5	4	3	40	0	100			10.000.000
TOTAL - FISCAL											18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE											0
TOTAL - GERAL											18.000.000

ORGAO : 6608 - MINISTERIO DAS CIDADES  
UNIDADE : 5491 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	M	D	I	F	VALOR	
0122		SERVICOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO							4.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
17.512	0122 0606	APOIO A IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 30 MIL HABITANTES							4.000.000
17.512	0122 0636 0132	APOIO A IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS COM POPULACAO SUPERIOR A 30 MIL HABITANTES - SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	5	4	2	30	0	100	4.000.000
1122		DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL							7.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15.451	1122 0578	APOIO A IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL							7.000.000
15.451	1122 0578 0140	APOIO A IMPLANTACAO E AMPLIACAO DE SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA SUSTENTAVEL - SISTEMAS DE DRENAGEM URBANA EM MUNICIPIOS - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	99	0	100	7.000.000
6002		APOIO AO DESENVOLVIMENTO URBANO DE MUNICIPIOS DE MEDIO E GRANDE PORTE							17.000.000
		PROJETOS							
15.451	6002 109B	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DE MEDIO E GRANDE PORTE							17.000.000
15.451	6002 109B 0400	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DE MEDIO E GRANDE PORTE - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO EM MUNICIPIOS DA BAHIA FLUMINENSE - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	40	0	100	12.000.000
15.451	6002 109B 0622	OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA EM MUNICIPIOS DE MEDIO E GRANDE PORTE - OBRAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO - BELFORD ROXO - RJ	F	4	2	40	0	100	5.000.000
9989		MOBILIDADE URBANA							15.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15.451	9989 0821	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS							10.000.000
15.451	9989 0821 0055	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DE LINHA DE METRO - TRECHO RIO DE JANEIRO-NITEROI - SAU GONCALO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	30	0	100	10.000.000
15.451	9989 0990	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO							5.000.000
15.451	9989 0990 0091	APOIO A PROJETOS DE CORREDORES ESTRUTURAIIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - ADEQUACAO DA LIGACAO BAIRRA DA TRAJA-MADUREIRA-PENHA - CORREDOR T3 - RIO DE JANEIRO - RJ	F	4	2	40	0	100	5.000.000
		TOTAL - FISCAL							39.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							4.000.000
		TOTAL - GERAL							43.000.000

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– **Item 5:**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 357, DE 2007**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 357, de 2007, que *autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás com a Itaipu Binacional e dá outras providências.*

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 15 emendas;
- a Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 26 de março, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 2 de maio;
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Giacobbo (PR – PR);
- o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período por Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 31, de 2007, e se esgotará no dia 10 de julho;
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 9 de maio.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, Relator revisor da matéria.

**PARECER Nº 408, DE 2007 – PLEN**

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Para preferir parecer. Sem discussão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu iria apresentar uma emenda a esta Medida Provisória para contemplar o sistema isolado, que vem sendo prejudicado por falta de regulação, inclusive para facilitar a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho, que venho debatendo há quatro anos desta tribuna. Está aí o Senador Augusto Botelho, que sempre fala que é difícil uma semana em que eu não mencione gasodutos, usinas do Madeira. São obras importantes para o meu Estado.

Fui convencido pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, pelas autoridades do Palácio do Planalto, pelas autoridades do setor elétrico, para que não colocasse essa emenda porque, dentro de duas semanas, irá sair uma Medida Provisória versando apenas sobre o sistema isolado, para resolver os problemas

desse sistema e, de uma vez por todas, a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Nobre Senador Romero, V. Ex<sup>a</sup> gostaria de falar?

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Eu gostaria de fazer um aparte, Sr. Presidente, à fala do Senador Raupp exatamente para expressar a posição do Governo em relação ao compromisso com o Senador Raupp, de que será apresentado...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Excelência, com licença. Vamos aguardar o parecer e, depois, V. Ex<sup>a</sup> fica à vontade para discutir a matéria. É o que manda o Regimento Interno.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Tudo bem. Só queria concordar com S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Inclusive, Sr. Presidente, o Presidente da Eletrobrás, Dr. Valter Cardeal, em várias conversas que tivemos e hoje na Comissão da Amazônia, na Câmara dos Deputados, repetiu a mesma frase. Disse ele que não construir o gasoduto Urucu-Porto Velho é um crime de lesa-pátria, porque o gás é seis vezes mais barato do que o óleo diesel e se queima lá um milhão e meio de litros de diesel por dia para gerar 400 megawatts de energia para Rondônia e para o Estado do Acre. É por isso que bato sempre na tecla da construção do gasoduto Urucu-Porto Velho.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Medida Provisória nº 357, editada em 12 de março de 2007, autoriza a União e as Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) a renegociarem seus créditos junto à Itaipu Binacional.

A MPV nº 357, de 2007, contém sete artigos. Os dois primeiros autorizam, respectivamente, a Eletrobrás e a União a negociarem a retirada do fator anual de reajuste dos saldos devedores dos contratos de financiamento celebrados com a Itaipu Binacional e asseguram a manutenção do fluxo de recebimentos decorrentes da aplicação do referido fator de reajuste.

No caso da Eletrobrás, a medida provisória protege o fluxo total; no caso da União, a garantia abrange 94% dos fluxos previstos.

O art. 3º preserva as demais condições dos contratos de financiamentos firmados entre, por um lado, a Itaipu Binacional e, por outro, a Eletrobrás e a União.

O art. 4º veda a negociação dos valores correspondentes ao fator anual de reajuste que, na data de celebração dos acordos previstos nos arts. 1º e 2º, já tenham sido incorporados ao valor das dívidas da Itaipu Binacional.

O art. 5º condiciona a renegociação dos créditos da União, prevista no art. 2º, à assinatura de contrato entre a União e a Eletrobrás, em que a empresa se responsabilize pelo repasse, ao Tesouro Nacional, do

fluxo de pagamentos decorrentes do fator anual de reajuste a que a União tem direito.

O art. 6º autoriza a Eletrobrás, na forma de regulamentação do Poder Executivo, a incluir, na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, as perdas da própria Eletrobrás e de 94%, no mínimo, das perdas da União com a retirada do fator anual de reajuste.

O art. 7º fixa a vigência a partir da data da publicação.

Na Câmara dos Deputados, a MPV nº 357, de 2007, foi aprovada em 2 de maio, nos termos do parecer do Deputado Giacobbo, rejeitadas as emendas. O voto foi pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária. No mérito, o parecer concluiu pela aprovação da medida provisória, na forma original encaminhada pelo Poder Executivo.

Da Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – do Congresso Nacional, o Plenário de cada uma das Casas deverá verificar o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e a adequação financeira e orçamentária, antes de avaliar o mérito da Medida Provisória.

A relevância da matéria reside na necessidade de atender o compromisso firmado por meio do “Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre aspectos técnicos e financeiros relacionados à Itaipu Binacional”, assinado em 19 de janeiro de 2007. No documento, o Brasil assume a responsabilidade de tomar as medidas necessárias, em caráter de urgência, para suprimir o fator de reajuste anual, presente nos contratos de dívida da Itaipu com o Governo brasileiro e com a Eletrobrás. A forma de medida provisória é necessária para garantir que o acordo produza efeitos já em 2008.

A MPV nº 357, de 2007, não viola as limitações materiais constantes no § 1º do art. 62 da Constituição Federal. É adequado o tratamento da matéria por lei ordinária, mediante iniciativa do Presidente da República. O texto também atende aos pressupostos de juridicidade e às exigências de boa técnica legislativa, impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, e alterações posteriores.

Quanto aos aspectos relacionados às finanças públicas, é importante registrar que a MPV não causará impacto orçamentário no ano de 2007 e que não se aplicam as restrições impostas pelo art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que trata exclusivamente da renúncia de receita tributária.

Quanto ao mérito, a MPV atende ao compromisso firmado pelo Governo brasileiro, cujo objetivo é resolver uma antiga controvérsia relativa ao custo da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional. Da remoção dessa divergência certamente resultará maior harmonia entre o Brasil e o Paraguai e a coesão do bloco econômico de que participam ambos os países.

Voto

Diante do exposto, atendidos os requisitos constitucionais, manifestamos-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 357, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, sem emendas.

É o voto, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer, na íntegra:

### **PARECER Nº 408, DE 2007**

**De Plenário, sobre a Medida Provisória nº 357, de 12 de março de 2007, que autoriza a renegociado dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras junho a Itaipu Binacional, e dá outras providências.**

Relator-Revisor: Senador Valdir Rapp

#### **I – Relatório**

A Medida Provisória nº 357, editada em 12 de março de 2007, autoriza a União e as Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) a renegociarem seus créditos junto a Itaipu Binacional.

A MPV nº 357/07 contém sete artigos. Os dois primeiros autorizar, respectivamente, a Eletrobras e a União a negociarem a retirada do fator anual de reajuste dos saldos devedores dos contratos de financiamento celebrados com a Itaipu Binacional e asseguram a manutenção do fluxo de recebimentos decorrentes da aplicação do referido fator de reajuste. No caso da Eletrobras, a Medida Provisória protege o fluxo total; no caso da União, a garantia abrange noventa e quatro por cento dos fluxos previstos.

O art. 3º preserva as demais condições dos contratos de financiamento firmados entre, por um lado, Itaipu Binacional e, por outro, a Eletrobras e a União. O art. 4º veda a negociação dos valores correspondentes ao fator anual de reajuste que, na data da celebração dos acordos previstos no arts. 1º e 2º, já tenham sido incorporados ao valor das dívidas de Itaipu Binacional.

O art. 5º condiciona a renegociação dos créditos da União, prevista no art. 2º, a assinatura de contrato entre a União e a Eletrobras em que a empresa se responsabilize pelo repasse, ao Tesouro Nacional, do

fluxo de pagamentos decorrentes do fator anual de reajuste a que a União tem direito.

O art. 6º autoriza a Eletrobrás, na forma de regulamentação do Poder Executivo, a incluir, na tarifa de repasse da potencia proveniente da Itaipu Binacional, as perdas da própria Eletrobrás e de noventa e quatro por cento, no mínimo, das perdas da União com a retirada do fator anual de reajuste.

O art. 7º fixa a vigência a partir da data de publicação.

Na Câmara dos Deputados, a MPV nº 357, de 2007, foi aprovada em 2 de maio, nos termos do parecer do Deputado Giacobbo, rejeitadas as emendas. o voto foi pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária. No mérito, o parecer concluiu pela aprovação da MPV, na forma original encaminhada pelo Poder Executivo.

## II – Análise

Nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, o Plenário de cada uma das Casas deverá verificar o atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e a adequação financeira e orçamentária, antes de avaliar o mérito da Medida Provisória.

A relevância da matéria reside na necessidade de atender o compromisso firmado por meio do Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai sobre aspectos técnicos e financeiros relacionados à Itaipu Binacional, assinado em 19 de janeiro de 2007. No documento, o Brasil assume a responsabilidade de tomar as medidas necessárias, em caráter de urgência, para suprimir o fator de reajuste anual, presente nos contratos de Dívida de Itaipu com o Governo brasileiro e com a Eletrobrás. A forma de Medida Provisória é necessária para garantir que o acordo produza efeitos já em 2008.

A MPV nº 357, de 2007, não viola as limitações materiais constantes do § 1º do art. 62 da Constituição Federal. É adequado o tratamento da matéria por lei ordinária, mediante iniciativa do Presidente da República. O texto também atende aos pressupostos de juridicidade e as exigências da boa técnica legislativa, impostas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, e alterações posteriores.

Quanto aos aspectos relacionados às finanças públicas, é importante registrar que a MPV não causará impacto orçamentário no ano de 2007 e que não se aplicam as restrições impostas pelo art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de

Responsabilidade Fiscal), que trata exclusivamente de renúncia de receita tributária.

Quanto ao mérito, a MPV atende o compromisso firmado pelo Governo brasileiro, cujo objetivo é resolver uma antiga controvérsia relativa ao custo da energia elétrica gerada por Itaipu Binacional. Da remoção dessa divergência certamente resultará maior harmonia entre o Brasil e o Paraguai, o que fortalecera as relações bilaterais e a coesão do bloco econômico de que participam ambos os Países.

## III – Voto

Diante do exposto, atendidos os requisitos constitucionais, manifestamo-nos pela admissibilidade da Medida Provisória nº 357, de 2007, e, no mérito, pela sua aprovação, sem emendas.

Sala das Sessões, – **Valdir Raupp**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Valdir Raupp, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

No mérito, pela aprovação da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Passa-se à apreciação do mérito.

Discussão da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma observação que eu havia iniciado durante a fala do Senador Raupp, dizendo que o Governo tem o compromisso com o Senador Raupp, com a Amazônia, com todas as regiões onde existem sistemas isolados de energia de que está sendo preparada uma proposta que vai exatamente criar uma fase de transição desses sistemas.

No caso específico do gasoduto a que se referiu o Senador Raupp, também se enquadra esse modelo, não somente lá, mas em todos os sistemas que estão na mesma situação.

Portanto, quero registrar aqui o compromisso do Governo, da Casa Civil, do Ministério de Minas e Energia, que está estudando e fará a proposição na mesma linha da emenda que o Senador Raupp estaria defendendo na sua proposta de relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

Com a palavra o Senador César Borges, para discutir.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para discutir a matéria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, parabênizo o Senador Valdir Raupp por ter conseguido esse compromisso do Senador Romero Jucá, o que é muito importante. Espero que S. Ex<sup>a</sup> tenha sucesso, pois já vi muitos compromissos do Governo aqui não serem cumpridos. Espero que ele tenha sucesso nesse compromisso para defender a sua Região Norte, que, caso algo não seja feito com sistemas isolados, o problema vai cair sobre os ombros dos consumidores, que ficarão com um custo de energia impagável.

E é exatamente este assunto, o custo da energia no Brasil, que esta Medida Provisória afeta. Por isso, fiz uma emenda a esta Medida Provisória. É preciso entender o que estamos votando. O Brasil está autorizando a Eletrobrás a negociar a retirada do fator anual de reajuste dos saldos devedores de contratos de financiamento, celebrados lá atrás, quando foi construída Itaipu, que assegura àquela estatal a manutenção do fluxo de recebimento decorrente do referido fator de reajuste.

Quer dizer, o País, o Brasil está aceitando retirar um reajuste contratual, acertado lá atrás, quando o Tesouro Nacional emprestou recursos para que a Itaipu Binacional fosse construída. Muito bem. O Governo faz isso porque há uma política estratégica do Governo objetivando estabelecer bom relacionamento com o Paraguai, que se considera neste momento espoliado pelo Brasil. Verificamos essa reação quando da última visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, quem vai pagar a conta desse presente que se está dando ao Paraguai? Quem vai pagar é o consumidor brasileiro, lamentavelmente, porque o Tesouro Nacional não quer perder nada, muito menos a Eletrobrás.

Então, a Medida Provisória, no art. 6º, “autoriza a Eletrobrás, na forma de regulamentação do Poder Executivo, a incluir, na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, as perdas da própria Eletrobrás e de noventa e quatro por cento, no mínimo, das perdas da União com a retirada do fator anual de reajuste”.

Por que 94%? Porque é o que o Brasil consome de energia da Itaipu Binacional. Os outros 6% seriam do Paraguai. Então, a Eletrobrás vai repassar para o consumidor brasileiro, Sr. Presidente, integralmente essa benemerência que o Brasil está dando ao Paraguai.

Portanto, apresentei uma emenda segundo a qual o pagamento dessa retirada dos juros não se faça pelo consumidor brasileiro, mas pelo Tesouro Nacional. Que ele perca alguma coisa, mas que não repasse para aqueles que estão consumindo energia.

Então, fiz a seguinte emenda à MPV nº 357, de 2007:

Suprimam-se o parágrafo único do art. 2º e os arts. 5º e 6º da MPV nº 357, de 2007, e dê-se ao parágrafo único do art. 1º a seguinte redação:

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada à assinatura de contrato entre a União e a Eletrobrás, em que o Tesouro Nacional figure como responsável pelo ressarcimento integral, à Eletrobrás, das perdas ocasionadas pela renúncia ao fator anual de reajuste de que trata este artigo.

Sr. Presidente, perdoe-me. Sei do adiantado da hora, V. Ex<sup>a</sup> pode estar um pouco sonolento, porque realmente o assunto é um pouco técnico, mas vou repetir minha justificativa:

A MP nº 357, de 2007, atende o compromisso firmado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Presidente Nicanor Duarte Frutos, do Paraguai, em 19 de janeiro de 2007. Esse documento chama-se “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Aspectos Técnicos e Financeiros Relacionados a Itaipu Binacional.

No referido Memorando, o Brasil assume o compromisso – aparentemente sem qualquer contrapartida por parte do Paraguai – de retirar dos encargos financeiros relativos à dívida contraída por Itaipu o fator de ajuste anual, que corresponde à indexação da dívida à inflação americana.

A dívida de Itaipu, contraída majoritariamente junto ao Tesouro Nacional e à Eletrobrás, tem caráter de longo prazo. Para evitar a perda do valor real da dívida ao longo do tempo, foi introduzida a cláusula de indexação à inflação – à inflação americana, que é pequena, e todos sabem disso. Se não houvesse essa proteção, certamente a taxa de juros aplicável teria sido – lá no início, nos primeiros contratos –, superior à que foi pactuada.

Com a retirada do fator de ajuste anual, ganha o consumidor de energia elétrica no Paraguai, que terá energia mais barata. O mecanismo previsto na MPV prevê que o custo da redução da conta de energia do Paraguai seja integralmente cobrada do consumidor brasileiro – inclusive o consumidor de baixa renda e o setor produtivo. É evidente que a energia mais cara significa para o setor produtivo menor competitividade e menor capacidade de geração de empregos.

Ocorre que, assim como a Bolívia, o Paraguai descobriu a vulnerabilidade da política externa brasileira, que tem cedido, sem exigir contrapartidas, às reivindicações de Governos estrangeiros. Na Bolívia, o Governo brasileiro admitiu passivamente que a Petrobras sofresse graves prejuízos. Agora, a mira do Governo Lula se volta para o consumidor de energia elétrica, que pagará pelos desacertos da política externa brasileira.

Ora, se o Governo Lula acredita, efetivamente, que a política externa deve ser conduzida dessa forma, que, pelo menos, assumo o ônus das concessões que faz; que não empurre os prejuízos causados aos acionistas minoritários ou aos consumidores de energia elétrica.

O objetivo desta emenda é evitar que a injustiça sofrida pela Petrobras, vítima de uma política externa, eu diria, entreguista, se estenda agora ao vulnerável conjunto dos consumidores de energia elétrica. Se o Planalto julga meritório agraciar Países vizinhos com excessiva generosidade que, pelo menos, absorva os prejuízos à conta do Tesouro Nacional e não os repasse a terceiros.

Sr. Presidente, apresento um dado para ilustrar, principalmente aos consumidores brasileiros que nos ouvem: a inflação medida entre 2003 e 2006 pelo IPCA foi de 28,2%. Nesse mesmo período, a variação de preço do grupo de energia elétrica foi de 44,1%. A fonte é o IBGE.

Então, Sr. Presidente, o custo da energia está subindo além da inflação. Quem paga isso? Todo consumidor que está me ouvindo neste momento sabe como a energia elétrica está ficando mais cara para todos. E aqui vem o Governo, mais uma vez, imputando ao consumidor brasileiro esse fato que prejudica não somente o consumidor de baixa renda como o consumidor domiciliar e as empresas que precisam de energia para fomentar as suas atividades produtivas.

Portanto, Sr. Presidente, nossa emenda é nesse sentido e esperamos que V. Ex<sup>a</sup> coloque o destaque em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador César Borges.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano, para discutir a matéria.

**A SRA. MARISA SERRANO** (PSDB – MS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o esforço diplomático que envolveu o próprio Presidente Lula durante uma visita que fez recentemente à Assunção não foi suficiente para apaziguar o Paraguai.

Como todos nós sabemos, o país vizinho pressiona para rever o contrato de uso da energia de Itaipu. O tratado em vigor determina que o Brasil tem a

exclusividade de compra da energia a que o Paraguai tem direito, mas não a utiliza. Para compensar esse privilégio, paga um adicional de US\$2.00 por megawatt/hora que importa. O Governo do Paraguai quer liberdade para negociar a venda com qualquer comprador, além de um preço maior.

O tema tem potencial para ser assunto nos próximos anos, principalmente em 2008, quando haverá eleições no Paraguai.

Tenho ouvido os candidatos do país vizinho, na nossa fronteira com o Paraguai, dizerem sempre que o Brasil é responsável por aquilo que está ocorrendo de ruim para a população paraguaia. Estamos nos transformando em um bode expiatório para os candidatos de oposição, o que não é bom para o fortalecimento do País em termos de América Latina.

Acredito que, quanto à questão da energia elétrica de Itaipu, vamos ter muito o que discutir brevemente.

O Senador César Borges tem razão, mas o indicador de inflação dos Estados Unidos, que é um indicador, ainda é pequeno tendo em vista o que está por vir. Acredito que ainda haverá muitos problemas com o Paraguai não só em virtude da eleição que se avizinha, mas principalmente em razão do que esse país passará a exigir do Brasil em relação a Itaipu. Essa é uma questão a que o Congresso Nacional terá de estar muito atento doravante.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava aqui ouvindo as palavras da Senadora Marisa Serrano sobre o que aconteceu em Foz do Iguaçu e em Assunção, no Paraguai, quando da visita recente do Presidente Lula.

Ressalto um aspecto que me pareceu importante. Quando o Presidente Lula soube daquele muro que se cogitava construir – a construção já estava até iniciada embaixo da Ponte da Amizade –, ele falou uma palavra muito firme que muro, chega o de Berlim; basta aquele que separa Israel da Cisjordânia; basta o muro que existe ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México. Nós, brasileiros, não queremos construir muros.

Essa foi uma posição muito importante e positiva. Por isso eu quero, à luz das suas observações e ainda que em outro aspecto, ressaltar que, quando ouvi a notícia de que estava o Brasil iniciando a construção de um muro, até telefonei para o Governador Roberto Requião, que conhece muito melhor do que

eu a problemática ali, porque eu estava estranhando que o Brasil pudesse construir um muro.

Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os colegas têm muitas vezes me visto fazer afirmações a respeito desse assunto, porque temos que protestar contra a construção daquele muro que separa os Estados Unidos do México e da América Latina; chegará o dia em que todos nós poderemos, livremente, andar fronteira acima ou abaixo. Jamais imaginaria que um dia pudesse o Brasil, ao longo de nossas fronteiras com dez países da América do Sul, construir um tipo de muro.

Assim, quero cumprimentar o Presidente Lula pela decisão de encerrar a idéia de construção daquele muro.

Quanto a este Projeto de Lei de Conversão, que possibilitará à Eletrobrás ter um entendimento melhor com o Paraguai no que diz respeito ao preço da energia cobrada seja dos paraguaios, seja dos brasileiros, espero que o Governo brasileiro, inclusive atendendo a apelo do Governo paraguaio, possa chegar a um bom entendimento. Mas quero ressaltar que essa decisão do Presidente Lula, ao ter melhor consciência perto daquele muro, de não mais construí-lo, foi muito positiva e certamente constitui um ato de boa vontade para com os paraguaios.

Senador César Borges, espero que em breve possamos ter, com os países vizinhos, todos os latino-americanos, sobretudo os membros do Mercosul, o livre direito de circular entre nossos países, escolhendo onde estudar, onde trabalhar, onde viver.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que será lido pelo 1º secretário em exercício, Senador Augusto Botelho.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 637, DE 2007**

##### **Destaque de dispositivo para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque, para votação em separado da Emenda nº 4-CM, apresentada a Medida Provisória nº 357, de 2007, que autoriza a renegociação dos créditos da União e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás com a Itaipu Binacional e dá outras providências.

Sala das Sessões, – **César Borges.**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda nº 4.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A emenda destacada será votada oportunamente.

Votação da Medida Provisória, sem prejuízo das emendas e ressalvado o destaque.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Votação, em globo, das emendas de parecer contrário, ressalvada a emenda destacada.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

Votação da Emenda nº 4, destacada.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, autor do requerimento de destaque, nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já expliquei minha emenda, só quero destacar um ponto para todos, inclusive para a população e os dirigentes do Paraguai.

Não estamos contra a emenda, contra a renegociação, que fique bem claro. Acharmos que, talvez lá no passado, a renegociação tenha sido extremamente desfavorável ao Paraguai e é natural que ele reivindique modificação nesses contratos. Entretanto, o que estou me insubordinando é transferir isso para o consumidor brasileiro e que o Tesouro Nacional não perca nada. Então, que o Tesouro pudesse absorver esses custos ou deixar de ganhar. A favor de quem? A favor do consumidor brasileiro de energia elétrica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador César Borges.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp, como Relator.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é contrário à emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Em votação a emenda destacada.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

## MEDIDA PROVISÓRIA Nº 357, DE 2007

Autoriza a renegociação dos créditos da União e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS com a Itaipu Binacional e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS autorizada a negociar a retirada do fator anual de reajuste dos saldos devedores dos contratos de financiamento celebrados com a Itaipu Binacional.

Parágrafo único. Fica assegurada à Eletrobrás a manutenção do fluxo de recebimentos decorrente do fator anual de reajuste a que se refere o caput deste artigo.

Art. 2º Fica a União autorizada a negociar a retirada do fator anual de reajuste dos créditos que detém na Itaipu Binacional.

Parágrafo único. Fica assegurada à União a manutenção de, no mínimo, 94% (noventa e quatro por cento) do fluxo de recebimentos decorrente do fator anual de reajuste a que se refere o caput deste artigo.

Art. 3º As demais condições dos contratos e dos créditos de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei deverão permanecer inalteradas.

Art. 4º Fica vedada a negociação dos valores correspondentes ao fator anual de reajuste que, à data da celebração dos instrumentos contratuais a serem firmados pelas partes com fulcro nos arts. 1º e 2º desta Lei, já tenham sido incorporados aos saldos devedores e aos créditos neles mencionados.

Art. 5º A autorização prevista no art. 2º desta Lei fica condicionada à assinatura de contrato entre a União e a Eletrobrás em que esta empresa figure como responsável principal pelo repasse do fluxo de recebimentos decorrente da parcela do fator anual de reajuste a que tem direito a União.

Art. 6º Na forma da regulamentação do Poder Executivo, fica a Eletrobrás autorizada a incluir na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste de que tratam os arts. 1º e 2º desta Lei, para manter seu fluxo de recebimentos, bem como o da União, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 2º desta Lei.

§ 1º Os Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia definirão, anualmente, por meio de portaria interministerial, o valor do diferencial a que se refere o caput deste artigo, para efeito de cálculo da tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional.

§ 2º O valor a que se refere o § 1º deste artigo deve ser necessário e suficiente para manter o valor econômico dos saldos devedores e dos créditos citados nos arts. 1º e 2º desta Lei, respeitado o percentual mínimo estabelecido no parágrafo único do art. 2º desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que a apreciação dos Itens n°s 6 a 25 da Ordem do Dia fica transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã.

São os seguintes os itens transferidos:

**6****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

**7****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3 a 5,

nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

**8****PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 35, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator ad hoc: Senador Delcídio Amaral, que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007.

**9****EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

**10****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a

Emenda nº 1, de Plenário) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

**11****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2005**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

**12****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 37, DE 2004**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera a redação da alínea “d” do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antigüidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente).

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

**13****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 2, DE 2007**

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio

Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

**14****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

**16****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon.

**17****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Juvêncio da Fonseca.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea “b” do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 836 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva; 2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

21

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006**

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.

22

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores Heleusa Helena e Eduardo Suplicy.

23

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que altera a redação

do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

## 24

### REQUERIMENTO Nº 123, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 123, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore, pelo documentário intitulado “An Inconvenient Truth” (Uma Verdade Inconveniente).

Parecer favorável, sob nº 290, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor.

## 25

### REQUERIMENTO Nº 630, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 630, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja enviado ao Presidente Hugo Chaves, da República Federal da Venezuela, apelo no sentido que seja mantido em funcionamento a rede privada RCTV, cuja licença não está sendo renovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação dos Requerimentos nºs 504, 605, 622, 623 e 635, de 2007, todos de homenagem, lidos em sessões anteriores e na Hora do Expediente da presente sessão.

Em votação os requerimentos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje é um

dia muito importante para o Piauí e para a educação no Brasil. Em 1907, umas freiras italianas, entre elas Madre Savina, resolveram vir para o Brasil e para o Piauí e fundaram o Colégio Nossa Senhora da Graça, que hoje está fazendo 100 anos. E 100 anos é uma história de amor; 100 anos de luz. Então, isso é muito importante para a educação do Brasil.

A nossa geração, Papaléo – e é uma advertência para o Governo –, foi bem-educada, somos bem preparados. Lamento as gerações vindouras, porque naquela época essas ordens religiosas se dedicavam à educação. Fui educado em colégio marista e os outros da nossa geração, ou era salesiano, diocesano, jesuíta, igualmente dedicados. Acho que o período mais importante da minha vida foi quando estive interno em um colégio marista de Fortaleza, Ceará. Está aí o Arruda.

Então, Parnaíba vive esse dia de glória, recebeu um colégio de ordem religiosa italiana de 1907. Quero dizer que por lá eu passei o jardim de infância. A minha esposa, a Adalgisa, fui buscar lá, onde ela era normalista, e todas as minhas filhas, filhos e netos passaram por lá. Então, é uma grande festa para a cidade de Parnaíba, no Estado do Piauí, onde o Colégio Nossa Senhora da Graça comemora 100 anos.

Agora está havendo uma apreciação da revista *Raio de Luz*, uma nova edição. As primeiras publicações foram em 1938, e, de lá para cá, existe essa revista, e há comemorações festivas. É um exemplo, sobretudo, para a educação no Brasil o Colégio Nossa Senhora da Graça.

Temos o Requerimento nº 623, de votos de louvor e de aplauso àquela instituição religiosa e de educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, e parabéns por sua lembrança e por sua homenagem. A Mesa se congratula com a homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta com muita justiça.

Prorrogo a sessão por quinze minutos, para conceder a palavra à Senadora Ideli Salvatti, como Líder. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> abre mão de falar.

Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 638, DE 2007

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, 12, do Regimento Interno, requeiro a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2006, “acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição

Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências” para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

### Justificação

A autora da proposição pretende criar mecanismo de dispensa da “contrapartida financeira” demandada pela União aos Municípios, quando de suas transferências voluntárias para a execução de programas habitacionais (alterando o art. 48 da Lei nº 10.257/2001) e saneamento básico (alterando o art. 50 da Lei nº 11.445/2007). Para que tenham acesso a tal dispensa somente teriam direito os municípios com determinadas características: população inferior a 25.000 habitantes; seja localizado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; e apresentem indicadores de desenvolvimento econômico “desfavoráveis” em relação à média nacional.

O Relator lembra que a alteração da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e da Lei nº 11.445/2007 (Lei do Saneamento) teria o intuito de facilitar a aplicação de recursos federais, diante das dificuldades de tais municípios em realizar os investimentos necessários nas áreas em análise (habitação e saneamento), tendo explicitado em seu parecer concordância com a necessidade de se “conferir prioridade aos municípios mais carentes”. Todavia, diante da constatação de uma “pequena impropriedade” no projeto, e oferecendo emenda ao projeto, o Relator vota pela aprovação da matéria.

A complexidade do PLS nº 331, de 2006, que pretende a alteração de duas importantes leis (ou na forma da emenda apresentada pelo relator, que alteraria apenas o Estatuto da Cidade) está a exigir, em ambos os casos, a reflexão mais acurada dos efeitos da proposição. Parece-nos, portanto, mais adequado o exame também da Comissão de Assuntos Econômicos, tendo em vista as suas atribuições regimentais.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007. – Senadora **Fátima Cleide**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

### REQUERIMENTO Nº 639, DE 2007

#### Requer Voto de Censura e Repúdio ao Governo da Venezuela.

Requeiro, nos termos do art. 223, do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio

à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada “RCTV”.

### Justificação

A RCTV destina à sua população uma variada programação, levando ao seu público entretenimento, informação e opinião, mantendo uma linha oposicionista.

Sabe-se que a verdadeira razão deste ato antidemocrático é política, deixando claro o perigoso totalitarismo que se instala naquele País. Temos que nos manifestar diante de atentado tão gritante à democracia.

Peço o apoio de meus pares à moção tão significativa para os nossos irmãos Venezuelanos.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2007. – Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Tenório, Romero Jucá e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Polícia abre inquérito criminal no caso Bancoop”, publicada no **Jornal O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 15 de abril de 2007.

A matéria destaca que fundada por petistas há 11 anos, a Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), é suspeita de fraude e superfaturamento de obras, entre outros crimes. Segundo a matéria, o Promotor de Justiça do Consumidor Paulo Sérgio Conacchioni suspeita que os executivos da Bancoop teriam formado organização para “cometimento de ilícitos de natureza penal”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE AO SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Polícia abre inquérito criminal no caso Bancoop

Cooperativa fundada por petistas é suspeita de fraude e superfaturamento de obras, entre outros crimes

**Fausto Macedo**

Virou um caso de polícia a Bancoop, cooperativa habitacional dos bancários que cardeais do PT fundaram há 11 anos. Inquérito criminal foi aberto pelo Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap), órgão da Secretaria de Segurança Pública do Estado, para apurar denúncia de fraudes, superfaturamento de obras, apropriação indevida, desvio de verba da instituição e formação de quadrilha.

O inquérito foi instaurado por requisição do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público Estadual que apura casos de corrupção e má gestão de recursos. O promotor José Reynaldo Guimarães Carneiro, do Gaeco, enviou à polícia documentos obtidos pela Promotoria de Justiça do Consumidor que podem revelar os caminhos do esquema de irregularidades. A Promotoria suspeita de que executivos da Bancoop teriam formado organização para "cometimento de ilícitos de natureza penal".

O promotor de Justiça do Consumidor Paulo Sérgio Cornacchioni escreve: "A se considerar a possibilidade de vários administradores (da Bancoop) se haverem associado a terceiros e, organizadamente, todos em concurso subjetivo, pratica-

rem reiteradamente aqueles delitos, estar-se-ia diante do crime de bando, descrito no artigo 288 do Código Penal."

Criada em 1996 por iniciativa da cúpula do Sindicato dos Bancários de São Paulo, a Bancoop constituiu-se numa associação sem fins lucrativos, destinada à construção de prédios de apartamentos, a preço de custo, em benefício dos cooperados.

Ricardo Berzoini, deputado federal, presidente do PT e ex-presidente do Sindicato dos Bancários, é um dos fundado-

## Participantes correm risco de não receber escritura de imóvel

res da Bancoop. Ele não é citado nas irregularidades, mas poderá ser chamado para depor. O Estado procurou Berzoini, mas não obteve retorno. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é dono de apartamento da cooperativa no Guarujá.

Cornacchioni conduziu inquérito civil sobre a Bancoop e concluiu que o caso não é da alçada da Promotoria do Consumidor, e viu motivos para a Promotoria Criminal entrar em ação. O inquérito civil foi aberto a partir de uma sucessão de

representações de associações de compradores de imóveis que alegam ter sofrido lesões patrimoniais e sido vítimas de golpe.

O Ministério Público enumerou 14 pontos que ilustram supostas irregularidades na Bancoop. Na avaliação do órgão, o perfil dos empreendimentos, muitos situados em regiões valorizadas de São Paulo e no litoral, não se enquadra na classe das habitações populares.

## CASOS

Muitos cooperados afirmam não ter sequer o registro dos imóveis. "Suas unidades habitacionais foram entregues e quitadas antes de a Bancoop receber este investimento e, agora, estão sendo coagidos a pagar 'apuração final', sob pena de não serem outorgadas as devidas escrituras nem serem efetuados os registros imobiliários", denuncia o escritório Innarelli e Arruda Advogados Associados, autor de ações judiciais contra a cooperativa.

Os cooperados alegam que o rateio de perdas que a Bancoop apresentou na cláusula contratual de "apuração final" resultará em custo final muito superior à expectativa existente quando ingressaram na cooperativa. ●

## Cooperativa alega que construções seguem a lei

A Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop) rebateu com veemência as denúncias de que dirigentes ou ex-administradores praticaram crimes.

João Vaccari Neto, presidente da Bancoop, informou que em seus quase 11 anos de existência a cooperativa entregou 5.626 imóveis dos 8.496 que foram colocados à disposição. "Como determinam a Lei do Cooperativismo e o Termo de Adesão e Compromisso de Participação da Bancoop, todos os empreendimentos são construídos a preço de custo", assinalou Vaccari. "Na formação do grupo, os custos são estimados."

Segundo ele, a origem dos déficits está no cálculo do custo das unidades. "No sistema coo-

perativista, diferente do que ocorre no mercado imobiliário, o preço do imóvel é seu custo, é quanto efetivamente cada unidade custou. Faz-se cálculo do valor estimado e, havendo diferença para mais ou para menos, o valor deve ser aportado ou devolvido entre cooperados."

Vaccari destacou que "os cooperados arcam com todos os custos", que, por sua vez, só podem ser apurados com exatidão após o término das obras, a entrega das unidades e área comum, bem como da conclusão documental do empreendimento. "Em vários empreendimentos, inclusive alguns já concluídos, o fechamento das contas não havia sido feito", disse, em nota. "Muitos cooperados já estavam morando nas unidades.

No entanto, os custos do empreendimento tinham sido maiores do que os valores estimados. Com isso, alguns empreendimentos passaram a ser credores de outros."

Ele afirmou que todos os documentos foram colocados à disposição dos cooperados. "Muitos se recusam a proceder tal conferência/verificação. Outros analisaram cada um dos documentos e constataram que era preciso fazer o rateio ou aporte de recursos para a continuidade das obras. No cotidiano, a Bancoop tem realizado acordos com cooperados e com aprovação em assembleias específicas dos empreendimentos."

Vaccari informou que o Ministério Público "decidiu pelo arquivamento do processo" por não serem "precedentes" as reclamações. Ele garantiu que, "da mesma forma como agiu com o MP, colocando todos os documentos e informações à disposição", a atual diretoria fará com o Gaeco. ● F.M.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Marina confirma divisão do Ibama e nega pressão”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, de 26 de abril do corrente.

A matéria destaca que a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, confirmou ontem a divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, em dois órgãos: um Ibama para fiscalizar e fazer os licenciamentos e um Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade (Inbio), para cuidar da proteção ambiental e monitoramento da fauna e da flora. A medida foi tomada após o Presidente Lula apontar morosidade no licenciamento ambiental.

Segundo a matéria, o Secretário Executivo demissionário, Cláudio Langone, criticou o Governo por estar atrás de soluções fáceis, já que busca uma solução, rápida para a licença ambiental para destravar o PAC, Programa de Aceleração da Economia.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE AO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Marina confirma divisão do Ibama e nega pressão

Medida é tomada após Lula apontar morosidade no licenciamento ambiental; secretário demissionário critica busca de ‘soluções fáceis’ pelo governo

**Ana Paula Scinocca**  
BRASÍLIA

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, confirmou ontem a divisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em dois órgãos: haverá um Ibama para fiscalizar e fazer os licenciamentos e um Instituto Brasileiro de Conservação da Biodiversidade (Inbio), para cuidar da proteção ambiental e monitoramento da fauna e da flora. O nome Inbio é provisório, disse a ministra.

Marina fez o anúncio na reunião do Conama e negou de maneira enfática que a divisão seja para atender à pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em favor de um licenciamento ambiental mais rápido das obras de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A sealdado, porém, o secretário-executivo demissionário, Cláudio Langone, mesmo não discordando da divisão do Ibama, criticou o governo por estar atrás de “soluções fáceis” e patrocinar um “retrocesso”. O desmembramento do Ibama, antecipado ontem pelo *Estado*, será feito por uma medida provisória a ser editada até amanhã.

“Não acho que temos de ter defesa intransigente do licenciamento ambiental. Mas é preciso defesa firme”, afirmou Langone, que será substituído por João Paulo Capobianco, ex-secretário de Biodiversidade e Florestas. “Que nós tenhamos capacidade de rechaçar soluções fáceis como essa que está sendo apresentada no Congresso Nacional”, ressaltou, referindo-se à proposta do diretor da Aneel, Jerson Kelman, que defende fim de licenciamento ambiental para obras de interesse nacional. Para Langone, “soluções fáceis trarão retrocesso”.

O ex-secretário propôs um de-

bate “desapaixonado” e racional sobre o tema e foi aplaudido de maneira entusiasmada pela plateia. Mais tarde, ao *Estado*, disse que a divisão do Ibama não garante “por si só melhoria automática no licenciamento ambiental”. Mas salientou que concorda “no mérito” com o desmembramento e defendeu “choque de gestão” no órgão. Para ele, uma das melhorias no processo de concessão de licenças ambientais poderia ser dar na não-obrigatoriedade de que o parecer técnico seja conclusivo. “O parecer técnico, em alguns casos, não deveria ser terminativo, mas sim compartilhado, por exemplo, com a direção do Ibama.”

**MUDANÇA PROGRAMADA**

“Estamos vivendo a era dos limites e é preciso ousadia para mudar procedimentos e estruturas”, avisou Marina ao fazer a introdução na abertura do Con-

ama sobre as mudanças que anunciaria na sequência. Logo depois, em entrevista coletiva, disse que a divisão do Ibama foi “uma estratégia pensada”. “Não pode ser atribuída a uma coisa conjuntural. O presidente da República jamais me faria uma proposta dessa”, insistiu, ao assegurar que a necessidade de reestruturação tanto do Ibama quanto do próprio ministério foi detectada no início do governo Lula, há quatro anos.

Antes de anunciar mais mudanças, como as quatro novas secretarias que ocuparão o lugar de pastas que deixarão de existir, Marina reclamou da imprensa, que tem noticiado a insatisfação de Lula com o Ibama. Em recente reunião com o Conselho Político, o presidente disse que por causa da “proteção de um bagre” licenças ambientais eram negadas. Nesse dia, Lula já sabia que o parecer da área técni-

ca do Ibama sobre as hidrelétricas do Rio Madeira rejeitava a obra – o parecer estava concluído desde o dia 30 de março.

Apoiada pelo novo secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, Marina garantiu que a reestruturação do Ibama, e do próprio ministério, foi aprovada por Lula em março. Segundo ela, na reunião de terça-feira, foram definidos apenas os nomes dos novos secretários. Com a mudança no Ibama, o órgão passará a contar com uma corregedoria.

A ministra ressaltou que as mudanças se fazem necessárias e seria, para ela, mais “cômodo voltar para o tapete azul do Senado”, para exercer seu mandato de senadora, do que continuar à frente do ministério. Por fim, disse que sua consciência lhe manda fazer o que a sociedade espera e que o presidente confia em seu trabalho. ●

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Padrão de (má) qualidade”, publicado no **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 27 de março de 2007.

O artigo da jornalista Dora Kramer, critica a incapacidade do Governo Lula em resolver a crise aérea por que passa o Brasil hoje. Para a articulista “viajar de avião hoje, neste país, é tão difícil quanto já foi comprar um dia um telefone”.

## Padrão de (má) qualidade

A ordem do ministro da Defesa, Waldir Pires, determinando à Infraero abertura de sindicância para apurar as causas dos recentes atrasos de vôos no aeroporto de Cumbica com orientação para punição dos responsáveis seria apenas tardia se não fosse também falha.

Equivale às ordens por “apurações rigorosas” e “punições doa a quem doer” sempre presentes como reação a denúncias e de ineficácia largamente comprovada.

Ameaçado de perder o cargo, o ministro parece ter acordado de sua letargia de seis meses de crise no setor aéreo, durante os quais ele e o governo inteiro tiveram tempo mais do que suficiente para apurar os acontecimentos e pelo menos fazer algo além de convocar reuniões e produzir desculpas esfarrapadas.

Nada disso foi feito. As autoridades nem mesmo tiveram a gentileza de informar ao público o que se passa: se é greve, operação-padrão, incompetência, sabotagem, fadiga de material, má gestão, desdém ou todas as alternativas.

Seis meses transcorreram desde o acidente que matou 154 pessoas e marcou o início de uma jornada infernal de atrasos e cancelamentos de vôos, sempre justificados por diferentes, e não raro fúteis, motivos.

Agora, no caso de Cumbica, fala-se de falha de operação do instrumento de auxílio nos pousos e decolagens, mas nesses seis meses já se falou de tudo: doença de funcionários, falta de controladores, material obsoleto, enchente de pista em Congonhas, pane de equipamento em Curitiba, curto-circuito no sistema eletrônico de informações em Brasília e por aí vai.

cada desculpa corresponde a promessa de providências e normalização dos vôos. Passam-se alguns dias de relativa normalidade, o caos volta a imperar e repete-se a rotina de justificativas e promessas vãs.

O que chamamos de normalidade é bastante relativa porque a comparação é feita com os picos de confusão, nunca com a realidade dos aeroportos antes do 29 de setembro de 2006.

Vivia-se a mística da excelência do sistema aéreo brasileiro. Hoje vive-se um cotidiana

Sr. Presidente, para concluir, requiro que o referido artigo passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE AO SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

no de conformidade com um serviço caótico, como vários outros cuja ineficácia não apenas não causa estranheza como está perfeitamente incorporada à vida do País. As filas do SUS, por exemplo.

Até o atendimento das companhias aéreas mudou. En terra e no ar percebe-se uma nítida acomodação ao novo padrão de qualidade zero.

Hoje é tão difícil viajar de avião como já foi conseguir comprar uma linha telefônica e, mais remotamente, ter água encanada e luz elétrica em casa no Rio de Janeiro dos anos 60.

O desconforto rendeu marchinha de carnaval (“Rio cidade que me seduz, de dia falta água, de noite falta luz”), mas na época o Brasil era risonho e franco. A sociedade desorganizada e ainda não solapada em sua capacidade de tolerar.

A despeito da evolução, a cidadania ainda se deixa inibir. Quem defende uma comissão parlamentar de inquérito é opositorista ressentido.

Quem reclama nos aeroportos é neurótico, deslegante e açodado. Não faz muito, foi esta a avaliação do então ministro das Relações Institucionais e atual titular da pasta da Justiça, Tarso Genro.

Só a aceitação pacífica da sociedade a esse tipo de atitude permitiu a repetição da impertinência. Desta vez, o autor foi o substituto de Genro, Walfrido dos Mares Guia. Para ele, não há crise, há, sim, efeitos da Lei de Murphy, segundo a qual o acaso produz infortúnios em série.

Dentre os quais se pode incluir o mais extraordinário espetáculo de incompetência e negligência jamais visto neste País.

Viajar de avião  
hoje “neste  
País” é  
tão difícil  
quanto já foi  
comprar um  
telefone

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o agronegócio no Brasil brilha de novo no ritmo de crescimento acelerado.

A terceira avaliação da safra de grãos de 2007, divulgada pelo IBGE em 9 de maio último, projeta uma produção recorde de 130,7 milhões de toneladas. Como se sabe, nossa agricultura alcançou sua maior produção de grãos em 2003, quando colheu 123,6 milhões de toneladas.

Enquanto a safra de grãos deste ano será 13% maior do que a safra do ano passado, o aumento da área cultivada deve ser de apenas 0,1%, o que indica uma maior produtividade do setor.

Já a cultura da cana-de-açúcar produzirá 513 milhões de toneladas, um crescimento de 12,7%. Segundo a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), as usinas em instalação que entrarão em operação até 2009 reúnem aportes de US\$ 17 bilhões.

Sem dúvida, as boas condições climáticas na maior parte do País contribuíram para esses resultados, ao contrário do que ocorreu em 2004 e 2005. Porém, há que se ressaltar os investimentos realizados, o aumento da produtividade, a ampliação da gestão profissional no campo e o aumento da demanda global por alimentos e por energia renovável.

Nosso País, por meio da nossa agricultura e da nossa pecuária, aproveita a janela de oportunidades da nova realidade mundial e caminha para ser o grande fornecedor de produtos agropecuários do mundo. São notícias muito boas, que faço questão de compartilhar com Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores, e para as quais quero dar o devido crédito ao nosso homem do campo. Parabéns também o Ministério da Agricultura e especialmente a Embrapa, responsáveis por estes números excepcionais.

Sabemos o acréscimo de riqueza que o crescimento da agropecuária representa para o País e para as diversas regiões. Em 2007, segundo o Ministério da Agricultura, a soja deverá gerar uma receita de R\$26,453 bilhões, a renda dos canaviais atingirá R\$21,528 bilhões. Os vinte principais produtos agrícolas renderão mais de R\$113 bilhões. As exportações do agronegócio somaram US\$52,69 bilhões, um recorde, no período de maio de 2006 a abril de 2007.

Sabemos também que a produção agropecuária não se distribui uniformemente pelo nosso território. No que se refere ao cultivo dos grãos, por exemplo, o Sul responde por 44,3% da produção, o Centro-Oeste por 32,5%, o Sudeste por 12%, o Nordeste por 8,6% e o Norte por 2,6%.

A pouca participação do Norte no total da produção agrícola ocorre por ser esta a região mais pro-

tegida e preservada do País. Conheço o espírito empreendedor dos brasileiros que ali residem. É um povo que anseia por colher os frutos do desenvolvimento. Sabemos, por outro lado, da importância da imensa diversidade natural ali presente e o seu significado para o futuro do planeta. Precisamos saber utilizá-la de forma racional. Estou confiante em que o Senado Federal apoiará as medidas específicas para o Norte do País, dada a importância estratégica dessa região reconhecida por todos.

A preservação da floresta amazônica não nos permite traçar uma meta de expansão indiscriminada da fronteira agrícola. No entanto, é importante desmistificar alguns conceitos. A atividade agropecuária no Norte não precisa necessariamente invadir as áreas da floresta amazônica. No meu Estado, por exemplo, temos as savanas e as áreas de arrozais cuja exploração não afeta a preservação ambiental.

Um bom exemplo disso são as atividades prioritárias da Embrapa em Roraima: Integração de lavoura e produção animal em área de savana, com ênfase no plantio direto; recuperação de áreas alteradas ou degradadas em floresta, com tecnologias alternativas ao uso do fogo; sistema de produção para fruticultura irrigada, em área de savana; coleta, conservação e uso de recursos genéticos e manejo de recursos florestais.

A importância estratégica da Região Norte para o País, cada vez mais compreendida pelos brasileiros, exige que ao lado do aproveitamento com responsabilidade social e ambiental dos recursos do nosso solo, haja também um plano de desenvolvimento tecnológico e econômico. Estou certo, como disse, que o Congresso Nacional saberá apoiar nosso Estado e nossa região em futuras oportunidades específicas, dentro do espírito do Plano de Aceleração do Crescimento e das atuais preocupações com o clima do Planeta.

Enfim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no dia de hoje quero encerrar minha fala não com cobranças, mas com congratulações pelos números significativos aqui apresentados. A meu ver, ingressamos numa nova dinâmica do agronegócio brasileiro que assegurará vantagens comparativas ao Brasil no concerto das nações.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho acompanhado desde o ano passado o drama dos funcionários, aposentados e pensionistas da nossa saudosa Varig.

Nas últimas semanas, tenho ficado aflito com a falta de perspectivas positivas frente à profunda crise em que foram lançados os ex-funcionários da Varig

e os beneficiários do Instituto Aerus de Seguridade Social.

Como se sabe, com a sucessão de problemas estruturais enfrentados pelo setor aéreo mundial, nos anos 90, nossa maior companhia de aviação, a Varig, admirada e respeitada não apenas pelos brasileiros, mas também por turistas e viajantes do mundo inteiro, mergulhou em uma crise financeira sem precedentes.

Uma crise com implicações nefastas até agora sentidas por seus antigos funcionários e pelos aposentados vinculados ao Aerus.

Sabemos que hoje existem centenas de profissionais altamente qualificados à deriva em um mercado doméstico que ainda não consegue absorvê-los.

Por outro lado, aqueles que durante anos destacaram parte de suas remunerações para aplicar em previdência privada, modelo muito incentivado pelo governo anterior, vêem-se hoje privados da contrapartida. Isto é, o Aerus, além de aplicar redutores nos benefícios, está prestes a sustar o pagamento aos pensionistas.

Sr. Presidente, não me parece razoável que uma questão de tal forma delicada e com tantos desdobramentos não mereça um encaminhamento adequado, que consiga pelo menos minorar os prejuízos e privações ocasionadas a milhares de trabalhadores e seus dependentes.

Na verdade, estamos diante de duas situações: uma é trabalhista e refere-se aos empregados da Varig que perderam seus postos de trabalho; a outra é de seguridade social, diz respeito ao Instituto Aerus, que teve sua intervenção e liquidação decretadas em meados de 2006.

O Aerus, fundado em 1982, é uma entidade de previdência privada, apoiada inicialmente pela Varig e pela Transbrasil, com patrocínio de cerca de duas dezenas de empresas ligadas ao setor aéreo.

O fundo é credor da Varig em cerca de R\$2 bilhões, mas esse crédito ainda parece longe de seus cofres. No momento, o Instituto está na iminência de deixar na “rua da amargura” milhares de aposentados.

Há aproximadamente um mês, no final de abril, soube-se que o fundo existente só garantiria o pagamento de uma parcela dos benefícios até este mês de maio, para os aposentados que integram o chamado Plano 1, constituído pelos quadros mais antigos.

Já os aposentados do denominado Plano 2, criado posteriormente, teriam garantia de pagamento de uma fração dos benefícios somente até o próximo mês de julho.

Diante desse dramático quadro, percebo no Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, a vontade de equacio-

nar o problema, tanto das demissões dos funcionários da Varig, quanto da suspensão dos pagamentos aos pensionistas do Aerus.

No início deste mês, ele participou de um debate na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, quando assumiu o compromisso público de procurar uma resposta rápida para os problemas, agindo como mediador junto aos órgãos do Governo federal. Contudo, até aqui, mais de três semanas se passaram e nada se resolveu.

Para quem não é paciente das privações enfrentadas pela perda do emprego e, sobretudo, pela suspensão do pagamento da aposentadoria, três semanas pode não parecer um tempo excessivo. Mas para quem se encontra nessas circunstâncias, esses vinte e poucos dias são percebidos como uma eternidade.

No caso dos pensionistas, há ainda a agravante da redução dos benefícios e, em um horizonte vizinho, a efetiva suspensão do pagamento dos benefícios.

Se, de fato, há clima no Governo para buscar uma solução real e definitiva, como sugere o Ministro Lupi, ao reconhecer como “legítimas e naturais” as reivindicações do pessoal da Varig e do Aerus, é preciso, Sr. Presidente, que as autoridades do Executivo construam imediatamente essa saída.

É necessário também, por outro lado, que o Judiciário – evidentemente, sem açoitamento, mas com a agilidade que a situação requer – não postergue as decisões que precisam ser prolatadas.

Felizmente, na parte relativa ao aproveitamento dos ex-funcionários da Varig, tivemos na semana passada notícias bastante promissoras.

O Sr. Marco Antonio Bologna, Presidente da TAM, garantiu que a empresa vai priorizar a contratação dos antigos funcionários da Varig. Na mesma semana e na mesma linha, o Sr. Constantino de Oliveira, Presidente da Gol, que adquiriu a Varig, afirmou que o plano de reestruturação da antiga companhia contempla a contratação de aproximadamente 2,5 mil ex-funcionários. E isso até abril de 2008.

Ademais, o Sr. Marco Antonio Bologna adiantou também que, nos próximos três anos, com a aquisição de 42 novas aeronaves, a TAM planeja criar mais 7,5 mil postos de trabalho, que poderão ser parcialmente preenchidos por ex-funcionários da Varig.

Naturalmente, percebe-se, no caso das demissões ocasionadas pelas crises da Varig, o encaminhamento de soluções. E é bom que assim seja, pois, além de serem atendidas as necessidades de emprego de profissionais de alto nível, também se impede a eventual escassez, no Brasil, de mão-de-obra especializada, necessária nos próximos anos com a expansão do turismo e do transporte aéreo.

Esses projetos de absorção dos ex-funcionários da Varig, pela TAM e pela Gol, representam uma lúcida decisão empresarial dessas duas empresas aéreas que se afirmam no mercado nacional e internacional, evitando, assim, que centenas de profissionais qualificados acabem expatriados, na busca de emprego no exterior.

Não esqueçamos que a escalada do turismo também é observada no resto do mundo; logo, a demanda por quadros bem formados, como os ex-funcionários da Varig, torna-se global.

Enfim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nossa intenção era trazer ao Plenário desta Casa um pouco do drama vivido na atualidade por esses profissionais e pensionistas, um drama que se estende a seus familiares e que não pode ser ignorado por nenhum de nós, representantes populares.

Espero que a situação do Instituto Aerus chegue logo a bom termo, com o equacionamento de seus graves problemas, a fim de que não haja descontinuidade no pagamento das aposentadorias.

Afinal, vale insistir que o Aerus é credor da antiga Varig – e esta credora potencial do Governo – em um volume considerável de recursos, que, finalmente, pertence ao patrimônio comum de seus associados.

O recebimento regular de suas aposentadorias, além de um direito líquido e certo dos beneficiários, confere credibilidade ao sistema de previdência privada.

Quero deixar registrada minha profunda indignação com a dramática situação vivida pelos ex-funcionários da empresa e pelos aposentados e pensionistas do Aerus, mas, principalmente, com a demora na definição de soluções eficazes.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)  
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, quarta-feira, dia 30, às 14 horas, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2006**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2006 (nº 7.514/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 11.196, de*

*21 de novembro de 2005 (estabelece incentivos fiscais para empresas que investem em pesquisa científica e tecnológica).*

Pareceres nºs 260 e 261, de 2007, das Comissões de

– Assuntos Econômicos, Relator: Senador Francisco Dornelles, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 2-CAE, de redação, que apresenta; e

– de Educação, Relator: Senador Flávio Arns, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Sobrestando a pauta a partir de: 11-3.-07.

### 2

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2007**

*(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal)*

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2007 (nº 7.569/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *modifica as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para educação básica.*

Pareceres nºs 223 a 225, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Wellington Salgado, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece;

– de Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 7-CCT (Substitutivo), que oferece; e

– de Educação, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto e as Emendas nºs 3 a 5, nos termos da Emenda nº 8-CE (Substitutivo), que oferece.

Sobrestando a pauta a partir de: 14.4.2007

3

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 35, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 100, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), Relator *ad hoc*: Senador Delcídio Amaral, que *aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2007*.

4

**EMENDA DA CÂMARA AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, DE 1999**

Votação, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1999 (nº 2.516/2000, naquela Casa), que acrescenta parágrafo ao art. 14 da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, *no sentido de regular a gratuidade dos honorários de perito*.

Parecer sob nº 69, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Arthur Virgílio, pela rejeição.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 57, DE 2005**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, *para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados*.

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta) – Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) – Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 59, DE 2005**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, que *acrescenta o seguinte § 5º ao art. 239 da Constituição Federal, para permitir que os recursos do PASEP sejam aplicados diretamente pelos Estados e Municípios*.

Parecer sob nº 1.094, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 37, DE 2004**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera a redação da alínea d do inciso II do art. 93 da Constituição Federal (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo Tribunal competente)*.

Parecer sob nº 16, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: Relator Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 2, DE 2007**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral*.

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio

Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

**9**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *institui o Programa Nacional de Habitação para Mulheres com Responsabilidades de Sustento da Família*.

Parecer sob nº 530, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

**10**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2004 (nº 2.155/99, na Casa de origem), que *cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*.

Parecer sob nº 873, de 2006, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CDH, que apresenta.

**11**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

**12**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2006 (nº 4.539/2004, na Casa de origem), que *institui o dia 6 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres*.

Parecer favorável, sob nº 1.223, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Juvêncio da Fonseca.

**13**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea **b** do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988 (dispõe sobre os embargos para o Tribunal Superior do Trabalho).

Parecer sob nº 23, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta.

**14**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2006 (nº 4.735/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao caput do art. 836 da *Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor sobre o depósito prévio em ação rescisória*.

Parecer sob nº 24, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ.

**15**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 131, DE 1997**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 131, de 1997 (nº 573/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997*.

Pareceres sob nºs 143, de 1998; 1.603 e 1.604, de 2005, das Comissões

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, com voto contrário, em separado, da Senadora Benedita da Silva;

2º pronunciamento, Relator ad hoc: Senador Jefferson Peres, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, por solicitação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), Relator: Senador Jefferson Peres, favorável.

### 16

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que altera *dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, ampliando o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhorando mecanismos de controle.*

### 17

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*

Pareceres sob nºs 1.816 e 1.817, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o qual tramita em conjunto; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com voto contrário, em separado, dos Senadores He-loísa Helena e Eduardo Suplicy.

### 18

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000)*

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro, que *altera a redação do § 1º da art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.*

### 19

#### REQUERIMENTO Nº 123, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 123, de 2007, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de aplauso ao *ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos da América, Al Gore, pelo documentário intitulado “An Inconvenient Truth” (Uma Verdade Inconveniente).*

Parecer favorável, sob nº 290, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Fernando Collor

### 20

#### REQUERIMENTO Nº 630, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 630, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja enviado ao Presidente Hugo Chaves, da República Federal da Venezuela, apelo no sentido que seja mantido em funcionamento a rede privada RCTV, cuja licença não está sendo renovada.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 55 minutos.)*

## Agenda do Presidente do Senado Federal

**29/05/2007**

**terça-feira**

- 
- 13:00** - **Almoço oferecido pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva ao Secretário-Geral do Partido Comunista do Vietnã, Nong Duc Manh**  
Palácio Itamaraty - Sala Brasília
- 16:00** - **Ordem do Dia - Sessão deliberativa - pauta sobrestada**  
Plenário do Senado Federal

**ATA DA 61ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,  
EM 2 DE MAIO DE 2007  
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 059, de 3 de maio de 2007)**

### **RETIFICAÇÃO**

Na página 12065 onde se lê:

**“Ata da 61ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de maio de 2007**

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Magno Malta, Flexa Ribeiro, Paulo Paim e Eduardo Suplicy”.

Leia-se:

**“Ata da 61ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 2 de maio de 2007**

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Magno Malta, Flexa Ribeiro, Paulo Paim, Romeu Tuma e Eduardo Suplicy”.

## ATAS E NOTAS DA CPI DO “APAGÃO AÉREO”

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 401, de 2007, DESTINADA A APURAR AS CAUSAS, CONDIÇÕES E RESPONSABILIDADES RELACIONADAS AOS GRAVES PROBLEMAS VERIFICADOS NO SISTEMA DE CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO, BEM COMO NOS PRINCIPAIS AEROPORTOS DO PAÍS, EVIDENCIADOS A PARTIR DO ACIDENTE AÉREO, OCORRIDO EM 29 DE SETEMBRO DE 2006, ENVOLVENDO UM BOEING 737-800 DA GOL E UM JATO LEGACY DA AMERICAN EXCELAIRE, E QUE TIVERAM SEU ÁPICE NO MOVIMENTO DE PARALISAÇÃO DOS CONTROLADORES DE VÔO OCORRIDO EM 30 DE MARÇO DE 2007**

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2007, realizada em 17 de maio de 2007, quinta-feira, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à instalação da Comissão e eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

**Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)**  
**Demóstenes Torres (PFL-GO) – Relator**  
**José Agripino Maia (PFL-RN)**  
**Mário Couto (PSDB-PA)**  
**Tião Viana (PT-AC) – Presidente**  
**Sibá Machado (PT-AC)**  
**Sérgio Zambiasi (PTB-RS)**  
**Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**  
**Gilvan Borges (PMDB-AP)**  
**Wellington Salgado (PMDB-MG)**  
**Raimundo Colombo (PFL-SC)**  
**Romeu Tuma (PFL-SP)**  
**Ideli Salvatti (PT-SC)**  
**João Pedro (PT-AM)**  
**Inácio Arruda (PCdoB-CE)**  
**Romero Jucá (PMDB-RR)**  
**Valdir Raupp (PMDB-RO)**

Estiveram ainda presentes os Srs. Senadores e Deputados não membros da Comissão: Marconi Perillo, João Ribeiro, Adelmir Santana, Lúcio Vânia e Rosalba Ciarlini.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – (Soa a campainha) Havendo número regimental declarado aberta a reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 401 e responsabilida-

des relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente do Boeing 737800 da Gol e um jato Legacy da American que tiveram seu ápice no momento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Para tanto, solicito à secretaria distribuir cédulas de votação. Quando for finalizada a votação convidarei os eleitos para funcionarem como escrutinadores dessa votação. Os votos apurados conferem o número de votantes e se assim for, vamos elegê-los.

**SENADOR ROMEUTUMA (DEM-SP)** – O senhor pode chamar nominalmente para saber se suplente tem, vai votar ou não?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – O suplente como V.Ex<sup>a</sup>. sempre vota.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC)** – Presidente. Posso...

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Pela ordem Senadora Ideli.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC)** – Nós estamos com uma expectativa extremamente positiva com relação aos trabalhos desta CPI que tem como tarefa central fazer as investigações dentro do fato determinado, estabelecido, mas acho que ela tem uma tarefa a mais. Ela tem uma tarefa de buscar também resgatar a credibilidade neste instrumento tão importante do Parlamento que são as Comissões Parlamentares de Inquérito. E exatamente com este objetivo que as lideranças de todos os partidos trataram e buscaram construir um acordo para que nós pudéssemos ter o trabalho desenvolvido em alto nível de forma a poder resgatar e conduzir os trabalhos com toda a tranqüilidade e competência que o Senado, obviamente, tem demonstrado. E, portanto, nós queríamos apresentar como resultado das tratativas feitas entre todos os líderes, a proposta de quem vai conduzir a CPI, quem vai presidir, o Presidente, o vice e a Relatoria, que foi fruto deste acordo, destas conversações feitas entre os líderes de todos os partidos que compõe esta Casa. Portanto a apresentação do nome do Senador Tião Viana para presidir os trabalhos dessa CPI, do Senador Casagrande que eu quero já, inclusive, registrar a ausência que está numa missão internacional, viajou ontem à tarde para o Chile juntamente com outros parlamentares aqui do Senado que estão nesta viagem e para a Relatoria o Senador Demostenes Torres.

Portanto, a composição com estes três parlamentares é uma composição fruto do acordo e do entendimento de todos os líderes para o bom desempenho desta CPI, desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Portanto, até por acordo, é candidatura única para a Presidência do Senador Tião Viana, a candidatura única a vice, do Senador Casagrande, a não ser que algo tenha acontecido de ontem para hoje, que esta Casa as vezes tem algumas surpresas. Eu, como não tive nenhuma informação de surpresa, estou com o entendimento de que a candidatura... O Senador Romeu Tuma já está se lançando. Era isso, Presidente. (Soa a campanha)

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Eu gostaria que a liderança está presente aqui, a liderança do bem, Senador José Agripino, pudesse opinar a respeito da colocação da Senadora para que nós tivéssemos a confirmação do acordo. Obrigado, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Eu acredito que se V.Ex<sup>a</sup>. não levar a mal, se levar eu farei o pedido de V.Ex<sup>a</sup>. Caso contrário –

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Pois não, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Quando o Presidente Tião Viana, se for eleito, estiver na Presidência, nós abriremos a questão para todos os Senadores opinarem como deve ser e como será a Comissão. Dentro daquele espírito que houve na reunião dos líderes. Se V.Ex<sup>a</sup>. quiser, entretanto, o Senador José Agripino poderá logo usar da palavra.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Eu queria que o Senador José Agripino só pudesse confirmar a colocação da Senadora Ideli.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Com a palavra o Senador José Agripino

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN)** – Sr. Presidente, inicialmente desculpas pela demora do atraso, pela demora na chegada, eu acho que nós estamos aqui começando bem esta Comissão. Porque estamos começando com um acordo que traduz equilíbrio de forças. A eleição... Já votei. Tião Viana e Casagrande. Nem sabia que Casagrande era o indicado para Vice-Presidente. E o indicado para a Relatoria é um quadro do nosso partido que reputo competente, equilibrado e capaz de fazer um trabalho que consiste em interesse da sociedade. Então, o acordo está mandato e eu acho que dentro do espírito do acordo de se eleger o Presidente e o Presidente designar o Relator previamente

acordado o nome do Senador Demostenes, estabelece o balizamento claro para que você possa pactuar linhas de procedimento, escolha de agenda, fulcro prioritário de investigação dentro de um clima de entendimento buscando interesse coletivo. O que vai interessar, esse é o meu pensamento como membro desta CPI, se buscar as razões reais do caos, do apagão aéreo. Onde é que ele está? Está na má relação da ANAC com o comando da Aeronáutica? Com a insubordinação do Ministério da Defesa? Está numa relação defeituosa com os controladores Aéreos? Está em falta de investimentos corretos? Trocou-se mármore por pista? Deixou-se de contratar a compra de equipamentos I L S? Gastou-se dinheiro desnecessariamente? Gastou-se dinheiro em demasia? Aonde e por quê? Tudo isso são razões do caos aéreo.

Então, se nós quisermos prestar conta à sociedade e trabalharmos no sentido de recuperar a imagem do Congresso perante a sociedade, nós estamos tendo uma boa oportunidade com a CPI do caos aéreo que está infernizando a vida não é dos ricos. É de ricos, médios e até daqueles que adquiriram a condição de viajar de avião. Então estamos começando os trabalhos, Presidente, sob a égide do entendimento, na busca de uma coisa que interessa à sociedade. E eu quero louvar o entendimento que foi feito e o respeito ao equilíbrio de forças. Em teoria, sete a seis.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** Eu terei opiniões a dar, mas não o farei da Presidência, porque o Presidente será outro. Conseqüentemente quando eu estiver no Plenário darei as minhas opiniões. Vamos começar a votação. Antonio Carlos Magalhães.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Peço que leve a urna ao Dr. Demostenes Torres. José Agripino. Mário Couto. Na ausência do Senador Sérgio Guerra, Romeu Tuma. Do bloco. A votação é por blocos e não por partido. Sibá Machado. Aliás, perdoe. Tião Viana, depois Sibá Machado. Mas é a mesma coisa. Sérgio Zambiasi. Ideli Salvatti, em lugar do Casagrande. Leomar Quintanilha. Gilvam Borges. Wellington Salgado. Osmar Dias não está presente. Sendo assim, vou encerrar a votação. E solicito ao Senador Romeu Tuma e Marconi Perillo que venham... Dos votantes, houve Unanimidade, ou seja, 12 votos.

Declaro eleitos os parlamentares Tião Viana e Renato Casagrande. O Presidente Tião Viana escolherá o Relator. Quero dizer que fico muito feliz de passar a Presidência ao Senador Tião Viana, levando em conta que é das grandes figuras que o Parlamento brasileiro tem hoje.

*(troca de presidência)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Sras. e Srs. Senadores, antes de fazer uma manifestação de agradecimento e consideração sobre a função que me foi delegada por todos aqui membros da Comissão, eu já, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal já indico o Senador Demostenes Torres com grata satisfação e honra para cumprir a missão de Relator da presente Comissão Parlamentar de Inquérito. Já convido V.Ex.<sup>a</sup>. para fazer parte da Mesa ao meu lado, é um Senador que vem, tem a sua história dentro do Ministério Público, que é o fiscal da Constituição Federal, o fiscal da lei, o escudo da Constituição Federal, muita contribuição trará pela sua história profissional e pela sua história de parlamentar a esta Comissão. Com muita honra escolho o Senador Demostenes Torres. Quero agradecer de modo muito sincero a acolhida por unanimidade que me foi dada pelos Senadores e a delegação de responsabilidade e a delegação de um cumprimento de ética e força política para que possamos dar a devida resposta à sociedade brasileira. Eu reconheço neste momento que a oposição é merecedora, inicialmente, da consideração da Presidência e da Relatoria da Comissão, porque exerceu o seu legítimo direito que o regimento permite, que a Constituição permite de fiscalizar as ações do Poder Executivo, de estar vinculada às preocupações da sociedade brasileira e estar aqui apresentada em conteúdo, em respeitabilidade política nos seus membros, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador José Agripino, Senador Marconi Perillo, Senador Colombo, Senador Romeu Tuma, Senador Mário Couto que fazem parte desta Comissão juntamente com os meus honrados membros da base do Governo. Eu entendo que o nosso papel aqui é o estrito cumprimento da norma constitucional, o estrito cumprimento da norma regimental para que a sociedade tenha a resposta que merece em relação ao assunto que estamos levando adiante. Nós devemos ter muita atenção porque a sociedade compreenda a importância histórica que têm as Comissões Parlamentares de Inquérito. Nós tivemos uma contribuição extraordinária em períodos da vida republicana à democracia brasileira quando da instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito.

E alguns momentos tivemos decepções da sociedade em relação ao papel desempenhado pelas Comissões Parlamentares de Inquérito. Então tudo teve, tudo o que ocorreu até hoje deve servir como lição e como aprendizado. E eu entendo que o esforço que tem o Presidente desta Casa na recuperação da imagem do Senado Federal, um Presidente de uma Comissão de Constituição e Justiça na condução dos trabalhos que exerce ali como o Senador Antonio Car-

los Magalhães, um Presidente de uma Comissão de Infra-Estrutura como o Senador Marconi Perillo, o Senador Aloizio Mercadante, o Senador Paulo Paim, com a Senadora Patrícia Saboya e outros Senadores que presidem as comissões em recuperar a credibilidade e a imagem do Legislativo é muito importante para esta Comissão levar como exemplo. E entendo que a nossa missão, meu caro Senador Demostenes, será de corresponder a expectativa e a responsabilidade que nos foi delegada neste momento. Eu gostaria apenas de fazer a leitura como um momento de comunicação formal da Presidência com o plenário da Comissão sobre o estudo compilado que teve o Supremo Tribunal Federal do Brasil no ano passado para estabelecer o que seria a relação entre o Supremo Tribunal Federal e as Comissões Parlamentares de Inquérito. Diz o seguinte: Dos poderes de investigação. Os poderes de investigação atribuídos às CPIs devem ser exercidos nos termos da legalidade. A observância da legalidade é fundamental. Não apenas as garantias das liberdades individuais, mas a própria integridade das funções em função como dever e poder das CPIs. Essas não detêm simples poder de investigar. Antes estão vinculadas pelo dever de fazê-lo e de fazê-lo dentro dos parâmetros da legalidade. Vale dizer a ordem jurídica atribui às CPIs o dever de investigar sem, contudo, exercer as margens da legalidade. Em nenhum momento se justifica a afronta a ela, seja pelos investigados, seja por quem investiga. Ministro Eros Grau disse com uma decisão monocrática em 27 de março de 2006. Diz ainda o Ministro Cezar Peluso: Escusaria advertir que se a CPI se perde na investigação de fatos outros que não o determinado como seu objeto formal, configuram-se-lhe desvio e esvaziamento de finalidade os quais inutilizam o trabalho desenvolvido afrontando a destinação constitucional que há de servir de instrumento poderoso do Parlamento no exercício da alta função política de fiscalização. Nenhum parlamentar pode sem descumprimento de dever de ofício consentir no desvirtuamento do propósito que haja norteados a criação de CPI e na conseqüente ineficácia de suas atividades.

Então, o meu entendimento valorizando e fortalecendo a autoridade do Poder Legislativo, a independência do Poder Legislativo é reconhecer que a CPI é munida de poderes especiais. Ela tem uma interface nas suas atribuições na honrosa função investigativa com as funções do próprio Poder Judiciário. E nós temos que ter a mais absoluta tranquilidade e coerência no cumprimento dessas funções para fortalecer a imagem da instituição Parlamento brasileiro e para fortalecer o papel de cada Senador. Então eu tenho a mais alta confiança na responsabilidade política que

tem e na grandeza que tem cada parlamentar que é membro desta Comissão e da minha parte eu esgotarei sempre, sempre o caminho da decisão política para superar as nossas divergências. Acho que na democracia madura os problemas políticos têm que ser resolvidos pela política e os outros problemas é que tem que procurar outras instâncias. Se nós perdemos essa oportunidade de fortalecer a autoridade do Parlamento e enfraquecermos em busca de recursos fáceis pelas divergências, nós não estaremos valorizando a autoridade que temos do voto que é talvez o instrumento de maior reconhecimento da vida pública brasileira. Então eu só tenho agradecer e espero com muita humildade cumprir as obrigações que me são determinadas neste momento e passo a palavra ao nosso Relator para apresentar a primeira proposta funcional da nossa CPI.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Primeiramente gostaria de agradecer ao nosso Presidente Tião Viana pela indicação da Relatoria cumprindo o entendimento feito pelos líderes e com a indicação feita especialmente pelo meu líder Agripino Maia. Dizer que é um prazer trabalhar com V.Ex<sup>a.</sup>, porque já o conheço, sei que é um Senador extremamente ponderado, racional, inteligente, diligente e que nós vamos fazer com que essa CPI, ela siga um caminho que foi delineado e que foi muito bem dito aí por V.Ex<sup>a.</sup>. O caminho da legalidade. Nós não vamos fugir disso. Até porque esse tem sido o caminho que nós temos percorrido durante toda a nossa vida e aqui mesmo dentro do Senado.

Veja só que das duas comissões que eu acabei relatando, comissões de acompanhamento, umas delas a Presidente era a Senadora Ana Júlia Carepa, mas tive a oportunidade de ter a companhia do Senador Sibá. Dizia respeito da elucidação do assassinato da Irmã Dorothy Stang. Nós fizemos um trabalho em que o mandante do crime ele foi elucidado a autoria do mando quando nós tivemos numa reunião na cidade de Anapu. E o pistoleiro nos disse lá: Quem mandou matar foi fulano de tal. E essa semana foi julgado e condenado, quer dizer, então, houve uma consequência do trabalho realizado. Depois o nosso Sibá Machado também presidindo a Comissão de Rondônia, nós tivemos a oportunidade de pegar vários parlamentares de diversos partidos, do antigo PFL, do PMDB, do PT. Porque não acredito em gangue partidária. Eu acredito da responsabilidade pessoal. Quem comete o delito é o cidadão, não é o partido, não é o Governo. E nós esclarecemos o que aconteceu lá. E em decorrência daquele esclarecimento muitos foram presos. Muitos foram processados. Até desembargadores, Deputados.

Alguns voltaram. Se elegeram. O que nós vamos fazer? A Legislação brasileira é essa. A culpa não é nossa.

Então, nós vamos centrar o nosso trabalho dessa forma, conforme entendimento mantido com o Senador Tião Viana, conforme entendimento mantido com todos os líderes acrescido pela presença do nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Antonio Carlos Magalhães e para isso eu desejo fazer um plano de trabalho em comum acordo com todos que restrinja a investigação aos pontos fulcrais(F) da CPI que estão claramente delineados. Quais são esses pontos? As causas do acidente aéreo. As causas do apagão que nós vivemos hoje no Brasil e que acaba transtornando sobremodo a vida de quem é usuário da aviação civil brasileira. E naturalmente, os problemas de corrupção que existem dentro da INFRAERO. E que nós vamos enfrentar. Agora, nós não vamos inventar culpados. Ontem um repórter me perguntou o seguinte; perguntou com sabedoria. O Presidente Lula não teria responsabilidade por ter nomeado o Presidente da INFRAERO? Eu tive a oportunidade de responder o seguinte. Se fosse assim, o marceneiro seria responsável por ter fabricado a cama do crime de adultério. Quer dizer, nós não podemos estabelecer uma conexão tão grande a ponto de buscar causas remotas para estabelecer essas comparações.

Então, o que eu disse ao Senador Tião Viana, nós entramos no entendimento com autorização dele, eu já fui e contactei com a Polícia Federal, com o Tribunal de Contas da União, com o Ministério Público Federal, vamos falar também com a Controladoria-Geral da União, por sugestão do Senador Tião Viana, vamos pegar todos esses documentos existentes e traçar um plano de investigação que não vai isentar a quem quer que seja porque eu penso da seguinte forma: Se o sujeito roubou na INFRAERO de São Paulo, o que o Senador Tião Viana, o Sibá Machado tem com isso? Que tropa de choque que tem que ser constituída para proteger quem quer que seja? Se a pessoa roubou em São Paulo o que é que o Senador Tuma tem com isso? Se é do PSDB, ou se é dos Democratas. Isso não existe. Então vamos buscar, sim, apurar as responsabilidades. Apurar as responsabilidades e vamos agir também com responsabilidade. Essa é a nossa missão. Não temos que inventar nada. Então, para acobertar alguém eu vou manchar a minha honra, a minha reputação? O Senador Tião Viana, o Senador Antonio Carlos Magalhães, nós vamos fazer isso? Então o que eu proponho aqui e digo e repito, vamos sentar, vamos trabalhar honestamente para chegar no resultado que nos contente e contente ao Brasil. Nós não vamos começar na INFRAERO e terminar no Ministério da Agricultura ou terminar no Ministério da

Justiça, não é essa a nossa intenção. Agora, dentro do que nos foi proposto, nos foi colocado e que será investigado, nós vamos agir como pessoas sérias, nós vamos constituir uma grande Comissão, nós vamos nos reunir em seguida com a assessoria da Casa, vamos buscar assessores competentes, vamos ao Ministério da Defesa, Aeronáutica, aos controladores, vamos saber exatamente o que está acontecendo. É isso que o Brasil espera de nós. E nós não podemos frustrar a expectativa que se deposita sobre essa CPI. As demais CPIs serviram muitas vezes, até por culpa nossa, não com exclusividade, para palco de desgaste político. E essa não é a principal função da CPI. É claro que essa é uma Casa política, claro que é a solução última a ser dada é uma solução política por que não pode ser de forma diferente. Mas claro que nós vamos trabalhar dentro de um limite de investigação que, como disse o Senador Tião Viana e como já decidiu o Supremo Tribunal Federal: Caminha no estreito laço da legalidade. É isso que nós temos que fazer. Não vamos inventar nada, não vamos extrapolar as nossas funções, mas também não vamos nos omitir. E agradeço aos senhores pela confiança, por essa credibilidade e tenham certeza, não faremos nada que não esteja de comum acordo com o nosso Presidente e que não contente a essa finalidade última que os líderes tiveram de instalar a CPI sem estardalhaço, sem desvio de finalidade, mas, com certeza, buscando se fazer a apuração de tudo aquilo que deve ser apurado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>., nobre Relator, e concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, a seguir Senadora Ideli Salvatti, Senador Wellington Salgado, Senador Romeu Tuma e Senador Sibá.

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – Proposto, só a presença de V.Ex<sup>a</sup>. e do Relator dão uma garantia absoluta ao êxito desta Comissão. Como V.Ex<sup>a</sup>. disse e o Relator foi um pouco até mais claro porque teve mais tempo, nós não temos nenhum interesse em manchar quem quer que seja, de culpar até mesmo o Governo, que, na realidade, tem culpa, porque já podia ter tomado providências anteriores, mas nós não vamos entrar nesse assunto. Nós vamos evitar que acidentes como o que ocorreu venham a ocorrer novamente no País. Nós vamos ver se os órgãos competentes, desde controladores, Aeronáutica, Ministério da Defesa, agem de comum acordo para que não haja essa divergência terrível que existe nos depoimentos que estão circulando. Nós vamos criar um ambiente bom para o Brasil. Isso, entretanto, não impede que aqui e ali, casos de corrupção sejam detectados e sejam punidos. Porque se isso fosse feito, a Comissão não teria o seu valor e nem merecia

ser presidida por V.Ex<sup>a</sup>. Agora, também sou favorável a algo que talvez o próprio Governo aceite com satisfação. Sou contra qualquer Subcomissão na Comissão. Agora, acho, entretanto, que V.Ex<sup>a</sup>. e o Relator podem designar membros da Comissão para ver determinado assunto, mas nunca uma Comissão em que alguns tenham privilégio de guardar documentos, vazarem documentos e criar problemas maiores durante o nosso trabalho. De maneira que o que eu quero é o seguinte, não vamos procurar macular o Governo. Mas também não vamos passar a mão na cabeça daqueles que, usando o Governo, se locupletaram e fizeram o resultado deste apagão aéreo no Brasil. Eu estou feliz. Não podia haver um Presidente melhor que V.Ex<sup>a</sup>. e nem um Relator melhor. A não ser que fosse o meu líder José Agripino. De modo que eu quero dizer a V.Ex<sup>a</sup>. que esse é o meu espírito, assim vou lutar. Agora, se por acaso um dos dois não seguir essa linha, eu estarei reclamando. Se seguirem eu estarei como estou agora aplaudindo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço muito a V.Ex<sup>a</sup>., Senador Antonio Carlos Magalhães. Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC)** – Sr. Presidente, em primeiro lugar a votação unânime de V.Ex<sup>a</sup>. e o reconhecimento que todos têm nesta Casa do seu trabalho, da sua responsabilidade, eficiência, diligência, competência, é algo que nos tranqüiliza e muito e muito. Quando no acordo foi sugerido pelo... Eu ainda não acostumei falar o novo nome, mas os Democratas sugeriram o nome do Senador Demostenes é também uma personalidade, um Senador que tem desta Casa todo o reconhecimento, apoio e apreço. Por isso acho, Senador Antonio Carlos Magalhães, que é exatamente isso. Começamos bem com dois Senadores e mais o Senador Casagrande que é recém chegado, mas todos nós já acompanhamos o belíssimo trabalho que ele fez na Câmara dos Deputados, portanto a gente tem o entendimento que este trio conduzirá, tem todas as condições de conduzir e muito bem esta CPI. Conduzir dentro daquilo que eu já falei quando eu expus os resultados das nossas tratativas. Nós precisamos recuperar o instrumento CPI. Precisa atuar dentro da legalidade, precisa atuar... Infelizmente a Legislação que rege as CPIs é da década de 50. E muitas coisas aconteceram no País nesses últimos 50 anos e hoje é interessante, mas tem assim, eu até tinha pegado, o Senador Tião já utilizou o trecho que eu gostaria de ler, mas olha o tamanho da publicação do Supremo Tribunal Federal tratando de resoluções e deliberações do Supremo sobre o funcionamento das CPIs. Portanto, controvérsia não falta. Está aqui, está

aqui o tamanho da publicação para estabelecer. Mas, é fundamental que a gente se atenha ao fato determinado, que não haja subterfúgios, a posição do Senador ACM é corretíssima. Nós já vivenciamos Subcomissão de Subcomissão, aonde ninguém sabia efetivamente o que é que estava investigando, com problemas de vazamento de documentos sem controle da... Porque era impossível ter algum tipo de monitoramento do que estava sendo produzido e como é que estavam sendo processados os processos investigatórios.

Portanto, a CPI tem comando, está eleito por unanimidade o comando o comando tem que ser respeitado e tem que conduzir os trabalhos com o controle necessário para que a gente chegue a bom termo. Queria dizer também que o Senador Demostenes apresentou já algumas linhas da questão do plano de trabalho. Eu tenho certeza que nós vamos apreciar esse plano de trabalho. Todos os integrantes da CPI vão ter sugestões, nós vamos aprovar a forma como vamos conduzir, ou seja, o respeito ao coletivo da Comissão é de fundamental importância para o bom resultado do nosso trabalho e, portanto, eu estou, apesar de ter tido uma overdose de CPI no último período, eu disse que não ia mais entrar em nenhuma, mas infelizmente os debates dentro da bancada acabam fazendo e até porque esta é uma CPI aonde os partidos têm a responsabilidade, tanto que colocaram os seus líderes, nós estamos aqui com o líder dos Democratas, o Senador Arthur Virgílio está também presente na suplência, o Senador Valdir Raupp, o líder do Governo é suplente na CPI, ou seja, é uma CPI... Digamos, fina flor, como disse o Senador Wellington Salgado exatamente para que a gente possa conduzi-la... Fina flor com bom perfume, Senador Romeu Tuma. Obrigada.

Mas para a gente conduzi-la, entende? De forma adequada, dentro da legalidade, dentro daquilo que todos nós precisamos ter nesse momento. Que é uma investigação focada, sem preconceito, sem prejulgamento, sem ninguém dizer já está condenado antes do processo investigatório ser processado e, portanto eu estou bastante satisfeita. Eu que não queria mais entrar em nenhuma durante bom tempo estou aqui participando convencida de que nós escolhemos as melhores pessoas para conduzir tanto a Presidência e a vice como a Relatoria e os fatos é que vão comprovar se nós estamos no coletivo agindo corretamente, agindo de forma adequada. E espero que os procedimentos que nós venhamos a adotar na linha investigatória, no plano de trabalho, nos requerimentos, na forma como vamos conduzir, tanto os questionamentos, como as investigações, não engordem este livro. Ou seja, não sejam mais necessário a gente ter posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito de divergências

ou diferenças na legalidade da condução dos trabalhos da CPI.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço muito a V.Ex<sup>a</sup>., Senadora Ideli Salvatti. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. Senador Romero Jucá está inscrito também.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Presidente e Relator, eu queria primeiramente cumprimentá-los pela eleição e me congratular com esse excelente, os excelentes nomes que foram indicados para dirigir esta CPI. Tenho certeza que a Senadora Ideli ao se referir aos líderes que se auto nomearam participantes é para exercer o controle que V.Ex<sup>a</sup>. e o Senador Demostenes traçaram como primeira linha da conduta da direção dos trabalhos. O Demostenes é do DEM. Seria um bom apelido para jogador de futebol com o seu nome, Demostenes é o DEM para o nosso time aqui. Mas Senador Demostenes, Senador Presidente, eu não sei, V.Ex<sup>a</sup>. já traçou o cronograma, praticamente. Presidente, há um cronograma previsto.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Será apresentado terça-feira o plano de trabalho.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Eu só queria lembrar que praticamente todos os membros aqui foram vítimas do apagão. Todos. Acho que coletivamente todos nós fomos. E ainda estão acontecendo. E então nós poderíamos fazer um levantamento o que realmente aflige a sociedade brasileira para dar prioridade. Porque essa CPI ela é investigativa e propositiva. Ela não tem só o caráter de investigar. Mas V.Ex<sup>a</sup>. vai saber. Olha, tem que trocar os aparelhos, tem que trocar o radar tal para colocar em dia e a gente evitar que realmente se prossiga nesse desespero que a sociedade vem encontrando nos aeroportos. É claro que corrupção foi feita. O que foi feito não se perde ao longo tempo. V.Ex<sup>a</sup>. foi Promotor e sabe. Isso é só pegar porque alguns órgãos do governo já investigam. Ainda ontem a Controladoria afastou três funcionários e mais três já estavam afastados. Por corrupção. Claramente dita na televisão. Por corrupção. Então esse é um fato importante que vai ser investigado. Eu fiz uma coisa, Senador Demostenes, Presidente Tião Viana, quando Bernardo Cabral, Presidente de uma CPI, algumas diligências que eram importantes fazer, eu tinha cautela talvez por ser Delegado de polícia e tal, pedir autorização para o Juiz local concordar com a diligência com a busca e apreensão que tinha que se fazer. E normalmente havia uma queixa de quem foi investigado e imediatamente o Supremo dizia: Não. Foi autorizado pelo judiciário. Eu não tenho nenhum constrangimento de pedir ao Juiz. Porque eu fui criticado. Que a CPI tinha poder judicante e podia determinar.

Não. Não é tanto assim não. Ela é mitigada, é um Poder Judiciário mitigado. Não é isso mesmo, meu jurista aí? Mas então se a gente tiver alguma diligência a fazer, se houver necessidade do aval do Poder Judiciário, vamos requerer. Vamos pedir. Designa um membro da CPI, vai lá, conversa com o juiz e para a gente não cair no vazio e ter que estar doto dia dando uma informação de conduta. Eu acho que essa CPI está bem orientada, ela é mais propositiva do que investigativa, acho eu, nós temos que buscar solução. O que é que realmente está acontecendo, e historicamente. Porque nós vamos ter que chegar até o SIVAM e SIPAM para saber a mudança dos equipamentos, como é que eles foram usados e por que é que trouxeram dificuldade nas comunicações. Desculpa ter...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço muito ao Senador Romeu Tuma. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Senadores, eu vejo um ambiente de cortesia, um ambiente sadio. Mas eu estou muito preocupado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Tião Viana, eu estou muito preocupado porque quando eu fui indicado para essa CPI eu olhei aqui o Requerimento diz o seguinte: Requerem a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 13 Senadores para, no prazo de 180 dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle de tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo. A partir do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006 envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American Exel Air e que tiveram o seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007. Então, diante, como V.Ex<sup>a</sup>. bem colocou no início com citações do Supremo sobre fato determinado e objeto formal eu fiquei um pouco preocupado ao ouvir falar aqui em mármore, em obra de aeroportos... Eu quero saber se tem obra de aeroporto a partir de 29 de setembro de 2006. Eu fiquei um pouco preocupado –

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Senador, me permita, segundo V.Ex<sup>a</sup>. leu, evidenciados a partir. Quer dizer, tomou-se conhecimento a partir disso. O Luiz Mário quer dizer que se foi evidenciado a partir daí, naturalmente os fatos aconteceram antes. Pelo que V.Ex<sup>a</sup>. leu aí. Evidenciados, ou seja, mostrados a partir.

**SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO)** – Senador Wellington, eu queria só como um aparte talvez, acho que o Senador Demostenes vai apresentar

na terça-feira um programa de trabalho. Nós temos já os objetivos e as considerações feitas, elencadas no próprio Requerimento, não é só o objeto, mas tem as considerações, então eu acho que nós estamos antecipando uma discussão que, na verdade, não estamos dando a chance do Senador Demostenes estruturar e eu tenho certeza que com muita competência apresentar aqui uma proposta que vai atender a todos e vai fazer com que a CPI possa funcionar bem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Caro Senador Wellington, o entendimento da Mesa vai nessa direção, nesse sentido do Senador Romero Jucá. O Relator apresentará o plano de trabalho na terça-feira, fica a sua ponderação como uma sugestão para que ele reflita, se há pertinência jurídica ou não na sua preocupação e regimental ou não para que no plano de trabalho ele considere as ações que estarão vinculadas ao fato determinado e as normas constitucionais. Eu acho que fica comum a preocupação sua para o plano de trabalho a ser apresentado pelo Relator.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Eu queria dizer, Sr. Presidente, que sobre questões de fato determinado e objeto formal, eu vou fazer consulta particular a juristas renomados para ver se enquadra perfeitamente tudo que está aqui no Requerimento. Para que eu possa, não, não, não, não, para que eu possa ficar bem informado juridicamente a respeito desse assunto, já que eu não sou especialista na área, Senador. Só porque eu não sou especialista na área. Só por essa razão que eu levantei essa dúvida e o Senador Demostenes é muito mais especialista do que eu. Muito mais. Aí eu fiquei, eu tenho que acreditar nele, mas eu quero alguém também do nível dele para que possa ter algum aponte. Só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – (Soa a campanha) Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, em primeiro lugar eu quero dizer ao Senador Tião Viana que foi uma unanimidade da nossa bancada e depois de comum acordo com todos os líderes de todos os partidos a sugestão do nome de V.Ex<sup>a</sup>. para a Presidência dessa Comissão. Como também foi matéria de avaliação desde o início dos debates, a sugestão do nome do Senador Demostenes Torres para a Relatoria desta Comissão. E devo dizer apenas que as perguntas que se faziam é de ordem de praxe desta Casa a respeito da composição política e tudo mais. Jamais se tentou nem de longe ventilar qualquer possibilidade sobre a competência que o Senador Demostenes Torres já

tem debruçado sobre tantas matérias aqui no Senado Federal. A experiência já mencionada por ele me leva a acreditar que coisa melhor do mundo é se chegar a um fato, um resultado, um produto final de um esforço como é esse que vai ser feito aqui nesta Comissão. É muito importante oferecer para o País, é claro, apresentar nome das pessoas que possivelmente serão comprovadamente responsabilizadas por atos, atos e fatos e também o conjunto de sugestões já ventilado aqui pelo Senador Romeu Tuma para o conjunto dos problemas que possam, digamos assim, robustecer ao que nós chegamos tanto ao acidente aéreo envolvendo o avião da Gol, como também a situação que a partir disso gerou nos transtornos nos aeroportos brasileiros. Nós não queremos jamais isto. Por tantas vezes que nós já tivemos Audiências Públicas em diversas comissões, por tantas vezes que nós também já comparecemos a ambientes convidados pelo comandante da Aeronáutica para explicar a situação, sabemos de fatos difíceis de solução imediata como a situação dos controladores de voo, sabemos da difícil solução imediata de problemas como a substituição rápida de diversos aparelhos caríssimos e de que poucas empresas participam no fornecimento desses equipamentos e assim por diante.

Eu quero ainda dizer, Sr. Presidente, que acho que essa proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, eu vou concordar com gênero número e grau porque participei de diversas CPIs e CPMI's, e realmente é uma guerra de nervos a gente não saber o controle da documentação e muitas vezes documentos sigilosos, documentos de ainda sequer ter chegado à mão oficialmente do Relator, às vezes já estava posto na imprensa. O que prejudica demais o andamento dos trabalhos e cria um palco de nervosismos e não nos levando a lugar nenhum. Então para encerrar eu quero dizer que confio absolutamente no equilíbrio da direção dos trabalhos por V.Ex<sup>a.</sup>, pelo Vice-Presidente Renato Casagrande e pelo nosso Relator e vide a situação já de tantos líderes presentes nesta Comissão dispensaria até segundas reuniões para, digamos assim, acordos de procedimentos que nós podemos ter previamente sobre determinados trabalhos e requerimentos que poderão ser votados. Então a Comissão no meu entendimento vai conseguir, sim, ao final dos seus trabalhos apresentar um excelente Relatório para tanto a apreciação do Governo, como de todas as demais instituições nelas interessada. Era isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a.</sup>, Senador Sibá. Concedo a palavra ao Senador José Agripino, a seguir Senador

Romero Jucá e Senador Mário Couto para o encerramento da Sessão.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria colocar para V.Ex<sup>a.</sup> o pensamento dos Democratas com relação ao processo de investigação que se instala aqui e se instala bem porque se instala sob o clima da concórdia, do entendimento, do bom diálogo. No dia 18, daqui a um mês, o meu partido Democratas, que tem uma fundação chamada liberdade e cidadania, estará começando, em São Paulo, um seminário trazendo especialistas estrangeiros, um seminário sobre controle de voo, Legislação moderna de controle de espaço aéreo. Operação de aeroportos. Tudo que nós temos que consertar o meu partido, com os recursos do partido vai estudar, trazer especialistas de fora. Daqui há um mês significa a época apropriada porque se possam trazer as sugestões devidas para a Comissão. O espírito do meu partido é esse. Muito bem. Eu já começo a ouvir aqui opiniões meio fora de esquadro e que me obrigam a trazer um posicionamento claro. Eu acho, Presidente, eu acho, Sr. Relator, que é uma sugestão, as primeiras audiências devem ser reservadas para quem está assistindo ou produzindo o caos. Os controladores de voo que por conta de uma operação complicada, defeituosa, está fazendo com que os aeroportos se transformem em praças de guerra. Eu acho que a crise não está resolvida. Ela está sufocada. Ela pode explodir a qualquer momento. A CPI vai exercer o papel de bálsamo enquanto ela estiver operando vai haver uma contensão, e durante o processo de contensão a investigação estará sendo feita. Controladores de voo vão vir aqui como vão vir aqui muitas pessoas que vão ter o direito de dizer o que quiserem. E a partir do que digam, aí que eu quero deixar muito clara a posição do meu partido, não poderá haver cerceamento de investigação sobre nenhum pretexto ou sob nenhuma hipótese. A partir do que seja dito aqui, relativo ao assunto que está sendo investigado, o meu partido não concordará com cerceamento a qualquer tipo de investigação correlata, sobre nenhum pretexto e nenhuma hipótese. Vamos falar português claro. INFRAERO é palavra censurada nesta CPI. Por hipótese alguma. A INFRAERO está com processo de auditoria instalado. Se há uma auditoria é por que há algo errado reconhecido pela própria INFRAERO agora, depois que se começou se falar em investigação de CPI do apagão.

Então, eu quero que fique claro, Presidente, o nosso espírito é de colaboração com o interesse nacional e com a solução dos problemas que estão infernizando a vida de quem viaja. Aquelas cenas tristes de troca de tapa de passageiro com comissário e

com atendente de aeroporto não pode se repetir. Os atrasos de quatro ou cinco horas, os cancelamentos de vôo, isto tem que deixar de existir. Será que custa o dinheiro do mundo todo consertar esse assunto? Não. Não. Está faltando dinheiro para comprar equipamento para fazer obra? Está sobrando dinheiro aqui e faltando acolá? Isso é o que nós temos que investigar para apresentar as sugestões ao Governo que até agora não tomou de verdade providências efetivas para a solução do problema. Aqui entramos nós. Agora, cerceamento de investigação por hipótese alguma e sempre pretexto nenhum. Aqui, na minha opinião, não poderá haver censura em palavra nenhuma. INFRAERO pode ser sim investigado. Na medida em que alguém chegue aqui e coloque fatos correlatos que devam ser investigados, Relator, a minha opinião é que se quisermos merecer o respeito da opinião pública, nós temos que investigar, chegue aonde chegar. Com a isenção devida e com o equilíbrio que deve nortear os trabalhos de todos nós membros da CPI. Era a minha opinião.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex.<sup>a</sup>, Senador Agripino, líder dos Democratas. Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, líder do Governo. A seguir Senador Mário Couto e Senador Arthur Virgílio.

**SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR)** – Sr. Presidente, eu serei rápido. Quero primeiro congratular a Comissão pela escolha de V.Ex.<sup>a</sup> na Presidência, realmente uma escolha acertada, congratular a Comissão por ter escolhido também o Senador Demostenes que, sem dúvida nenhuma, tem todas as condições de fazer um grande trabalho e tem a nossa confiança por que tem demonstrado aqui no Senado, com a sua atuação Legislativa e profissional, uma capacidade de ir fundo nas questões e sem nenhum tipo de manobra eleitoral e buscar efetivamente as questões que são fundamentais para melhorar a situação do País. Eu quero apenas aqui registrar a posição do Governo de pronta e plena colaboração. O Governo quer ajudar nas investigações, nós estaremos à disposição, todas as informações que forem prestadas, forem necessárias serão prestadas. Portanto eu quero desejar um excelente trabalho ao comando da CPI, nós estaremos também permanentemente aqui e eu tenho certeza que o trabalho que vai resultar dessa CPI vai ajudar a melhorar a condição, não só do tráfego aéreo, mas o fortalecimento da indústria do turismo no Brasil, do fortalecimento das companhias de aviação Brasileiras, mais seguranças vôos, enfim, tudo aquilo que a gente almeja e que efetivamente ficou comprometido com a crise que nós vivemos. Então eu quero desejar felicidade ao comando da CPI e dizer que da parte do Governo estou à disposição para ajudar em qualquer

questão que for necessário para aprofundar os trabalhos e agilizar os trabalhos que V.Ex.<sup>a</sup> terão que realizar. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço muito a V.Ex.<sup>a</sup>. Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Senador Tião Viana, também vou ser breve. Quero também parabenizar V.Ex.<sup>a</sup> e o Senador Demostenes pela unanimidade da escolha nesta manhã para Presidência e Relatoria da Comissão de Investigação. Quero também afirmar, Senador Tião Viana, que seria pra mim uma grande decepção como Senador novo se o Senado não instalasse essa CPI. Com todo respeito que tenho ao Senador Wellington Salgado, já aprendi a admirá-lo e tenho certeza que posso dizer que sou amigo do Senador por esse pouco tempo que já o conheço e divergir da sua concepção. Seria pra mim uma grande decepção se o Senado não instalasse essa CPI. A princípio aquele comentário de que duas CPIs, Comissão Mista, que o Senado não poderia instalar uma CPI porque a Câmara já tinha instalado. Era gastar demais. Tudo isso me preocupou muito, Senador. Muito, me preocupou muito. E, sinceramente, seria minha primeira grande decepção como Senador se nós hoje não tivéssemos comemorando essa instalação. Por isso eu digo que a mesma satisfação do Senador Antonio Carlos Magalhães é a minha. Primeiro por estar podendo hoje aqui instalar essa CPI. Lógico. O fato foi muito grave. A partir daquele fato grave, aonde mais de 150 pessoas morreram, é grave. É um fato muito grave. Então, a partir daquele fato grave é que se procurou investigar. Se procurou as sugestões de investigação. Eu estou muito satisfeito. Precisamos, sim, investigar, precisamos ir a fundo dentro do fato determinado vamos investigar tudo. INFRAERO, tudo. Tudo. Vamos investigar tudo. É nossa obrigação. A sociedade nos cobra. Por isso estou muito satisfeito. Era apenas o que eu queria dizer. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex.<sup>a</sup>. Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio. E por fim o Senador João Pedro.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr. Presidente, eu vejo com olhos muito esperançosos o funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por que vejo as duas forças que se representam nesta Casa e poderíamos de grosso modo se referir a uma como sendo Governo e a outra claramente a oposição se esmerando já na composição da Mesa dirigente. V.Ex.<sup>a</sup> pra mim é a figura talhada para presidir a Comissão pela habilidade que revela, pela experiência que já detêm e pelas qualidades de homem público reto, cumpridor das obrigações que lhe

cabem, dos seus deveres. Isso tudo fazendo de V.Ex.<sup>a</sup> uma figura de trânsito muito fácil e muito bom em todos os segmentos da Casa e do Congresso Nacional. De nossa parte cabia-nos indicar pelo jogo da coordenação de forças aqui esboçado cabia-nos indicar o Relator. Eu nunca duvidei de que a opção do Governo fosse indicar o presidente da CPI, até por que seria o que eu faria se eu estivesse no lugar de V.Exas. Cabia e sempre trabalhamos com a idéia de que caberia a nós a indicação do relator e fomos buscar uma figura talentosa, preparada, culta, equilibrada, com experiência de Promotoria pública, mas com o censo de justiça do Juiz que não quis ser, mas tem o senso de justiça do Juiz, Senador Demostenes Torres. E eu percebo que cada bloco se esmerou em indicar figuras para do melhor peso, da melhor qualificação para compor a CPI. De nossa parte, na parte que coube especificamente ao PSDB, nós indicamos o Senador Sérgio Guerra, o Senador Mário Couto, que são duas figuras Preparadas, com experiência parlamentar e que se mostrarão certamente complementares entre elas essas duas figuras, Senador Mário Couto e Senador Sérgio Guerra. E funcionando e funcionará ativamente funcionando na suplência que cabe ao PSDB, nada mais, nada menos que o Presidente Nacional da nossa sigla, o Senador Tasso Jereissati. Se houve uma segunda vaga, teria vindo o meu próprio nome para compor os quadros da Comissão Parlamentar de Inquérito. E a própria exclusão do meu nome não quer dizer que eu não participe ativamente dos trabalhos e pretendo fazer isso.

Eu diria, Sr. Presidente, que nós temos uma obrigação muito grande. Eu peguei ecos, peguei ecos do discurso sempre lúcido, sempre clarividentes do Senador José Agripino, e do Senador, eu ouvi por inteiro o do Senador Mário Couto. Nós temos, Sr. Presidente, a meu ver, um dever que eu tenho certeza que somos capazes de dele nos desincumbirmos. Por um lado o Governo obstaculizar investigações. Por outro lado, nós sermos capazes de um trabalho que leve as causas efetivas do chamado apagão aéreo. Se essas causas passam por investigação na INFRAERO, evidentemente que a INFRAERO tem que ser investigada. Se essas causas passam por razões gerenciais, lógico que essas razões gerenciais terão que ser detectadas para que nós possamos oferecer à sociedade algo competente. Não o trabalho com a hipótese de mostrarmos para a sociedade o modelo falido de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós temos que mostrar com nitidez uma Comissão Parlamentar de Inquérito respeitada pela imprensa, bem-vista pela sociedade e que possa, quem sabe, marcar o início do soerguimento da imagem do congresso que, sem dúvida alguma, está arranhada perante a opinião pú-

blica. Isso se fará claro que deixando longe a idéia de varrer qualquer coisa para debaixo do tapete, mas se fará isso com equilíbrio, com a força, com a firmeza e com a ponderação que se mostrem necessárias ao bom trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito. O PSDB e sei que esse é o desejo do bloco de oposição como um todo, vem a esta CPI munido da sua melhor boa vontade. Vem armado de todo o desejo de apresentar um documento que ao fim e ao cabo seja aprovado se o nosso desejo for atendido, pela unanimidade da CPI, por que vai representar os debatidos honestos. Nada daquela coisa maniqueísta de que estou aqui para impedir isso ou estou aqui para forçar aquilo. Nada disso. Não devemos trabalhar sobre o signo do maniqueísmo que não casa com o signo da inteligência. Temos que trabalhar com vistas a mostrar para a sociedade que nós somos capazes de contribuir para o fim desse caos com prejuízos econômicos, prejuízos financeiros, com prejuízos Morais, prejuízos de saúde para a população brasileira.

Esse caos que se denomina hoje de apagão aéreo. Portanto, nós acompanharemos de maneira muito nítida com os nossos companheiros do DEM e do PSDB da Câmara o que já estão fazendo lá para não redundarmos, procuraremos manter um entrosamento absolutamente de sintonia fina entre as forças que compõem a CPI pelo nosso lado na Câmara e aqui, procuraremos trabalhar Sempre dentro do clima mais respeitoso possível com as forças que integram os partidos da base governista aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito até porque não teríamos o direito e nem... Não teríamos o direito de supor que estivessem eles imbuídos da mesma boa-fé que nos anima. Não posso imaginar que não seja assim. Então, é assim. É assim. Eu tenho certeza que V.Ex.<sup>a</sup> sairá consagrado dessa Presidência e sairá consagrado o Relatório do Senador Demostenes Torres. E não sairá consagrado porque um derrotou o outro. Sairá consagrado o trabalho da CPI porque nós vamos chegar a um consenso, vamos estabelecer as verdades verdadeiras e essas verdades verdadeiras serão aceitas. O que é verdade, é verdade, não adianta tentarmos transformar em inverdade o que verdade é. E não adianta, por outro lado, tentarmos transformar em verdade o que inverdade seja. O que inverdade seja. Portanto eu entendo que pesa sob nossos ombros, nossas costas um peso muito, uma responsabilidade muito grande, eu sinto isso e temos duas opções que são, a meu ver, bastante claramente antípodas entre elas. Uma é nós enveredarmos pelo caminho do fracasso. É um caminho fácil de ser trilhado, muito fácil, muito simples e que redundará em prejuízos terríveis para o Congresso como um todo e para todos nós que estamos interes-

sados em ver essa crise solucionada. Outro caminho é o caminho que passa por dores, que passa por momentos que poderão levar até ao tensionamento que a atividade parlamentar enseja e permite e, as vezes, até requer, mas que passarão por momentos de entendimento. De entendimento porque eu vejo pessoas da melhor qualificação. A começar pelo meu conterrâneo, Senador João Pedro e por todo mundo que o Governo indicou. Senador Wellington, enfim, Senador Leomar Quintanilha. São pessoas que merecem todo o nosso respeito e acatamento. E nós demos o melhor de nós. Nós procuramos colocar pessoas que julgamos adequadas para a composição da CPI, para o bom funcionamento dela. Portanto, que o Brasil não se decepcione conosco, são meus sinceros votos dirigidos estes votos a todos nós. Muito obrigado Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço muito ao Senador Arthur Virgílio. Concedo a palavra ao último inscrito, Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Relator Demostenes. Em primeiro lugar eu quero registrar que estou aqui na segunda fila. No sentido de... Sou suplente, estou aproveitando aqui a ausência da minha líder Ideli, ocupada como sempre, aproveito para externar a minha opinião e em primeiro lugar desejando para V.Ex<sup>a</sup>. que foi eleito por unanimidade na condução dessa Comissão, desse trabalho que eu considero importante, não apenas para o Senado da República, importante para o Brasil. Importante para o Brasil. Em função dos problemas que houveram. Desejo que a condução seja uma condução exitosa. E pelo... Por V.Ex<sup>a</sup>., pelo Relator e pela experiência, pela vida de homem público exercida nos momentos duros aqui no Parlamento, mas com muito equilíbrio que é pautada a vida pública de V.Ex<sup>a</sup>. eu espero que V.Ex<sup>a</sup>. conduza os trabalhos da nossa Comissão. Quero ressaltar que um dos itens apontados nesse Requerimento diz respeito, diz respeito muito aquele trágico acidente que decolou lá da capital do meu Estado.

Como sugestão, gostaria que o Senado da República, que essa Comissão começasse pelas causas que levaram dois aparelhos, dois aviões, a imprensa registrou isso, novos, novos num acidente tão trágico, considerado o maior acidente do nosso País. E naquele vôo dezenas de amazonenses, de crianças, de pais de família, de mulheres, homens, que tiveram suas vidas ceifadas. Como sugestão gostaria que o nosso Relator levasse em consideração esse trágico acidente do dia 29 de setembro para nós nos debruçarmos sobre a causa do acidente, o porquê que os pilotos, o piloto e co-piloto do Legacy está lá nos Estados Unidos. Enfim

e evidente que gostaria de nesse início de trabalho, vai ser um trabalho de investigação, penso que essa CPI, ela tem um foco técnico, extremamente e absolutamente técnico, evidente que essa Casa é uma Casa política, mas nós vamos nos debruçar num assunto eminentemente técnico, que diz respeito aos aeroportos, as empresas aéreas, a tecnologia de aviação e controle, enfim. Eu penso que nós podemos fazer um grande trabalho. Externar no início da minha participação diferente de taxar os grandes problemas que nós temos, temos problema nas estradas brasileiras, temos problemas nos portos brasileiros, temos problemas na aviação brasileira. Diferente de taxar os problemas como caos na aviação brasileira. Nós vamos ter muitas sessões, muitos debates, e compartilho dessa concepção de nós nos aprofundarmos nos problemas. Não no caos da aviação brasileira. Muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. O último inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

**SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria, Sr. Presidente, de compartilhar a manifestação expressada pela unanimidade dos membros desta Comissão pelo acerto na escolha de V.Ex<sup>a</sup>. para presidir os trabalhos dessa Comissão e do Senador Demostenes para ser o seu Relator. Naturalmente pelas qualificações expressivas que cada um tem revelado ao longo da sua convivência conosco aqui no Senado. O ideal, Sr. Presidente, é que esta Comissão de Inquérito não existisse. Não existisse, não existisse as razões que a motivaram, a queda de um avião comercial da Gol fazendo com que desaparecesse tantas pessoas. Que não existisse o caos que tomou conta do controle do tráfego aéreo brasileiro, trazendo incômodo, criando situações controversas, contraditórias, dando prejuízos a tantos que utilizam o sistema aéreo brasileiro. Mas havendo, nessas razões, a motivação suficiente para a CPI. Eu estou seguro que a composição do seu quadro, com essa direção, haverá de produzir as investigações necessárias que angustiam o povo brasileiro por uma resposta pronta, imediata. Mais do que a resposta, a busca e a indicação definitiva para a solução desse grave problema que aflige o povo brasileiro. Estou consciente, Sr. Presidente, que V.Ex<sup>a</sup> haverá de conduzir e haverá de apresentar ao término dos trabalhos dessa Comissão uma boa solução para a população do nosso País.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço imensamente a V.Ex<sup>a</sup>., Senador Leomar Quintanilha e aos demais Senadores as palavras de confiança e respeito à Presidência e ao Relator e antes de encerrar informo apenas que já estamos pro-

videnciando os primeiros requerimentos de informação preliminar aos órgãos públicos envolvidos diante do Requerimento de instalação da CPI para que o Relator possa ter subsídios para ajustar a relação entre fato determinado e as responsabilidades de investigação da CPI. Ao mesmo tempo, no dia de hoje, já faremos visita ao Diretor de Polícia Federal, ao Ministro da Controladoria-Geral da União, ao Procurador-Geral da República, à Presidência da CPI na Câmara dos Deputados como passos preliminares que vão subsidiar o plano de trabalho do relator para a próxima terça-feira, quando daremos continuidade aos trabalhos no horário ainda a ser definido ficando como horário preliminar o das 10h00, mas ainda a ser confirmado com todos os Senadores. Agradeço imensamente a presença de todos em nome da CPI. Muito obrigado. Está encerrada a presente Sessão.

*(Sessão encerrada às 11h41.)*

**Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2007, realizada em 22 de maio de 2007, terça-feira, às onze horas e trinta e quatro minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à apresentação do plano de trabalho.**

**Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
**Demóstenes Torres (PFL – GO) – Relator**  
**José Agripino Maia (PFL – RN)**  
**Mário Couto (PSDB – PA)**  
**Tião Viana (PT – AC) – Presidente**  
**Sibá Machado (PT – AC)**  
**Sérgio Zambiasi (PTB – RS)**  
**Leomar Quintanilha (PMDB – TO)**  
**Gilvan Borges (PMDB – AP)**  
**Wellington Salgado (PMDB – MG)**  
**Raimundo Colombo (PFL – SC)**  
**Romeu Tuma (PFL – SP)**  
**Ideli Salvatti (PT – SC)**  
**João Pedro (PT – AM)**  
**Inácio Arruda (PCdoB – CE)**  
**Romero Jucá (PMDB – RR)**  
**Valdir Raupp (PMDB – RO)**

Esteve presente o Senhor Senador Jarbas Vasconcelos, não membro da Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Há número regimental. Declaro aberta a presente Sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, 2ª Reunião, criada pelo Requerimento 401/2007, destinada a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País, evidenciados a partir do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de

2006, envolvendo um Boeing 737-800 da GOL e um jato Legacy, e que tiveram seu ápice do movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à apresentação do plano de trabalho. A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Neste momento a Presidência a coloca em votação propondo a dispensa de sua leitura. As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

*(soa a campanha)*

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, Srs. Senadores. Eu já pedi para que fosse distribuído aos Srs. Senadores a cópia desse plano de trabalho. Mas ainda assim farei a leitura, porque há uma série de requerimentos, considerações feitos em pleno entendimento com o nosso Presidente, chegamos a um denominador comum de como deveríamos fazer essa investigação, de um modo de proceder para que nós pudéssemos cumprir o nosso objetivo.

Breves considerações: O presente Inquérito Parlamentar resulta do contexto de completa insegurança em que vive a sociedade brasileira quando se trata (soa a campanha) do controle do tráfego aéreo. Como bem sabemos, o choque entre o jato Legacy e o Boeing da GOL em setembro de 2006, vitimando 154 pessoas foi o episódio que despertou a atenção da população brasileira para a precariedade--

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Caro Relator, a Presidência só solicita ao Plenário a atenção à leitura de um plano de trabalho e conversas paralelas estão prejudicando o entendimento por parte dos Srs. Senadores.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Para a precariedade do setor de transporte aéreo do País. Todavia, tanto o acidente aéreo quanto o movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em março de 2007 são apenas sinais pontuais de colapso antes anunciado, pois em que pese o crescimento no trânsito por aeronaves nos últimos anos, o investimento governamental e infra-estrutura de controle aéreo, equipamentos e formação de equipes vêm sofrendo cortes orçamentários e contingenciamentos recorrentes. Tal aspecto é agravado a partir de constatações de que parte dos recursos destinados aos investimentos em infra-estrutura aeroportuária e aeronáutica, quer por equívocos de gestão, quer por vantagens obscuras podem ter sido desviados para outros setores.

Ademais, segundo o Tribunal de Contas da União à ausência de coordenação e articulação entre os diversos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro SISCEAB, tem comprometido a prestação de serviços públicos adequados em conformidade com os princípios da regularidade, eficiência e continuidade.

Desse modo concluímos que o caos e a incerteza que dominam atualmente o setor aéreo brasileiro são resultados de uma série de problemas interligados que pretendemos apurar as causas, condições e responsabilidades, bem como apresentar as soluções para mitigá-los ou mesmo resolvê-los.

Motivações: O choque entre o jato Legacy da AMERICAN EXCELAIRE e o Boeing 737-800 da GOL em 29 de setembro de 2006, que derrubou o último na selva de Mato Grosso e matou as 154 pessoas a bordo, a paralisação deflagrada pelos controladores de vôo que gerou o apagão aéreo em 30 de março de 2007, a diminuição na participação relativa do investimento oficial em infra-estrutura de controle aéreo, equipamentos e formação de equipes em razão de seguidos cortes orçamentários e contingenciamentos, além do incremento no tráfego aéreo e no movimento de passageiros nos últimos anos. A existência de indícios de que os recursos destinados às áreas de infra-estrutura aeroportuária e de segurança do tráfego aéreo foram mal administrados, conforme apurações que estão sendo conduzidas pelo TCU e pela CGU. A falta de coordenação e articulação entre os diversos órgãos envolvidos no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, SISCEAB, a ocorrência de panes em equipamentos nos aeroportos, a inexistência de estrutura adequada nos aeroportos para atender a atual demanda, o déficit existente no número de controladores de tráfego aéreo, a precariedade nas condições de trabalho e a ausência de capacitação para adequado desempenho das funções, os indicativos de que existem zonas cegas no espaço aéreo brasileiro, bem como a recusa de episódios de falhas nas comunicações por rádio, autorizações de linhas aéreas em volume superior à capacidade de infra-estrutura Aeronáutica, aeroportuária, a constatação da prática de *overbooking* pelas empresas aéreas.

Focos de investigação: Apesar de a aviação ser responsabilidade direta do Ministério da Defesa, mais especificamente do Comando da Aeronáutica, a forma como o setor aeronáutico é gerenciado no Brasil permite-nos identificar cinco núcleos distintos sujeitos à atuação da investigação Parlamentar, são eles: Ministério da Defesa, Conselho de Aviação Civil, CONAC, competências. 1. Estabelecer as diretrizes para a representação do Brasil em convenções, acordos,

tratados e atos de transporte aéreo internacional com outros países e organizações internacionais da Aviação Civil; 2. Propor o modelo de concessão de infra-estrutura aeroportuária submetendo ao Presidente da República; 3. Aprovar as diretrizes e suplementação de recursos para linhas aéreas e aeroportos de interesse estratégico, econômico ou turístico; 4. Promover a coordenação entre as atividades de proteção de vôo e as atividades de regulação aérea; 5. Aprovar o plano geral de outorga de linhas aéreas; 6. Estabelecer as diretrizes... (soa a campanha) para aplicabilidade do instituto da concessão, permissão na exploração comercial de linhas aéreas.

Departamento de política de Aviação Civil. Competências: 1. Produzir subsídios para formulação da política da Aviação Civil nos mercados interno e externo; 2. Exercer atividades de apoio à Secretaria Executiva do Conselho de Aviação Civil, CONAC; 3. Coordenar as atividades da Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas, COTAER; 4. Participar do planejamento para utilização de Recursos Humanos, bens e serviços civis relacionados à Aviação Civil mobilizáveis no interesse da Defesa Nacional; 5. Contribuir para o aprimoramento da coordenação entre as atividades de proteção de vôo e as atividades de regulação aérea; 6. Elaborar estudos e apresentar sugestões visando à integração do transporte aéreo às demais modalidades de transportes; 7. Participar da execução de convênios e de projetos de cooperação técnica na área de sua competência; 8. Elaborar estudos e propostas sobre financiamento para o desenvolvimento e o fomento da Aviação Civil; 9. Realizar outras atividades inerentes à sua área de atuação. Comando da Aeronáutica, COMAER. Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA. Competências. Planejar, implantar, integrar, normatizar, coordenar e fiscalizar as atividades de controle do espaço aéreo brasileiro, de telecomunicações aeronáuticas e de informática. Sistema de Controle do Espaço Aéreo, SISCEAB, em especial os quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, CINDACTAS, situados respectivamente em Brasília, Curitiba, Recife e Manaus. Competências: Executam o controle de tráfego aéreo nas Aerovias. Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, INFRAERO. Competências: Implantar, administrar, operar, explorar industrial e comercialmente a infra-estrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria, assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins que lhe forem atribuídas pelo Ministério da Defesa. Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. Competências: 1. Orientar, coordenar e controlar as atividades da Avia-

ção Civil; 2. Estabelecer, equipar e operar diretamente ou mediante concessão à infra-estrutura Aeroespacial e Aeronáutica e Aeroportuário.

Roteiro de trabalho. Como Relator do Inquérito Parlamentar pretendo cumprir as finalidades previstas no Requerimento de instalação da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, quais sejam, a de apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País.

Desse modo, uma vez que as ações voltadas ao controle do tráfego aéreo brasileiro estão distribuídas entre o Conselho de Aviação Civil, CONAC, o Comando da Aeronáutica, COMAER, a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, INFRAERO e a Agência Nacional da Aviação Civil, ANAC, todos os procedimentos sob a responsabilidade desses órgãos e entidades que direta ou indiretamente comprometeram a segurança de voo no espaço aéreo brasileiro nos últimos anos serão investigados. É de se ressaltar que conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não está a Comissão Parlamentar de Inquérito impedida de estender seus trabalhos a fatos outros que no curso das investigações desponhem como irregulares, ilícitos ou passíveis de interesse ou estima do Parlamento, desde que conexos com a causa determinante da criação da CPI.

Ante o exposto proponho que os trabalhos se realizem de maneira concomitante e enquanto se aguarda documentação solicitada em especial ao Tribunal de Contas da União, à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, a Controladoria Geral da União, e ao Comando da Aeronáutica, a fim de incorporar-se a presente investigação as ações conduzidas pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, INFRAERO, que investigue-se as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no Sistema de Controle do Espaço Aéreo.

Requerimentos de oitivas. 1. Tenente Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, ex-Comandante da Aeronáutica. 2. Tenente Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica. 3. Tenente Brigadeiro-do-Ar Neimar Dieguez Barreiro, Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica. 4. Major Brigadeiro-do-Ar Ramon Borges Cardoso, Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA. 5. Tenente Brigadeiro-do-Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho, ex-Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, DECEA. 6. Coronel Aviador Carlos Vuyk de Aquino, Comandante do I Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo, CINDACTA I. 7. Milton Sérgio Silveira Zuanazzi, Diretor-Presidente da Agência Nacional de

Aviação Civil, ANAC. 8. Mário Roberto Gusmão Paes, Superintendente de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. 9. Rigobert Lucht, Diretor do Departamento de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa. 10. Jorge Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, SN-TPV. 11. Wellington Andrade Rodrigues, Associação Brasileira dos Controladores de Tráfego Aéreo, ABCTA. 12. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, SNEA. 13. Comandante Célio Eugênio de Abreu Júnior, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, SNEA, especialista em segurança de voo. 14. Delegado Renato Saião Dias do Departamento de Polícia Federal. 15. Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União. 16. Deputado Carlos Wilson, ex-Presidente da INFRAERO. 17. Brigadeiro José Carlos Pereira, Presidente da INFRAERO. 18. Eurico José Bernardo Loyo, ex-diretor da INFRAERO. 19. Adenauer Nunes, ex-diretor da INFRAERO. 20. Fernando Brendalha de Almeida, Superintendente de Planejamento e Gestão da INFRAERO. 21. José Wellington Moura, ex-Diretor da INFRAERO. 22. Carlos Alberto Carvalho, ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano de Curitiba. 23. Antonio Felipe Barcelos Silva, Superintendente da INFRAERO no Paraná. 24. Eleuza Therezinha Manzoni dos Santos Lores, Diretora de Engenharia da INFRAERO. 25. Mário Ururahy Macedo Neto, ex-Superintendente da INFRAERO. 26. Marco Antonio Marques de Oliveira, Diretor de Administração da INFRAERO. 27. Luís Gustavo da Silva Schild, Superintendente de Logística de Carga da INFRAERO. 28. Silvia Pfeiffer, sócia na empresa Arte Múltipla Empreendimentos Ltda, Aeromídia. 29. Arlindo Lima Filho, Gerente Comercial do Aeroporto de Curitiba. 30. Pedro Arthur Borges, sócio Gerente da empresa Talude Comercial, Construtora Ltda. 31. Shinko Nakandakari, diretor da empresa Talude Comercial e Construtora Ltda. 32. Tercio Ivan de Barros, Superintendente Regional da INFRAERO. 33. Rommel Albino Clímaco, Gerente Regional de Engenharia da INFRAERO. 34. Jorge Fernando Manzoni, Superintendente do Aeroporto de São José dos Campos, irmão da diretora de Engenharia da INFRAERO. 35. Kátia Vila Nova B. Manzoni dos Santos, comissionada no aeroporto de Campinas e cunhada da diretora de Engenharia da INFRAERO.

Requerimentos de informações: 1. Cópia do depoimento prestado pela empresária Silvia Pfeiffer à Polícia Federal. Se possível e-mail eletrônico. 2. Cópia dos inquéritos abertos pela Polícia Federal para apurar irregularidades em órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle e a segurança de tráfego aéreo. Se possível e-mail eletrônico. 3. Cópia dos pro-

cedimentos administrativos conduzidos pela Controladoria Geral da União e pela Advocacia Geral da União para apurar irregularidades em órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle e à segurança do tráfego aéreo, se possível e-mail eletrônico. 4. Cópia dos procedimentos administrativos conduzidos pela Agência Nacional de Aviação Civil para apurar irregularidades em ações afetas ao controle e à segurança do tráfego aéreo, se possível e-mail eletrônico. 5. Cópia do procedimento administrativo ou, melhor, dos procedimentos administrativos conduzidos pela Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária para apurar irregularidades em ações afetas ao controle e à segurança do tráfego aéreo. Se possível em e-mail eletrônico. 6. Cópia dos procedimentos investigativos e administrativos conduzidos pelo Comando da Aeronáutica para apurar irregularidades em ações afetas ao controle e a segurança do tráfego aéreo. Se possível e-mail eletrônico. 7. Cópia dos procedimentos investigativos conduzidos pelo Ministério Público Militar para apurar irregularidades em órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle e à segurança do tráfego aéreo, se possível e-mail eletrônico. 8. Cópia do inquérito aberto pelo Ministério Público do Trabalho para apurar irregularidades em órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle do tráfego aéreo, se possível e-mail eletrônico. 9. Cópia dos processos conduzidos... Chama o Amadeu para mim, por favor. Conduzidos pelo Tribunal de Contas da União para apurar irregularidades em órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle do tráfego aéreo, assim como em obras realizadas nos aeroportos brasileiros, se possível e-mail eletrônico... Do Ministério Público Federal... Acha para mim. 10. Cópia dos relatórios de perigo elaborados pelos controladores de tráfego aéreo nos últimos 3 anos até a presente data se possível e-mail eletrônico. 11. Cópia dos relatórios de Incidentes de Tráfego Aéreo, RICEA, nos últimos 3 anos até a presente data. Se possível e-mail eletrônico. 12. Cópia dos depoimentos prestados pelos Brigadeiros Edilberto Teles Sirotheau Corrêa e Frederico de Queiroz, ex-ocupantes de postos estratégicos na INFRAERO relacionados à segurança aeroportuária prestados à Procuradoria da República em Minas Gerais. 13. Relatório da Federação Internacional de Associação dos Controladores de Vôo sobre o CINDACTA I. 14. Relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial, GTI, do Governo Federal, instalado em 16 de novembro de 2006 sobre a crise aérea. 15. Relatório de auditoria da Organização da Aviação Civil Internacional de 2005. 16. Notas taquigráficas referentes aos depoimentos prestados em Comissão e Audiência Pública por autoridades interessados no Inquérito Par-

lamentar conduzido pela Câmara dos Deputados para apurar as causas conseqüentes responsáveis pela crise no sistema de tráfego aéreo brasileiro. 17. Solicitar aos órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle e à segurança do tráfego aéreo, relação de contratos especiais, cargos de confiança firmados a partir de 2003, indicando o nome, CPF, cargo, lotação, data de admissão e de exoneração e responsável pela indicação. Se possível e-mail eletrônico. 18. Solicitar à INFRAERO, incluídas as superintendências regionais, relação de pagamentos e fornecedores... Onde eu li 2003, por favor, é 2000, porque a auditoria feita pelo Tribunal de Contas é a partir de 2000. Então, no item 17, 18 e 19, 2000, por favor. Solicitar à INFRAERO, incluídas as superintendências regionais, relação de pagamentos a fornecedores desde 2000 explicitando entre outros a data de pagamento, o valor do pagamento, o nome do favorecido, o CPF, CNPJ do favorecido, a descrição do objeto e o local do gasto. Se possível e-mail eletrônico. 19. Solicitar à INFRAERO, incluídas as superintendências regionais, relação de ingresso desde 2000 pela concessão do uso de espaço nos aeroportos. Publicidade, concessionários e permissionários indicando entre outros a data do ingresso, o valor recebido, o nome do cliente, o CPF, CNPJ do cliente, a descrição do objeto e o local do ingresso. Se possível e-mail eletrônico.

Solicitações: 1. Disponibilização de técnicos do Tribunal de Contas da União para prestar assessoramento aos trabalhos durante o período de funcionamento da CPI. 2. Disponibilização de técnicos da Controladoria Geral da União para prestar Assessoramento aos trabalhos durante o período de funcionamento da CPI. 3. Disponibilização do delegado da Polícia Federal Renato Saião Dias para acompanhar os trabalhos durante o período de funcionamento da CPI. 4. Disponibilização do Procurador do Ministério Público Federal para acompanhar os trabalhos durante o período de funcionamento da CPI. 5. Disponibilização do Promotor de Justiça Tito Souza Amaral do Ministério Público de Goiás para acompanhar os trabalhos durante o período de funcionamento da CPI. 6. Documentos que não implicam em sigilo bancário, telefônico ou fiscal possam ser requisitados pela Presidência *ad referendum* do Plenário da CPI.

Em síntese, Srs. Senadores, é isso. E se os senhores desejarem eu faço um resumo do que foi lido.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Senador Antonio Carlos Magalhães.

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – É um resumo muito bem-feito. Mas como eu desejo que a CPI termine os seus trabalhos no prazo estabelecido, é impossível com tantas au-

diências chegarmos à conclusão, a despeito de que cada audiência dessa pode surgir um novo convidado para depor.

Então, se o Relator pudesse, não sei se pode, o Relator tem a sua competência, enxugar mais, colocar menos nomes, aqueles básicos para que depois daí saíssemos para outros, seria extremamente mais útil. Porque da maneira que está, pense só. 35 de uma vez. No dia máximo, duas Sessões por semana, nós podemos ter no máximo 5, 6 para depor com correção.

De maneira que não é uma crítica. Ao contrário, é um elogio ao seu trabalho. Mas uma maneira de enxugarmos mais para que chegássemos aos nossos objetivos no tempo hábil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Com a palavra o Relator. Então, antes o Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Sobre o assunto, só... Eu queria... Essa é uma ordem cronológica ou pode ter as prioridades nos depoimentos de acordo com a necessidade?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Não. Não há... Ela não é cronológica. Ela pode ser alterada.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Tanto é que ficou ali na parte geral dizendo que é uma investigação concomitante. Mas o que o Senador Antonio Carlos Magalhães disse é muito pertinente. Também nós temos essa preocupação. Agora, por que é que nós estamos colocando todas estas autoridades? Porque são todas as autoridades mencionadas que apareceram até esse instante. Mas é óbvio que se vier aqui alguém da Aeronáutica e fazer um depoimento único absolutamente esclarecedor, nós podemos dispensar todos os demais. Pode ser que um depoimento único também relativa aos operadores de voo que também seja esse esclarecimento absolutamente esclarecedor. Mas justamente para evitar que nós no futuro tenhamos que convocar alguém já mencionado, então, nós já fazemos a aprovação da convocação e à medida em que nós formos desenvolvendo o nosso trabalho, nós podemos da mesma forma que convocar outras pessoas dispensar a oitiva dessas pessoas já convocadas. Até porque algumas delas já prestaram esclarecimentos por escrito ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal. À medida que esses documentos forem chegando eu posso fazer um relatório em cada início de Sessão, solicitar a dispensa da oitiva dessas pessoas e explicar por que que estou fazendo. Porque o depoimento dela vai simplesmente entrar em... Já é a repetição de outro que foi prestado, ou nós já temos um esclarecimento por escrito, de modo que eu comungo

da preocupação externada por V.Ex.<sup>a</sup>, mas eu gostaria de ver esses nomes todos aprovados. Mas isso não significa que eles serão ouvidos todos por essa Comissão. Conforme é o entendimento de V.Ex.<sup>a</sup> e meu entendimento também.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Está inscrito o Senador José Agripino, Senador Romeu Tuma, Senador Sibá e Senadora Ideli.

Senador José Agripino tem a palavra para discutir a agenda de trabalho do Relator.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Sr. Presidente, eu queria inicialmente cumprimentar o Relator porque ele está, na verdade, debruçado com responsabilidades na tarefa que lhe foi delegada. E acho que ele apresentou uma proposta consistente, evidentemente, que para debate.

Senador Demóstenes, eu estou convencido de que a operação, vamos chamar, cuidadosa dos operadores ou dos controladores de voo, decorrente do acidente com o avião da GOL que matou 154 pessoas, deve ter sido produto de muitas solicitações feitas por antecipação que nunca foram atendidas. Eles estavam desaparelhados e tiveram medo de serem responsabilizados por outros acidentes. E a partir daí deflagrou-se todo um processo de protesto, de reclamações, de confusão, de caos que o Governo não soube conter. Muito bem. Cabe a nós agora encontrar as razões para sugerir ao Governo as medidas que o Governo até agora não adotou.

Eu tenho a preocupação, Presidente, é fundamentalmente descobrir se há buraco negro. Tem buraco negro no controle do espaço aéreo? Se tem buraco negro, qual é a razão? É falta de equipamento? É falta de pessoal? É falta de pista? Então, em função disto vão se desdobrar questionamentos tipo: Há contingenciamento de verba? Não comprou-se equipamento por quê? Porque havia verba e a verba não foi liberada? Há problema de pessoal, por quê? Porque há conflitos sobre se o controle deve ser civil, Militar ou híbrido? Com quem é que deve estar o comando? É com a ANAC que deveria ser o Comandante de tudo? É com o Ministério da Defesa que atuou e não resolveu nada? É com o Comando Militar que foi subtraído da sua autoridade num dado momento? Os alertas que foram feitos foram feitos? O Tribunal de Contas da União tem algo a dizer?

Então, eu acho que aí a gente fecha a investigação. Fundamentalmente ouvindo em primeiro lugar os controladores aéreos. É a sugestão que eu queria dar aos membros da Comissão. Eu acho que nós tínhamos que começar pelos controladores que foram os arautos da crise, foram os anunciadores e que podem chegar aqui e nos dizer: “Olha, tem falta de equipamento, tem

pessoal em falta, as pistas não são convenientes, está se gastando muito dinheiro com prédio e pouco dinheiro com pista”. A partir daí a gente pode ordenar dentro do que V.Ex<sup>a</sup>. propôs um cronograma pragmático de trabalho de forma que a gente chegue no espaço de tempo a que se refere o Senador Antonio Carlos, o menor possível, a soluções ou a recomendações que essa Comissão precisará dar ao Governo para que as confusões nos aeroportos possam ser superadas.

É a sugestão que eu queria dar. Começarmos pelos controladores de vôo, com as perguntas básicas. Tem buraco negro? Tem falta de equipamento? Tem falta de pessoal? Tem falta de pista? A partir daí se pode construir um bom plano de trabalho.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – A nossa intenção era fazer uma investigação concomitante, Senador Agripino, e vamos tentar fazer dessa forma. Mas hoje nós não temos, por exemplo, documentos ainda sobre a INFRAERO. O Tribunal de Contas deve entregar primeiramente, isso deve ser feito até terça-feira. Então, a partir de terça nós teríamos um cronograma sobre a INFRAERO. Eu e o Senador Tião Viana já tivemos o cuidado de ir ao Tribunal de Contas da União.

Ao mesmo tempo nós fomos hoje também ao Comandante da Aeronáutica até para solicitar que é quem dirige o CINDACTA I deu entrevista na Rede Globo no sábado, no domingo, mostrando que havia uma falha e que houve uma falha humana nesse... através... feita pelos controladores, digamos assim, e que houve, eles... Esses dirigentes foram prontamente rebatidos.

Então, nós já queríamos estabelecer essa polêmica. E não por amor à polêmica. Me parece que é o fato mais relevante da semana em relação a essa crise. Mas tanto amanhã quanto depois esses dirigentes já tinham há mais de mês agendados um programa de segurança de tráfego aéreo.

Então, por dois dias eles estarão impossibilitados de aqui comparecer. Não nos resta outra alternativa além de ser prudente, já conversamos isso com o Senador Tião Viana que nós tentássemos justamente esgotar o início, começar e esgotar justamente pelos controladores. Chamar todos os controladores civis, os Militares, buscar por sua vez, tem uma associação, o especialista em segurança de vôo, o delegado que vem nos acompanhar, que o Dr. Paulo Lacerda colocou a nossa disposição, o delegado que fez o inquérito, Renato Saião.

Então, nós partiríamos daí se nós conseguíssemos amanhã e depois fazermos todas essas audiências de seis a oito audiências, talvez, na semana que vem nós já poderíamos ouvir a versão da Aeronáutica. E já teríamos consolidado, mais ou menos, essa situação

nós já teríamos uma visão prática disso, conforme, aliás, é a sugestão de V.Ex<sup>a</sup>. (soa a campainha)

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Só uma observação final, Presidente. Me preocupa muito os alertas que foram feitos aos setores competentes e que não foram atendidos. Me parece que o Tribunal de Contas da União fez um alerta há bastante tempo atrás com relação ao contingenciamento de recurso na verba consignada ao controle aéreo especificamente. Fez há bastante tempo e mesmo com o alerta nada aconteceu.

Então, é importante que a gente ouça os controladores, obtenha as respostas deles porque eles trabalham com operação e com a segurança de vôo. E eles sabem o que está faltando e o que não está faltando. Para que a gente possa chamar, inclusive, o Dr. Augusto Nardes do Tribunal de Contas da União para que ele possa oferecer aqui aos membros da Comissão as informações que são fundamentais para que a gente possa elaborar no relatório de V.Ex<sup>a</sup>. o receituário do que o Governo precisará fazer se não quiser ver de novo os aeroportos transformados em palco de guerra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>., a Presidência...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO)** – Só para fazer um esclarecimento, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Estabelecer um controle de 5 minutos para cada Senador para aproveitar melhor o tempo de cada um. Com a palavra o Relator. A seguir o Senador Romeu Tuma.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – V.Ex<sup>a</sup>. tem razão, Senador Agripino. E nós já nos preocupamos com isso. Já tivemos acesso à auditoria feita. Por isso que nós colocamos aqui a partir de 2000 e não de 2003, fizemos essa retificação. Porque segundo o levantamento do Tribunal de Contas da União, 572 milhões de reais deixaram de ser repassados à Aeronáutica pela INFRAERO nesse período, contrariando a instrução normativa.

Então, talvez quando começarmos o assunto INFRAERO fosse mais prudente que nós ouvíssemos justamente a exposição do Ministro que V.Ex<sup>a</sup>. mencionou e que eu sugeri aqui que fosse convocado para que ele pudesse fazer uma exposição sobre essa situação que aqui o Tribunal de Contas encontrou dentro da INFRAERO. E também o que é que a Controladoria Geral da União encontrou ali. E como tem uma investigação adiantada em São Paulo, também já estamos aqui aprovando e até um adendo que eu estou fazendo do item 20, cópia dos procedimentos investigatórios

conduzidos pelo Ministério Público Federal para apurar irregularidades em órgãos ou entidades responsáveis por ações afetas ao controle e a segurança do tráfego aéreo, se possível e-mail eletrônico. Chamar essas autoridades para que elas possam fazer esses relatórios conforme também é do entendimento do V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Inclusive em conseqüência da visita que eu e o Relator fizemos ao Controlador Geral da União, Diretor de Polícia Federal, Procurador da República, Comandante da Aeronáutica e Tribunal de Contas da União a Controladoria Geral da União já enviou os documentos solicitados para esta Presidência que irá abri-los após a reunião e já estarão à disposição dos Srs. Senadores. Na devida cautela.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, a seguir Senador Sibá, Senadora Ideli, Senador Sérgio Guerra e Senador Mário Couto. Senador Wellington inscrito. Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Presidente, primeiro queria cumprimentar V.Ex<sup>a</sup>. e o Relator pela eficiência e a presteza com que deram início aos trabalhos da CPI. Portanto, o resultado desse plano de trabalho, agora acomodado com a explicação que foi dada às preocupações do Senador Antonio Carlos Magalhães pela necessidade de se apressar o procedimento para não ficar essa angústia e sofrimento permanente de qual o caminho que vai ser seguido, eu acho que o Senador Antonio Carlos fez o questionamento, foi respondido e volta, sem dúvida nenhuma tranquilizar os componentes dessa Comissão.

Eu fiz um Requerimento, Sr. Presidente, e queria que o Senador Demóstenes ouvisse. Praticamente está inserido no seu plano de trabalho. Mas eu tinha feito ontem... Que a gente fica pensando nas coisas e lendo os jornais, eu vi a entrevista do oficial. E aí eu fiz, eu achei que seria interessante. Não sei se V.Ex<sup>a</sup>. vai concordar porque já está um pouco implícito no seu plano de trabalho é requerer a descrição de todas as ocorrências havidas que prejudicaram o cidadão, os motivos que levaram a isso e quais foram às providências tomadas. Que nós já teríamos subsídios para saber o que houve.

E tem uma coisa aqui, Presidente, Senador Demóstenes, quando foi instalado o SIVAM e o SIPAM, se não me engano foi retirado um radar da Bahia para poder compor o CINDACTA, mudar o sistema de CINDACTA.

Então, provavelmente possa ter peça já ultrapassada na sua tecnologia. Eu acho que a gente não tem que misturar muita coisa, mas tem que buscar o que realmente as causas e o efeito. Porque aqui eu vi o seu depoimento sobre o tipo de investigação que vai

ser feita, mais propositiva do que qualquer outra coisa. É claro que os responsáveis que tiveram dolo vão ser punidos. Mas o objetivo é tranquilizar e a sociedade sem dúvida nenhuma ter um transporte aéreo muito mais tranquilo do que ainda hoje está acontecendo. Ainda na sexta-feira o avião que tinha que posar cinco e meia, seis horas em São Paulo, foi posar oito horas em Viracopos, em Campinas, e depois chegou em São Paulo às dez da noite, quer dizer, ainda está. Por isso que eu fiz esse Requerimento. Não sei se...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – A Presidência em entendimento com o Relator acolhe o Requerimento de V.Ex<sup>a</sup>. e colocará em votação após encerrada a discussão.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Com parecer favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Senador Sibá Machado. A seguir Senadora Ideli Salvatti.

*(soa a campanha)*

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC)** – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras. Eu acompanhei a leitura do roteiro de trabalho apresentado pelo nosso Relator, estou muito bem contemplado, já as ressalvas feitas na última página, a página 10. E eu compreendo que realmente 35 nomes já muito bem explicados pelo Relator, nós podemos dispensar alguns. E queria colocar, Sr. Presidente, submeter dois requerimentos para a apreciação de mais dois nomes que é do Senador Fernando Perrone, que foi Presidente também da INFRAERO e o Dr. Lucas Furtado que é Procurador Federal e que acompanha no âmbito do Tribunal de Contas da União assuntos relativos a esta matéria que nós estamos debruçando sobre essa CPI. E eu pediria saber se poderia acatar os dois requerimentos que eu submeto a esta Comissão.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Em relação ao Dr. Lucas, inclusive, ontem nós já conversamos com ele, foi uma falha, não está incluído. Mas Requerimento de V.Ex<sup>a</sup>. supre essa falha.

Então, ele pode, inclusive, ser um dos expositores ao lado do Ministro Nardes. Exatamente. E em relação ao Ex-presidente não tem problema nenhum também. O parecer é favorável.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Senadora Ideli Salvatti.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC)** – Sr. Presidente, Sr. Relator. Em primeiro lugar eu queria parabenizar a apresentação do plano de trabalho que o entendimento e a expressão de V.Ex<sup>as</sup>. dão exatamente esta sintonia entre Presidência e Relatoria e

acho que começamos muito bem o trabalho com a apresentação deste plano já com os requerimentos já acordados, com o foco bastante bem estabelecido e até com a própria fala dos Senadores que me antecederam no sentido de nós agilizarmos os trabalhos, aquilo que não for relevante poder ser substituído ao invés dos depoimentos por documentação ou por relatório ou declaração por escrito.

Agora, eu queria apenas fazer três ponderações para que o Relator e o Presidente dessa CPI pudessem verificar se é conveniente que nós possamos tratar aqui ou não.

A primeira delas é de que toda esta situação dos nossos aeroportos acabou trazendo para a população uma certa desconfiança com relação à segurança de vôo, e a segurança do controle do tráfego aéreo. Que nós pudéssemos aí, não precisa ser por depoimento, mas que nós pudéssemos ter algum tipo de levantamento a respeito da causa dos acidentes. Até para que pudesse ficar bastante configurado qual é a incidência efetiva dos acidentes e a sua correlação com a questão do tráfego aéreo, do controle do tráfego aéreo. Acho isso importante se nós pudéssemos prestar este serviço até para a tranquilidade da população que se utiliza do vôo.

Segunda questão, me trouxe muita preocupação o fato de que o Controle Aéreo Brasileiro passará muito rapidamente a ser exercido por satélite e não mais pelos mecanismos que nós temos hoje em dia. E que no processo de venda do sistema de comunicação brasileiro, da EMBRATEL, nós acabamos perdendo o controle dos satélites.

Portanto, nós vamos passar a ter o controle do tráfego aéreo feito por satélite num curto espaço de tempo, mas o Brasil não detém mais este controle dos satélites, que no processo da privatização...

Então, eu acho que este seria um assunto que nós poderíamos ver da possibilidade, da viabilidade de nós podermos vir a tratar nesta Comissão.

E por último, está no fato determinado a responsabilidade do acidente. De quem é? De quem foi efetivamente à responsabilidade do acidente? Até porque, Senador Demóstenes, a responsabilidade efetiva do acidente vai servir para que a gente possa fazer as correções, as responsabilidades, melhorar o nosso sistema. Mas o Jornalista Paulo Henrique Amorim ele tem levantado uma questão que eu acho que também procede. Nesta discussão da responsabilidade terá a questão da indenização das famílias. E esta questão da indenização é uma causa bilionária. Está envolvido nesta questão... Quem será o responsável, na responsabilização terá também quem pagará as indenizações.

Portanto, eu acho que este não é um assunto para a gente desconsiderar. Eu acho que o nosso foco, obviamente, é ter a responsabilidade do acidente, corrigir as falhas, responsabilizar quem de direito. Mas não deixar de levar em consideração que na responsabilidade estará o pagamento da indenização bilionária das famílias vítimas do acidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. Com a palavra o Relator.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Sr<sup>a</sup>. Senadora Ideli Salvatti. A minha preocupação também ela caminha no mesmo sentido que a preocupação da senhora, de V.Ex<sup>a</sup>. Veja só. Quando estivemos hoje pela manhã com o Comandante da Aeronáutica, com o Comandante em exercício, eu e o Senador Tião Viana procuramos, justamente isso, saber dele sobre a segurança, o que é que ele achava desse mecanismo hoje que os Militares operam, se esses aparelhos são obsoletos ou não, se ele tem com precisão de como dar uma resposta do ponto de vista da Aeronáutica de quem causou esses acidentes. Tanto é que nós imaginamos o seguinte: Quando nós mais ou menos encerrarmos essa discussão entre os controladores, os Militares, essas versões forem apresentadas nós poderíamos chamar aqui numa audiência o Comandante da Aeronáutica para que ele falasse sobre esses temas, até para que nós possamos de alguma forma ajudá-lo, ajudar a Aeronáutica Brasileira porque há um reclamo, Senador Tião Viana nós acabamos discutindo sobre muitos assuntos, é claro que esse não é o tema. Mas para se ter uma idéia. Reclamava o Comandante em exercício que o Brasil hoje é a quarta potência Aeronáutica da América Latina, Militar.

Então, há um receio, por exemplo, coisa que eu não tinha a menor idéia que a Venezuela é a primeira, que o Chávez está se militarizando e que, inclusive, fez uma demonstração com equipamento de ponta para o Presidente Lula sem qualquer, digamos assim, qual a finalidade de fazer essa demonstração? Então, há... Exatamente.

Então, o que eu digo é que nós também queremos ter essas mesmas respostas. E o Presidente da TAM já se colocou à disposição dessa Comissão através de um dos nossos Senadores para que ele possa vir aqui também e prestar os esclarecimentos necessários. Mais especificamente ao nosso Líder José Agripino.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Senador Sérgio Guerra tem a palavra.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE)** – Eu queria dar uma primeira palavra e dizer que essa Comissão começa bem. E que ela terá um sério desafio a enfrentar. O primeiro deles de caráter técnico. O que

fazer para chegarmos a conclusões reais, seguras que sejam efetivamente importantes para o País? A segunda do ponto de vista público. Vencer toda uma mentalidade que cada vez mais avança na direção do convencimento de que o Congresso é incapaz de fiscalizar, como também é incapaz de se fiscalizar. Nós não temos condição aqui de levar um trabalho sério, adiante, e as CPIs são mais fantasias do que obras concretas. Eu acho que a indicação dos dois Senadores, do Senador Tião e do Senador Demóstenes são um bom começo para o enfrentamento dessas duas questões. São pessoas qualificadas, responsáveis, seguras e que eu tenho absoluta convicção, vão levar esse trabalho no conjunto ao melhor resultado.

Segundo. Eu queria chamar um pouco de atenção para a questão da organização. É um tema técnico em grande parte o Congresso não dispõe de apoio técnico, tenho certeza, nessa área específica. Não é impropriedade, mas eu coloco como sugestão ao Relator-geral e ao Presidente também que no decorrer da Comissão Parlamentar de Inquérito não deixe de recorrer, inclusive, à contratação de elementos técnicos que possam contribuir na elucidação da investigação. E que isso seja colocado com toda a clareza sem nenhuma inibição e que não seja considerada restrições. Mesmo que as restrições se façam nós não podemos aceitar essas restrições porque no final seremos julgados pelo que fizermos aqui.

Então, é preciso, eu tenho absoluta convicção de que vamos ter que chamar gente aqui, contratar gente técnica para chegar a um resultado satisfatório.

Terceiro ponto de vista. A história das CPIs é uma história turbulenta. Mas o fato concreto é que quanto mais organização houver melhor será o resultado. Somos poucos. Não somos tantos. E o tema é largo, amplo. Nem sabemos os seus limites. É um bom início essa relação de pessoas convidadas. Mas como já disse o Senador Antonio Carlos, é inteiramente impossível que nós tenhamos condição objetiva de ouvir sequer essa relação que foi posta aqui.

Então, um planejamento, uma organização concreta eu acho que é uma preocupação que deve presidir os nossos trabalhos. E que essa organização possa considerar no seu percurso, inclusive, a especialização de alguns dos elementos na Comissão em temas específicos para que ao longo das discussões alguém possa ouvir alguém e não necessariamente todos. E se possa ter um trabalho de conjunto de planejamento, de trabalho e de organização que eu tenho certeza que é prioritário. Vamos fazer a melhor investigação. Vamos fazê-la limpa. Não há o que esconder. Vamos fazê-la objetiva. Não há nesse caso a preocupação com o espetáculo nem com a exibição.

Eles já provaram que não produzem bons resultados. Nem do ponto de vista do Congresso, nem do ponto de vista das pessoas.

Então, eu tenho certeza pelo que começo a ver hoje e já imaginava que pudesse ser prumo do nosso trabalho, que temos condição de avançar nisso de maneira metódica. Não há elementos políticos no sentido geral para serem questionados porque esses elementos políticos são precários diante de uma situação de fato.

Há dois meses, três meses o Brasil se colocou num quadro deplorável do ponto de vista da sociedade brasileira, inimaginável que se caracterizasse um apagão naquela proporção, com absoluto desrespeito pelo cidadão e do ponto de vista internacional também, um País como o Brasil, com o seu tamanho, a sua dimensão e a sua complexidade não poderia ter se permitido a uma desordem com a dimensão daquela que já se verificou e que foi apenas controlada.

Eu me lembro que ouvi um pedaço de um discurso do Senador José Agripino muito bom, aliás, como normalmente são as suas intervenções. Ele falava na chaleira e na tampa da chaleira. Todos os elementos da crise permanecem como estavam antes. Apenas se colocou sobre a crise, sobre a panela de pressão uma determinada tampa que está segurando provisoriamente. Mas o fato concreto é que nós demos uma demonstração que somos uma sociedade primitiva, politicamente desorganizada, sem consciência civil.

Enfim, o Senado tem condições, maturidade e necessidade de produzir um resultado na direção contrária às expectativas de muitos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – A Presidência agradece a manifestação de respeito e as sugestões dadas por V.Ex.<sup>a</sup>. que serão integralmente acolhidas para a condução dos trabalhos. Com a palavra...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Só para dizer que o que disse o Senador Sérgio Guerra é nossa preocupação. Fazer um trabalho técnico. Por isso que nós solicitamos técnicos do TCU, da Controladoria, do Ministério Público e da Polícia Federal. E também da Aeronáutica, vamos querer dos controladores, mas se houver necessidade eu concordo com V.Ex.<sup>a</sup>. Aqui já há uma requisição para o especialista em segurança de voo. Mas se nós sentirmos a necessidade de ir além, de buscar algo mais, eu acredito que esse técnico pode ser contratado para nos dar uma solução que nos convença. E eu acredito que o caminho seja esse. Essa é uma CPI que tem muito pouco espaço para manobras de quem quer, para quem quer fugir da linha. A linha é investigação sobre três causas absolutamente concretas e

que precisam ser investigadas. E como disse V.Ex<sup>a</sup>., nós estamos começando, como vai terminar, só Deus para saber.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Com a palavra o Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Inicialmente, Presidente, quero parabenizar o relatório dos trabalhos. Resume tudo aquilo que nós queríamos. Quero, então, dizer a V.Ex<sup>a</sup>. que eu me sinto satisfeito com o relatório e parabenizo V.Ex<sup>as</sup>. pela inteligência que foi capaz de resumir tudo aquilo que nós queríamos colocar no relatório inicial de trabalho.

Mas gostaria de fazer uma sugestão, Presidente, a V.Ex<sup>a</sup>. Nós temos que dar a nossa sociedade uma satisfação e obviamente que ela busca essa satisfação imediata. Ela está atenta logicamente a todos os nossos movimentos de trabalho em relação a essa CPI. E eu tenho acompanhado muitas CPIs na minha história política e me preocupo muito com os prazos do fechamento dos trabalhos dessa CPI. Por isso, Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão a V.Ex<sup>a</sup>. Como a preocupação do Senador Antonio Carlos Magalhães é pertinente, em função da lista dos nomes, me preocupa. Eu gostaria, então, de colocar a seguinte sugestão. Que os nossos trabalhos fossem feitos nas terças e quartas-feiras, que nós pudéssemos fazer o primeiro trabalho no período da manhã a começar às 10h. E nós pudéssemos fazer o segundo trabalho, o segundo período de trabalho a partir das 18 horas até às 22, 23 horas. Isso todas terças e quartas-feiras. Por que Presidente? Porque assim nós poderíamos acelerar o trabalho e dar uma resposta bem mais rápida à sociedade brasileira que cobra esta resposta de todos nós Senadores. Esta é a proposta minha e do Senador Sérgio Guerra do PSDB. Eu agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. Só lembrando Senador Mário Couto que regimentalmente as Comissões Parlamentares de Inquérito não devem iniciar em horário concomitante ao das demais Comissões. Nós vamos tentar adequar sempre e a proposta do Relator é que funcionemos três dias: Terça, quarta e quinta para aproveitar melhor os trabalhos...

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Na minha proposta ela não...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Ela não é excludente. Eu entendi que ela se identifica como sugestão dele.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – É lógico. Ela não atrapalha em nada.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Em absolutamente nada.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Por isso é que eu coloquei esses horários exatamente para fugir do regimento que eu consultei o regimento. E fiz exatamente para não conflitar com o regimento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – O meu entendimento é que V.Ex<sup>a</sup>...

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Se nós fizéssemos pela parte da manhã e a parte da tarde a partir das 18h, 18h30, após o Plenário, tivesse umas duas, três horas para trabalharmos, com certeza nós íamos adiantar bastante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Vamos acolher com muita atenção a sugestão de V.Ex<sup>a</sup>.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Eu agradeço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Sr. Presidente, Sr. Relator Demóstenes Torres. Eu passei esse final de semana, dando a minha caminhada, e eu fiquei pensando o quanto os familiares das pessoas que faleceram naquele acidente vão estar prestando atenção à nossa Comissão. O quanto eles vão estar aguardando, uma resposta sobre as dúvidas que eles não conseguem solucionar. Muitas vezes vão estar pais, mães, filhos, tios, parentes, aguardando, ligado na TV Senado, aguardando uma resposta para aquilo que eles não conseguiram ter até hoje. E isso me preocupou bastante e eu vi o quanto vai ser a nossa responsabilidade aqui nessa CPI. E espero, Senador Demóstenes, que V.Ex<sup>a</sup>. que é bem experiente, conduza com... De uma maneira que nós possamos esclarecer diariamente algum ponto para esses familiares. Espero que V.Ex<sup>a</sup>. prepare a pauta nesse sentido.

E a segunda situação, Sr. Presidente, que eu coloquei é o seguinte: Até agora, eu vou apresentar um Requerimento amanhã, e aí quero ver se nós possamos aprovar, eu queria requisitar um avião da EMBRAER, pedir autorização à torre, voar na mesma altura e chegar no ponto aonde houve o acidente.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Não. Eu vou. Eu vou.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Eu vou junto.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Eu vou. Agora, eu queria levar um convidado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Vamos no seu avião.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Não. No meu avião de repente não vão dar autorização para eu estar na altura que deveria estar, na velocidade que deveria estar e na rota, porque aí eu não tenho poder para poder botar o avião naquela direção, mas sendo da CPI, sim. E queria levar se possível for e aprovar essa Comissão o meu piloto. Porque nele eu confio, eu tenho algumas coisas, algumas discussões com ele que eu queria naquele momento saber. Será que se desligar transponder tem contato? Não tem contato? E ninguém falou isso em CPI nenhuma. Eu tenho certeza que a EMBRAER vai nos oferecer um avião para ir. Eu vou com o maior prazer. Mas eu quero chegar naquele ponto e saber. Desliga o transponder. Fala com a torre. Para onde nós vamos falar? O da GOL eu não vou pedir emprestado. Mas eu estou dizendo, é uma coisa tão simples, uma coisa tão simples de se fazer e ninguém falou isso. Eu vou pegar, qualquer acidente é uma reconstituição e isso aqui não é falado. Entendeu? Então, vamos, V.Ex<sup>a</sup>. vou apresentar o Requerimento, V.Ex<sup>a</sup>. entra em contato com a EMBRAER, marque a hora certa. Vamos. E vai chegar no ponto. Desliga o transponder. Está vendo a gente? Agora manda todo mundo sair da frente, né? Está vendo a gente? Não está vendo? Está falando com quem? Uma coisa simples. Mas ninguém pediu isso, Sr. Presidente. E na volta, na volta almoçaríamos em algum local na Base do Cachimbo, acho que foi onde pousou, e depois voltaríamos no caminho do avião da GOL e faríamos a mesma coisa.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Me permita Senador Wellington. Com essas considerações nós não vamos viajar com diária, mas com auxílio funeral.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Não. Eu fico até... Às vezes nós estamos falando de coisa séria. Mas realmente é uma coisa simples, Sr. Presidente. Eu vou apresentar esse Requerimento, tenho certeza que a EMBRAER vai ceder um avião. Eu vou, Senador Tuma que não tem medo de nada vai comigo. Eu já fui em tantas coisas com o Senador Tuma, com ele eu vou em qualquer coisa.

E a terceira posição, Sr. Presidente. Eu como Presidente da Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia, eu tomei conhecimento de que hoje qualquer dado, inclusive Militar e aeronáutico que for passar tem que usar um satélite de uma empresa privatizada. E o que é pior. Tem que dar o código ainda para decifrar os códigos do Exército, da Aeronáutica passando. Nós não temos uma linha secreta ou uma linha direta do Governo para informações do Exército, da Aeronáutica que não passe pela EMBRATEL,

do mexicano. Mexicano está até nos jornais aí, todo mundo que parece mexicano, ultimamente tem aparecido nos jornais. Entendeu? Então, nós temos que ver algum caminho nesse sentido. Por que é que tudo tem que ir lá para o mexicano ver, o que é que o meu Exército está fazendo? O que é que minha Aeronáutica está fazendo? Joga lá e ainda tem o código para decodificar. Isso é uma preocupação que ninguém nunca falou nada. Eu soube isso na Comissão outro dia. Comissão de Ciência e Tecnologia. Quer dizer, o Governo tem que ter alguma linha de contato, alguma coisa que possa ser secreta, que possa ter uma troca de informação secreta.

Agora, amanhã apresentarei esse Requerimento, Sr. Presidente Tião Viana e o Relator Senador Demóstenes, espero que V.Ex<sup>a</sup>. consiga um avião Legacy, teremos o maior prazer e fazer essa viagem. Eu, sinceramente, amanhã estou apresentando o Requerimento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. Com a palavra o Relator.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Bom, Senador, hoje nós conversamos com o Comandante em exercício e ele nos dizia justamente sobre isso, que no entendimento dele havia uma falha humana, até porque segundo ele naquele dia vários aviões passaram por aquele local e depois disso todos os dias sem repetir aquela falha. Mas naturalmente que nós podemos fazer esse vôo tranquilamente e esses questionamentos de ordem técnica que V.Ex<sup>a</sup>. faz, a Senadora Ideli levantou que foi justamente a questão do satélite, né. E como disse o Senador Sérgio Guerra, quem sabe nós tenhamos que lançar mão de um especialista para que nós possamos resolver essas pendências.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>s. Senador Sérgio Guerra. Veja as palavras do Comandante da Aeronáutica mostrando todo o respeito à relação institucional com o Congresso, com os órgãos de Governo que diz respeito ao orçamento e tudo, mas ele alertava que o Brasil é hoje a quarta força de defesa da América do Sul, da América Latina. Perde para a Venezuela, para o Equador e para o Chile.

Então, temos uma situação de atenção e alertava que agora recentemente o Presidente da Venezuela comprou seis aeronaves Secuia(F), se não estou enganado, aeronaves russas de alto poder de impacto que atingem aeronaves a 100 quilômetros de distância e alcançam com suas armas.

Então, o Brasil precisa debater detidamente esses assuntos que isso diz respeito à segurança do espaço aéreo brasileiro também.

Então, a Presidência passa a votação do relatório do Sr. Relator, do plano de trabalho do Sr. Relator e a seguir outros relatórios serão votados. As Sr<sup>as</sup>. e os Srs. Senadores concordam com o plano de trabalho apresentado permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos como sugestão do Relator para o dia de quinta-feira, já convocaremos hoje, a vinda dos três controladores de vôo de São José dos Campos, da torre de Brasília e de Manaus que estavam no dia da decorrência do acidente. E também do sindicato dos aeronautas, civil e o Militar. Nós faríamos a convocação deles para quinta-feira, lembrando, aparentemente são muitos para o horário das 11h de quinta-feira. Se for 10h, se for a concordância dos senhores. Dez horas não tem nenhum problema. Lembrando que por que estamos chamando cinco, que pode ser um número aparentemente muito elevado pelo assunto. Porque até agora os controladores envolvidos diretamente na questão se recusaram a emitir qualquer opinião sobre o assunto, se reservando ao direito de permanecer calados.

Então, nós temos a previsão de que possivelmente só os dois dos sindicatos é que falarão na próxima quinta-feira. Por essa razão estamos convocando cinco. Mas se eles quiserem estarão com a palavra assegurada para esclarecer a Comissão.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Sr. Presidente, pela ordem. Nessa viagem, se nós conseguirmos aprovar, eu gostaria também que ficasse na torre aqui um Senador.

Não. Eu estou falando sério para ver como é que funciona com as nossas comunicações...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Temos que ver porque é uma área restrita a quem não é profissional da área temos que tratar com muita atenção.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Espera aí, como Senador da República eu tenho área restrita que eu não posso ir?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – V.Ex<sup>a</sup>. há de considerar que os Deputados foram visitar o CINDACTA I e não tiveram acesso a área da torre.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Bom. Então o que é que nós temos que fazer para ter acesso, Senador?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Vai tratar após a apresentação do seu Requerimento.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Mas eu estou dizendo. O que

nós temos que fazer para ter acesso? Ir ao Supremo?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Tem questões relevantes de Segurança Nacional que tem que ser considerada, é uma questão de protocolo internacional, de norma internacional.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Ah, é?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Nós temos que levar em conta a sua solicitação e encaminhar e ver o retorno--

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Confio em V.Ex<sup>a</sup>. Confio em V.Ex<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Requerimento. Requeiro nos termos do art. 148 do Regimento Interno, Senado Federal, seja tomado para depoimento o Sr. Roberto Freire, Terceiro Sargento do efetivo do CINDACTA IV de Manaus. Senador Demóstenes Torres. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal que seja tomado depoimento do senhor suboficial BCTR-1, João Batista da Silva, controlador de vôo em São José dos Campos no dia da ocorrência do acidente. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requerimento. Requer a convocação do Sr. Wellington Andrade Rodrigues nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, para que seja submetido para prestar esclarecimento à CPI sobre os graves problemas verificados no sistema de tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País evidenciados a partir do acidente aéreo ocorrido dia 29 de setembro de 2006 envolvendo um Boeing 737-800 da GOL e um jato Legacy que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de vôo ocorrido em 30 de março de 2007. Senador Demóstenes Torres. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja tomado depoimento do Sr. Coronel aviador Rufino Antonio da Silva Ferreira, Presidente da Comissão de Investigação do Acidente Aeronáutico do vôo GOL 1907, Senador Demóstenes Torres. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal seja tomado depoimento do senhor Brigadeiro-do-Ar Jorge Kersul Filho, Chefe do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, CENIPA. As Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que

aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado, o Relatório do Senador Demóstenes Torres.

Requerimento. Nos termos do art. 89, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja colocado à disposição dessa Comissão o delegado da Polícia Federal Renato Saião Dias. Senador Demóstenes Torres. Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Presidente, uma vez que o plano de trabalho foi aprovado...

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – É isso que eu ia perguntar, pela ordem, Presidente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu sugeriria V.Ex<sup>a</sup>., uma vez que não há nenhuma quebra de transferência de sigilo, porque aí a votação teria que ser pessoal, que nós poderíamos votar em grupo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Só faltam...

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Eu ia, pela ordem...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Tudo bem. Então, a Presidência cita os nomes nos mesmos termos do Sr. Lucas Furtado, Procurador do Tribunal de Contas da União, autoria do Senador Sibá Machado, dois técnicos da Controladoria Geral da União, dois técnicos do Tribunal de Contas da União, um Procurador do Ministério Público Federal para ficar à disposição da CPI e também do Sr. Fernando Perrone, ex-presidente da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, INFRAERO, Senador Sibá Machado. E o Requerimento do Senador Romeu Tuma que já foi defendido por ele no Plenário desta Comissão.

Então, as Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores que aprovam os requerimentos solicitados permaneçam como se encontram. Aprovados.

Então, a Presidência esclarece ainda, que ainda tem mais um aqui, peço desculpas, do Promotor de Justiça do Ministério Público de Goiás, Dr. Tito Souza do Amaral para ficar à disposição da Relatoria da Comissão.

A Presidência esclarece ainda que nós tivemos um primeiro contato com as instituições citadas, Controladoria Geral da União, Polícia Federal, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União e Comando da Aeronáutica do Brasil, abrindo os procedimentos que serão adotados pela Comissão, fomos muito bem acolhidos por tais instituições e a expectativa é a melhor possível na agilidade, no bom aproveitamento da responsabilidade que temos neste momento. Senador Antonio Carlos Magalhães.

**SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (DEM – BA)** – O Ministro Waldir Pires vai ser convocado ou não?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Ainda não foi feito o Requerimento, Senador Antonio Carlos. E nós estamos tendo o cuidado de conversar com as instituições sobre a responsabilidade e a dimensão que tem essa CPI perante a sociedade brasileira, que o que mais está esperando de todos nós é a certeza que um pai, uma mãe com uma criança, uma pessoa de idade possam entrar numa aeronave nesse País, se deslocar e ter certeza que estão protegidos pelos órgãos de controle da qualidade de vôo no nosso País.

Então, nada mais havendo a tratar... A Presidência indaga se não há nenhuma restrição a que possamos trabalhar terça, quarta e quinta-feira. Não havendo, podendo em alguns casos ocorrer duas vezes por dia o trabalho. Então quinta-feira às 10h nós teremos a primeira oitiva. Muito obrigado.

Está encerrada a presente Sessão. E podemos em alguns casos aproveitar a segunda-feira que eu também tenho plena concordância com o Senador Antonio Carlos. Está encerrada a presente Sessão. – Senador **Tião Viana**, Presidente.

*(Sessão encerrada às 12h45)*

**Ata Circunstanciada da 3ª Reunião de 2007, realizada em 24 de maio de 2007, quinta-feira, às dez horas e trinta e um minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada a oitiva dos Senhores: 1º Sargento Wellington Andrade Rodrigues e do Senhor Jorge Carlos Botelho.**

**Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**  
**Demóstenes Torres (PFL – GO) – Relator**  
**José Agripino Maia (PFL – RN)**  
**Mário Couto (PSDB – PA)**  
**Tião Viana (PT – AC) – Presidente**  
**Sibá Machado (PT – AC)**  
**Sérgio Guerra (PSDB – PE)**  
**Sérgio Zambiasi (PTB – RS)**  
**Renato Casagrande (PSB – ES)**  
**Gilvan Borges (PMDB – AP)**  
**Wellington Salgado (PMDB – MG)**  
**Romeu Tuma (PFL – SP)**  
**Ideli Salvatti (PT – SC)**  
**João Pedro (PT – AM)**  
**Inácio Arruda (PCdoB – CE)**  
**Valdir Raupp (PMDB – RO)**

Estiveram presentes os Senhores Senadores Heráclito Fortes e Magno Malta, não membros da Comissão.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, bom dia. Com a chegada do nosso Relator iniciamos os trabalhos.

Havendo número regimental declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº. 401/2007 destinado a apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do País evidenciados a partir do incidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006 envolvendo um Boeing 737-800 da GOL e um jato Legacy. E que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à oitiva dos Sr. José Carlos Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Voo, Primeiro-Sargento Wellington Andrade Rodrigues, controlador de voo de Brasília, Suboficial João Batista da Silva, controlador do voo de São José dos Campos, e Terceiro-Sargento, Sr. Francisco Roberto A Freire do efetivo de CINDACTA IV de Manaus.

Esclareço as Sr<sup>as</sup>. e aos Srs. Senadores que o Sr. João Batista da Silva convocado que foi por esta CPI apresentou documento médico onde é expressamente assegurada pelo profissional de saúde à impossibilidade de comparecimento do Sr. João Batista da Silva em razão da situação de saúde que ele encontra em prestar depoimento nesta CPI. Temos aqui o anexo da documentação que justifica a ausência do Sr. João Batista da Silva.

Apenas para um esclarecimento o Sr. Relator apresentou a convocação na última reunião do controlador de voo de São José dos Campos no dia da ocorrência do acidente aéreo com o Boeing da GOL e o Legacy porque foi o ponto de partida do avião Legacy foi de São José dos Campos em direção à Manaus, foi convocado também o controlador de voo que estava no dia do acidente aéreo na torre de Brasília e que fez o procedimento de acompanhamento da aeronave no espaço aéreo de Brasília em direção a Manaus, e também do controlador de voo do CINDACTA IV de Manaus, além da Associação dos Controladores de Voo civil e do sindicato militar, melhor dizendo, e do sindicato civil.

Então nós temos aqui uma situação que o Relator irá dar a sua opinião. Parece que não se contempla exatamente nos termos que foi feita a convocação. Talvez um mal entendido tenha havido e nós vamos ter que corrigir esta situação. Eu... Tendo aqui ao lado o nosso Vice-Presidente, Senador Renato Casagrande, esclareço que nós temos alguns requerimentos que serão votados no final das oitivas que ocorrerão a partir

de agora e tenho a informar ainda esta Casa que eu mesmo estarei apresentando um Requerimento de convocação do Presidente da GOL e do Superintendente da INFRAERO de São Paulo em razão de nós termos ontem no noticiário brasileiro visto um impasse, um acidente de incêndio numa turbina com avião fazendo manobras de 45 minutos antes da aterrissagem e aí vem a GOL e informa que foi um acidente causado por um pássaro que entrou na turbina. E vem a INFRAERO e assegura que não foi um pássaro, que foi um problema mecânico de outra natureza. A sociedade brasileira não pode estar sujeita a mentira de quem quer que seja quando o assunto é segurança de voo, quando o assunto é vida de pessoas.

Então a responsabilidade dessa Comissão diz respeito também a esse assunto e eu estarei colocando em apreciação no final da reunião a convocação dos dois. Já fiz o entendimento com o Relator Senador Demóstenes sobre a matéria.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa e a coloco em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Antes de passar a palavra ao Relator, concedo, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – Desculpa, V.Ex<sup>a</sup> falou sobre esse incidente, quase um acidente ontem com o avião da GOL, eu gostaria, não requeri, mas já que V.Ex<sup>a</sup> tocou no assunto, era requisitar a fita da TV Globo que inclusive tem um passageiro que ouviu as explosões e o que foi dito.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – E nós estamos colocando as duas... Pedindo a cópia do telejornal.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Para V.Ex<sup>a</sup> requerer a cópia do tele jornal para nós...

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Solicitamos que compareça o Primeiro-Sargento Wellington Andrade Rodrigues, Controlador de Voo de Brasília que representa também a Associação dos Controladores de voo. O Sr. Wellington Andrade Rodrigues comprometeu-se nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal sobre as penas da lei dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, inciso LVIII da Constituição Federal. Está devidamente assinado aqui muito bem vindo, Sr. Wellington.

Passo a palavra ao Sr. Relator para conduzir a oitiva. Sr. Wellington, o senhor deporá de 20 minutos inicialmente e depois o Relator irá fazer as indagações necessárias. V.S<sup>a</sup> tem a palavra.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator, demais presentes um bom dia. Essa semana tem sido bastante intensa para mim porque eu já respondi a CPI na Câmara, ontem fui trabalhar, hoje estou aqui, e amanhã vou responder mais um Inquérito Policial Militar. E essa semana para mim tem sido uma síntese de tudo que aconteceu nesses nove meses para os controladores de tráfego aéreo. Estou bastante cansado, porém, tem muita honra de estar aqui hoje representando os controladores trazendo para V.Ex<sup>as</sup>., Senadores da República, as demandas e os anseios dos nossos controladores.

O que eu gostaria de deixar bem claro é que nós não temos nada, absolutamente nada contra a vida militar. Pelo contrário, nós enaltecemos a vida militar. A vida militar ela está dentro do seu contexto. Nós temos que enaltecer a Força Aérea Brasileira que sempre trabalhou, que instalou seus radares no meio da Amazônia com todas as dificuldades. Nós temos homens valorosos, pessoal da busca e salvamento muito, mas a Força Aérea não merece o que está acontecendo com ela, a Força Aérea não merece o que está... Todo esse sofrimento em cima da Força Aérea. Não merece simplesmente porque na nossa visão dos controladores de tráfego aéreo e na visão da aviação civil internacional o controle de tráfego aéreo é incompatível com a carreira militar. A Força Aérea não merece estar passando por isso devido à incompatibilidade do controle de tráfego aéreo, senhores.

Eu queria deixar uma reflexão antes de começar minha apresentação, 20 minutos, eu vou ter que correr bastante. Por que sargentos com carreiras estáveis, com prêmios e medalhas jogaram praticamente fora suas carreiras? Eu tenho quase 20 anos de serviço. Sou controlador, supervisor, instrutor, checador, coordenador de instrução, tenho prêmio por melhor controlador de tráfego aéreo, tenho medalhas, estou aqui hoje, não batendo na Força Aérea porque jamais faria isso, falando em nome da segurança de quem voa e de quem faz voar. De quem ajuda a proteção ao vôo. Não tenho intenção nenhuma de jogar o nome da nossa Força Aérea na lama. Nunca. Mas não vou poder nunca suportar o peso no meu ombro de uma omissão de um futuro acidente aeronáutico. Falo, portanto, em nome dos meus controladores, dos nossos amigos, em meu nome, e em nome da segurança de vôo.

Eu gostaria de fazer uma rápida retrospectiva, o antes e o depois. Porque nós ouvimos muito falar: Pôxa, antes não tinha problema, antes não tinha nenhum atraso, não acontecia nada. Tudo aconteceu depois do acidente. Eu gostaria de fazer uma breve

retrospectiva para mostrar que não é bem assim. Por gentileza...

Antecedentes da crise aérea. Em 1996, nós tivemos uma Audiência Pública na Câmara que se nós trocarmos os nomes dos depoentes e a data, parece que é a mesma coisa que está acontecendo hoje. Nós temos atrasos, problemas de frequências, problemas de excesso de tráfego, problema de formação e problema de falta de controladores de tráfego aéreo. 1996. Vários documentários foram feitos sobre o controle de tráfego aéreo apresentado nas televisões, com as demandas, com a problemática e a dificuldade que os controladores enfrentavam no seu dia-a-dia.

Em 2002, FAA que é a agência americana, ela esteve em vias de rebaixar o espaço aéreo brasileiro para a segunda categoria. Essa classificação quanto à segurança, o que significa esse rebaixamento para a segunda categoria? Que as empresas brasileiras que operam nos Estados Unidos não podem ter tripulações brasileiras. Elas teriam que contratar tripulações de outros Países que têm a classificação do espaço aéreo exigido pelo Estado Americano. Em 2002 já houve essa intenção de rebaixamento e a Força Aérea conseguiu resgatar as dificuldades que estavam passando naquele momento e não foi, então, rebaixado.

Em 2001 nós criamos a nossa associação. Eu sou Presidente desde o começo do ano passado, praticamente a minha gestão foi toda durante a crise. Uma associação voltada com caráter sócio-técnico, onde nós fizemos vários convênios com faculdades, escolas, questão de saúde, e principalmente com a preocupação técnica, da formação técnica do controlador. Organizamos simpósios para poder melhorar a classificação do controlador.

Em 2005 nós fizemos a carta de Brasília que vou falar mais à frente e setembro de 2006, na véspera do acidente nós também fizemos um informativo que eu também falarei agora à frente. Essa carta de Brasília em julho de 2005 ela teve esses objetivos: encaminhar às autoridades envolvidas na segurança e na prestação do controle do tráfego aéreo uma série de observações e recomendações relacionado às necessidades aos controladores de tráfego aéreo. Uma dessas várias solicitações que nós encaminhamos dizia a respeito ao curso de formação de supervisores. Nós tínhamos uma deficiência muito grande para formação de supervisores na área de controle de tráfego aéreo. Treinamento operacional. Nós já tínhamos levantado a deficiência que nós precisávamos que os nossos controladores estivesse treinando. Incompatibilidade da vida militar com a atividade. Várias vezes nós levamos essas demandas dos controladores porque nós controladores não somos controladores. Nós somos militares e es-

tamos regidos pela disciplina e pelo estatuto dos militares. Eu como militar, eu tenho que participar de toda a obrigação que é inerente à carreira militar como o serviço armado, formaturas, representações e treinamentos. E quando o controlador ele é dispensado, ele acaba criando atrito com outros sargentos. Por que os outros sargentos têm que tirar e o controlador não têm que tirar? Fora as outras incompatibilidades na questão do trato do homem e da relação. Evasão da mão-de-obra qualificada. Isso em 2005 a gente já estava falando muito sobre isso porque a carreira não é atrativa. O controlador ele vai embora. Ele não fica como controlador. Criação da gratificação por desempenho na atividade. Nós propusemos várias vezes para que diferenciasse o instrutor do supervisor e assim seja. E vários problemas técnicos que eu gostaria de elencar alguns deles. Essa questão da visualização radar ela foi muito comentado na mídia esses tempos. Esse daí foi conhecido pela imprensa como buraco negro. Para nós, eu digo com toda propriedade porque eu trabalhei nesse grupo para poder resolver esse tipo de demanda, esse tipo de deficiência que nós tínhamos, é uma superposição de responsabilidade, que eu vou explicar agora mais à frente.

A sugestão que nós pedimos que enviasse a visualização radar do OCC, do Centro de Controle de Manaus para a prestação de serviço em Brasília. Eu vou explicar de acordo com a própria explicação do Comando da Aeronáutica para que possa ter maior credibilidade.

O CINDACTA II que está localizado em Curitiba, todos os seus sítios radares estão com a cor azul. CINDACTA I, Brasília, amarelo, CINDACTA III, Recife, em vermelho, e CINDACTA IV o Centro Amazônico lá em Manaus, verde. Os senhores podem reparar nessa área aqui que não há uma superposição de radares. Somente o verde. Mas, entretanto, nessa área aqui quem controla é a área amarela, e ela não chega até ali. Ora, o espaço aéreo brasileiro é todo coberto o radar? Sim. Existe uma cobertura radar em todo o espaço aéreo brasileiro. Entretanto, todos os órgãos e controle que estão controlando naquele momento tem visualização radar? Não. Por quê? Nesse momento, na época do acidente, esse radar de São Félix do Araguaia ele enviava o sinal radar apenas para Manaus, e não enviava para Brasília. Por gentileza. Fica mais fácil nessa área aqui. São Félix do Araguaia enviando o sinal radar para Manaus e não enviava para Brasília. Os senhores podem verificar que ficava uma área aqui sem o Centro de Controle de Brasília ter a visualização radar. Esse foi o problema que foi chamado de buraco negro. Além da dificuldade o Centro Brasília na época do acidente não viu, não teve a visualização radar

na hora do acidente. O acidente ocorreu exatamente aqui nessa área. Exatamente aqui. Brasília não teve a visualização radar. Além disso, essa área também era muito conhecida por deficiências de frequência de comunicação. Isso é comprovado por vários relatórios de pilotos. Por gentileza, retorna aquela outra imagem para dizer... Hoje em janeiro já foram mandado essa visualização já é visualizada pelo Centro de Controle de Brasília. O que nós solicitamos em junho de 2006 eu estive em Manaus para fazer esse acordo operacional pedindo que envie essa visualização desse radar para Brasília ou que dê essa setorização de Manaus até onde Brasília vê. Não foi feito. Eu tenho o Relatório de técnicos que dizem que o envio desse sinal radar para Brasília se fosse via telefonia, via EMBRATEL, levaria de um mês a dois meses. Mas se fosse via satélite apenas uma semana. Então não havia tanta dificuldade para enviar esse sinal. E em janeiro desse ano nós estamos tendo a visualização.

Entretanto, há outras áreas no território brasileiro que estão coberto por radares, porém, não tem visualização radar quem controla. É o mesmo caso aqui. Se os senhores verificarem aqui na área de Recife, somente tem o radar aqui a antena verde que não é enviado o sinal para Recife e a parte lá de cima de Teresina também não há a cobertura, o envio do sinal radar. Então nós temos a cobertura radar do Brasil todo, não podemos negar, porém existe uma superposição de responsabilidades. Quem vê não controla e quem controla não vê. Esse é o X da questão. Esse daqui já foi acertado. Só que esses dois ainda não. Só que esses radares aqui eles estão apresentando muita deficiência de duplicação de pista e de criação de pistas falsas alterando o rumo da pista radar que é uma representação da aeronave no radar. (soa a campainha)

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – Sargento Wellington.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Senador João Pedro, só pediria porque o depoente tem 20 minutos para concluir o seu raciocínio. V.Ex<sup>a</sup> aguardasse para poder fazer o comentário senão nós vamos prejudicar a linha de raciocínio e a exposição dele que é muito importante.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – É porque vai prejudicar o raciocínio dele e a formulação. Sendo da mais alta importância porque senão vai prejudicar o raciocínio dele que é o mais importante que nós temos aqui.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – Esse campo, qual é essa distância em linha reta que ficou sem visualização nesse campo e em tempo de vôo de um Boeing qual o tempo? Por favor.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu diria em relação ao vôo do Legacy, porque o Boeing ele veio nessa área aqui e estava com cobertura radar, e quem estava controlando estava vendo. Agora, nessa área aqui daria em torno de... O Legacy ali voaria em torno de 20 minutos.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – E em quantos quilômetros em linha reta esse campo sem visualização?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Em torno de umas cem milhas, que dá quase duzentos quilômetros. Cem, cem e cinquenta milhas.

O que eu digo quem vê não controla e quem controla não via é que é quem tinha essa visualização radar aqui na época era o Centro de Controle de Manaus. E, no entanto, quem estava controlando essa área aqui era Brasília que não tinha essa visualização radar. É que... Desculpa, Senador, é que me deram 20 minutos eu tenho coisa demais para falar e estou tentando... Por gentileza.

Então, essa explicação que foi dada quanto à falha devido à posição dos radares e da antena ela não é válida naquele local do acidente. Porque o que havia mesmo era uma superposição de responsabilidades.

Problemas técnicos que ocorrem atualmente. De janeiro até setembro, portanto antes do acidente, nós tivemos 340 medidas restritivas apenas no CINDACTA I. O que são essas medidas restritivas? Toda medida que venha aplicar qualquer tipo de restrição às aeronaves. Quer seja por falta de pessoal, por deficiência técnica ou até mesmo por questões meteorológicas. De repente um aeroporto fecha e não há possibilidade de que o fluxo acompanhe. Então é colocada essa medida restritiva. Essa medida ela pode ser o atraso na decolagem, decolando de cinco em cinco minutos, dez em dez, ou até mesmo a suspensão temporária de toda a decolagem. Então antes do acidente nós já tínhamos 340 medidas restritivas.

Duplicação de pistas radar. Isso é muito comum hoje acontecer. A pista radar, vamos dizer assim, é a aeronave que de repente a apresentação dela na tela ela duplica ou então ela aparece em outro lugar causando uma pista fantasma ou assustando até mesmo o controlador porque semana retrasada eu vi um controlador tendo que fazer uma manobra evasiva numa aeronave quando na verdade não era uma outra aeronave, era uma duplicação, uma outra pista falsa que foi criada na frente da outra aeronave. Isso ocorre diariamente.

Falhas de frequência, temos muitas falhas de frequência. Muitas. Apesar de todo o esforço dos nossos amigos da (inaudível), apesar de todos os esforços dos nossos amigos da engenharia, ainda há muita defici-

ência na qualidade da transmissão e da recepção. O Brasil ele é todo coberto por frequências? Sim. Mas a qualidade ela hoje está boa amanhã ela já deteriora.

Quedas do sistema, consoles apagando, o controlador está lá fazendo o seu serviço e de repente a tela apaga. Isso é comum. E falhas na visualização radar devido a criação de pistas falsas ou vetor da aeronave está diferente do que na realidade está acontecendo. Inoperâncias de auxílio de navegação. Hoje esse dado aqui ele está disponível em qualquer sala de informação aeronáutica onde o piloto pega as informações e hoje nós temos em torno de 59 auxílios a navegação inoperante no Brasil todo.

Esse informativo nós soltamos três semanas antes do acidente. Onde a associação ela comunica os seus associados sobre assuntos técnicos. E na segunda página, nós comentamos a respeito da responsabilidade civil no controle de tráfego aéreo para poder chamar a atenção dos nossos controladores quanto à questão da negligência, da imprudência, da imperícia. E o segundo parágrafo nós comentávamos o seguinte. Até o momento em que esse texto está sendo escrito, graças a Deus que nenhum acidente aeronáutico aconteceu. Ninguém em sã consciência, ninguém que está trabalhando e que está tudo bem põe uma frase dessa. Três semanas antes do acidente. O segundo parágrafo, nós já alertávamos nossos controladores. Esse bate-papo é para alertar os caros controladores que estejam sempre atentos e com a legislação na ponta da língua. É um dos únicos meios através dos quais podemos nos proteger e proteger a vida dos outros. A preocupação para que o controlador cumprisse à risca o que está previsto, porque é por onde nós seremos julgados, por onde está escrito.

E aí três semanas após chegou o fatídico dia que para nós controladores de vôo do Brasil e do mundo jamais deverá ser esquecido. Eu me emociono muito toda vez que eu falo sobre o acidente. Eu tenho que me conter porque para mim traz emoções muito fortes. Eu estava no dia, eu estava dando instrução em outro setor, eu não tive participação com o tráfego. Praticamente a minha função foi de auxiliar os amigos que começaram a entrar em pânico, chorar, questão de desmaios, uma amiga teve que sair carregada, providenciar a substituição da equipe, pedir apoio psicológico... Porque nesse dia o maior pesadelo de todos os controladores de tráfego aéreo do mundo tornou-se realidade. O choro, o desespero, a vontade de não querer acreditar no que estava acontecendo. E a vontade de ainda correr atrás. “Não, vamos achá-lo! Vamos achá-lo!” Eu sou membro também do serviço de busca e salvamento, que eu tenho muita honra de fazer parte, e eu já comecei a correr também. Fui lá

para o serviço de busca e salvamento também para dar toda as informações para a gente tentar localizar o mais rápido possível a aeronave, porque várias vezes as aeronaves se perderam e nós conseguimos trazê-la para o pouso. Só que infelizmente nesse dia nós não conseguimos trazê-la para o pouso. Isso daí para os controladores de vôo é como se tudo aquilo que ele acreditava, tudo aquilo que ele fez a vida toda não serviu de nada. No controle de tráfego aéreo nós não podemos nunca tomar um gol. A gente tem que sempre ganhar. No mínimo empatar. Nunca podemos tomar um gol, e esse gol para nós foi muito triste. Até hoje a gente traz marcas profundas.

Em conseqüência desse acidente, nossas tivemos a retirada imediata de dez controladores envolvidos no acidente naquela região. Dez controladores da região praticamente causou maior dificuldade para nós porque nós já trabalhávamos no limite. Controladores que estavam de folga começaram a suprir a deficiência desses controladores. E o mais importante ainda, a equipe ela recebeu um apoio psicológico apesar de toda a dificuldade, porque o comando da aeronáutica também não estava preparado para isso. Ninguém estava preparado. Nós sempre falamos de acidente, mas ninguém acreditava que fosse acontecer conosco. E o apoio psicológico para quem continua trabalhando não houve. Chegou uma equipe de psicólogos do Instituto da Aeronáutica três meses após o acidente. Os nossos controladores no dia seguinte eles iam para a sala de estar, choravam e vinham render com os olhos cheios de lágrima e com a confiança abalada. Os mais novos pediam para não trabalhar na posição de controlador e ficar como assistente. Na Suíça, para dar um exemplo em 2002 quando houve um acidente, no dia seguinte o tráfego aéreo foi reduzido em 40% para dar chance para que os controladores se recuperassem psicologicamente. Mas nós não. Nós não tivemos essa chance. Para nós fomos assim... O Brasil precisa de vocês. Mas nós precisávamos de força. Nós precisávamos de resgatar a nossa confiança. E o que aconteceu? Os nossos controladores somatizaram o problema e muitos entraram com dispensas médicas. E aí começaram as acusações que os controladores estavam fazendo corpo mole, que os controladores não queriam nada com nada, estavam querendo chamar atenção. Setores que normalmente nós trabalhávamos com 12 controladores nós tínhamos apenas quatro controladores trabalhando.

*(soa a campanha)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – V.Ex<sup>a</sup> terá mais seis minutos.

#### **SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Por gentileza, eu quero... Vamos adiantar porque o final para nós é muito importante. Coloca todos os tópicos, por favor. Logo em seguida nós tivemos várias causas que atribuíram a culpa aos controladores sem termos a culpa. Queda no sistema em Curitiba. Queda de um raio em Campo Grande, excesso de tráfego no mesmo horário, inúmeros fechamentos de Congonhas, queda de comunicações em Brasília, o Natal que teve o problema de *overbooking* foi mais uma, e o mais caso recente foi o sistema de pouso por instrumento em Guarulhos. Tudo isso daqui aconteceu sem a participação do controlador e nós fomos chamados de sabotadores. Nada disso daqui houve a participação direta do controlador. É até hoje ninguém foi a público dizer: “Não, eles não fizeram nada disso”. Ninguém. Nós ficamos, até hoje, como os sabotadores e os Bin Ladens como fomos chamados. Tudo isso aconteceu com esse fim para o controlador. Anjo decaído. Porque o controlador sempre foi chamado de anjo da guarda e de repente virou vilão. Foi tudo esquecido o que ele fez a vida toda e ele virou o vilão. E essa falta de reconhecimento, essa insatisfação, desolação, a ruptura aconteceu no dia 30 de março um grito de socorro dos controladores da qual a associação ela não concordou com esse encaminhamento. Nós fomos sempre contra qualquer tipo de radicalização porque todos os problemas que nós mostramos foram esquecidos e o problema virou o controlador de tráfego aéreo. Esqueceram de tudo que aconteceu para focalizar os Bin Ladens, os sabotadores. E aí que eu venho fazer uma reflexão para os senhores. O que os controladores de tráfego aéreo querem? Serem controlador de tráfego aéreo. Eu não sou controlador. Eu sou militar. Nós queremos tornar controladores de tráfego aéreo. E a proposta que nós temos não é nada difícil para que se aconteça. A experiência mundial já mostra que a incompatibilidade da carreira militar com o controle de tráfego aéreo. O que nós queremos é resgatar o Projeto inicial da integração, realizar a verdadeira integração defesa aérea e controle do tráfego aéreo. Dessa forma não há necessidade de duplicação de sistemas. Da forma como está concebido hoje é possível.

Quando o Brasil fez o Projeto da integração defesa aérea controle de tráfego aéreo a idéia inicial é onde fosse o controle de tráfego aéreo civil fosse feita por civis. E a defesa aérea por militares. Hoje eu sou controlador militar, mas não faço defesa aérea. Eu faço simplesmente controle de tráfego aéreo. Se uma aeronave entrar pela fronteira eu não tem obrigação de identificá-la. Eu fico sabendo quem é para poder separar dos tráfegos que estão comigo. São salas distintas, equipamentos distintos, profissionais distintos.

Inclusive eu como Sargento eu não posso nem ter acesso a essa sala de tráfego aéreo.

Então o que nós propomos é que nessa sala onde é feito o controle de tráfego aéreo das aeronaves civis, sejam feitos por civis numa gestão civil e que a Força Aérea ela tenha a condição... São exemplos... Pode ir passando, por gentileza, que o tempo está esgotando. Na Espanha, na Itália, como que aconteceu. Atualmente o Governo argentino ele está fazendo a desmilitarização do controle do tráfego aéreo, nós vamos trazer o pessoal da Argentina para fazer um debate e convidar aos senhores para ouvir como é que está sendo feito esse processo na Argentina. E esse é o objetivo. Fazer com que a Força Aérea dedique-se a sua missão constitucional de defesa da soberania e do espaço aéreo brasileiro. Com aeronaves capazes e eficientes porque os nossos pilotos também voam em aeronaves bastantes sucateadas, e dar a dinâmica ao controle de tráfego aéreo, a dinâmica necessária para acompanhar as nossas tendências da aviação civil e mundial. Não coaduna porque o controlador de tráfego aéreo militar ele não se sente parte da aviação civil. Ele não se sente prestador de serviço para a prestação civil. Nós não somos formados para prestar serviços para empresas privadas. Não existe essa cultura de prestação de serviço. E é por isso que nós precisamos, para não repetir uma outra audiência como em 96 nós tivemos e daqui a pouco nós falamos dos mesmos problemas, porque esses problemas são recorrentes. Quando foi concebido em 1970, foi dito, foi avisado pela França que vendeu equipamento para o Brasil, que se mantém militarizado, no futuro iria causar bastante dificuldade, devido a incompatibilidade. O mundo todo somente alguns Países da África como Eritreia é mantido o tráfego aéreo civil na mão de militar.

Portanto, nós não queremos de forma alguma maltratar nossa Força Aérea de forma alguma. O que nós queremos é resgatar o projeto inicial para dar a dinâmica necessária para que os controladores possam também ter a sua carreira unindo os militares que nós somos o quadro BCT, os DACTA que são civis contratados funcionários da aeronáutica, e a INFRAERO numa única carreira, numa agência de controle de tráfego aéreo ligado ao Ministério da Defesa, pois a integração será mantida. Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo. Dessa forma nós temos até um Projeto (soa a campainha) que pode ser realizado de forma exequível, mas depende único e exclusivamente de vontade política. Todas as experiências no mundo mostraram que havendo a vontade política, houve a desmilitarização no sentido de dar a dinâmica necessária para a aviação civil comercial. Nós não estamos de forma alguma querendo acabar com a Defesa Aérea. De forma

alguma. Hoje já é separado. Hoje já são equipamentos diferentes. A única coisa que acontece é que estamos no mesmo prédio, porém em salas diferentes.

Então eu faço esse apelo aos Srs. Senadores também para que a gente possa fazer esse debate, porque nós até agora não tivemos chance de expor o que realmente nós pensamos, o que nós acreditamos, o que aconteceu conosco, e mesmo eu sendo convocado para estar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito para mim é uma grande oportunidade de estar falando aos Srs. Senadores. Desculpa por ter passado o tempo e muito obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Agradeço a V.S<sup>a</sup>. Com a palavra o Relator e em seguida os Senadores inscritos. Por enquanto tem Senador Romeu Tuma, Senador José Agripino e Senador João Pedro. Com a palavra o Relator.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Eu perguntaria ao depoente se... Eu retirei do inquérito feito pela Polícia Federal e tem algumas coisas muito técnicas. E o senhor é um controlador, disse até que já foi premiado, certa feita, por ser considerado melhor controlador, e esses dados técnicos eu queria questionar ao senhor se o senhor poderia, são dados retirados de um laudo. E se possível, gostaria que o senhor voltasse àquela imagem dos CINDACTAS, para que tanto eu como os demais senadores pudesse compreender. Eu vou lendo e o senhor poderia explicar, se isso fosse possível. Só retornar aquela imagem da cobertura. Exatamente. Mas enquanto isso, eu vou dizendo ao senhor. Diz o seguinte. O plano de vôo apresentado para a aeronave N 600 XL, que é o Legacy, partindo de São José dos Campos para Manaus solicitou o nível de vôo 370 até a vertical de Brasília. 370 significa 37 mil pés, é isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Correto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – De Brasília até o fixo Teres foi solicitado o nível de vôo 360. 36 mil pés. Do fixo Teres até Manaus foi solicitado o nível de vôo 380, 38 mil pés. O N 600 XL, o Legacy, decolou às 14h51 minutos, HB, e às 15h33 horas HB atingiu o nível de vôo 370. Nível este previsto no plano de vôo apresentado para a primeira etapa até Brasília. Esse nível de vôo foi mantido até o momento da colisão. Então, então em decorrência dessa afirmação, essa afirmação feita pelo Delegado de polícia é correto? Nesse laudo.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Quanto à solicitação de plano de vôo está correto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – É exatamente isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – É,** o que nós temos... O senhor me permite?

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) – Sim.**

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – O** que nós temos que saber diferenciar existe o plano de vôo proposto, plano de vôo solicitado e plano de vôo autorizado. Nós temos diferenças nisso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) – Correto.** E nesse caso, o proposto foi o autorizado?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – Não**

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) – Qual a diferença?** Esse foi o plano de vôo proposto. O que foi autorizado? O senhor pode nos dizer?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –** Eu digo assim com base no que eu ouvi, porque como não fui eu que fiz a autorização, eu posso explicar por base do que eu fiquei sabendo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Então o senhor também não tem certeza se foi realmente, o senhor não teve acesso a essa documentação.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – Não.** Eu tive acesso à gravação... Que não fui eu que fiz a autorização.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) –** Permita, Relator, V.S<sup>a</sup> afirmou aqui que não foi o autorizado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –** Isso eu afirmo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC) –** Foi proposto, mas não foi autorizado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Mas o CENIPA diz justamente o contrário.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – Não,** mas eu queria só explicar, Senador. Olha só, o plano de vôo proposto foi o 370--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Não tem como colocar esse mapa que fica muito mais fácil? Se entrar o mapa a compreensão fica um pouco melhor.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –** O plano de vôo quando ele é proposto ele é entregue numa sala de informação Aeronáutica onde todos os tripulantes, mesmo, eles fazem a apresentação do plano, ele é enviado via CCAM que é uma rede automática do sistema para uma sala de tratamento de plano de vôo aqui em Brasília, porque está na área de Brasília.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) – Correto.**

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – Lá** ele é tratado da mesma forma como foi apresentado. Então essa apresentação é o proposto pelo piloto que na verdade não foi pelo piloto, foi uma empresa que foi contratada para fazer o plano de vôo.

Esse plano de vôo ele é disponibilizado depois para o controlador no console do setor que ele vai decolar. Assim que o piloto pede autorização ele entra em contato com a torre de São José dos Campos. São José solicita um nível para Manaus. E aí, sim, que vai vir a autorização. São José pegar, vai ligar para Brasília e Brasília vai passar a autorização. A informação que eu tive é que ele foi autorizado 370 até Manaus. Então não foi conforme o plano solicitado, porque o plano solicitado é 37 até Brasília, 36 até Teres e 38 após--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Exatamente. Agora, a Aeronáutica oficialmente diz que o plano autorizado foi o plano solicitado. Quer dizer, então aí diverge da informação.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –** Eu não tenho então essa informação.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Essa informação nós temos ela oficialmente dentro dos autos de Inquérito Policial. Agora... Pois não.

**SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) –** Rápido. O plano autorizado está registrado?

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Está registrado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –** Está registrado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Eu queria então que o senhor só mostrasse dentro do que está oficialmente, qual é o trajeto e qual a altura... V.S<sup>a</sup> afirma que pelas informações que tem, o plano autorizado foi 37 mil o tempo todo. O que, aliás, contraria inclusive... Se isso aconteceu, pelas informações que nós temos, isso de Brasília a Manaus não poderia ter se dado. Até porque seria a via contrária. Concorda?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –** Concordo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Então, a autorização... Uma causa primeira do acidente então seria essa autorização irregular de 37 mil pés. É isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – É,** teria que ser feito mesmo uma avaliação de como realmente ela foi feita para que o CENIPA realmente ele tem os indícios necessários para dizer, a gravação tudo para dizer. Foi isso. É aquele negócio, Senador,

se eu realmente fosse a pessoa que tivesse dado a autorização, eu falaria para os senhores. Eu fiz isso, isso e isso. Então eu fico dependendo também da informação que foi passada para mim. Mas a linha do raciocínio do senhor está correta.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – então veja só. O senhor poderia mostrar para os Senadores como é que foi feita a autorização? Ao menos oficialmente? Saindo de São José dos Campos até Brasília, 36 mil pés. Não, 37 mil.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– 37 mil daqui São José até Brasília.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Correto. A partir daí.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Daqui o plano de vôo proposto, que não é autorizado, quem autoriza é o controlador, o proposto a partir de Brasília 360 e a informação que eu tenho é que foi autorizado de São José até... Agora eu não sei a palavra. Até ou para Manaus, mas 370.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Aqui seria, pela informação do CENIPA, vou repetir. 370 até a vertical de Brasília, de Brasília até o fixo Teres 360, do fixo Teres até Manaus 380.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Quem fez essa autorização? Está escrito?

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Nós temos dentro do inquérito.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Eu não tenho a informação que a autorização dessa forma. Eu sei que essa forma foi feita a apresentação do plano de vôo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Sim. A informação que nós temos, dado pelo senhor Delegado, que vai fazer uma exposição aqui também confirmado pelo CENIPA, também teria sido esse o plano autorizado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Se foi autorizado dessa forma, está correto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Nós temos aqui inclusive o documento do CENIPA mostrando que foi feito dessa forma. Passo às mãos de V.S<sup>a</sup>.

Eu pergunto: Pelos conhecimentos técnicos que V.S<sup>a</sup> tem, qual a razão para o plano de vôo apresentado prever alteração da altitude no fixo Teres para 380? A lógica não seria manter 360? Por que alterar ali? V.S<sup>a</sup> poderia dar uma explicação?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Senador, eu só queria... A respeito do que me foi apresentado aqui, ela está dizendo que foi autorizado não. Olha só... O plano de vôo--

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Relator, poderia explicar junto o que é Teres. Tem muita gente que está acompanhando o que é que é posição Teres.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Aqui diz o plano de vôo apresentado. Não é o mesmo de autorizado. Para a aeronave November 600, partindo de São José dos Campos para Manaus solicitou o nível de vôo 370 até a vertical de Brasília. De Brasília até o fixo Teres e depois... Então esse é o plano de vôo apresentado. Não é o autorizado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu pego aqui eu passo às mãos de V.S<sup>a</sup> também o documento da polícia que diz autorizado nível 370 na proa de--

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Ótimo. Então a autorização já está...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Exato. Mas o outro documento está aí provando que é dessa forma.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Se a autorização tivesse sido feita dessa forma, é diferente. Não autorizou conforme o plano. Autorizou conforme o trecho inicial do plano.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Exatamente. 370, 360, 380.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Não. A autorização foi dada apenas 370. Só foi dado autorização do trecho inicial. Do nível solicitado. Mesmo como está escrito aqui. Autorizado nível 370. Ele não fala 360, 380. Aqui é solicitação da aeronave. A autorização é diferente. Quem autoriza é o controlador. E a forma como ele autorizou foi só o nível inicial.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Perfeito. Está bem entendido isso.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Uma solicitação, Senador. Teres são... Existem vários fixos de reporte compulsório ou não compulsório. A aeronave quando ela vai passar em algum ponto que está muito tempo sem falar com o controlador ele passa a falar: Olha, estou passando na função Teres agora aos tantos e estou estimando a próxima posição, ronil, vamos dar um exemplo, são posições fictícias para que o piloto esteja sempre em contato, em comunicação com o controlador.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Agora, veja só. V.S<sup>a</sup> já disse claramente que tem outra informação. Mas dentro disso que foi apresentado, eu perguntaria, e aí queria saber a impressão de V.S<sup>a</sup> a respeito disso.

Após a apresentação de plano de vôo São José dos Campos solicitou a Brasília o plano de vôo correto? Na opinião.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A solicitação do plano? Está correto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Certo. Quando da solicitação São José dos Campos mencionou todo o trecho a ser percorrido?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A informação que eu tenho, não.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Só até Brasília?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A informação que eu tenho foi só o nível de vôo inicial. 370.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Até Brasília.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Também não tenho essa informação que falou até Brasília.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas inicial seria o quê, então?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O inicial seria 370 até Brasília. Mas eu não tenho essa-

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Então. Nesse momento São José dos Campos informou a Brasília que havia outros dois níveis no plano de vôo apresentado ou não?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu não tenho essa informação.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Teria que ser passada essa informação para Brasília?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. Mas Brasília, ela também... Ele recebe o plano de vôo lá. Quem dá autorização do plano de vôo é Brasília.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Dá o plano completo e autoriza. É isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. É o centro de controle.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – O que eu estou dizendo é o seguinte, a autorização do plano de vôo completo, não é isso? A autorização do plano de vôo completo ou só um trecho?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Ele pode dar só trecho também. É previsto dar só trecho ou dar completo--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas o usual é fazer o quê? Autorização completa ou só de trecho?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O usual, o que estava sendo muito empregado é o completo. Isso é o usual do controlador. Existe uma legislação que diz que a autorização de vôos internacionais a gente dá até o limite do território brasileiro. Para dentro do território brasileiro existe um acordo operacional. Ou que você paga até o limite da sua área de controle, que aqui no caso seria, ou tem um acordo operacional que permite você autorizar até o destino que é até Manaus. Mas, hoje o usual é pagar até o destino.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Veja só, que existe uma norma que obriga que o trecho de vôo seja completo, e não só...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É mas são acordos operacionais entre órgãos.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Muito bem. Mas essa norma pode estar sendo descumprida. Porque a norma diz claramente que a transmissão do plano de vôo tem que ser na totalidade do trecho. Então pode ser que alguns casos seja descumprida essa norma. É isso? Ou seja, se não se faz como prevê a norma a totalidade do trecho, nesse caso V.S<sup>a</sup> não tem certeza se foi feito o trecho até Brasília ou a totalidade. Mas é usual fazer a totalidade. Mas admite que em determinados casos pode ser feito apenas um trecho inicial contrário a norma que prevê o trecho total.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não é contrário a norma. É porque existe um acordo operacional firmado entre os órgãos de controle, esse acordo operacional ele é escrito, é registrado, ele tem validade também legal. Que diz que o controlador ele também pode fazer autorização até um limite... Nós chamamos de ponto limite de autorização. Esse ponto limite de autorização ele pode ser Brasília, ele pode ser alguma outra posição. O controlador pode dar o ponto limite da autorização. Então pode ser feito de outra forma também. Não foi o caso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Aí eu lhe pergunto, até partindo da sua afirmação. Do mesmo modo, por que Brasília autorizou o plano de vôo solicitado por São José dos Campos apenas para o nível 370? Eu pergunto: Isso significa que Brasília estava autorizando o nível 370 para todo o percurso, ou seja, de São José dos Campos até Manaus mesmo sabendo que entre Brasília e Manaus o nível 370 é utilizado pelas aeronaves que descem de Manaus? É aquela dúvida inicial que nós tivemos. Porque o senhor disse, eu tive informação que

foi feito 370 para tudo. Ou seja, autorização já saiu de Brasília na contramão. Pode ter acontecido isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Pode ter acontecido.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – O senhor acha que aconteceu nessa forma?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A informação que eu tenho é que foi autorizado de São José para Manaus no 370.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Nesse caso o operador ao perceber que autorização está errada ele não tem autonomia para questionar a autorização? “Olha, autorizou na contramão”.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, mas é como eu disse para o senhor. Como foi autorizado num primeiro trecho, o controlador daquele primeiro trecho, porque passa por vários controladores. Então o controlador até o momento não estava errado. São vários controladores. Então naquele momento que o controlador recebeu o primeiro contato da aeronave, 370 estava correto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas a partir de Brasília, o operador fala 370 está errado. Ele não teria condição de perceber que o 370 estava na contramão?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Aí que vem a questão da interpretação do que ele estava visualizando naquele momento. O correto é o procedimento da... Ou você avalia se uma tem aeronave no sentido contrário podendo fazer uma reserva de nível, não foi feita porque não entrou em contato com Manaus para... Eu só estou dando os exemplos.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Perfeito.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Mas o que a gente tem que levar em consideração, qual a informação que ele recebeu naquele momento do equipamento para que ele pudesse fazer essa análise.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Perfeito. Aí nós temos duas situações. V.S<sup>a</sup> já até disse que em alguns momentos os equipamentos atuais fornecem informações incorretas. Ou seja, tem sombras... Então pode ter o operador sido iludido por uma falha do equipamento. É isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. Na questão lá não houve falha do equipamento mesmo na passagem lá de Brasília.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – então, a falha foi humana.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. A falha do equipamento como o senhor diz. Sombra, de duplicação de pista. O que houve foi problema do *software* fazer uma informação que nós já tínhamos alertado que poderia vir induzir o controlador.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Muito bem. Houve falhas do equipamento. Ou do equipamento ou do controlador.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A falha que eu quero dizer não foi a falha da... De uma duplicação, uma criação de um pista falsa--

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A questão do **software** errado, vamos dizer assim, o **software** não recomendado. E tanto que o CENIPA e o NTSP que estava participando da investigação já soltou uma recomendação pedindo que corrija essa forma de apresentar o nível de vôo para o controlador. Foi feita essa recomendação.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Muito bem. Aí eu pergunto ao senhor: Existe um sistema então que auxilia o controlador a compreender qual é o plano de vôo. Esse sistema que auxilia é alimentado com os dados constantes do plano de vôo. Nós temos a seguinte informação: Por que o sistema que auxilia os controladores de vôo é alimentado com dados constantes do plano de vôo apresentado e não com os dados do plano de vôo autorizado? Existe realmente isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Existe. Esse é o X da questão, Senador. Nós já pedimos, antes do acidente, que essa forma da apresentação independente do controlador autorizar ou não o sistema já colocava como autorizado independente da ação do controlador. E isso daí que induzia o controlador. E isso nós já reportávamos. Então existe... O plano de vôo solicitado ele já em determinado momento ele entrava como autorizado, porém quem faz a autorização é o controlador. Quem tem que fazer a intervenção e 90% dos casos quem faz é o controlador os 10% estão nesse que o sistema joga sem o controlador--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Perfeito. Então tinha o controlador acesso ao plano de vôo solicitado e não ao autorizado. Correto? Por essa informação.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Sim.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Muito bem. Então seria ainda assim, olha só. 370 até Brasília, 360 até Teres, 380 até Manaus.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Correto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Ainda assim se fosse dessa forma, não poderia ter o controlador autorizado, prosseguir com 370. Porque o plano solicitado diferentemente do autorizado e que o tem ele acesso é o solicitado, previa 360 a partir de Brasília. Então me permita, até pela afirmação que V.S<sup>a</sup> faz agora, a falha realmente foi humana.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Senador, o que eu quero deixar é o seguinte. A questão de analisar--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Estou usando o que V.S<sup>a</sup> afirmou. Presta atenção.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A questão de analisarmos o caso isoladamente sem ver o que o controlador estava... Ele não estava com uma única aeronave. Ele tinha outras aeronaves também para tomar conta.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Que é uma outra questão que nós vamos abordar.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Ele tinha outras aeronaves. Digamos que a informação que ele recebeu naquele momento e ele alguma de alguma forma ele estava utilizando... Não sei a interpretação que ele estava fazendo naquele momento, qual a informação que ele estava recebendo, logo em seguida houve uma passagem de serviço. E nessa passagem de serviço os dados já haviam mudado, do nível solicitado passou a ser tornar nível autorizado. Então o que é queremos mostrar é que houve uma indução do controlador de voo. Tanto que o Brigadeiro Bueno numa Audiência Pública ele falou mesmo. O equipamento induziu o controlador de voo. A questão da culpa, isso aí é o órgão competente que vai julgar. Mas os fatores, um fator contribuinte foi essa indução do equipamento para o controlador de voo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Muito bem. Eu estou satisfeito nessa questão da parte técnica. Eu vou então passar a questionar V.S<sup>a</sup> a respeito da questão operacional mesmo.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Senador Demóstenes Torres.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Pois não, Senador Wellington.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Veja bem, eu fico preocupado porque eu tenho algumas informações com relação a questão técnica, e está tudo fresco na cabeça com as posições colocadas pelo meu xará Wellington. Sr.

Presidente, nós vamos seguir a posição ou poderíamos entrar com as perguntas nesse momento devido a clareza da exposição?

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT – AC)** – Caro Senador Wellington, a parte funcional da CPI diz respeito agora é a vez do Relator e depois abrimos as inscrições onde V.Ex<sup>a</sup> ainda não fez a sua. Tem o Senador Romeu Tuma, José Agripino, João Pedro, Sérgio Guerra e Mário Couto. Primeiro o Relator faz suas indagações e depois os Senadores. Escrevo V.Ex<sup>a</sup>.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Queria me inscrever.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu perguntaria também ao Sargento Wellington, se há possibilidade de ter havido troca dos controladores a partir de Brasília. Ou seja, um controlador tomava conta desse voo aí um outro veio, venceu a escala por qualquer outro motivo ele foi substituído.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Foi exatamente entre o bloqueio quando a aeronave passou sobre Brasília e mais algumas milhas à frente é que estava havendo essa troca. A troca. A substituição da equipe ela não é rápida. Chegar sentar e assumir. O controlador que está ali ele tem que ficar passando o serviço, avisando para ele. “Olha, existem problemas em tal aeroporto, ele está fechado devido a isso”. Vai passando o serviço para o controlador que vai assumir. Isso leva um tempo para que ele venha realmente a assumir a posição. E isso de fato aconteceu exatamente entre a passagem de Brasília e mais algumas milhas à frente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Ok. Eu leio para V.S<sup>a</sup> trechos do Inquérito Policial. Diz assim: “O voo 1907 partindo de Manaus solicitou o nível de voo 370 – que a priori é o correto – Decolou às 15h35 e atingiu o nível de voo 370 às 15h58. Na aerovia UZ6, condições mantidas até o momento da colisão”. Então aparentemente não há normalidade no voo de Manaus até o momento da colisão.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A GOL não tem fator contribuinte nenhum para nada.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Ok. E nem os controladores de Manaus também não tem.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Pelas informações que eu tenho também não.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Não ocorreram problemas de comunicação entre o voo 1907 e os órgãos de controle durante toda a operação.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Senador, vai vir agora o controlador de Manaus que aí ele poderia dizer com melhor propriedade para o senhor.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Só estou lendo o trecho do inquérito. Não ocorreu nenhum tipo de perda de contato radar pelo centro amazônico com o voo 1907 até sua transferência para o Centro Brasília. Às 15h51 houve o último contato bilateral do Legacy com o Centro Brasília, na frequência 125.05 megahertz. Às 15h55 o Legacy sobrevoou a vertical do voo Brasília. Quer dizer, passou por aqui. Mantendo o nível de voo 370 quando ele deveria ter baixado para 360. Pelo menos no voo apresentado que é o que tinha também o controlador. E ingressando na aerovia UZ6 sem solicitar ou receber qualquer instrução do Centro Brasília para mudar. Isso confere?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Na informação que eu tenho, confere.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – às 16h02 houve a perda de informação do radar secundário. Qual a diferença? Radar primário, radar secundário. Poderia detalhar melhor?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Com certeza. O radar primário ele é o princípio básico do eco. É o básico do radar. A informação bate na aeronave e volta. E ela vem com informação de altitude não confiável porque ela não tem nenhuma aspecto eletrônico para dar a altitude. É simplesmente o sinal enviado e o sinal recebido pela reflexão.

O radar secundário ele já funciona como nós chamamos IFF. *Identification Friend For*. Amigo ou inimigo. Em princípio era esse. Ele tem um caractere da indicação. O interrogador. Quem é você? Eu sou um código, que nós pagamos para a aeronave, 4452, 4432 e os... O transponder que o sistema já... E o transponder opera em duas faixas. Quem é você e em que nível você está.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – O radar secundário, então, é o transponder.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O equipamento de bordo é o transponder que manda a informação para o radar secundário.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Porque tem informações mais precisas.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Mais precisas. Tanto que o controle de tráfego aéreo na Europa praticamente usa-se apenas o radar secundário O primário ele é utilizado para Defesa Aérea e para emergências.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Correto. Então eu pergunto a partir daí. Uma vez que o plano de voo inicialmente autorizado por Brasília ao Legacy previa o nível de voo 370 a partir de São José dos Campos, por que Brasília não instruiu para alterar o nível de voo para 360 quando do contato às 15h15?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Essa informação somente eu infelizmente... Somente quem estava lá é que pode dizer porque é que não.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Certo. Que nós convocamos para segunda. Aí eu pergunto de novo. A quem compete a iniciativa para a alteração do nível de voo numa situação de normalidade?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O serviço radar é dividido em dois tipos de serviços prestados. Vigilância radar e vetorização radar. Na Vigilância radar que é praticamente o mais comum, o piloto é responsável pela navegação. O controlador fica na vigilância. Na vetorização radar o controlador assume a navegação para sua responsabilidade.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Até que altura?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Aqui na área de Centro de Controle de Brasília nós praticamente do nível 245 a 25 mil pés para cima, todos os voos são controlados por radar. E algumas áreas mais baixas perto de terminais, aerovia... Na área aplicava-se serviço de vigilância radar. A vetorização é mais quando uma aeronave aproxima-se de outro e o controlador assume a navegação pedindo para que o piloto faça uma curva à esquerda, curva à direita, tantos graus e descer e subir também tantos pés.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Eu pergunto ao senhor: Às 16h02 minutos perde-se o sinal do transponder do Legacy. Ou seja, cerca de 55 minutos antes da colisão. Nesse momento já teria ocorrido ou não a troca de controladores?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – 16 horas e 55.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – 16h02, 55 minutos mais ou menos antes da colisão. O senhor acha que nesse momento já tinha acontecido a troca de controlador?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A informação que eu tenho foi que a troca foi depois que a aeronave passou Brasília até uma certa posição. Agora eu não posso afirmar se realmente durante ou depois a perda do secundário.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Mesmo que levados a acreditar que

houve autorização para o nível de vôo 360, as perdas das informações do radar secundário transponder responsável pela informação precisa da altitude, conforme detalhou V.S<sup>a</sup>, não implicaria a adoção de medidas de seguranças mais efetivas, uma vez que se perde a precisão na informação quanto à real altitude da aeronave? Ou seja, a partir do momento que o controlador viu que não tinha mais o transponder ele poderia ter tomado alguma medida de segurança?

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Na verdade, no controle de tráfego aéreo civil não usamos bem. No controle de tráfego aéreo existe controle radar e o controle não radar. A partir do momento que você perde uma detecção radar, você passa a controlar não radar e confiando nos dados da ficha de progressão de vôo que é o plano de vôo autorizado pelo controlador. Então naquele momento a aeronave deixou de receber o serviço radar ali e passou a ser controlado não radar.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não é hostil. Hostil é quando realmente não sabe quem é... É uma aeronave que deixou de...

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – A lei de abate esclarece claramente o que é aeronave hostil.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu não sou da Defesa Aérea e eu interpreto como não hostil. Não é.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A minha, como controlador, a defesa aérea é que tem que tomar atitude.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Só voltando então.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não sou eu que faço a avaliação se a aeronave é hostil ou não.

**SR. PRESIDENTE SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC)** – Com a palavra o Relator.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Só para... Sem hostilidade, a partir do momento em que perdeu o controle, perdão, perdeu o contato com o transponder, o que poderia ter sido feito por uma questão de segurança de vôo pelo controlador?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O manual que é previsto é que cumpra os procedimentos da perda radar fazendo com que a aeronave passe a voar não radar naquele momento. Mas com a comunicação bilateral com ela. Acontece que ele não conseguiu mais ter contato bilateral com a aeronave.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Manaus não poderia ter sido alertado dessa situação? Manaus foi alertado?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu vou dizer para V.Ex<sup>a</sup> o que foi passado para mim por que é que não alertou. Porque é uma coisa que eu sempre perguntava. Por que é que não alertou? Ele falou: “Olha, eu não alertei porque pra mim eu confiei naquela informação do 360 na ficha de progressão de vôo de que a aeronave estava de fato no 360”. Porque ele recebeu aquela informação. Então ele confiou naquela informação de 360. Tanto que para nós seria muito fácil se a gente soubesse que realmente a aeronave estava no 370 tinha como tirar o GOL. Tinha como tirar a GOL. Era muito fácil fazer isso. Só que o controlador ele me disse. “Para mim a aeronave estava realmente no 360”. Ele só ficou sabendo que estava no 370 no dia seguinte quando viu toda a gravação e a degravação.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Muito bem. Esse sistema que o senhor considera falho, quem desenvolveu esse sistema e como é que ele deveria ser?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O sistema ele foi concebido pela ATEC, uma empresa que fornece *softwares*, e na minha opinião e na opinião de todos os controladores, até mesmo antes do acidente, o campo nível de vôo autorizado, como já era nosso sistema anterior, não deve ser modificado sem intervenção do controlador. Porque quem autoriza nível de vôo é o controlador e não o sistema. Essa é a diferença. O sistema praticamente ele jogou a informação, praticamente não, jogou a informação sem intervenção do controlador. E isso tem acontecido ainda hoje e nós temos reportado e inclusive gerou essa recomendação de segurança da NTSB, que é uma agência internacional e do CENIPA também.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Então o V.S<sup>a</sup> sugere é que o controlador tenha maior autonomia--

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Na verdade ele tem autonomia. Só que o sistema é que jogou... Quem autoriza nível de vôo é o controlador, não é o sistema. Então o que nós propusemos até antes do acidente para que o sistema não fizesse mais isso. Porque isso daí já estava induzindo. Já induziram várias vezes antes também do acidente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Continuando agora com o trecho do inquérito novamente. Às 16h38 o Centro Brasília perdeu definitivamente o contato radar primário com o Legacy até sua transferência para o Centro Amazônico. Às 16h53m39 o Centro Brasília fez a última chamada às cegas, informando ao Legacy para chamar o Centro Amazônico, fornecendo duas frequências: 123.32 megahertz e alternativamente 126.45 megahertz. E aí às 16h38, cerca de 19 minutos antes da colisão Brasília perde também o contato radar primário. Sumiu do radar, portanto. Diante desse contexto, sem radar secundário e primário, considerando as deficiências nas informações fornecida pelo sistema, considerando insucesso no contato via rádio com a aeronave, aí eu volto a insistir: Por que não Manaus? Por que Manaus não foi avisada?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu volto a informar para o senhor. O controlador naquele momento ele tinha convicção de que a aeronave estava no 360 pela informação que ele recebeu do plano de vôo. Ele tinha convicção. E a forma como foi passado para ele na rendição, na também na troca de serviço, pelo menos a informação que ele me deu é que a aeronave estava também no 360. Então...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Pois é. Veja só, nós temos novamente uma contradição. Se ele tinha a convicção do 360, que era o plano solicitado, V.S<sup>a</sup> diz que o plano autorizado pelas informações foi 370.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, esse foi o outro controlador que assumiu o serviço.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Ah, muito bem. Essa troca pode ter também.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Ele assumiu praticamente nessa fase final. Ele recebeu o serviço já com a aeronave já tinha passado Brasília. Não é o mesmo controlador.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Então veja bem, ainda do inquérito. Às 16h53, aí já é o Legacy respondeu ao Centro Brasília pedindo para que fossem repetidos os decimais da primeira frequência informada, pois ele não conseguiu copiá-los. Quer dizer, então teve uma informação e chegou ao Legacy. O centro não recebeu essa mensagem.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não recebeu.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Após esse momento o Legacy realizou mais sete chamadas ao Centro Brasília.

16h54, 16h54m16 e 16h54m40, 16h55m00, 16h55m16, 16h55m43, 16h56m41 e 16h56m35. Às 16h56 e 54, portanto, um segundo depois ele tentar falar com Brasília ocorre a colisão. Pergunta para o senhor. Às 16h53m57, três minutos antes da colisão o Legacy tenta contactar Brasília sem sucesso. Ininterruptamente a partir daí mais sete tentativas são feitas sem sucesso. À época do acidente havia problema de comunicação nessa região?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Por reporte de vários pilotos nós tínhamos deficiências, sim. Várias deficiências de comunicação. E o piloto também quando ele tentou essas várias comunicações, até antes mesmo, ele também deveria acionar o código transponder de falha de comunicações.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Veja só, 18 minutos antes ele responde a Brasília.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Mas só que Brasília não recebe.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Sim. Mas um pouco ante, 20 minutos antes Brasília comunica e ele recebe. Então essa distancia, esse tempo é muito grande em comunicação? Significa que 20 minutos antes poderia ter tido a comunicação, mas em seguida não porque os buracos podem acontecer repentinamente.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Acontece.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Há um buraco ali ou pode haver um buraco em decorrência de falha de comunicação? Há um buraco ou pode haver esse buraco?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Na época havia muita dificuldade de comunicação. Hoje, devido vários esforços mesmo a área ela melhorou muito na qualidade da recepção e transmissão porque a comunicação não basta um falar. O outro tem que ouvir. É recepção e transmissão. Então o piloto falou, mas o outro não ouviu. O controlador falou e o outro também não ouviu. Hoje houve uma melhoria na... Vamos dizer assim, colocaram mais frequências, instalaram mais frequências, porém existem ainda deficiências. Hoje está operando ok, está legal, amanhã não está, daqui a pouco nesse ponto ele está bem, daqui a pouco ali não está mais, e isso ocorre diariamente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Bom, após esse momento, após a colisão, o Legacy realizou nove chamadas ao Centro de Brasília. 16h57m47, 16h58m09, 16h58m47, 17h01m45, 17h02m40, 17h03m11, 17h03m41 e 17h03m50 e 17h04m03. Ao total foram 17 chamada do Legacy para Brasília sem sucesso. Como explicar esse fato? Repito:

É um ponto cego? Isso ainda existe? Seria um ponto cego da malha do tráfego aéreo brasileiro? O senhor confirma a existência de outro ponto cego próximo a Recife? O senhor mostrou mais ou menos.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Quanto à visualização radar. Na época eu confirmo, sim, que era um ponto cego que o controlador não vê. Aí tem o surdo e o mudo. Também não vê e não fala. Mas essa área do acidente eu confirmo que Brasília não via. Isso eu confirmo. Que Brasília não tinha a visualização radar que era um ponto cego no sentido de que o controlador não estava vendo. Manaus via.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Ele também... Acho que ele pode explicar melhor para o senhor. O tipo de visualização que ele teve no momento. Hoje ainda nós temos pontos que o controlador não vê no radar. Mas a cobertura de frequência também ela ainda hoje tem bastante dificuldade. Ontem mesmo vários pilotos reclamaram que não estava conseguindo receber o centro.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Vou voltar àquela pergunta que temos uma certa divergência sobre ela. O controlador que assumiu o monitoramento do Legacy depois, após a passagem do Legacy por Brasília, recebeu alguma informação sobre a atitude do Legacy? Ele recebeu. O senhor sabe?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A informação que eu tenho do controlador que passou ele me disse que falou para o controlador que a aeronave estava no 360. Ele me disse. Eu não sei o que ele falou para o Delegado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM-GO)** – Mas veja só, se ele disse, a autorização foi toda no 370, aí há realmente uma contradição.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É como eu estou dizendo, Senador, ele me disse isso, Senador.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Essa outra... Nós não temos então... O senhor pelas informações que o senhor tem o nível foi 370 mais o controlador lhe disse que foi 360, aí então... Afinal de contas, nós não temos como definir se havia uma autorização para 370 ou 360. É isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É, o que eu também sei é que o piloto também não pediu para descer em nenhum momento.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – O que é o polar 71?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Polar 71 é uma companhia que estava fazendo um vôo ali na área. Uma aeronave grande. Um avião.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Agora voltando ao inquérito. Às 16h59m50, aproximadamente três minutos após a colisão o Centro Amazônico passou a receber informações do radar secundário com a altimetria precisa e código de identificação alocado ao Legacy. Às 17h03 o Centro Amazônico realizou uma chamada ao Legacy sem obter resposta. Apesar do transponder, não conseguia falar. O transponder então voltou a funcionar nesse momento. Mas não se estabelecia a comunicação. Às 17h01, o Legacy tentou estabelecer comunicação com o Centro Amazônico através do Polar 71, solicitando coordenação para realizar um pouso no campo de provas Brigue. Ou seja, quer dizer que conseguiu falar com o avião próximo, mas não conseguiu falar com o centro. Campo de provas, perdão, Brigadeiro Veloso. Às 17h02m10, o Centro Amazônico passou a receber informações do radar secundário oriundas da troca do código transponder para 7.700. Emergência.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Emergência.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Às 17h03m11, o Legacy após a colisão declarou emergência, sem conseguir comunicação com o Centro Brasília. E iniciou procedimentos para realizar um pouso de emergência. O Centro Amazônico realizou mais quatro chamadas ao Legacy, sem obter resposta. 17h10m41, 17h10m50, 1711, 17h12m44. Às 17h13 e 16 o Polar 71 estabeleceu comunicação com o Centro Amazônico declarando a situação de emergência do Legacy. Eu pergunto a V.S<sup>a</sup>. Percebe-se pela narrativa a dificuldade que o Legacy tinha de estabelecer comunicação quer com Manaus quer com Brasília. Tal comunicação só foi possível por intermédio do Polar 71. Aí eu pergunto: Existia o ponto cego. Mas o ponto cego existia para o Legacy. Como não existia para o Polar?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Tinha que verificar qual a frequência que ele estava alocado. Porque quando o Legacy chamou ele chamou na frequência de emergência que é uma frequência aberta. Cada aeronave é uma estação móvel. E toda aeronave ela fica com sua frequência de emergência aberta. Então não se sabe qual a frequência se--

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas é do transponder.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, não, não. Frequência de emergência. 121.5 é uma frequência internacional para todas as aeronaves em emergência modulem nela porque todas as aero-

naves que estarão em volta estarão com canal aberto para poder receber.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Mas ainda assim Manaus conseguia contactar com Polar 71 e vice-versa e não conseguia com o Legacy.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– De repente o Legacy não selecionou a frequência de Manaus naquele momento. Então ele conseguiu falar com o Polar na frequência de emergência. Poderia até comprovar essa tese se o problema era do Legacy se o Legacy tivesse realmente sintonizado a frequência de Manaus e feito contatado com Manaus. Eu não tenho essa informação. Mas sei que a frequência de emergência ela faz essa ponte com todas as aeronaves. Tanto que eu estava dando instrução no setor de Cuiabá e eu recebi na 121.5 um TAM e um TRIP falando que estava recebendo essa chama de emergência do Legacy. Num setor que não tem nada a ver, porém na frequência de emergência.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – A associação de V.S<sup>a</sup> representa quantos controladores?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Hoje em torno de 400 controladores.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Como é a formação e o ingresso desses controladores?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Na escola da... Nós temos três carreiras. A carreira militar, faz concurso público para ir para a Escola da Aeronáutica onde o controlador passava dois anos de formação, eu tenho dois anos de escola de especialistas, e hoje devido à crise foi reduzida para um ano o tempo de formação dessa última turma agora. Reduzida pela metade a formação do controlador. O grupo DACTA desde 86 não havia concurso público e foi aberto agora recentemente autorizado no final do ano. Mas um concurso para o grupo DACTA que são civis. E a INFRAERO é feita a formação em São José dos Campos no CTA, no Centro Tecnológico da Aeronáutica, no ICEA, Instituto de Controle Espaço Aéreo da Aeronáutica.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Qual o salário que recebe inicialmente o controlador e qual salário que ele pode receber ao final? Bruto.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Um Terceiro-Sargento bruto está em torno de dois mil e quinhentos reais, dois mil e quatrocentos reais bruto. Dois mil e quinhentos, dois mil e seiscentos bruto.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Início de carreira.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Início de carreira.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Com final de carreira, com o tempo...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Vou dar um exemplo meu. Nós ganhamos 20% a mais, como os pilotos ganham, como os tripulantes ganham, como o pára-queda ganha, como o pessoal do Raio-X também ganha. Não é só o controlador que ganha 20% a mais não.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Eu como eu tenho 20 anos de serviço, instrutor, coordenador, supervisor, chegador, meu salário líquido hoje... Bruto, três mil e quinhentos reais.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Muito bem muito tem outros benefícios? Casa, plano de saúde...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Nós temos o hospital das Forças Armadas e temos apartamento funcional para os que tem dependentes. Imóvel da FAB.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – O problema... Quanto ganha um civil. Um operador civil?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Quanto o grupo DACTA, eu acho que até o Botelho ele tem mais propriedade para falar. Ele vai vir pouco tempo, o senhor vai me permitir. E a INFRAERO ela tem bastante diferenciação. De acordo com categoria e também tem quem passou na plataforma ele ganha um adicional. Então nós temos uma disparidade muito grande também na INFRAERO. Um controlador, um supervisor da torre de Guarulhos que é o órgão, vamos dizer assim, de maior operacionalidade da INFRAERO ganha em torno de seis, a sete mil reais. Enquanto nós temos controladores em Uberaba que ganham bem menos do que isso, em torno de dois mil reais.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Civil?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Civil.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – E...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O grupo DACTA, que são civis da Aeronáutica, funcionários públicos da Aeronáutica que é o grupo do Botelho, ele vai estar aqui. Eles ganhavam bem menos do que um Sargento até pouco tempo atrás e hoje a informação que um controlador civil grupo DACTA ganha com mais de 30 anos de serviço ganha o que eu ganho. Em torno de três mil e cem reais.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – O problema em ser militar é a questão salarial?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Não. Nós nunca colocamos a questão salarial. A questão estrutural. A questão como está organizado. O salário é uma forma de fazer com que a carreira seja atrativa para evitar evasão. Hoje um novinho quando chega da escola ele não quer mais ser controlador, porque quando ele chega, ele tem que estudar durante dois anos para fazer seu estágio, a formação, e aí vai vendo o tamanho da responsabilidade, o tamanho da necessidade de estar se profissionalizando e vê que não vale a pena porque ele não tem uma perspectiva. O que acontece? Uma falta de comprometimento hoje. Uma falta muito grande de comprometimento por parte dos mais novos e os mais antigos também já estão... Antigamente era comum com sete anos de serviço ele prestar concursos e ir embora. Hoje o cara chega da escola ele já vai estudar direito constitucional, direito administrativo para procurar uma carreira. E aí o que está acontecendo? A evasão é muito grande, nós vamos perdendo pessoas qualificadas. Eu comecei a assumir a supervisor como segundo Sargento novo com 10 anos de serviço eu já assumiu. Para nós é pouco tempo de experiência. Porque os mais antigos também vão embora.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Então a questão é salarial.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Não, é como eu disse. O salário é para conter a evasão. A questão não é só a evasão, a questão não é só a falta de controlador tráfego aéreo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – A categoria que o senhor representa não quer ser militar porque tem problemas estruturais. Quais são esses problemas estruturais?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Primeiro que o controlador de tráfego aéreo ele não é controlador. Ele é militar. Eu sempre fui formado na escola com a seguinte filosofia: Você é militar. Primeiro lugar você é militar. Eu vou dar um exemplo do que aconteceu no último 7 de setembro aqui quando... O quadro feminino é bastante requisitado para que vá desfilar. E nós tínhamos duas sargentas escaladas no dia e ficou aquele impasse. E vai fazer o controle de tráfego aéreo, vai cumprir a escala operacional ou vai para o 7 de setembro? Não houve como remanejar alguém para cobrir a falta delas e elas foram para o 7 de setembro e faltou gente e devido a falta desse pessoal houve controle de fluxo prejudicando a circulação aérea. Ou seja, a ordem militar está acima das normas de controle de tráfego aéreo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas isso pode ser resolvido, não? Isso é uma questão... Digamos, acho que isso aí...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– É cultural. Sabe o que acontece? Os nossos chefes eles passam muito tempo fora. Não são especialistas na área de controle de tráfego aéreo. Quando eles chegam para chefiar eles ficam em torno dois anos, quando estão começando a dominar a situação eles vão embora e chegam outros, que aí nós temos que começar o nosso trabalho também. Chefe, não faz isso que dessa forma não vai dar certo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Se colocasse os oficiais superiores, os controladores. Também controlador. Isso já não seria uma maneira de mitigar? Abrir para um quadro de oficialato. Parece que hoje pode chegar até tenente ou capitão, não é isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Um Sargento com cinco anos de experiência tendo nível superior ele faz um concurso e até o ano passado eram cinco vagas por ano e ele chegava num quadro de dois mil e duzentos eram cinco vagas por ano e chegava até tenente-coronel se tiver o tempo de serviço. Esse último concurso abriram agora para 15 vagas para chegar até capitão. Mas a questão é que nós vimos a incompatibilidade é da resposta da questão um choque de gestão. Um militar ele tem por cultura não levar o problema para o seu superior. E várias vezes nós alertamos, várias vezes nós levamos os problemas, olha, isso está com problema. Chega no nível de decisão que pára. Isso daí é clássico. Porque um Coronel que nem no caso nosso lá Comandante ele está pensando na sua carreira para ser Brigadeiro. Ele não quer ficar levando problema pro seu chefe. Não estou dizendo que eles não levem agora. Agora estão levando. Mas existe toda a... Na questão da disciplina porque o civil ele é disciplinado.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Não é obrigação transmitir aos chefes as dificuldades que estão encontrando? Eu sou oficial da reserva tinha que levar, porque se o superior não tomar conhecimento a desgraça vai acontecer.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É isso que estava acontecendo.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – É uma obrigação militar. Tem que comunicar.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**  
– Nós comunicamos várias vezes, a prova foi aquela carta de Brasília que em 2005--

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Isolar o chefe do conhecimento eu já vi General ser demitido por falhar na comunicação ao chefe...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –**

Não estou dizendo que foi o caso relacionado... Mas isso acontece na vida militarmente e outros fatores também. O militar, ele não foi feito para prestar serviço para a empresa privada. A aviação civil é aviação comercial. Comércio, nós precisamos dar a dinâmica, e o civil está mais liberado para fazer o comércio, para fazer... Dar essa dinâmica e o modelo mundial todo é dessa forma. Então nós estamos isolados hoje, comparado com a forma que está sendo gerido o mundo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Muito bem. Então a questão central é o militarismo.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES –**

Sim. Não, não é o problema. Eu estou dizendo quanto à proposta de...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Sim, claro.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Que todos os problemas... Não estou dizendo que o acidente aconteceu por causa do militarismo. Mas é um fator também contribuinte.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Me diga, se hoje nós migrássemos para a área civil nós teríamos escolas para preparar e substituir e repor os controladores de vôo? Nós temos escolas civis?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Sim. São José dos Campos é uma escola da Aeronáutica, porém que forma civis. A escola que forma militares é Guaratinguetá. A escola onde eu me formei. Escolas de Especialistas da Aeronáutica.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Mas a escola é da Aeronáutica.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Não, mas ela presta... É o CTA. O CTA, o ITA também é da Aeronáutica e aceita civis. É onde estão os institutos. Então a Aeronáutica ela pode continuar. Mas as propostas que está surgindo agora, vários cursos de formação acadêmica para controlador, cursos de controlador de vôo de nível superior de curta duração. De três anos. No Rio de Janeiro já está tendo uma faculdade com essa proposta.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Como se dá o trabalho do controlador de vôo na prática? Quantas aeronaves são monitoradas, qual é a carga horária, como é que essa questão de etapa de vôo...? Pode pegar uma etapa, outro, outra. O senhor poderia dar uma idéia de como é o trabalho do controlador?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Sim. A quantidade de tráfego por controlador dependendo do setor. Às vezes está agrupado por... Ele está

com um setor aqui e outro setor. Estando com mais de um setor, ele vai ter que controlar no máximo 12 aeronaves simultaneamente. Com um único setor isolado no máximo 14 aeronaves. E dependendo da complexidade no caso lá se tiver muito desvios de informação, aeronaves concentradas demais, o supervisor pode adotar uma redução do controle de tráfego. Diminuir a carga para aquele controlador. Quando tem desvio de formação meteorológica, todos os pilotos querem passar na única brecha, e aí concentra todo o tráfego naquele ponto ali para desviar das formações. Isso daí é um fator complicador para o controlador.

A carga horária ele trabalha oito horas diárias e ele pode estar numa escala que trabalha de manhã, tarde e noite, a maioria trabalha fixo ou manhã ou noite, ou tarde ou a noite. Nessas oito horas diárias, no Centro de Controle Brasília, ele trabalha em torno de duas horas e meia no máximo três consecutiva e descansa uns 45 minutos ou até uma hora dependendo da necessidade. E dá em torno de quatro horas e meia cinco horas quando está tranqüilo. E torres de controle como Congonhas a carga horária chega a ser oito horas até seis horas e meia para cada controlador.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** E um período de descanso até oito horas? Qual o período de descanso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Vai depender muito do... Vai depender do dia. Na quinta-feira como tem muito vôo de Brasília na saída dos Parlamentares na quinta é um fator complicador aqui para Brasília. A gente já sabe. “Olha, quinta-feira à tarde já é um dia que vai aumentar bastante o tráfego na saída de Brasília”. Então o controlador vai despender mais tempo de serviço. Então depende dos horários de pico durante o dia.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Mas é oito por doze, oito por vinte quatro, oito por quarenta e oito...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Uma escala em torno de... Trabalha três dias e folgamos dois.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** Três dias ininterruptamente?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Ininterruptamente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO) –** 72 horas?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Não, não. Desculpa. É Oito, oito, oito. Vem um dia de manhã, outro dia à tarde, outro dia pernoite, ou dois dias de manhã e um dia de pernoite e folga o dia que está saindo a noite e mais um dia de volta. Ou se a

escala estiver muito apertada ele vai trabalhar quatro dias folga dois. Tudo vai depender da escala.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – O controlador mas bico para aumentar salário?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Eu tenho bastante informações que muitos fazem. Nós temos taxistas, dentistas, até pouco tempo atrás tinha um amigo que pintava, era pintor e ele chegava intoxicado no trabalho e nós até queríamos que ele se retirasse. Muitos fazem. Eu graças a Deus eu nunca precisei fazer devido a minha esposa mesmo que me ajuda muito.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Me diga uma coisa, claro que o senhor demonstrou claramente que nós tínhamos uma série de dificuldades, e ainda temos, antes mesmo de ter acontecido o acidente. Mas o apagão veio depois. E aí foi um aparelho que Congonhas não funcionou, um cabo foi desligado. Os senhores boicotaram e fizeram o apagão para mostrar as dificuldades que os senhores estavam tendo?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Como eu mostrei, Senador, da vez que houve aquele problema de comunicação aqui em Brasília que foi um erro humano, não foi nenhum graduado, não foi um Sargento, e não foi controlador. Foi um oficial engenheiro na área de comunicações. Foi erro humano comprovado por um oficial. Então é uma área onde que nós não tínhamos nem acesso e muitos controladores não sabe nem onde fica que é totalmente separado. Não foi controlador, nem graduado. Um Oficial que cometeu erro humano. Então essa pecha de que nós ficamos como sabotadores, como eu expliquei, vários acontecimentos como tempestades em Congonhas, se chovesse lá, atrasava os vôos, os controladores é que estavam fazendo. **Overbooking**, os controladores é que estavam fazendo. Uma queda de raio em Curitiba que o sistema praticamente parou todo... Devido a malha aérea ela é muito apertada. Se ela sai hoje de manhã do sul e vai rodar o Brasil todo e vai voltar na parte da tarde, qualquer atraso numa perna dessa quando chegar na última perna já vai estar com duas, três horas de atraso. Aí o controlador também foi culpado.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas podemos dizer que houve uma alteração para melhor no nível de segurança hoje? Houve uma alteração do que anteriormente em relação... Quais foram essas alterações benéficas?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Seguindo a filosofia do sistema de prevenção de acidentes, ele diz que quando ocorre um acidente o nível de alerta vai para cima. Ele vai caindo, caindo, acon-

tece alguma coisa, um incidente, um acidente, o nível de alerta vai lá para cima. O que eu digo que mudou da postura que o controlador foi mais incisivo e que ainda hoje ele vai continuar e vai continuar a vida toda era aquilo que nós já estávamos pedindo. É o limite de controle de tráfego por setor para cada controlador, que não extrapole esse limite. Isso daí está sendo seguido na risca, e vai ser seguido a vida toda.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – É mais seguro voar hoje do que antes do acidente?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Eu não digo isso, não. Porque hoje o nível de insatisfação dos controladores, o nível de... Devido a falta de qualquer diálogo, da falta de qualquer tipo de encaminhamento para a questão dos controladores, hoje o controlador ele vai trabalhar num nível de estresse, um nível de revolta, revolta, muitos controlador trabalham com uma desilusão muito grande, e isso é um fator contribuinte para o acidente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Então o grave problema que tem hoje são os controladores?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Aliado a esses problemas técnicos como falta de frequência, deficiências de radares. O Centro Amazônico mês passado ficou o mês todinho sem operar radar devido duplicação de pistas, pistas falsas, e fora outros problemas técnicos.

Então, acusar hoje o controlador é na verdade a gente só vai alimentando aquilo que os controladores pensam que realmente nós não temos o valor, nós não somos reconhecidos, e ninguém está mesmo ciente do que o controlador está passando. Então é bastante desconfortável para nós.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – A entidade que o senhor dirige teve um papel importante na paralisação no final de março? O senhor coordenou essa paralisação?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – De

forma alguma. Como eu até coloquei na apresentação, a associação em todas as reuniões que nós fazíamos e fazemos sempre nos colocamos contra devido: Somos militares, segundo, não precisamos radicalizar para mostrar problemas e terceiro, todo e qualquer tipo de radicalização como foi o dia 30 todos os problemas foram esquecidos, foram deixados de lado e o controlador é que virou o verdadeiro culpado. É isso que aconteceu. Ah, não, o problema hoje é o controlador. Mas não é o controlador. E por isso que eu digo que a Força Aérea não merece está passando pelo que ela está passando porque daqui a pouco pode acontecer novamente. Eu não estou falando uma colisão porque

eu não gosto de ficar falando sobre riscos, ficar jogando como um terrorista. De forma alguma. Mas pode cair uma frequência mais séria, comprometer totalmente um setor e as aeronaves ficarem todas no solo.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Numa escala de zero a dez um grupo de controladores de vôo do CINDACTA I atribuiu nota 4 ao grau de segurança dos passageiros. V.S<sup>a</sup> poderia detalhar os motivos que justificam essa avaliação extremamente negativa?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Por essa série mesmo de dificuldades que o controlador encontra. Quando falamos condições de trabalho não significa uma sala de estar, uma copa, um ambiente ergonomicamente correto na parte de objetos. Mas ergonomicamente errado na parte de trabalho ao homem e não o homem ao trabalho. Essa... Então todos esses problemas como deficiência de radar, deficiências de frequência, isso ocorre diariamente. Diariamente.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Mas o problema maior o senhor insiste que é a questão dos controladores.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O fator humano. É isso que eu não posso... O homem sempre ele é esquecido. Eu como representante tenho que falar de homens. O homem sempre é esquecido. Equipamento a gente dá dinheiro, conserta. Tudo sempre foi levantado sempre dado condições para o equipamento. Mas, no entanto, o homem ele sempre foi deixado de lado. É o homem que faz o controle de tráfego aéreo. Não é a máquina. Se o homem não for valorizado ele vai trabalhar de uma forma que não tem satisfação, ele não tem comprometimento e eu digo com toda sinceridade porque se tem alguém mais comprometido com a segurança do tráfego aéreo sou eu. Eu tenho prêmio de controlador padrão, eu sou um dos controladores que mais cobra regulamento, que mais proficiência, que mais cobra profissionalização dos nossos controladores. Mas infelizmente eu não vejo esse *feedback*.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu pergunto ao senhor: Nos últimos seis anos, segundo o Tribunal de Contas da União, a INFRAERO deixou de repassar ao Ministério da Aeronáutica 582 milhões de reais. Esse dinheiro poderia ter sido investido na segurança de vôo, e ajudado a melhorar essa condição? O que o senhor pensa? O senhor acha que esse dinheiro poderia ter ajudado a resolver esses problemas que nós estamos vivendo hoje?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Para mim é muito difícil falar de dinheiro. Nós não temos acesso a nada, mas o que eu sempre... Em todas as reuniões que foram passadas para os controladores

que dinheiro não era o problema. Sempre foi falado isso para nós. Olha, dinheiro não é problema. Vamos fazer isso porque dinheiro não é problema. Para nós sempre foi passado isso. Então eu não quero mais... Não gostaria de aprofundar por falta de conhecimento mesmo se foi ou não investido o dinheiro que deveria ser.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu pergunto a V.S<sup>a</sup>, os controladores são submetidos a treino constante? Eles estão preparados e atualizados para exercer bem essa função? A profissão? A Aeronáutica atualiza?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. Eu em 18 anos aqui em Brasília, treinamento não radar tipo você... O controlador ele fica estão viciado trabalhar com radar, que o radar ele é uma ferramenta que hoje ela é preciosa. Sem radar nós temos que aumentar a separação de uma aeronave com a outra. Com o radar a gente pode se aproximar. E o controlador ele vai trabalhando tanto com o radar que quando cai o radar ele já está destreinado de fazer esse tipo de operação não radar. Então nós temos uma deficiência muito grande na falta de treinamento, como nós levantamos também e a gente pedia, nesses 18 anos eu fiz dois treinamentos não radares.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu perguntaria também ao senhor. A dificuldade de comunicação especialmente com a língua inglesa não seria um fator que teria contribuído? Porque quando o Legacy responde que recebeu o chamado, mas não entendeu, isso não pode ter sido deficiência do controlador? Os controladores falam bem inglês aqui?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. Não falam bem. A maior dificuldade que além da língua inglesa de estarmos conversando pessoalmente, já tem uma dificuldade. A dificuldade maior é porque a transmissão vem através de uma caixa de autofalante que muitas vezes vem distorcido, com ruído, com eco, e aí acaba dificultando mais ainda. Vou dar um exemplo rapidamente, Senador, há um tempo atrás uma aeronave americana decolou de São Paulo e na decolagem, já estava nivelado e aeromoça foi fazer o serviço de bordo e a garrafa caiu na cabeça de uma criança. E o piloto falou isso para o controlador que a garrafa havia caído na cabeça de uma criança que ele precisava retornar para fazer o pouso e pediu apoio no solo. A gente quando sai do dia-a-dia, quando sai do padrão, pô, para entender que a garrafa caiu na cabeça da criança...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – É difícil.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Teve que chamar muita gente para poder entender.

Aí corre ali, corre aqui, chama aquele que fez mais tempo de inglês e vem distorcido ainda.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – O ministério da defesa oferece esses cursos em inglês? Como é que é? Porque é exigido falar inglês. Como é que é esse curso? Como é que é a prova?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É exigido, mas não para a concurso público para o militar. Para o grupo DACTA civis esse ano foi feito o concurso com um nível, mas um nível bem baixo. Pelo menos teve a cobrança da língua inglesa. Nós fazemos o básico na escola e depois com o decorrer do tempo tem um laboratório, mas que não fazemos efetivamente. Em 2003 o Brasil ficou sabendo que em março do ano que vem nós iríamos fazer um teste como o mundo todo que é o teste de proficiência em língua inglesa e a organização da aviação civil internacional exige o nível 4 e nós iniciamos esse ano na Casa Thomas Jefferson aqui em Brasília paga pelo comando da Aeronáutica o curso de língua inglesa, mas para o ano que vem atingir o nível 4 que nós achamos bastante difícil. E em outras partes de Brasil nós ficamos sabendo que os controladores não tiveram acesso ou estão fazendo via internet o curso.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Muito bem. Eu gostaria de perguntar a V.S<sup>a</sup> o seguinte. A divisão do sistema do controle de espaço aéreo em três áreas. As torres que controlam até 5 quilômetros a partir dos aeroportos. Os APPs que controlam de 5 a 74 quilômetros e os ACCs que controlam as aerovias. Na visão de V.S<sup>a</sup>. é eficiente ou seria melhor menos áreas ou apenas um centro de controle? Essa divisão aumenta a possibilidade de acidentes aéreos? Vou dar um exemplo, no caso do LEAR JET do choque que matou o grupo Mamonas Assassinas em 96. O relatório do CENIPA, nós já mencionamos aqui o CENIPA que é o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos cita que no processo de transferência de controle do APP para a torre o jato fez uma manobra imprevista. E essa mudança de controladores de voo reduz essa diligência a atenção e o cuidado. V.Ex<sup>a</sup> concorda com isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. Porque fica praticamente impossível. Assim nós teríamos que ter um controlador cuidando da aeronave da hora que ela decola até a hora que ela pousa.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Isso é impossível.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É impossível. Mas o senhor tocou num ponto muito importante, foi muito boa a pergunta do senhor. Cada área dessa colorida aqui é um centro de controle. En-

tão, no Brasil nós temos quatro centros de controle. Essa divisão entre torre e APP e ACC, ela é mundial. Mas no Brasil nós temos quatro centros de controle. Nos Estados Unidos que é um território praticamente do tamanho do Brasil, existem 22 centros de controle. O que é que isso modifica? Nós temos aqui um setor que o controlador fica responsável do espaço aéreo de Jataí até próximo a Alta Floresta e de Goiânia até quase Vilhena. É maior do que muitos Países aí fora. Então o nós precisávamos? Resetorizar. Mas só que quando resetoriza, quando divide de um setor a gente precisa de mais controladores. Uma diferença muito grande. Um controlador aqui no Brasil controla do solo até o ilimitado. Vários tipos de aeronaves com performances diferentes com várias frequências, com várias classificações do espaço aéreo. Nos Estados Unidos e na Europa é por camadas. Então tudo isso aí vai mudando a concepção do controlador. Um controlador fica responsável só com aeronaves em rota, outro controlador fica mais com o início da aproximação e passar aproximação e outro controlador com aeronaves de baixa performance. Isso sim reduziria e muito a complexidade.

Esse é o X da questão. O nosso setor é muito grande. E isso reduz também a capacidade de absorver tráfego. Se a gente fala assim: Ué, mas por que nos Estados Unidos um controlador controla tantas aeronaves e a gente menos? Vem dessa linha de raciocínio.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Essa fragmentação do controle do espaço aéreo que nós temos que é composto por vários órgãos, INFRAERO, ANAC, comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa, como é que os controladores de voo que estão na ponta do sistema vêem essa organização. É burocrático, é excessivo, é ineficiente?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Essa é uma das propostas, Senador, a desmilitarização para criar uma Secretaria da Aviação Civil. Na verdade...

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – Mas aí é mais uma, né?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, não. Mas aí... A ANAC é agência reguladora. Não é executora.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORRES (DEM – GO)** – O que o senhor acha da ANAC?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Nós temos o problema da concessão de horários para as aeronaves. Isso que tem que ser revisto porque estão concedendo ainda horários para horários congestionados. Se a gente for ver na lista tem oito aeronaves decolando na mesa hora. Alguém não vai decolar no horário certo. Então isso tem que ser revisto.

Mas a maior preocupação nossa, Senador, é quanto as três carreiras de controladores que nós temos. Nós temos três regimes jurídicos diferentes, nós temos militares, estatutários que são civis da Aeronáutica e os celetistas. São três formações diferentes, três cabeças diferentes para executar a mesma coisa. Por isso que nós propomos a criação de uma carreira única de controlador gerenciado por um órgão único junto com a ANAC Civil. Isso facilitaria muito.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – O Comandante da Aeronáutica o Brigadeiro Juniti Saito ele teve aqui na Comissão de Relações Exteriores do Senado. E ele disse o seguinte. O nosso grande problema, o nosso grande gargalo hoje chama-se controladores de vôo. O senhor concorda com isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É bastante difícil eu falar não concordo com o meu Comandante. Mas diante de toda a minha explanação eu mostrei que não é o controlador o gargalo. É um dos gargalos. O gargalo vem desde a concessão de autorização para aeronaves operar em determinados horários e não adianta eu estar com o espaço aéreo todo certinho, todo justinho, podendo colocar muito mais aeronaves sendo que eu não consigo pousar. Porque hoje no Brasil os aeroportos de maior movimento têm duas pistas. Nos Estados Unidos são quatro, cinco, até mais.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Essas obras da INFRAERO tem atrapalhado também?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Muito. Muito. Congonhas, diariamente uma única pista, se os senhores forem ao Centro de Controle por volta das seis horas, dezoito horas, o senhor vai ver a quantidade de aeronaves em espera e isso que é perigoso. Porque a aeronave ao invés dela ir para a sua aproximação ela vai ficar orbitando, aguardando a sua vez para poder ir, e aí o controlador vai fazendo as prateleiras. Isso daí já reduz um pouco a segurança.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Quando a VARIG deixou de operar ela tinha 36% da oferta aérea nacional. Essas linhas algumas foram redistribuídas, outras não. Algumas aeronaves deixaram de operar. Isso contribuiu para o apagão? Essa concentração e outras... A VARIG tinha mais ou menos retas. E isso foi desviado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. O que hoje está acontecendo pode ter contribuído para o que aconteceu no Natal. Hoje as aeronaves ela praticamente não fica no solo. Elas não ficam no solo. A prova é que à noite a quantidade de tráfego que aumentou para o controlador do pernoite que era

o horário que o controlador ia dar uma relaxada, hoje ele fica direto porque a aeronave ela não pára. Elas estão sendo muito mais utilizadas. E sendo utilizadas eles não têm aeronaves para fazer de backup. É uma das causas do Natal.

**SR. RELATOR SENADOR DEMOSTENESTORES (DEM – GO)** – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

*(troca de presidência.)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Muito bem. Senador Demóstenes nosso Relator já esgotou praticamente todos os questionamentos feitos nessa audiência, mas nós temos aqui ainda alguns Senadores inscritos. O Relator tem todo o direito e necessidade de fazer um diálogo mais direto com o participante da audiência, mas o que nós vamos pedir aos Senadores, e eu pergunto se faz em blocos a participação, podemos fazer em bloco? Fazer em bloco de três. Evitando o formato do diálogo como o Senador Demóstenes Torres estabeleceu, para que nós possamos ter objetividade.

Então, o primeiro Senador inscrito é o Senador Romeu Tuma. O segundo, por permuta é o Senador Wellington. E o terceiro o Senador João Pedro. Três minutos é o suficiente, Senador? Três minutos.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Não dá nem para começar. Aliás,...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Cinco minutos.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)** – Senador Romeu Tuma com a palavra. Zerando o relógio, por favor.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Bom, Sargento bom dia. Queria primeiro cumprimentar o Demóstenes que como Promotor público ele soube analisar o inquérito do Delegado de polícia e eu tive aqui também um resumo e ele colocou com perfeição todas as interrogações que foram necessárias dentro da participação dos controladores durante o trajeto das duas aeronaves, tanto do Legacy como do GOL. E ficou aquela dúvida que V.Ex<sup>a</sup> levantou que achei importante que São José recebeu o 370. Ou 37 mil pés. E ele teria se referido, Sargento, desculpa, o senhor teria se referido que o vôo foi de fio a pavio nos 37 mil pés pelo pedido e aprovado pelo controlador. A solicitação foi variação de altitude. Mas que o controlador que é o responsável pela autorização do vôo deu 37 mil pés direto de São José até Manaus. Foi isso que eu entendi?

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Sargento, o senhor vai continuar...

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Mas é porque se eu não perguntar eu fico enrolado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – ... mais fácil. Não sei se...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Tá bom, mas vamos buscar ser objetivo.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Então vou fazer as perguntas e depois o senhor responde. Outra coisa que me deixou aqui um pouco encabulado e preocupado, é uma coisa que no meu ponto de vista, Presidente, traz uma preocupação e é claro, Relator Demóstenes, também um sentimento de insegurança quando se fala em insatisfação dos senhores controladores que trabalham revoltados. Pelo menos foi a colocação que o senhor fez aqui. E uma das razões a insatisfação e a revolta dos controladores. Isso traz uma intranqüilidade para aqueles que estão voando porque numa hora qualquer alguém chuta o radar com a raiva que pode estar sendo... Da insatisfação que ele falou com muita ênfase da insatisfação dos controladores pela resposta à pergunta de V.Ex<sup>a</sup>.

Outra coisa que eu perguntaria, Sargento, sem realmente está no mérito do seu direito. Mas V.Ex<sup>a</sup> escolheu a Aeronáutica por vocação ou foi para buscar uma profissão nova? Já entrou direto na Escola de Controladores ou era praça ou qualquer outra coisa na Aeronáutica e decidiu fazer Escola de Guaratinguetá? Eu visitei acho que é uma boa escola...

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – É Guaratinguetá Escola de Controladores. E posteriormente o senhor fez algum curso superior para lhe dar essa facilidade de exposição dos fatos? Sente-se que V.Ex<sup>a</sup> tem uma estrutura mais larga do que seria normal. Não que os sargentos na Aeronáutica não tenham esse conhecimento, mas V.Ex<sup>a</sup> tem uma linha mais avantajada. E a outra pergunta que eu faço se o senhor foi por vocação teria que em tese respeitar todos os elementos e determinações do que impõe o art. 142 da Constituição que são os militares. Não pode fazer greve, não pode... Então eu pergunto se a associação e sindicatos são diferenciados. Se V.Ex<sup>a</sup> tem sofrido ou não por ter assumido o cargo dentro daquilo que está ou não impedido pelo regulamento da Aeronáutica e da Constituição [soa a campainha] Já? Desculpa Presidente. É que é tanta coisa aqui. Está difícil.

Sobre a alteração que V.Ex<sup>a</sup> fala das posições de console dos setores. Estou pegando de um técnico isso. Então provavelmente eu tenha... Faço uma pergunta não muito clara a V.Ex<sup>a</sup>, mas com o seu conhecimento por ser um controlador padrão conforme o seu próprio reconhecimento. Essa alteração é difundida em toda as posições. Consoles. Aqui ele fala antes o contro-

lador de tráfego aéreo toda mudança de vôo além de alterara o plano de vôo na base de dados do sistema altera também a strip(F) eletrônica na posição do controlador que solicitou a modificação. O senhor poderia depois dizer sim ou não. Quer dizer, essa alteração é difundida em todas as posições consoles dos setores do centro e de centros adjacentes são sobrevoados pela aeronave? O plano de vôo modificado passa a ser válido para o sistema e o original é armazenado para histórico? São questionamentos que se fazem visto essas deficiências de estabelecer claramente qual foi a altitude estabelecida na decolagem, no período de vôo até a hora do acidente. Tem 30 segundos não vai dar para fazer a pergunta. Então eu pergunto aqui nesse gráfico rapidamente, V.Ex<sup>a</sup> fala do SIVAM da Amazônia. Eu se que como Diretor da Polícia Federal não havia quase nenhum controle sobre a Região Amazônica para vôo. Tanto é que... Eu usava muito a Aeronáutica para esses vôos e tinha que ser um horário mais visual pela dificuldade da deficiência do CINDACTA. Não existia ainda o CINDACTA nem o radar. Isso hoje é eficiente dentro do sistema de interligação dos radares? Ou o equipamento que foi montado era deslocado de outras áreas ou foram comprados para formar o SIVAM? E muitas vezes com todas as perguntas que o Relator fez, V.Ex<sup>a</sup> falava: “Eu ouvi falar. Eles me contaram”. V.Ex<sup>a</sup> fez uma investigação particular, questionamento àqueles que pertencem a sua associação, falou com os civis e com os militares sobre as ocorrências ou foi decorrência do seu conhecimento sobre a operacionalidade para se chegar a uma conclusão da responsabilidade ou não dos controladores. Peço desculpas, tinha outras perguntas, mas não quero ferir a decisão do Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Muito obrigado pela compreensão, Senador Romeu Tuma. Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Sr. Presidente, vou ter que colocar as perguntas para meu xará--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Nós estamos concedendo cinco minutos, Senador Wellington.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Então, veja bem. Primeiro de tudo eu queria dizer que eu vôo há muito tempo e me sinto muito seguro voando. Já tive oportunidade de meu irmão pousar numa fazenda e esquecer de comunicar ao CINDACTA que tinha pousado e imediatamente entrar em contato que iam mandar resgate. Então pode estar acontecendo tudo isso que V.S<sup>a</sup> colocou, mas eu vou me sentindo seguro. Pode ser até que... Tomara

que não, mas sei lá... [risos] Mas aqui realmente eu me sinto seguro.

Mas queria fazer a seguinte pergunta. O que é que é RVSM? Segunda pergunta: O que é Espaço Superior Classe Alfa? Terceira pergunta: O que é o ICA? Quarta pergunta: O que diz o art. 112 do ICA? As perguntas serão respondidas ao final? Então temos que aguardar. Porque acho que nestas perguntas que eu tenho, que embora todo mundo coloca a questão no Legacy o tempo inteiro, que o GOL não tem culpa, mas existem dois referenciais. Transponder desligado, aeronave vira uma aeronave hostil. Você não concorda comigo, mas segundo as regras a aeronave passa a ser hostil. A aeronave hostil segundo os artigos que eu citei imediatamente o controlador de vôo tem que aplicar a lateralidade. Essa questão da altura, quando tem complicação, ninguém vai discutir e botar em outro nível, não. Tira todo mundo de perto. Porque se perder o transponder, você não está conseguindo identificar onde é que ela está, joga pro lado. Essas são as minhas perguntas e aí teria que haver um debate. Porque... Entendeu, Sr. Presidente? A questão não é ficar falando em altura. Joga para baixo, joga para cima. Não. Se é hostil, não está identificada... Eu já passei por isso. E transponder muda toda hora. Queria que agora você mudasse seu número no transponder. Em pleno vôo Brasília manda. E outra coisa, todos os planos de vôo são autorizados por Brasília. Eu não levanto vôo do Rio sem Brasília autorizar. Já fiquei no chão por isso. Não levanto vôo de São Paulo, de Goiânia, de Uberlândia sem Brasília autorizar. Para mim, a questão de plano de vôo apresentado ele não é nada. Ele é apresentado é um sugerido. Brasília diz é esse ou não vai ser. E aí vai ser autorizado. Que pode ser mudado lá em cima. Eu posso ter um problema, tenho que ir. E Brasília reautoriza. E aí vira um efetivo. Acho que é isso. Então plano de vôo apresentado não é nada. É sugestão.

Então, plano de vôo apresentado não existe para mim. Essa questão de que saiu de São José com plano apresentado, não adiantou. Se ele só levanta vôo com plano autorizado por Brasília. E essa questão que diz o ICA que é a bíblia de vocês, sem dúvida...

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – O ICA 100-12 é a bíblia de vocês.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Sim.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – E diz quando tem um vôo dito hostil, e ainda queria saber outra coisa, o que é vôo IFRRVSM? O que é isso? Porque para mim tudo isso identifica o seguinte: só quem manda é vocês. [risos] A partir daí só quem manda é vocês. Esse negócio que

piloto manda... Nada. Vou te dizer, me sinto tranquilo quando vôo vocês mandando. [soa a campainha] Eu sempre voei muito tranquilo. Vocês já mudaram, já me mandaram ficar rodando várias vezes. Porque tinha outras prioridades que vocês decidem corretamente. Então, são essas minhas perguntas, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Obrigado, Senador Wellington pela sua decisão de permanecer dentro dos cinco minutos e passo a palavra ao Senador João Pedro.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – Sr. Presidente, senhores... Estou esperando...

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – A reunião entre o Senador Romeu Tuma e o Senador Wellington. Pode... Com a palavra.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup>. Senadoras, em primeiro lugar, em função de uma declaração do Sargento Wellington, eu gostaria de lembrar o Senador Heráclito Fortes que participou de uma Audiência Pública com as autoridades nossa da aviação, se não me engano, foi o Senador Heráclito Fortes que fez a seguinte pergunta: Se existe buraco negro. E eu gostaria que essa resposta viesse para os anais desse debate, porque as autoridades responderam que não existe. Que não existe. Que isso é uma fantasia. Eu lembro do termo. É uma fantasia. E na exposição do Sargento Wellington ele foi muito claro que existe aí uma faixa de 150 quilômetros do ponto de vista do acompanhamento dos radares do CINDACTA I para o CINDACTA IV. Há um vazio, há um descontrole. Isso é grave.

Segundo, eu gostaria de alertar o nosso Relator e a todos os nossos Senadores. Eu vou fazer aqui, vou externar minha opinião. Nós que estamos começando esse debate, essa reflexão, essa investigação em função num primeiro momento de um grave acidente, a minha opinião é que nós não começamos bem. No que diz respeito à postura do representante dos controladores. Se nós observarmos as colocações do Sargento Wellington, a informação que eu tenho, isso não ajuda. Isso foi repetido peremptoriamente aqui. Qual a informação que ele teve, e foi uma exposição livrando responsabilidades. E a CPI tem que apontar responsabilidades. Nós temos que ser conclusivos aqui. Então a exposição foi assim: São falhas de frequência, falha de visualização, radares... Ou seja, por favor, eu quero que os controladores ganhem bem, eu quero que os controladores tenham um padrão de trabalho, porque diz respeito à vida, diz respeito à segurança. Mas a lógica da exposição do Sargento Wellington ela não ajuda. Quando ele diz que os controladores jamais esquecerão o dia 29 e que foi um dia de pesadelo, de

muito choro, de desmaios, eu quero dizer a V.S<sup>a</sup> que se os controladores choraram, imagine os pais, os filhos, as mães das 150 e tantas famílias que foram vítimas. E quero dizer com tranqüilidade aqui, se tem um segmento que deveria estar preparado para o acidente são os controladores. Porque são sabedores dos problemas, das deficiências, das debilidades, da imprecisão. [soa a campainha] Então, nós precisamos aqui encontrar os fatos colocados aqui. Do vô do Legacy. Nós prêmios encontrar isso. Sem tergiversar. Ora, se o Sargento diz que é quem autoriza é o controlador, quem autorizou o controle do vô? Do Legacy de São José. E V.S<sup>a</sup> fez uma lógica aqui que quase esconde Brasília. Quase que responsabiliza São José dos Campos. Foi essa lógica. Eu estou atento aqui. Eu não quero ter uma postura leniente nem tampouco precipitado aqui. Mas essa foi a lógica da exposição de V.S<sup>a</sup>. Nós precisamos. Ora, se o vô da GOL vinha no 37 milhas, então Brasília tinha que corrigir mesmo porque tem 17 chamadas, tem 17 contatos do Legacy com Brasília. E pelo amor de Deus, então foi só no... Foi justamente nesse momento dos 150 quilômetros que não houve comunicação, que não houve visualização? Então V.Ex<sup>a</sup> tem que ser mais preciso aqui do ponto de vista de nós encontrarmos responsabilidades. Não pode aqui ter tergiversação nas nossas palavras e na lógica de nós construirmos um Brasil melhor. Um trabalho melhor. Uma aviação eficiente. O contexto que V.Ex<sup>a</sup> apresenta--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Senador.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – e eu termino, Presidente Casagrande, V.Ex<sup>a</sup> levanta aqui do contexto histórico. 1996 tem um documento tem um posicionamento, e depois 2005. Vejam só, 10 anos depois. 10 anos depois. Então são essas minhas reflexões no sentido de nós precisarmos melhor as colocações de V.S<sup>a</sup> porque vai ajudar essa CPI e o Brasil.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Obrigado Senador João Pedro. Então, com a palavra o Sargento Wellington para que possa fazer as respostas aos três questionamentos. Tempo mais folgado compreendendo que o militar sempre tem uma capacidade sucinta de responder.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Quando eu digo a informação que eu tenho é porque eu não era o controlador que estava controlando.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Mas mesmo assim, representando a associação, por que é que eu tenho essas informações? Porque no dia eu reuni os controladores. “O que aconteceu?” Aí ele me fala: Olha, eu fiz isso, fiz aquilo, deixei de fazer... Eu fiz aquilo... Então é a informação que eu tenho. Eu não sei o que ele falou para o Delegado, porque eu não par-

ticipei na oitiva. Para isso que eu digo bem claramente é a informação que eu tenho. Eu não era o controlador que autorizou, eu não era o controlador em nenhum momento. Eu não tive envolvimento com o tráfego. Nós temos total compromisso com a segurança de tráfego aéreo que nós solicitamos junto ao CENIPA para colaborar e participar da Comissão de Investigação. Nos foi respondido no dia 17 de outubro. Em atenção ao ofício da ABCTA manifestamos reconhecimento ao apoio e intenção de colaboração dessa associação para com as investigações do acidente ocorrido. Contudo esse centro entende que a representatividade da categoria dos controladores já se encontra devidamente inclusa. Nós sempre colocamos à disposição.

Eu confirmo, eu nunca usei em termo buraco negro, eu falo superposição de responsabilidade. O Coronel Rufino ele comprovou várias vezes que chegada naquela hora, naquele ponto ali houve a perda de detecção radar, eu afirmo que na hora do acidente não havia detecção radar, e a questão que a nossa preocupação é que o controlador não seja analisado isoladamente. Nós nunca falamos a questão de culpa. Quem vai julgar culpa é a justiça. Nós falamos em fatores contribuintes. E até agora foram levantados 41 fatores contribuintes. Eu acho que para mim fica bastante difícil, como o senhor disse que já vai convocar equipe, a equipe realmente vai poder falar. Foi isso, foi aquilo. Para mim fica muito difícil fazer esse tipo de... E é verdade. Não só os controladores, como o próprio sistema, a própria Força Aérea não estava preparada para o acidente. Ninguém estava preparado para isso. Isso o senhor tem correto. 17 chamadas, como eu disse, existe recepção e transmissão. A aeronave transmitiu 17 vezes e nenhuma vez foi copiado. Isso daí está na caixa-preta da aeronave que ela fez a chamada, mas o centro não recebeu porque não está registrado no gravador do Centro de Controle. Então aí que está. O controlador não recebeu a chamada. Então eu não posso falar foi problema do piloto ali que ele... Não. Houve um problema de comunicação que não houve. A comunicação é recepção e transmissão. Uma coisa é fazer a recepção.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – Mas V.Ex<sup>a</sup> disse que o controlador tinha convicção que o Legacy estava a 36 milhas.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – 36 mil pés.

**SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM)** – 3 mil pés. Perdão. E o GOL ia em 37. Se ele tinha convicção não tinha porque... ter a tragédia. Do ponto de vista do controle.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Sim. Mas aí como eu disse, o controlador ele fez

aquela avaliação da informação que ele recebeu do momento do sistema. Quando deixa de operar radar, o operador passa a operar não radar confiando na informação da ficha de progressão de vôo que é um plano de vôo que fica à frente dele que já estava com a informação 360. Entretanto o controlador não deu e o sistema já mudou.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Sargento, o senhor poderia esclarecer o que é pista dupla que aparece no radar? É pista física ou é imaginária?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Imaginária. Nós temos uma duplicação que tem a pista radar, uma identificação da aeronave e de repente ela duplica. Essa duplicação é até mais tranqüila que o controlador vê que realmente é uma duplicação.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Agora, a diferença de altitude pode dar alteração no radar, por exemplo, 37 mil e apresentar menos ou a mais?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. No primário, sim, pode acontecer. No secundário é mais confiável não acontece. Agora, o problema da duplicação é quando essa pista duplica e joga uma informação errada em outro setor e o controlador lá é pego de surpresa.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Aí ele se enrola.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Se enrola. Senador Romeu Tuma, eu gostaria de dizer... O senhor disse que o controlador a qualquer momento pode pegar e chutar o radar.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Força de expressão. Porque quando a gente está insatisfeito e revoltado você sai um pouco da sua tranqüilidade...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não tenha dúvida, Excelência.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – E pode ter uma atitude que se não tiver um colega do lado correr pode...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – As atitudes que nós vimos devido à intranqüilidade que o controlador é vivido, tem vivenciado, até mesmo discussão, de brigas com controladores que a gente pega e retira da sala. Mas a intranqüilidade é muito grande. Eu queria falar aqui para o senhor quanto à escolha profissional e vocação.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – [pronunciamento fora do microfone] e a gente tem amor à profissão. Então é difícil você começar a trabalhar contrário à aquilo que você escolheu por vocação.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não tenha dúvida, Excelência. Concordo plenamente.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Por isso que eu perguntei com todo respeito.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** –

Concordo plenamente. Porque Excelência, se o senhor perguntar para o meu comandante quem é Wellington, ele vai dizer. E hoje eu conversei com um Taifeiro, ele falou: Pelo amor de Deus, não esculhamba a Força Aérea. Eu falei: Nunca. Nunca que eu faria isso. Sabe por quê? Eu entrei por vocação. E eu falei para ele--

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Nenhum de nós aceitaria. Eu pelo menos aceitaria.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Com certeza, e eu acho que não estou fazendo isso, Excelência.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Pelo contrário. O início da sua exposição foi muito clara a esse respeito.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – De forma alguma eu faria isso. Sabe por quê? Eu até falei para ele. Militar não é profissão, é vocação. Eu entrei na Força Aérea para ser infantaria. Chegando na Força Aérea eu vi o filme lá e não é infantaria do Exército que eu estava acostumado, era uma infantaria de guarda...

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Infante da aeronáutica é diferente

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – É. E eu queria a infante do exército, eu queria a selva. E aí eu vi o filme de controle de tráfego aéreo. E peguei controle de tráfego aéreo. E sempre aluno padrão, aluno padrão--

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – E concurso interno?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A gente, na minha época, a gente entrava e lá dentro nós escolhíamos a especialidade de acordo com o perfil psicológico.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Para escola de Sargento.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Isso. Em Guaratinguetá. De acordo com o perfil psicológico e até mesmo pela escolha. Vamos escolher e vamos ver quem está mais bem classificado para poder pegar. Mas eu mantive a minha linha, tanto que na última série eu fui concorrer para ser o aluno padrão do esquadrão. E aí veio a primeira decepção. Qual sua especialidade? Controlador de tráfego aéreo. Não, controlador de vôo. Não pode ser padrão. Aluno padrão. Tem que ser uma infantaria. Primeiro nós somos militares, depois nós somos técnicos. Eu muito bem esse dia porque está gravado. Eu tenho essa fita que o xerife da minha turma chegou: “Wellington, para mim e para nós todos você é o padrão e hoje o último dia na escola você que vai comandar a escola”. E chegando aqui eu sempre mantive a minha linha tanto que eu

ganhei prêmio como profissional padrão mesmo. Então é isso que traz, Senador, e o meu comando tem bastante claro. O Wellington não é nenhum terrorista. O Wellington não é nenhum baderneiro, o Wellington sempre foi um profissional padrão.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Eu estou falando do Sargento.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Vamos agilizar as respostas.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – Sargento, ninguém está falando sobre a qualidade, mas sobre os acidentes e os riscos. Quero, a qualidade é claro quanto mais se aprimorar o controlador de vôo dar mais meios, melhor tecnologia, reciclagem permanente, isso a gente qualquer área, polícia, qualquer área é importante. Então nós não estamos discutindo a qualidade individual, mas a coletiva nessa dificuldade de poder se... Nós sabemos que quando se faz uma investigação de acidente aéreo, não é para buscar praticamente culpados. Nós estamos fazendo aqui para buscar culpados. Mas saber o que é realmente aconteceu e mandar para todo mundo para que isso não aconteça mais.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** –

Com certeza. Não aconteça novamente. Mas o Senador Wellington ele também fez umas colocações bastante importantes a questão do RVSM eu fui até instrutor para a implantação do RVSM aqui em Brasília. Significa *Reduced Vertical Separation Minimum*. Até os três, quatro anos atrás, a altimetria ela era através de instrumentos barométricos. O senhor é piloto ou não?

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)** – Pelo menos mamãe tem feito muita força.

[risos]

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Não, não. Apenas porque RVSM quem manja sou eu. Ele não manja nada disso.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** –

Senador, é a redução da separação. Até uns três anos atrás, como era barométrico, acima do nível de vôo 290 a informação se tornava inconfiável, vamos dizer, não confiável. E aí a separação tinha que ser maior para dar uma garantia de segurança maior. Então ao invés de mil pés passou para dois mil pés.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– De altitude de uma aeronave para outra. Acima do nível 290.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Antigamente... Isso.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Acima de 290 vocês dão uma segurança de uma aeronave para outra--

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Não. Há três anos atrás. Quando não era o RVSM. Quando entrou o advendo(F) do RVSM uma tecnologia que independe de fatores barométricos e pressão utilizado diretamente via satélite a precisão é maior. Então sendo a precisão maior reduziu o espaço de uma aeronave para outra. Por isso que é espaço aéreo reduzido. Separação mínima. Passou de dois mil para mil pés. O X da questão, isso é importante o senhor ter tocado. Uma aeronave quando está com problemas no transponder e o piloto ele é obrigado a abandonar o espaço aéreo RVSM. Isso está na norma. O piloto é obrigado a sair do espaço aéreo RVSM--

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone] Presidente, eu vou ter que debater. Eu quero dizer o seguinte, ele não tinha problema o transponder. Ele estava com o transponder desligado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Correto. Concorde.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Eu estou partindo dessa premissa, tá?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Está correto.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – No momento que vêem e não conseguem identificar a aeronave e aí que entra no que você, como é um especialista me corrigiu, no 100-12, o que a bíblia de vocês, o que a bíblia recomenda que é o que você tem que seguir. Quando uma aeronave que o transponder não está identificando ela virou uma aeronave hostil, que você também não aceitou: para mim não era uma aeronave hostil. Ou seja, não sei onde ela está. O que é que diz a sua bíblia. O ICA o que diz? O que tem que fazer?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– O hostil é quando perde a identificação. No caso do Legacy, ele perdeu o transponder e ele não deixou de ficar identificado como Legacy. Quando perde--

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Você não estava vendo ele. Você estava vendo o Legacy?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, eu não porque eu não estava controlando. Eu não era controlador.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Quem estava lá estava vendo o Legacy?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu acredito que sim. Ele que estava controlando. Na hora que deixou o radar ele deixou de ver. O que é que tem de fazer de acordo com a ICA 100-12? Encerrar o serviço de radar, informar para a aeronave que foi perdido o contato radar e a partir daquele momento fazer o controle não radar.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Peraí, olha aí. Wellington. Escuta, o que eu vou te falar. Não me enrola.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, eu não estou enrolando, senhor.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Não, você está me rolando. Naquele momento qual é a atitude? Controlador de voo tem que tirar todo mundo da reta. É isso que ele tem que fazer. É isso que diz o artigo. Você tem que pegar os aviões que estão perto e jogar para uma outra lateralidade. Não é nem altura. O que diz é isso. Que você tem que pegar todo mundo que está perto... Perdi o contato. Atenção avião hostil não tá identificado. Joga todo mundo para um lado e para o outro. E não foi feito isso com o voo da GOL. Não foi feito isso com o voo da GOL. É isso que eu quero que você diga e você não diz. Porque você é uma pessoa inteligente, essa questão é que eu quero que você diga. Tinha que ter falado o seguinte: GOL, estou com o avião sem controle, não sei onde está. Saia, vá tantos quilômetros, sei lá, para direita ou para esquerda. E não foi feito isso. Eu queria que você dissesse isso. É isso que diz esse artigo?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não Senador. Olha, só. Se o controlador tem dúvida, não significa que perdeu o contato com o radar que passou a ter dúvida no nível de voo. Isso que diz. Ele tendo dúvida do nível de voo ele tem que fazer isso. Só que o controlador quando ele assumiu a posição foi passado para ele que estava no 360. Ele fez também sete chamadas para o Legacy e o Legacy também não copiou. Ele não recebeu.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Mas ele não tinha dúvida quanto ao nível de voo. É isso Senador. Se ele tivesse realmente ele teria que fazer. Para ele constava 36 mil pés. O controlador que assumiu ele não teve dúvida.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Continua, Sargento Wellington. Conclui?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Concluí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Muito bem. Com a palavra o Senador Sérgio Guerra, se possível por até cinco minutos. Vou repetir, vai repetir pela quinta vez. Para atender o senhor. O senhor merece.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – No dia do acidente Brasília não tinha... Essa antena radar aqui de São Félix do Araguaia o sinal ele era enviado para Manaus e não era enviado para Brasília. Então Brasília só tinha cobertura aqui dessa área... Limão, aqui, o amarelo. Essa área aqui toda que é da área de controle de Brasília não tinha visualização radar. Então essa era a área que a imprensa chamou de buraco negro, que nós chamamos de superposição de responsabilidade. Porque Manaus via e não controlava e Manaus... E quem via não controlava.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE)** – Sr. Presidente, primeiro eu queria dizer que a participação do Sr. Relator nessa matéria tranqüiliza as expectativas que todos podem ter sobre essa Comissão. As perguntas, a precisão, a moderação, o equilíbrio do Senador Demóstenes Torres vão nos conduzir, sem dúvida nenhuma, a um excelente resultado nessa CPI.

Segundo, eu quero dizer que também não sou favorável a essa vitimização dos controladores de voo. Você tem aí... Não falta irresponsável aqui nesse País. Ministro que diz besteira, autoridade que não assume responsabilidade. Presidente da República estava no meio de um tumulto enorme, alguém perguntou a ele pelo tumulto, ele disse: "Pois é, imagina". Como se ele não fosse Presidente da República e não tivesse nada a ver com isso. Eu estou indignado. O Presidente da República não tem que ficar indignado coisa nenhuma ele tem que resolver. Indignado é a população, é a sociedade brasileira. Ele não. Ele é o comandante do País. Agora, jogar essa responsabilidade em cima de pessoal que trabalha nessa área não é correto.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Sem dar condições.

**SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE)**

– Eu quero dizer que considero a palestra do Presidente Wellington uma boa palestra, para mim passou sinceridade. Conhecimento da matéria. Evidente que tem coisa para explicar aí. E no episódio de Brasília. Não tenho a menor dúvida que houve erro. Não sou especialista, não estou prejudgando. Acho que vamos chegar a um resultado justo. Tem algum erro aí, deve ter também participação humana nesse erro. Mas é o sistema todo caótico. Não fizeram pista, jogaram dinheiro pela janela, enfim, montaram um festival aí e agora a culpa é do rapaz lá do controlador de vôo? O culpado é o cara que no sistema brutal de pressão, num trabalho inóspito, difícil, pode ter errado. Tudo bem. Vamos apurar a responsabilidade de quem errou. Mas vitimar controladores de vôo não é por aí. E não vamos ter segurança nenhuma se continuarmos nessa pressão contra eles. Será que esse pessoal todo trabalha contra o Brasil, trabalha contra a segurança? Coisa nenhuma. Estão lá vítimas de um processo, anárquico que agora apareceu para todo mundo ver. Mas já vinha de antes. Não quer dizer nem que começou no Governo do Presidente Lula, deve ter começado antes também para não ser insincero. Mas eu quero com toda certeza dizer que considero seu depoimento bom, nos limites que pode ser afirmado isso, e que nós estamos no caminho certo. E que os controladores devem ajudar a resolver isso. Devem ajudar a resolver isso. Porque é uma coisa que compromete o País inteiro. Eu vou viajar hoje de tarde. Estou preocupado. Hoje de noite. Quinta-feira é o vôo dos Parlamentares. Eu espero que isso para que isso não seja [risos] razão para que se crie nova preocupação. Pô, vou dizer que é sexta.

Agora, vamos ter tranqüilidade nisso. Acho que começou bem, vamos à origem dos fatos, vamos apurar todas as responsabilidades. Essa história de ficar... Tudo bem, vamos ajeitar para pagar indenização das famílias que saíram prejudicadas com acidente. Brasileiros lá que morreram tantos. Vamos atrás disso, mas vamos atrás dos responsáveis por esse sistema aí. E são muitos, não são poucos. Essa é uma responsabilidade conjunta. E que nós também, nós como Congresso temos que entrar nisso e ajudar a resolver isso. Ao invés de ficar vitimando quem que seja.

Então não tem nada disso. Controladores de vôo são profissionais decentes, estão lá trabalhando, que se equivocaram aqui, se erraram lá na frente, é explicável. Pode até não ser justificável. E alguém pode ter culpa nisso. Vamos atrás dela. Mas o senhor fez um depoimento correto, seguro, e que é dos bons depoimentos que eu ouvi aqui nessa sala onde várias CPLs já aconteceram.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Obrigado, Senador Sérgio Guerra. Senador Mário Couto.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Sr. Presidente, Sargento Wellington. Primeiro quero também concordar com as palavras do Senador Sérgio Guerra. Acho que V.S<sup>a</sup> demonstrou segurança no que falou, demonstrou conhecimento quando falou, e coragem. Parabéns pela sua coragem. Assim deviam ser todos os brasileiros, corajosos para dizer aquilo que sentem em favor do povo, em favor da segurança do povo brasileiro. Lá na minha terra, Sargento, quem não tem segurança lá no Marajó, quem não tem coragem morre debaixo do pé do búfalo. É assim que dizem os marajoaras. Então se sinta honrado diante de sua família pela sua coragem. Eu lhe parabenizo. Eu quero apenas fazer duas perguntas.

Primeiro, V.Ex<sup>a</sup> afirmou a deficiência de equipamentos, de pessoal, enfim, estrutura. São tantas as necessidades. Embelezaram tantos aeroportos brasileiros e esqueceram da segurança dos passageiros. Eu pergunto a V.S<sup>a</sup>: Diante do que publicou a Folha e outros órgãos da imprensa, publicaram recentemente, quase teve outro acidente. Quase outro acidente acontece. Isso faz uma semana, 10 dias atrás, cinco dias atrás. Poucos dias atrás. Diante do que eu escutei de V.S<sup>a</sup>, que segurança pode transmitir V.S<sup>a</sup> ao povo brasileiro? Que segurança? Como é que está a segurança no vôo? Eu, por exemplo, saio daqui preocupado com o depoimento de V.S<sup>a</sup>. Eu gostaria que V.S<sup>a</sup> externasse isso com profundidade. A população brasileira pode ter segurança hoje em voar? Expresse isso à população brasileira. Diga o que melhorou do acidente para cá. O que piorou do acidente para cá. A população brasileira com certeza com a publicação da imprensa no quase outro acidente com certeza está intranqüila neste momento e era preciso externar esse sentimento à população brasileira. Por enquanto são só esses questionamentos. Muito obrigado e parabéns mais uma vez.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Obrigado, Senador Mário Couto. Com a palavra o Senador Agripino Maia.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Sr. Presidente, eu acho que o Sargento Wellington deu uma contribuição positiva no sentido de esclarecer fundamentalmente a questão do acidente, que é fulcral. É fundamental até porque foi em função do acidente que a crise aconteceu. Eu tenho a impressão que os controladores de vôo pelas razões aqui foram expostas tomaram a atitude de auto preservação. Já que existem tantos problemas, nós vamos expor a chaga para que nós não sejamos responsabilidades no futuro por

outros acidentes iguais a esse. E a partir daí ocorreu o que ocorreu. O caos nos aeroportos. Muito bem. A minha preocupação, Sargento Wellington, é tirar da sua presença a melhor contribuição para que a gente chegue ao ponto seguinte, que é a solução do caos aéreo, do apagão.

Tenho três colocações a fazer e vou procurar fazê-las pragmaticamente e muito objetivamente. Pra mim está muito claro que na sua posição ou pela sua opinião a desmilitarização da carreira do controlador aéreo é uma coisa que se impõe. Na sua opinião, é o começo da saída do problema passa pela desmilitarização. Assim como aconteceu praticamente no mundo inteiro. Parece que só na África, poucos países da África é que o controle aéreo ainda é feito por meios militares. Acho que ficou muito claro, Sargento Wellington, que nos últimos quatro anos a demanda pela passagem aérea, pelos vôos cresceu violentamente. Cresceu a nível de China. Enquanto o Brasil cresceu a vôo de galinha, a demanda por assento em avião cresceu a níveis de China. E isso provocou evidentemente um entupimento, que levou à primeira colocação que é quero fazer e quero ouvir sua opinião. O FAA, eu nunca tinha ouvido falar em FAA, depois eu comecei a pesquisar o que é o FAA. O FAA colocou uma espada de [inaudível] na cabeça do Brasil. É uma humilhação terrível. O Senador Sérgio Guerra, o FAA está na eminência de dizer que piloto de avião brasileiro para entrar nos Estados Unidos tem que ser americano. Sabe por quê? Por falta de investimento, por deficiências e procedimentos de controle de vôo e por segurança de vôo. Esteve, escapamos fedendo e vamos entrando de novo na perspectiva de sermos rebaixados.

O DECEA é um órgão que coordena controladores de vôo com empresas aéreas e que faz reuniões permanentes para tratar exatamente desse tipo de coisa. Investimento, procedimento de controle de vôo, segurança de vôo para evitar que aconteça a humilhação do Brasil ser rebaixado e piloto brasileiro por deficiências da operação da gestão brasileira ceda lugar no comando do *cockpit* piloto de País que tem **investment grade**. Isso é o fim da picada. Mas nós estamos na eminência disso. Muito bem. As reuniões do DECEA tratam disso. Eu tenho a impressão que os controladores de vôo participam disso, ou participam ou tomam conhecimento. Porque tudo recai na responsabilidade de vocês. Porque se isso aqui não acontece, quem paga o pato são vocês. A reação de vocês em expor a chaga vai terminar sendo redobrada se aquilo que no DECEA se discute com relação a investimento, procedimento de vôo [soa a campainha] não tiver consequência. A minha primeira pergunta é do seu conhecimento aquilo

que se discute no DECEA, a burocracia brasileira, a gestão do Estado Brasileiro dá consequência, aquilo que se reclama, que se pede. As companhias aéreas têm consequência? Acontecem providências efetivas? É a primeira pergunta que lhe faço.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Primeira... O senhor tem mais pergunta?

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Posso fazer essa e as restantes?

**SR. PRESIDENTE SENADOR CASAGRANDE (PSB – ES)** – São todas as perguntas feitas, Senador Agripino para depois ele fazer a resposta.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Então faço todas. Que isso facilitaria a concatenação do raciocínio. O segundo ponto, eu queria saber correlatamente com essa minha preocupação se aquilo que se reclama tem consequência, se o Estado Brasileiro está tendo agilidade burocrática para que aquilo que se reclama que gerou o protesto de vocês, o caos, a greve de vocês, se tem consequência. Se aquilo que se reclama acontece em seguida.

Segundo, quais foram as razões do conflito da greve que vocês fizeram. Foi reclamação de salário, foi reivindicação de plano tenho carreira, foi promessas feitas e não cumpridas, foi falta de equipamento, foi falta de pista... Eu compreendo que o controle aéreo exerce ou é exercido para acompanhar avião no ar. O INFRAERO acompanha avião em terra. Uma coisa tem correlação com a outra. Mas eu quero entrar nisso mais na frente. Quero saber as razões que levaram a categoria à greve que produziu aquelas imagens terríveis que as televisões do Brasil todo mostraram e que envergonharam o Brasil.

E o terceiro e último ponto, em função das razões que levaram a categoria à greve numa atuante de auto preservação, quem foi o gestor da crise? Quando houve a crise do apagão no Brasil, o Dr. Pedro Parente foi o gestor da crise. Crise terrível e que prejudicou o Brasil inteiro a atividade econômica, tudo. Mas tinha um gestor. Quem é que foi o gestor, quem é o gestor da crise, quem foi o gestor da crise? Porque veja bem, para tratar daquilo que a FAA está imputando como Brasil deficiente são as razões da criação da ANAC, de uma agência reguladora que foi criada para exercer o controle. Quem foi o cérebro, o gestor da crise. Quem é que está sendo. É ANAC? É alguém da Aeronáutica? É Ministério da Defesa? É Paulo Bernardo? É Dilma Rousseff? É o Presidente Lula? Quem é? Eu não sei. Até para cobrar providências. Eu acho que nessa crise toda há um componente fundamental que é capacidade de gerenciar por parte do Estado. Burocracia capacidade de gestão, deficiência de gestão,

solicitação feita que não tem conseqüência. Pede e tem ouvido de mercador. Que aliás, é um cacoete do atual Governo. Então queria, nessa ordem de colocação ouvir suas opiniões.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Com a palavra, Sargento.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Só deixar bem claro, até mesmo a vinda aqui era para justamente falar as conseqüências depois do acidente. Pra mim é muito difícil falar sobre o acidente porque não fui eu. Então o interessante para tirara todos esses restantes de dúvida é quem estava lá. Infelizmente eu fico numa situação bastante difícil. Mas justamente para falar--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Os controladores estarão aqui próxima audiência.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– O que melhorou e o que piorou. O Senador Valdir. Foi feito um esforço muito grande... Desculpa, Senador Mário Couto. O esforço que foi feito não pode se negar na parte técnica, os engenheiros, os técnicos, eles realmente correram muito atrás para poder dar uma melhorada nos equipamentos, nas freqüências. Mas os problemas acontecem. Quer seja por algum tipo de interferência que ainda não é conhecido. Muitos problemas não se sabem as causas, mesmo. O problema da multiplicação de pista não se sabe a causa. Eu fiz uma pesquisa pela Europa e perguntando: “Vocês têm multiplicação de pista aí? Vocês têm pista falsa?” “Somente na época de nevascas. Porque a neve acumula-se na antena radar e vão criando pistas falsas. Aí é retirado”. Mas tem muitos problemas técnicos que ainda não se sabe até o motivo correto da causa. O que piorou? Basicamente, essencialmente o que piorou foi a vida do controlador de tráfego aéreo. Se estava ruim antes, se ficou difícil depois do acidente, pirou depois da parada do 30 de março. Porque hoje nós não temos diálogo nenhum com o Governo, com ninguém. Nós não temos encaminhamento de nada.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Piorou. Traz mais insegurança. Lógico. Isso que eu queria que V.S<sup>a</sup> colocasse claramente a sociedade brasileira. Se piorou nós estamos mais inseguros. É isso?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– O manual do controlador diz que o controlador para guarnecer uma posição ele tem que estar física e psicologicamente capaz de guarnecê-la. Hoje o controlador está sobre o olho do furacão. O controlador, como eu disse aos senhores, respondi uma CPI quarta feira, ontem eu trabalhei, hoje uma CPI

e amanhã um Inquérito Policial. Então o controlador está sob muita pressão.

Quanto à segurança que o senhor falou sobre... Devido a minha fala na Câmara, existe uma intenção muito grande de desqualificar a minha fala sobre essa questão da segurança. Queria explicar o porquê. Uma semana atrás um jornalista ligou para o Centro de Controle, eu estava trabalhando eu quero falar com o Sargento Wellington. O senhor confirma que há uma semana atrás quase houve uma colisão sobre Brasília? Olha, não conheço, não dou informação, estou trabalhando. Desconheço tudo a respeito disso. Não quero comentar sobre o assunto. Eu não gosto de ficar falando sobre questão de segurança, de fazer um terrorismo mesmo. Eu não gosto. Não é da minha pessoa. Mas como eu estava sobre juramento na Câmara, eu falei: “sim, eu tomei conhecimento de que houve uma quase colisão”. E aí eu peguei os dados, um Relatório de incidente no dia 5 do 5, relatório de incidente nº. 10 e uma aeronave da Força Aérea e uma aeronave comercial de Brasília para Curitiba passou próxima uma da outra após a decolagem a informação também que foi dada é que passou em torno de 100 a 200 pés, quando tem que passar a mil pés. Mas também a informação que eu tenho quer que não foi por falha de equipamentos, não foi por falha de freqüência. Foi por falha de fator humano. Então aí que vem a questão da insatisfação, da questão da intranqüilidade psicológica da pressão, da falta de encaminhamento de como o controlador está vivendo hoje. Então [soa a campainha] hoje nós temos uma dificuldade muito grande.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Não entendi, Senador.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** –

Cem pés. De cem a duzentos pés que passou. Quando tem que passar mil pés. Isso daí foi feito um relatório de incidente, tá aqui o número porque tentaram desqualificar a minha fala porque eu neguei para a mídia porque eu não queria realmente jogar essa informação que não concordo dessa forma assim. Não gosto de fazer terrorismo. A minha filha voa, minha mãe voa, minha família voa, eu vôo e eu não gosto de ficar fazendo terrorismo com informação de investigação.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Uma aeronave, um Airbus 320. Não quero falar também assim a companhia.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)**

– Não diga, não.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– Bom, Senador Agripino, como eu falei a questão de encaminhamento nós não temos nenhum encaminhamento. Nós não sabemos... A única certeza que nós

temos é da incerteza. E para muitos a única certeza que se tem é punições e expulsões. Fora isso não tem mais nada. Não tem mais nenhum tipo de encaminhamento. Nós não sabemos mais nada do que está acontecendo. Nós não temos um interlocutor, nós não temos um contato com o Governo, com o comando, não tem mais nada. Hoje estamos aí, por isso que para nós até a CPI foi uma oportunidade para poder expor como é que está hoje o controlador. Quanto ao DECEA, as providências...

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Tudo, portanto, que gerou a crise continua tamponado, a crise está sufocada, é uma panela de pressão? Porque como não tem interlocução, não tem respostas, a chaleira está posta. O espírito do controlador de vôo é de...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – De insatisfação. Aguardando que alguém faça algum encaminhamento para todo esse problema vivido do fator humano--

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Que é a tarefa da CPI que vai fazer.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A ANAC, Sr. Senador, a ANAC ela vai completar dois anos agora. Então praticamente ela está na fase de transição também. A transição foi dada durante cinco anos. Então a ANAC ela foi pega também sem estar preparada para tudo isso porque está na fase de transição também da passagem de serviço para a ANAC. Eu não tenho intenção de politizar nada. Eu estou falando o meu conhecimento técnico. Então a ANAC ainda está em fase de transição.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Transição de dois anos já. Inaceitável.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Quem é o gestor da crise? Durante dezembro, janeiro que estávamos tendo vários atrasos eu posso dizer o gestor da crise relacionada ao controle de tráfego aéreo direto com a operação que foi montada uma sala de crise que era o CGNA um Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea na verdade foi criado em 98 e a responsabilidade dele era verificar momentos de pico junto as empresas aéreas... Nesse momento nesse horário vão decolar muitas aeronaves em São Paulo então vou entrar em contato com as empresas aéreas e pedir para que: olha, dá um espaçamento maior e até mesmo para que ela avise os passageiros. Vai haver atraso. Esse era o Projeto inicial. Só que não sei qual a dificuldade que eles não conseguiram implementar para que operacionalizasse de fato. E infelizmente devido a esse gerenciamento, quem ficou responsável por gerenciar o excesso de tráfego, o fechamento de um aeroporto ficou por conta só do controlador. O controlador é que tinha que dizer coisas, tomar decisões que

na verdade havia um centro que 98 foi projetado para fazer essa decisão de aumentar o espaçamento, dar o alerta de que vai haver excessos de tráfegos e poder fazer esse controle junto com as empresas aéreas.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Minha pergunta era o gestor da crise por parte do Governo. Não era o gestor da crise de controle. A quem vocês se reportavam, quem era a interlocução que acho que o Sargento já disse que ninguém...

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Chegou um momento, Senador, que era o Ministro da Defesa, mas do qual eu não podia mais ter nenhum contato com ele.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Que sumiu de circulação. O assunto está como estava há três meses atrás. O Governo está levando de barriga o problema.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Por outro lado, Senador, eu também vejo que quando o Ministro da Defesa montou o Grupo de Trabalho interministerial que chamou os representantes das empresas aéreas, representantes dos pilotos, representantes dos controladores, eu não participei, e outros setores do Governo, o encaminhamento final desse GTI apontava a incompatibilidade entre a carreira militar e o controle de tráfego aéreo de aeronaves civis. E esse encaminhamento pela informação que nós temos foi levado para a Casa Civil, só que nós não temos mais nada sobre isso. E várias outras recomendações que foram feitas. Então houve um entendimento de que havia encaminhamento para que isso... Até mesmo concordância por parte das empresas aéreas e dos aeronautas, e, no entanto, o encaminhamento não se concretizou. Então hoje eu não sei quem é que está responsável.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – As razões da greve?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – As razões é como eu estava dizendo. Vem de uma insatisfação de uma falta de encaminhamento, algo assim que... Um grito mesmo de socorro, tipo, pô, estão jogando tudo para gente como se nós fizéssemos tudo isso. Isso é culpa das conseqüências. A questão da culpa dos fatores do acidente quem melhor vai poder falar são os que estavam realmente no dia de trabalho. A associação ela sempre se posicionou contra. Sempre fui contra, não participei da parada, fui contra o movimento, mas eu entendo os motivos que levaram o controlador fazer aquilo. Chegou o momento que realmente, pôxa, já perdi o meu sossego, já perdi minha paz de estar aqui trabalhando, já perdi até a minha vontade, eu não tenho mais nada a perder.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Houve promessas não cumpridas?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O Ministro Paulo Bernardo ele foi e firmou um acordo, um termo de negociação e assinou comprometendo-se com a não punição.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Foi assinado o documento?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Foi assinado. Prometendo também iniciar o processo da desmilitarização conforme encaminhado pelo órgão do Governo que foi o Ministério da Defesa, e também algo... Uma interlocução que se mantesse um canal de comunicação permanente com o Governo.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – A gente sabe que não foram cumpridas. Esse papel não foi honrado.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Agora, teve seqüência aquilo que foi discutido com vocês controladores para efeito de volta ao trabalho, de estabelecimento do clima de paz, houve algum segmento por parte do Governo em matéria de cumprimento de compromissos, de estabelecimento de um pacto para que você destampasse a chaleira ou está tudo como estava antes aguardando uma nova explosão?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Para os controladores não há nenhuma proposta que destampe essa chaleira. Para os controladores não há.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – A falta de equipamento, coisa que vocês possam nos dizer, a segurança de voo está coloca em risco porque há contingenciamento de verba, porque estão trocando mármore por pista, ou pista por mármore, ou está havendo o projeto errado... Eu estou sabendo que o aeroporto Santos Dumont que tem 8 fingers que vai ser inaugurado com quatro fingers só por defeito de projeto. Isso é incrível. Defeito de Projeto. Gastou-se uma nota. Defeito de Projeto. Eu queria que com as informações que você tem para aproveitar porque essa é a vez que você vem aqui que nós podemos aproveitar o seu conhecimento e suas informações. A segurança de voo como o Senador Mário Couto colocou, está sendo comprometida de alguma forma por alguma falta de providências que nós pudéssemos provocar, dar ao Governo o dever de casa sobre o que deveria fazer, exigir do Governo, seja falta de equipamento ILS, seja pista, seja falta de planejamento, o aeroporto de Guarulhos e o aeroporto de Congonhas estão entupidos. A gente sabe disso. Algo dessa natureza. O que está precisando ser feito que comprometa a atividade

e a credibilidade da atividade dos controladores de voo. Também acho que seria uma boa oportunidade para que a V.S<sup>a</sup>. nos diga para que a gente possa, até o Relator colocar no Relatório dele e começar a exigir do Governo a tomada de providências que ele não tomou até agora.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Uma das maiores demandas dos controladores é a desconcentração de vôos mesmo em Guarulhos e Congonhas. Isso em 96 na Audiência Pública já foi dito que Congonhas já estava já saturado. Então hoje nós temos praticamente todas as aeronaves da GOL e da TAM pousam ou passam por Congonhas uma vez por dia. Se tiver um problema em Congonhas o resto das [soa a campainha] pernas, das escalas serão comprometidas.

Então, nós temos que ver outras alternativas. Construir um outro aeroporto lá em São Paulo? Eu não sei onde é que seria, mas Campinas é uma alternativa que a gente poderia explorar mais. Mas tem que ver a viabilidade. Mas precisamos ver urgentemente desconcentrar Congonhas, porque Congonhas ele se tornou bastante caótico. E mais pistas e pousos em outros aeroportos. Porque como disse os aeroportos mais movimentos só têm duas pistas. Brasília começou a ter a segunda pista recentemente. E hoje Brasília já é o segundo aeroporto mais movimentado do Brasil. Então nós precisamos de mais pistas onde for possível construir, porque Congonhas e Guarulhos eu não sei se há possibilidade. Mas Congonhas não tem como. E desconcentrar, descongestionar São Paulo. Principalmente São Paulo. São Paulo é o grande gargalo hoje no controle de tráfego aéreo. É o grande gargalo. Se formos hoje acompanhar uma operação no Centro de Controle por volta de 18h da tarde, quem não ficar no solo vai ficar fazendo órbitas de espera.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – E equipamentos está...?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não, temos bastante deficiência de equipamentos.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Deficiência de equipamentos.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Temos bastante deficiência.

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Treinamento de pessoa, contingente de pessoal.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Treinamento. Precisamos...

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Há um Relatório--

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES)** – Sem querer ser indelicado, Senador, porque na realidade ele está repetindo já

diversas coisas que ele já expôs aqui alguma vezes. Então como nós temos ainda um outro depoimento, do controlador Jorge Botelho que é o Presidente do Sindicato, mais três Senadores inscritos para esse depoimento, só pedir...

**SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN)** – Está bem, Presidente. Agradeço a benevolência de V.Ex.<sup>a</sup>, e queria, Presidente, deixar uma sugestão. Ele tocou numa questão que acho é fulcral. As companhias aéreas precisam comparecer aqui. Elas precisam vir aqui para dizer claramente o que é que... Qual é a interlocução que elas têm com os órgãos de controle. Os aeroportos são feitos para os passageiros e está perfeito para o passageiro. Mas tem que o passageiro se utilizar de uma companhia aérea que possa ser recebida no aeroporto. Isso está acontecendo? Esse episódio do aeroporto do Galeão, para mim é emblemático. Eu acho que é fundamental. Então eu quero deixar aqui a sugestão de que nós possamos trazer as empresas aéreas para que elas possam se manifestar com relação ao que o Sargento Wellington colocou e outras questões que vão vir. Muito obrigado.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Presidente, pela ordem.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Pela ordem, Senador Wellington.

**SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG)** – Eu queria pedir desculpa que eu me exaltei um pouco com o Sargento, mas é porque devido o seu perfil eu vejo que você é uma pessoa tão correta, tão certa, tão bem arrumada, sempre primeiro lugar, eu tenho a certeza absoluta que você sabe o que aconteceu. Pelo seu perfil. Por isso eu acho que eu estiquei um pouco a corda, queria pedir desculpa porque você realmente está se colocando muito bem e eu na hora eu estiquei um pouco a corda e queria me desculpar com V.S.<sup>a</sup>.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Com a palavra, com as considerações que eu fiz com relação a nosso tempo, que já são 13h33 pedir que possamos ser sucintos, ágeis aos Senadores que ainda estão inscritos porque nós temos outro depoimento.

Então Senador Sibá, Senador Heráclito Fortes, Senador Magno Malta são três Senadores, três últimos Senadores para que possam questionar ao Sargento Wellington. Então Senador Sibá com a palavra, por até cinco minutos.

**SENADOR SIBÁ MACHADO (PT – AC)** – Também me conter no meu tempo. Sargento Wellington, primeiro lugar eu também não quero aqui absolutamente ser inconveniente com o senhor. O senhor veio

aqui de bom grado, tem sido bastante preciso nas respostas, e é claro que nós temos um problema da mais alta gravidade, 154 pessoas perderam suas vidas e no começo demonstrou emoção sobre isso, acho que todos nós ficamos muito mais os familiares daqueles que perderam seus entes queridos. Eu tive a oportunidade de ficar dias na EMBRAER e uma das coisas que me chamou muita atenção é que a segurança de vôo requer um cuidado absoluto para qualquer previsão de falhas sejam vistas com antecedências, corrigidas, e mais que isso, programado para que nunca aquele tipo de problema venha a suceder. Mas isso aconteceu. A vida das pessoas não voltarão mais. E somos obrigados aqui a chegar, senão aos 100% dos problemas, mas aqueles que serão elencados como os mais graves que precisam ser solucionados. E vimos aqui que o sistema inteiro está em xeque na sua apresentação. Se colocou o sistema em xeque. Desde 1996. Foi a data colocada aqui. De 96 para cá não houve observação nenhuma estratégica de longo prazo para que tenhamos um serviço aéreo brasileiro à altura do que o serviço exige. Não vou nem falar aqui por conta do respeito do Brasil ser ou não o País que responde pelo espaço aéreo da América do Sul. Falamos aqui porque são vidas que estão em jogo. Isso me chamou muito a atenção. Primeira pergunta que eu queria fazer do senhor é como é que fica o emocional de um controlador de vôo no momento em que, principalmente depois do acidente, desses dias todos e aqueles... Aquelas paralisações, aquele caos que se prolongou durante tantos dias, como ficou a situação emocional de alguns controladores e se, porventura, em alguns momentos como é o diálogo entre um controlador de vôo e um piloto que também possa estar com sua cabeça muito quente. Vou lhe dizer até porque. Partindo daqui para São Paulo, num dos dias dos mais calmos, chegamos em cima de Araraquara o piloto fala no rádio dizendo que recebeu um comando para sobrevoar sobre Araraquara que ele não podia seguir mais. Aí nós ficamos por volta de uns 20 minutos por sobre Araraquara. Em seguida ele fala novamente no rádio visivelmente irritado. Irritadíssimo. Eu recebo uma ordem agora para ir o mais rápido possível que eu estou atrasado. Então a aeronave se dirige para São Paulo com velocidade máxima. Chegando sobre Campinas nova recomendação. Pare por aí mesmo que não tem como encostar no aeroporto. Aí nesse momento ele só não xingou. Neste momento ele só não usou de palavrões. Mas o mais ele deixou muito claro o quanto ele estava chateado. Se para os passageiros aquela foi a linguagem, eu me pergunto qual foi a linguagem dele com o controlador de vôo e como ficam um com o outro no uso de mensagem de rádio.

Segunda questão, não sei se o nosso Relator tomou conhecimento, mas logo depois do acidente, do avião da GOL, eu vi uma reportagem um canal de televisão que não recordo qual, entrevistando um piloto de uma companhia aérea norte-americana que faz vôos para o Brasil. Um piloto colombiano falava muito ruim o português e ele falou que salvou o Legacy. O Legacy ia cair segundo ele. Estava pedindo mensagem de socorro porque não sabia para onde se dirigir mais. Não sabia onde tinha um aeroporto mais próximo. E ele tentou com o português rústico dele falar com diversos controladores e depois de muitas tentativas conseguiu se comunicar com o aeroporto lá de Cachimbo. [soa a campanha] e conseguiu depois que alguém falasse em português e dirigiu o avião do piloto do Legacy até o aeroporto de Cachimbo que acabou salvando também aquelas vidas.

Então eu fico pensando porque eu queria fazer a pergunta que o Relator já fez que é o grau de exigência de se falar um idioma do mais comum para um País como o nosso, o inglês, e essa exigência gostaria que deixasse um pouco mais claro.

Por último, queria que o senhor pudesse falar sobre CNS/ATM. O sistema CNS/ATM. Se esse sistema trata-se de que, se ele vem a substituir em que grau o que nós conhecemos hoje e para quando seria isso e se está em curso algo nessa direção para que a gente pudesse contar com sistema muito mais seguro muito mais diferenciado do que nós temos hoje. E acho que o senhor tem sido bastante colaborador nas perguntas e nas respostas que foi feito até agora. Era isso, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Obrigado, Senador Sibá. Senador Heráclito Fortes, que também peço que se possível ficar dentro dos cinco minutos.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Agradeço a V.Ex<sup>a</sup>. Embora eu não seja membro dessa Comissão, esse é um assunto que atinge a todos nós. Eu quero em primeiro lugar, Sr. Presidente, me congratular com o Sargento Wellington. Quero dizer que acompanhei o Relator Demóstenes, esse episódio lá atrás com o Presidente da Comissão de Infra-estrutura. E por feliz coincidência dos melhores depoimentos que eu vi foram de controladores. O do Sr. Jorge Botelho, controlador civil, que estou vendo aqui escalado para falar hoje e agora o do Sr. Wellington. Enquanto as autoridades responsáveis vêm para cá embromar, levar com a barriga, não falar a verdade, a gente está vendo exatamente no escalão mais baixo com pessoas mais simples a vontade de corrigir o erro. Daí eu achar, Sargento Wellington, da maior importância a sua presença como foi lá atrás do Sr. Jorge Botelho.

Porque alguém tem que falar a verdade nessa história. E nós já estamos cansados desse assunto ser levado na barriga.

Aliás, Sr. Presidente começou a ser levado na barriga lá atrás quando o Ministro Viegas como Presidente do CONACE(F) através de uma Resolução recomendou providências urgentes e graves que deveriam ser tomadas no setor aéreo para segurança de vôo. Que ia desde o reequipamento dos centros de controladores, a revisão salarial da categoria. As providências não foram tomadas, ele desagradou alguém, nunca se procurou apurar quem ele desagradou e porque desagradou, mas desagradou, foi retirado do posto e colocado numa embaixada porque ele é Diplomata, e o assunto ficou por aí. Se nós tivermos o cuidado de examinar as resoluções do Ministro Viegas nós poderíamos inclusive ter argumentos e de maneira muito especial a família das vítimas para entrar contra o Governo com crime de responsabilidade.

A primeira pergunta que eu queria fazer, Sargento, o senhor assina embaixo o Relatório que a Polícia Federal divulgou? O controle de Recife historicamente se sabe que ele é um controle inseguro. Esse fato que se comenta com relação ao vôo do Papa, do apoio que foi dada por uma terceira aeronave é apenas um episódio, mas é muito comum você ter que recorrer a outras aeronaves porque não consegue alcançar Recife, Salvador, tem outros centros desses que... O Mato Grosso também? Alguém falando aqui Mato Grosso. É muito comum você ter esse tipo de amarração. E amarração própria. Como é muito comum pane de energia elétrica em pistas que a INFRAERO garante que elas são perfeitas e que não existe. Eu lembro que uma vez fui contestado aqui porque citei o dia, a data de um episódio desse depois voltaram atrás. Quais são os centros mais obsoletos com relação a controle e falta de segurança aérea? Os que precisam de uma renovação de equipamentos mais urgentes nessa integração dos três ou quatro. Porque o que nós sabemos, Presidente, é que essa confusão começou lá atrás quando um partido que era oposição e que hoje é Governo, através de um importante Parlamentar que hoje tem poder na Casa, estou me referindo ao Congresso, contestou o SIVAM. E não o SIVAM como obra. Não as pessoas que decidiram o SIVAM, mas o SIVAM como obra e o SIVAM parou. Nós tivemos um prejuízo grande e hoje recuperamos [soa a campanha] o sistema está em fase de integração, já está totalmente integrado, mas é preciso... Veja o que é necessário se fazer de uma maneira mais urgente. Porque quando vieram aqui disseram que estava tudo mil maravilhas, que não precisava de dinheiro, que o dinheiro estava sendo liberado e a gente sabe que a verdade não é essa. Esse caos

atual do aeroporto de Congonhas. O que é que está havendo? Cheguei no aeroporto às 6h, peguei o avião 1h15 da manhã saindo de Guarulhos. A pista auxiliar foi liberada para uso antes de ser completada, antes das ranhuras de frenagem terem sido feitas. Por que é que a cada sinal de chuva Congonhas é interditada? E por que não há uma sinceridade de se retirar logo de Congonhas? Porque o cidadão programado para ir para Guarulhos, ou para Campinas, ele se prepara. Agora, o cidadão não está programado é para chegar no aeroporto às 6h para viajar às 7hs e viajar 1h30 da manhã. O que é que está havendo de verdade com relação ao aeroporto de Congonhas? Eu concordo. A má distribuição da malha viária aqui no Brasil é um caos. As companhias ficam concorrendo entre si e as autoridades viram as costas. Irresponsavelmente não obrigam as companhias a fazerem vôos em horários que não ocorra inclusive esse congestionamento que V.S<sup>a</sup> aqui citou.

De forma, Sr. Presidente, eram essas as considerações que eu queria fazer e parabenizo esta Comissão por esta convocação. Acho que os senhores estão no caminho certo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes. E passo a palavra ao Senador Magno Malta.

**SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)** – Sr. Presidente, embora não fazendo parte da Comissão, meu interesse em ter vindo à Comissão estava ouvindo o desenrolar dessa oitiva, ouvindo o Sargento, embora gostando muito e respeitando muito o meu amigo Senador Wellington, a quem prezo demais e mais chegado do que irmão, mas embora ele tenha dito que o senhor é bem certinho, mas não é Deus. Eu acho que a colocação não foi boa. Se o senhor disse que sabia de tudo então o senhor assume o crime para si. E quem podia falar alguma coisa deixou a família enlutada foram os que morreram. Realmente eu acho que o senhor é realmente certinho e dificilmente a gente erra quando olha nos olhos de quem está falando a verdade. O senhor está prestando o seu depoimento no seu limite de conhecimento e também não acredito que o senhor saiba por que é que aconteceu esse acidente.

Eu queria perguntar uma coisa ao senhor. Já são quanto tempo já, quantos anos o Brasil passou a usar esse equipamento transponder as aeronaves brasileiras? Pergunto isso por quê? Porque eu não me lembro se a três, ou quatro anos atrás eu estava vindo do meu Estado para São Paulo e de repente o piloto mandou se preparar porque estamos em procedimento de descida, aí manda acertar a cadeira,

aquelas coisas todas, que é uma hora muito ruim para quem está dormindo ouve esse negócio, volta a cadeira para o lugar e tal. E de repente eu senti uma guinada e desapareci. Saí do ar. Quando você está dormindo num hotel fora de sua casa que você acorda de noite e não sabe onde você está e fica assim procurando até onde se lembrar onde você está. De repente eu comecei a ficar assim. Olhava de lado... Comecei a olhar na janela e vi uma coisa azul assim era o céu, que ele estava dando volta assim. Olhei para o rapaz ao meu lado ele estava caído para o lado assim, mas também não sabia porque é que ele estava caindo e fui demorando muito tempo para eu voltar, mente descompensada, olhei para o lado tinha um casal, um caído para lá e outro para cá, a aeromoça caída lá atrás, o carro jogado assim e aí eu me lembrei que estava no avião. Ele estava dando volta em São Paulo. O rapaz foi voltando e tal. E eu querendo me lembrar quem era aquele rapaz, que conversa que tava, depois ele voltou meio zozó também, não sabia onde estava. Fui, fui, fui... Deu volta, deu volta, fui me achando quando ele desceu, ainda muito abalado fiquei revoltado, fui atrás do piloto na lá cabine, que eu queria fazer uma representação. Porque foi uma guinada assim. Estava indo, eu sei desse momento, fez assim. Quando fez assim, daí eu não me lembro de mais nada. Só quando eu voltei. Quando fui na cabine ele falou: Venha cá que vou explicar ao senhor. Em São Paulo. Se não é esse equipamento... Aí me mostrou o equipamento. Que há pouco tempo foi instalado aqui na TAM e na VARIG, nós teríamos morrido hoje, agora. Eu falei, como assim? Porque as duas aeronaves receberam ordem para descer ao mesmo tempo. Vindo de frente. Nós íamos chocar de frente, ele falou. E esse equipamento deu ordem para uma descer e a outra subir. Senão a gente ia encontrar de bico. Aí ele falou, o senhor fique tranqüilo que a situação dos outros lá foi bem pior do que a nossa. Porque se nós fizemos assim eles fizeram assim. Se o senhor foi para traz, eles foram para frente. A situação é bem pior. E aí eu saí dali ainda com alegria doida nas pernas, as pernas alegre e tal sem saber mesmo onde é que estava, pessoal assim sem saber e tal, e eu pergunto a você. [soa a campainha] Tem quanto tempo que esse equipamento passou a ser usado no Brasil e essa informação do piloto em dizer assim: Olha, nós recebemos informação para descer as duas aeronaves ao mesmo tempo. E não podia ter feito isso ali no perigoso aeroporto de São Paulo. E aí eu passei a ter menos medo de avião agora. Eu nunca tive medo. Agora que não tenho, mesmo. Porque eu sei que quando um movimento é brusco já descompensou a mente bateu embaixo está morto. Nem vê

como é que caiu. Nem como é que desceu. Nem sabia de nada mais. Agora que eu não tenho, mesmo. Se eu já não tinha não tenho mesmo mais. Então eu queria saber a quanto tempo esse equipamento e se o risco realmente é tão grande ali naquela área que se dê uma ordem para duas aeronaves descer ao mesmo tempo uma vindo de frente para outra.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Sargento Wellington. Para concluir

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Senador, Magno Malta, primeiramente eu concordo com que V.Ex<sup>a</sup> falou a respeito de ser certinho e conhecer tudo. Concordo plenamente com que V.Ex<sup>a</sup> falou. Na verdade o transponder ele é peça fundamental para funcionar esse sistema de anticolisão que é o TCAS. Se o transponder tiver desligado o TCAS não funciona. Ele lê a altitude da aeronave e coordena com a outra aeronave. Por isso que as duas têm que estar ligada. Você desce que eu subo. Esse tipo de equipamento, ele já existe há bom tempo. Portanto, tem TCAS I, II, III. Já existe há um bom tempo, mas a obrigatoriedade no espaço aéreo brasileiro ele passou acho que em torno de uns quatro anos para cá. Três anos a quatro anos.

**SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)** – Exatamente no período que ocorreu. Ele falou: “Tem poucos meses de instalação”. Se não tivéssemos, ia dilacerar as duas aeronaves, acho que cada uma estava com muito mais de cem passageiros cada uma.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Desculpa, estou enganado. Não existe obrigatoriedade ainda. Tem aeronaves que não têm o TCAS. Desculpa.

**SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES)** – Ele não falou obrigatoriedade. Ele falou assim, “a TAM instalou e em seguida outra companhia”. Mas eu falei, “mas todas têm?” Ele falou: “Não. Todas não têm”.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – A obrigatoriedade foi para usar o transponder em altitudes mais baixas que a de três e quatro anos. As aeronaves ainda não são obrigadas ainda a usar o TCAS.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Avião de passageiros com mais de 80, 100 passageiros já é obrigatório.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Se for fazer vôo internacional tem que ter.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Também vôo nacional. A partir de um determinado limite ou de peso já é obrigatório.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Eu tenho que confirmar se é realmente obrigatório, porque tem aeronaves que não vem escrito que tem o TCAS. Mas... Senador Heráclito Fortes, o senhor

comentou novamente uma pessoa mais simples e tal, e o Senador Romeu Tuma tinha me perguntado qual a minha formação. Eu sou formado em serviço social pela Universidade de Brasília. No meio de controladores de vôo nós temos doutores formados com doutorado, mestrado e desculpa a minha sinceridade, mas só reforça a nossa condição de Sargento como ser inferior. Não, não estou falando que foi o senhor, mas... Pôxa, como você se expressa tão bem como se o Sargento não pudesse se expressar bem. Na formação militar o Sargento sempre foi visto, a subordinação sempre estava ligada até mesmo com a subordinação intelectual. E o controlador de vôo ele pensa porque tem que pensar. Isso diferencia muito. Então eu tenho muito orgulho da minha formação acadêmica, eu tive que parar com o meu mestrado em sociologia que era o meu sonho porque eu não consegui depois dessa crise toda. A gente vai chegar lá. Quanto assinar o Relatório--

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Queria ficar só claro. Quando falei, falei na hierarquia. Nós não tivemos Ministros, nós não tivemos o escalão superior não se ouviu aqui sinceridade. E está se ouvindo exatamente dos controladores que estão hierarquicamente numa categoria inferior tanto é verdade que V.S<sup>a</sup>. acabou de dizer aqui diversas vezes que estão inclusive sem diálogo com os escalões superiores, daí porque eu fiz essa referência e a importância da presença.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – O senhor está corretíssimo, Excelência. Quanto a assinar o relatório da PF eu não tive nem acesso a relatório da PF na íntegra. E o Delegado é uma pessoa competente para isso, ele tem a capacidade de ver o outro lado da questão da culpa.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Competência tecnicamente?

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Não. A questão da culpa eu acho que o Poder Judiciário é o órgão competente para isso. Nós analisamos fatores. Então, eu não assino nada porque eu não conheço e eu deixo para as autoridades competentes façam isso.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)** – Porque a afirmativa, Presidente, que determinado equipamento estava ligado ou não ligado, ser feita por um técnico é uma coisa... Isso é feita por quem... Por mais competente que seja não domine a área aí que vai a minha dúvida. E de repente um Relatório nesses pode incriminar pessoas inocentes. A minha preocupação é com relação a isso.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES** – Correto, Senador. O senhor fez uma pergunta também

bastante pertinente a questão quais são os centros de controle mais obsoletos. Na verdade, hoje o SIVAM é o mais novo que nós temos que é o melhor que poderia em questão de equipamentos, mesmo. Mas nós temos uma pane que eu já tinha falado aqui que nós precisamos descobrir até mesmo a causa dessa pane. Porque são equipamentos novos.

Então, o X tá aí. A gente precisa descobrir. Quando a gente vai levantando, levantando. Muita gente fala, mas até os engenheiros. Eu não sei porque está acontecendo isso. Aí estudos, estudos, então precisa realmente identificar porque é que está acontecendo. Congonhas está corretíssimo. Já tinha falado mesmo, nós temos que desafogar Congonhas, mesmo.

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)**

– Se tirasse os vôos militares de Congonhas e ficasse restrito apenas aos vôos do Presidente da República, aliviaria? Porque a quantidade de aviões militares que vão a Congonhas, evidentemente que a base de governo é São Paulo. E eu vejo constantemente parado ali no setor de autoridades três, quatro, cinco aviões militares, uns maiores, outros menores, usando e tirando o direito do passageiro. Podia jogar para São José dos Campos. Eu acho que seria uma das maneiras de aliviar o já saturado aeroporto de Congonhas.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES – A**

aeronave militar em missão militar geralmente ela pousa na base aérea de Guarulhos. De repente ela pode ter sido requisitada pelo grupo de transporte especial e aí ela está a serviço da...

**SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI)**

– São as de uso da autoridade. Exatamente isso. Darem o bom exemplo.

**SR. WELLINGTON ANDRADE RODRIGUES**

– [risos] O Senador Sibá o senhor fez umas colocações bastante pertinentes, mesmo, principalmente CNS/ATM é muito importante. Eu gostaria mesmo de ter colocado da minha apresentação. Eu falei, tomara que alguém pergunte para a gente desmistificar algumas coisas. Mas a minha preocupação mesmo como representante eu vim aqui para falar o antes e o depois da crise para dizer que os problemas estruturais existem e que a gente não pode analisar isoladamente o caso, o controlador em si na questão do acidente. Eles vão poder dar as maiores luzes aqui sobre o que realmente o que eu pensei, o que eu falei, isso vai ficar por conta deles. Mas a questão do estresse, controlador piloto, isso é muito evidente mesmo. Eu participei de reuniões com os pilotos na qual falavam assim: Wellington, pelo amor de Deus, fala com os controladores lá para baixar um pouco o nível de estresse na fonia. Porque discussões, mesmo. Discussões. E isso que o senhor falou acontece. Eu

ouvi de um piloto, eu falei: eu concordo com o senhor. Pede para uma aeronave fazer uma espera, aí depois pede para acelerar e depois de repente... Mas isso tudo vem pela falta mesmo de planejamento, aquilo que eu expliquei aqui, que o controlador está fazendo coisas que ele não deveria estar fazendo. Que é o CGNA, que é o Centro de Gerenciamento Nacional, que deveria disparar esses alertas para excesso de tráfego ou algum problema. O controlador hoje ele não tem um curso específico para gerenciar o tráfego dessa forma. É tudo feito de forma empírica. Depende muito da experiência de cada um que está, de cada supervisor naquele momento. Então é uma deficiência isso eu aponte, já conversei e foi aceito sim.

Então eu aceito a crítica do piloto, mesmo, quando eu estou em contato com ele. Concordo em número, gênero e grau. Eu vi que na Europa tem um curso para fazer esse gerenciamento de controle de fluxo. No Brasil não temos ainda. Dificuldade de inglês o Polar 71 que o senhor falou foi o colombiano fez uma ponte, ele realmente ele salvou o Legacy. Porque o Legacy não tinha conhecimento que havia uma base de Cachimbo. Ele estava indo para Novo Progresso que é uma pista pequena sem estrutura. Ele talvez não conseguisse nem pousar. E aí o Polar avisou para ele que havia uma base aérea que ele iria para lá. Só que essa base aérea não tem controladores de tráfego aéreo, exceto em épocas de manobra. Ficam comunicações. Especialistas na área de comunicações que não são controladores de tráfego aéreo. Se o controlador de tráfego aéreo já tem uma deficiência enorme em inglês, o nosso amigo comunicações têm uma deficiência maior ainda. Então, realmente houve uma dificuldade muito grande para entender que o Legacy queria fazer um pouso de emergência lá mesmo porque ele não é autorizado. Até entender que iria para lá e para ele ligar pro comandante e avisar: olha, precisa liberar para emergência. Na questão de emergência a base aérea sempre é disponível para aeronaves em emergência.

CNS/ATM. Saiu por aí dizendo que em breve virá o CNS/ATM não vamos mais precisar de tantos controladores. O que é CNS/ATM? Ele é um projeto que a grande inovação que ele traz é na transmissão e recepção de dados. Hoje qual é o instrumento número 01 do controlador de tráfego aéreo? A frequência e a voz. Curva à esquerda, proa 310, na área tal, desça tal... A voz. A frequência. O radar é um equipamento, uma ferramenta que hoje ela está se tornando praticamente... Ele é muito necessário. Só que com essa transmissão e recepção de dados vai ser feito tudo via satélite e o controlador ele não vai mais precisar utilizar a voz. Ele vai manter informações digitais para o *cockpit*

e o piloto vai criticar se ele deve ou não seguir aquela orientação. A única diferença que eu vejo hoje é que vai diminuir o número de transmissões... Ou melhor, vão acabar as transmissões verbais. Mas o controlador... Sempre vai precisar do homem lá do outro lado. Não tem como um computador ou um sistema fazer um sequenciamento e colocar uma aeronave atrás da outra. Porque quanto está voando em rota, tudo bem. Vão convergindo, é um funil. E aí é o homem. Não tem como por a máquina. A única diferença que eu digo é que nós vamos até poder ter controladores gagos e mudos, porque vai ser tudo via digital. Então não vai substituir o homem.

Hoje o País mais avançado no CNS/ATM é a Austrália e tem uma previsão de vir colocar mais em prática em torno de 2010 a 2012 na Austrália. Nós temos uma experiência hoje no Atlântico. De Recife para a Europa o Brasil já está utilizando como teste esse tipo de transmissão via digital. A única diferença é a transmissão e recepção de dados. Claro, tem mais algumas outras coisas, mas não significa que o controlador vai deixar de existir. Eu acho que é isso aí.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Bem, então eu em nome da Comissão agradeço a presença e o depoimento do Primeiro-Sargento Wellington Andrade Rodrigues, pela sua colaboração e sua participação aqui conosco, e convido o... Antes de convidar o controlador Jorge Carlos Botelho eu vou suspender a Sessão por cinco minutos para que a gente possa reorganizar os trabalhos.

*(Sessão suspensa às 14h02.)*

*(Sessão reaberta às 14h17.)*

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Vamos reiniciar nossa reunião e vou reabrir a nossa Sessão... Estou declarando reaberta a Sessão e antes de convidar o Presidente Jorge Carlos Botelho, colocar em apreciação os requerimentos que estão em pauta.

Requerimento do Senador Demóstenes pedindo depoimento do Sr. Marco Antônio Bolonha, Presidente da TAM. Os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado. Requerimento do Sr. Senador Demóstenes, pedindo a convocação do Sr. Alessandro Santos de Miranda, Procurador do Ministério Público do Trabalho, Coordenador Nacional de Defesa do Meio Ambiente e do Trabalho. Os Srs. Senadores que concordam permanecem como estão. Aprovado. Requerimento do Senador Demóstenes pedindo a convocação do Sr. Sérgio de Abreu Júnior, especialista em segurança de vôo. Os Srs. Senadores que concordam permanecem como se estão. Aprova-

do. Requerimento do Senador Demóstenes pedindo convocação do Sr. Cláudio Candiota Filho, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Direitos Passageiros do Transporte Aéreo. Os Srs. Senadores que concordam permanecem como estão. Aprovado. Requerimento Senador Demóstenes pedindo a convocação do Sargento João Marcelo Fernandes dos Santos. Os Srs. Senadores que concordam permanecem como estão. Aprovado. E também o Requerimento do Sr. Senador Demóstenes pedindo a convocação do Sargento Lucivando Tibúcio de Alencar, quem for favorável permanecem como estão. Aprovado. Aprovado. E do Sargento Leandro José dos Santos de Barros. Favorável, permanecem como estão. Aprovado. E também do Senador Demóstenes do Sr. Coronel Aviador Eduardo dos Santos Raulino. Favorável, permanecem como estão. Aprovado. Do Primeiro-Sargento Antonio Francisco Costa de Castro, os que são favoráveis, permanecem como estão. Aprovado. E do Primeiro-Sargento Alexandre Xavier Barroca. Os que são favoráveis permanecem como estão. Aprovado. Aprovado. E do Senador Tião Viana um Requerimento pedindo a convocação do depoimento do Sr. Edgar Brandão Júnior, Superintendente do Aeroporto de Guarulhos e do Sr. Constantino Vieira Júnior, Presidente da GOL transporte aéreo. Os que são favoráveis permanecem como estão. Aprovado.

Convidamos então o Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Transportes de Vôo, Sr. Jorge Carlos Botelho.

Sr. Presidente, seja bem-vindo a essa Comissão, e como é da tradição e do regimento, primeiramente nós oferecemos a palavra ao senhor para que o senhor possa dentro de um prazo de até 20 minutos fazer a sua exposição. Então eu concedo preliminarmente a palavra a V.S.<sup>a</sup>.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Exm<sup>o</sup>. Sr. Senador Demóstenes Torres, Presidente dessa Mesa, exm<sup>o</sup>. Sr. Senador Renato Casagrande, Relator da Comissão, Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes.

Primeiramente eu queria repetir aqui uma apresentação minha já estive aqui nessa Casa recentemente para falar desta... Discutir esse tema. Eu sou Jorge Carlos Botelho, Presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, fui controlador de tráfego aéreo há bastante tempo e já estou aposentado, na direção do sindicato, e estou aqui para apresentar a nossa contribuição, a contribuição dos controladores de tráfego aéreo para ajudar na elucidação do que for possível com relação a esse acidente, mas principalmente para oferecer contribuições e sugestão que possam levar a fazer...

De modo que possa ser feita uma reformulação do nosso sistema de aviação civil no sentido que a gente não tenha mais essas crises ou essas panes que aconteceram nesse período aí, aliás, não diria que aconteceu nesse período, eu diria que se agravaram nesses últimos sete a oito meses.

Primeiramente o seguinte. Com relação ao acidente eu não vou me ater ao acidente, porque está aí na parte de ainda investigações e logicamente que creio eu que os Srs. Senadores puderam explorar bastante o colega que me antecedeu aqui, mesmo porque ele ainda está na ativa e trabalha no CINDACTA I e também estava de serviço naquele dia do acidente, embora não estivesse envolvido no mesmo. Eu gostaria de falar mais sobre a questão da crise.

A partir do momento em que há aquele acidente e que essa crise se agrava, houve muitas perguntas, muitas afirmações até maldosas dizendo que antes não acontecia, antes estava tudo bem. E eu já citei aqui numa outra audiência e volto a colocar que não estava nada tudo bem. Havia problemas, esses problemas estavam sempre sendo relatados, mas não havia por parte da sociedade um acompanhamento da aviação, dos problemas, da maneira que eles acompanharam após o acidente. Então para nós os problemas somente se agravaram. Eles já estavam ali latentes e sabíamos que as coisas a qualquer momento iriam explodir.

Com o agravamento da situação por falta de pessoal logo após o acidente em função da falta de operadores e também devido ao Estado psicológico em que ficaram os controladores, não só aqueles que estavam envolvidos no acidente, mas aqueles que também trabalhavam no Centro Brasília, houve uma diminuição do número de operadores. E aí foi uma reação em cadeia, e posteriormente outros fatos aconteceram, muitas vezes erradamente colocados como culpa dos controladores, mas o tempo já aprovou que nós não éramos culpados nessa história.

Com a crise se agravando, as entidades, no caso o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Proteção ao Vôo, a Associação dos Controladores de Tráfego Aéreo de Brasília, associações de Rio de Janeiro, Associações de Guarulhos, a Federação Brasileira das Associações de Controladores de Tráfegos Aéreo, procuramos as autoridades, enviamos nossos ofícios para que fosse marcada uma audiência para que a gente pudesse apresentar toda a nossa versão, pudessemos colocar a nossa opinião o que é que nós entendíamos daquela crise. Eu pedi audiência à Casa Civil, a Ministra-Chefe da Casa Civil, não me concederam essa audiência, e tive audiência com o Ministro da Defesa que reuniu todas as associações e o sindicato no mesmo dia, nós tivemos uma reunião no dia

primeiro de novembro, e nesse dia, nessa reunião, até para... Com grande satisfação nós ouvimos uma coisa do Ministro. Ele disse que: Eu vou criar um Grupo de Trabalho com a participação de todos os setores envolvidos, logicamente vocês trabalhadores estarão também contemplados para que faça uma análise de toda essa situação da crise para que o Governo possa se orientar, possa ter um norte, um caminho de por onde começar para resolver o problema. Nós ficamos muito satisfeitos com esse encaminhamento, para nós a expectativa muito grande porque pela primeira vez estaríamos dentro de um fórum do Governo, criado pelo Governo para debater uma problemática que eu já estava cansado de procurar autoridades, denunciar de toda e qualquer forma, seja na Câmara, seja através da imprensa, seja através de Ministério Público sem que tivesse uma resposta efetiva de solucionar o problema. Mesmo porque os senhores sabem que há de convir que por ser uma atividade que está sob tutela de uma organização militar que por sinal a gente sabe que as pessoas e determinados setores não querem, acham muito espinhoso mexer nesses temas que envolvem militares. E até a própria sociedade também tem esse receio.

Bom, eu fui escolhido para participar desse Grupo de Trabalho como representante de todos os trabalhadores, como representante dos controladores de tráfego aéreo, embora eu tenha dialogado com o Ministro que eu não era militar, eu sou um controlador civil, representava os civis, mas ele falou: Não, mas você pode representar. Eu falei: Vou consultá-los. Consultei e eles entenderam que a minha presença no Grupo de Trabalho seria muito importante e eles se julgaram contemplados nesse Grupo de Trabalho com a minha presença. Então eu participei com afinco, debati profundamente nas reuniões, e voltando a esse Grupo de Trabalho que o Ministro criou ele envolveu no Grupo de Trabalho órgãos do Governo e entidades ligadas à aviação. Então estavam presentes nesse Grupo de Trabalho o Comando da Aeronáutica, o DECEA, o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento, o próprio Ministério da Defesa, Advocacia Geral da União, ANAC, Sindicato dos Trabalhadores em Proteção ao Vôo, no caso, eu, Sindicato Nacional dos Aeronautas, Sindicato das Empresas Aeroviárias, e posteriormente houve a participação do pessoal da associação da aviação geral.

Bom, esse Grupo de Trabalho tinha a função de em 60 dias fazer um diagnóstico e uma análise e apresentar soluções ao Governo para a solução do que... Da crise aérea popularmente chamado pela imprensa de apagão aéreo. Então durante aquele período o Grupo de Trabalho teve um documento final tirado no

dia 20 de dezembro, e de novembro a primeira reunião do grupo acho que foi 15 ou 16 de novembro, não me lembro, e a partir daquele dia nós ficamos vários dias se reunindo diariamente, analisando e discutindo todos os problemas afeto à aviação que estavam causando problemas. O trabalho nosso foi identificar os gargalos e apresentar uma solução para o Governo.

Num determinado ponto, num determinado momento da discussão já naquele período, nós entendemos que, o grupo todo entendeu que 60 dias não seria suficiente para aprofundarmos adequadamente, minuciosamente os problemas, mas que a gente tinha que fazer um diagnóstico dos pontos onde eram os gargalos que teriam que ser tecnicamente mais discutidos.

Bom, esse Grupo de Trabalho, este grupo, começou a desenvolver o trabalho e isso gerou uma grande expectativa para nós trabalhadores do setor. Sejam militares, sejam civis, e também até outras parcelas da sociedade ligadas à aviação, tipo sindicato dos aeronautas também como também de aeroviários, porque eles também têm essa demanda, esse desejo de mudar a aviação civil, colocar a aviação civil sob gestão civil há muitos anos. Então eles também se interessaram, acharam muito proveitoso, seria uma iniciativa, um momento ímpar de se discutir isso.

Bom, essa expectativa que gerou, não só para nós civis, mas também para os militares, porque nós víamos que o único caminho para que realmente pudéssemos ter um controle de tráfego aéreo, uma aviação transparente de modo que todos os problemas pudessem ser discutidos, que a população soubesse exatamente que tipo de serviço que ela está recebendo que somente através de uma gestão civil. Porque a partir daí nada mais seria escondido. A população poderia a partir daquele momento ter transparência, poderia cobrar, ela teria uma visão clara desse setor.

Bom, essa expectativa foi crescendo entre os trabalhadores, os nossos colegas sargentos controladores de tráfego aéreo como também para nós civis. E havia essa expectativa muito grande que o Governo daria esse encaminhamento, daria continuidade a esse trabalho.

Bom, no dia 20 de dezembro o grupo se reuniu, o Grupo de Trabalho fez a sua última reunião e apresentou ao Ministro da Defesa um documento que nós chamamos de propostas preliminares do Grupo de Trabalho interministerial. Conforme eu disse o Grupo de Trabalho entendeu que 60 dias não seria suficiente. Então nós precisaríamos apontar os caminhos e posteriormente necessitaríamos do aval do Governo, da sua concordância em que cada item desse fosse melhor aprofundado, fosse esmiuçado. Para que pudéssemos definir as medidas necessárias para encer-

rar a crise. E hoje eu digo para os senhores o seguinte, que se esse documento, se esse caminho tivesse sido adotado pelo Governo naquele momento, vários problemas não teriam acontecido, nós teríamos hoje muito mais adiante no sentido de eliminar os gargalos. Problemas que aconteceram posteriormente com relação a equipamentos e falhas poderiam ter sido detectados bem antes. Então nós entregamos esse documento ao Ministro da Defesa solicitando que ele levasse ao Governo para que tomasse uma decisão. Nós ficaríamos do Grupo de Trabalho, ficamos esperando um posicionamento do Governo que nos convocaria então para dar segmento ao trabalho e então nós estaríamos, estabeleceríamos uma nova dinâmica de trabalho e iríamos agregar também a esse Grupo de Trabalho pessoas ou outras entidades que pudessem nos auxiliar mais tecnicamente.

Bom, esse documento eu coloco aqui que é de extrema necessidade, é muito importante que a Comissão Parlamentar de Inquérito se quiser atacar os problemas ela tem que olhar esse documento com carinho, tem que pedir as atas do Grupo de Trabalho, a Ata das reuniões do Grupo de Trabalho porque vai enriquecer muito, vai orientar, vai trazer à luz muito das coisas que hoje é dúvida para os Srs. Senadores e também para a sociedade.

Entrando nesse documento eu quero dizer aqui o seguinte: Foram 13 pontos apontados, 13 pontos apresentados, das entidades todas as entidades assinaram, somente quero ressaltar aqui que a Advocacia Geral da União fez uma ressalva, é uma ressalva técnica. A Advocacia Geral da União fez uma ressalva dizendo que... Aliás, em conjunto com o Ministério do Planejamento no sentido de que eventual adoção das recomendações formuladas deverá ocorrer no ambiente institucional competente com observação das condições legais orçamentárias e financeiras pertinente. Logicamente que para nós isto aí, no nosso entendimento das entidades de trabalhadores que estavam lá presentes, o nosso entendimento é que nem precisaria fazer esta ressalva porque atendemos que isso tem que ser feito realmente. Tem que ser feito. O Ministério da Fazenda fez também uma ressalva no sentido que os itens referentes a criação de órgão, reformulação de carreira e revisão de normas tarifárias não podem ser tomadas como diretivas absolutas até que sejam devidamente quantificada seus custos vis-à-vis outras alternativas ainda não apresentadas. Houve também a ressalva do comando da Aeronáutica que não concordou com o documento e assinou com ressalvas. Logicamente que não seria, para nós não foi surpresa porque pelo desenvolvimento do trabalho os nossos colegas servidores militares lá representados na pessoa dos oficiais

gerais sempre se posicionaram até mesmo a não realização do Grupo de Trabalho. Então não foi surpresa eles não terem concordado com o documento.

O primeiro grande passo, eu gostaria de ressaltar também essa questão. No dia 20, quando entregamos esse documento, com essa proposta, e o pedido para que o Governo se manifestasse publicamente, ou se manifestasse para o Grupo de Trabalho, do desejo daquelas entidades de dar prosseguimento a esse trabalho de a partir daquele momento estabelecer uma discussão de mudanças no modelo, isto aí é muito efervescente. Eu não sei como transmitir aqui para os senhores a ansiedade e o desejo de todo o segmento nosso, seja de sargentos, seja de militares e de civis que militam na aviação civil de que isso se tornasse realidade. Eu não tenho aqui palavras ou talvez expressar emocionalmente para expressar para os senhores qual era essa expectativa. Eu quero que os senhores entendam que a expectativa era tão grande quanto foi aquela reação deles, aquela frustração que os senhores muito bem tem conhecimento.

O Grupo de Trabalho na sua primeira Resolução ele coloca lá: O sistema do controle [soa a campanha] do espaço aéreo brasileiro permaneça integrado e suas facilidades técnicas operacionais serão compartilhadas.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Mais três minutos está bom para o senhor?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Ok. Dentro desse aspecto aí nós fizemos questão de colocar o que nós temos sempre falado. Não há... Não será necessário ampliar o sistema, criar uma nova compra de novos equipamentos, grandes gastos, nós vamos fazer compartilhamento das instalações, compartilhamento... Porque todo esse equipamento, tudo que foi investido ele não pertence à Força Aérea, ele pertence à Nação, e cabe à Nação decidir qual é a melhor maneira de ser usado.

No Item 02 nós que falamos da criação de um organismo civil subordinado ao Ministro da Defesa para gerenciar as operações aéreas da aviação civil, o Item 03 falamos da obrigatoriedade de um planejamento conjunto entre as áreas afetas ao sistema de aviação civil evitando que haja um hiato entre a gestão pública e a gestão privada. Pedimos a reformulação dos cargos e carreiras e suas respectivas remunerações afetas ao controle de tráfego aéreo brasileiro de modo a adequar necessidades de novo modelo institucional. O que nós estávamos pedindo era que houvesse, fosse criado uma carreira específica para o setor de proteção ao vôo não só beneficiando ou incluindo ali os controladores de tráfego aéreo. E os senhores

verão pelas atas das reuniões que esses itens foram amplamente discutidos e todas as dificuldades foram abordadas e apontadas soluções que devido tempo que tenho aqui não será possível eu descrevê-las. Mas não há em momento algum, nesse aspecto, discriminação contra outros setores importantes de profissionais, tipo engenheiros de defesa aérea, engenheiros de telecomunicações, meteorologia, sejam eles militares ou civis, técnico de informação Aeronáutica sejam civis ou militares. Pedimos também que fosse feita uma revisão e a readequação da formulação e capacitação dos profissionais ligados ao controle do espaço aéreo. Os senhores já notaram que pelo menos aqui duas, a quarta e a quinta são questões fundamentais que os controladores sempre colocaram como [soa a campanha] seu desejo.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Mais dois minutos para o senhor.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Ok. [risos] O importante que vou citar aqui, o Item 07, que fala de uma reestruturação do espaço aéreo de modo a adequar. A estrutura do espaço aéreo precisava ser adequada ao volume de tráfego aéreo, as transformações que aconteceram nesses últimos anos aí que foi o crescimento da aviação. O 08, para acabar com aquela discussão de que os controladores afirmam que tem problemas de equipamento, falhas, mostram documentos e do outro lado diz o nosso comando que não há. Então nós pedimos que fosse feita uma auditoria técnica independente e imediata para avaliar os problemas e as necessidades dos sistemas relativo a pessoal, atualização tecnológica [soa a campanha] infra-estrutura Aeronáutica e aeroportuária. Obrigado.

**SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)** – Muito obrigado, Jorge Carlos Botelho, Presidente do Sindicato pela sua participação aqui na Comissão e eu passo a palavra ao Relator Senador Demóstenes para fazer os seus questionamentos.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Sr. Jorge, pelo que o senhor nos adiantou, o senhor não tem conhecimento no caso sobre o acidente. Ou seja, conforme pôde fazer a explanação o Sargento Wellington V.Ex<sup>a</sup> preferiu não entrar nessa seara. É isso?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Hum-hum.  
**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Então também vou fazer perguntas de cunho diverso ao senhor. Qual o universo de controlador de vôos que o senhor representa?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – O sindicato ele representa em torno de 310 a 320 trabalhadores de proteção ao voo.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Controladores.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Controladores civis hoje tem em torno de 98, 99.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Num universo de quantos controladores entre civis e militares?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Estou falando dos controladores... Servidores públicos. Porque tem outro segmento que é de INFRAERO que estão em torno de 480. Como a gente está tratando de no caso administração pública, então estou falando que está em torno de 98...

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – O senhor representa 98 controladores de voo. É isso?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Correto.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Qual a média salarial dos controladores que o senhor representa?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Os controladores de tráfego aéreo civis do grupo DACTA eles ingressam hoje na profissão com salário de três mil, três mil e cem e o salário mais alto deles dá 3.230 no máximo.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Então é praticamente o mesmo salário do militar. Do controlador militar.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não. Os militares têm uma diferença. Iniciam com salário mais baixo, no caso os sargentos, iniciam com salário inferior ao do controlador civil, mas porém com 20, 25 anos ele está com um salário bem acima do controlador civil.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – No caso dos controladores da INFRAERO o salário é bem maior.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Os controladores da INFRAERO são CLT eles têm como salário base um salário também não tão alto, mas eles têm uma série de outras vantagens e a média salarial deles que me foi informada está em torno entre 4.500 e 5 mil. Não posso garantir.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – O Sargento Wellington disse aqui que seria seis mil ou pouco mais.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – No caso da INFRAERO, quem tem salário em torno de seis mil e oito mil, há casos até pouco mais, é porque a INFRAERO absorveu os controladores da antiga TASA, Telecomunicações da Aeronáutica Sociedade Anônima.

E esse pessoal trabalhavam em locais, por exemplo, a plataforma da PETROBRÁS lá dentro do mar. Isso aí dava-lhe algumas vantagens salariais. Trabalharam lá mais de dois, três, quatro, cinco anos de modo que esse pessoal... Quem trabalhou nessa situação ele tem essa diferença salarial incorporada ao seu salário. Por isso que chega a esse salário.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Veja bem, o senhor disse que chegou um determinado momento a partir do acidente é que os controladores de voo, especialmente os militares, entenderam que era o momento ímpar para se desmilitarizar o setor que era uma ambição antiga. Foi isso que o senhor disse? Ou seja, com o acidente eles puderam mostrar tudo isso que era uma discussão interna.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Tá. Não é que a partir daquele momento eles resolveram externar. Eu já tinha conhecimento, já acompanhava esse desejo deles de desmilitarizar por volta do ano de 98, 99, foi o momento em que se começaram a criar as associações, o pessoal começou a se inteirar mais do que era profissão de controlador de tráfego aéreo. Eu coloco que o desejo deles externar esse anseio a partir do acidente eu vejo como uma situação em que naquele momento estávamos toda a sociedade, todos colocados como, digamos, o vilão da história toda sem que tivessem oportunidade de se defenderem. Eu acredito que foi mais uma necessidade de colocar os problemas com que a categoria enfrenta.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Ou seja, aproveitaram realmente o momento para mostrar os problemas que a categoria tinha. Eu pergunto ao senhor: O senhor disse também que se tivesse sido desmilitarizado muitos problemas não teriam acontecido. Por quê?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não. Eu não disse se tivesse desmilitarizado. Eu falei que se o Governo tivesse dado uma atenção a esse documento no sentido de atacar os pontos que estão ali, algumas coisas poderiam ter sido evitadas. Principalmente na área de equipamentos a gente teria identificado. Por exemplo, se tivesse dado uma atenção a questão de equipamento, mesmo que não tivéssemos feito auditoria técnica aqui solicitada, mas, por exemplo, o Sindicato dos Aeronautas apontou vários itens, “n” situações em que eles tinham demanda com relação a auxílios a navegação que eram problemático para eles. Por exemplo, eu cito aqui, se tivéssemos iniciado aquele trabalho poderíamos ter identificado aquela situação de Guarulhos em que um determinado equipamento ILS estava... Já tinha sofrido uma pane, um ataque de raios, e posteriormente não foi ativado porque faltou justamente não havia avião laboratório para fazer o

cheque do equipamento para que pudesse ser usado novamente. Eu cito isso como exemplo.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Me diga uma coisa, os controladores militares acham que o problema é a militarização. Que esse setor tem que ser desmilitarizado. O senhor comunga com essa opinião, e se comunga por que comunga?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Eu comungo dessa opinião desde 1976, dois anos depois que eu iniciei minhas atividades como controlador de tráfego aéreo.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Por quê? Qual é o problema do militarismo?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Por vários motivos. A nossa Força Aérea ela luta com dificuldade devido às condições do País para desenvolver a sua atividade fim que é a soberania e cuidar da soberania do espaço aéreo brasileiro. Não podemos dizer que ela fez um trabalho ruim. Ela implantou aí o sistema, mas o gerenciamento... A primeira coisa que eu notei foi o seguinte. Por que é que o Brasil era ali talvez uns três ou quatro que no mundo naquela época que tinha essa aviação, esse sistema militarizado. Nenhum outro País tinha a situação militarizada. E falta de transparência na questão do trato com este serviço que é uma questão que a sociedade tem que estar acompanhando. Não é uma questão militarizada que tenha que seguir, que tenha que ser tratada dentro da ótica militar. É uma atividade de prestação de serviço à sociedade bem dinâmica que precisa acompanhar a evolução da aviação no mundo, tem que estar intimamente ligada com outros setores, sejam empresas, sejam sindicatos, sejam os próprios consumidores. É uma relação ali que como instituição militar que tem como seu...

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Hierarquia.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não é bem questão de hierarquia e disciplina, isso vou colocar num outro aspecto, mas a ótica, a maneira de ver. É uma atividade comercial. Não é uma atividade de Estado. A questão da hierarquia o grande problema que a gente coloca da hierarquia é que os escalões inferiores dentro desse sistema ele não tem liberdade para dialogar com seus superiores no intuito de colocar as deficiências, no tocante a cobrar deficiências na sua formação ou deficiências no seu aprimoramento, e uma série outras de problemas que eu acabei ao longo desses anos eu vi, eu senti na própria carne.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Eu pergunto ao senhor o seguinte, veja só. O Sargento é controlador de voo. Não é verdade? Um Coronel aviador ele comanda quase sempre a aeronave. Numa

hipótese dessa, o Coronel obedece ao Sargento ou tem autonomia para se livrar do controle?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – No momento em que ele está pilotando o avião, está sob controle em qualquer órgão de tráfego aéreo ele tem que obedecer as instruções do controlador. Eu digo que muitas das vezes nos anos de trabalho em diversas ocasiões eu vi e passei também por situações dessa de que o militar se recusava dizendo: Eu não vou fazer isso! Tentava dar uma chave de galão em determinadas ocasiões e muitas vezes quando ele percebia pela fonia perguntava. Qual é seu nome Sargento? Eles diziam: Aqui fala o controlador de tráfego aéreo civil fulano de tal. E aí gerava uma reação contrária. Uma reação... Como é que se diz assim: Pôxa, eu não posso dar, digamos o seguinte, ordem unida para esse aí porque esse aí não vai cumprir. Esse aí vai seguir estritamente o regulamento doa a quem doer.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Ou seja, então há hipóteses em que o controlador é desobedecido por um... Há essa hipótese então.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Há essa hipótese, sim. Diversas vezes nós tivemos problema, como, por exemplo, exibições aéreas próximas ao aeroporto, passagem baixa, esses conflitos aí que para nós civis entendemos que o prioritário dentro da aviação civil para nós é um avião que está com passageiro. Eu acho que no nosso entendimento a exibição aérea formatura, essas coisas são militares. Tem que ser feito? Então, tem que ser feito. Mas que fosse feito nas bases aéreas fora do perímetro do aeroporto de modo a não atrapalhar as operações. Não temos nada contra. O militar tem que treinar, ele tem fazer o seu treinamento, tem que estar preparado. Mas nunca concordamos com isso. E existem vários reportes de conflitos envolvendo controlador, oficiais, supervisor de equipe civil com o Brigadeiro justamente por causa dessas situações.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)**

– Antes do chamado apagão aéreo, antes de ter afloado isso, se voava mais ou menos, claro que tinha os problemas que o senhor já levantou, o Sargento Wellington já levantou, mas nós não tínhamos uma consciência de que esse problema existia. Quando ele apareceu, o que foi dito para a sociedade como um todo é que o problema foi em decorrência das normas de segurança terem sido apertadas, arrojadas, implementadas. Isso é verdade? Hoje é mais seguro voar do que antes?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – O que nós colocamos naquele momento foi o seguinte. A despeito de mesmo a gente ter colocado para diversas denúncias de problemas de toda ordem, alguns con-

toladores, ou por pressão ou por entender que ele era auto-suficiente, muitas das vezes contrariamente à orientação das suas associações e do sindicato, ele muitas vezes assumia para ele em determinados momentos controlar visões em excesso. E nós sempre falamos que aquilo ali era perigoso. Aquilo ali não era adequado. Embora também o acidente tenha acontecido, isso aí é realmente um contraste, o acidente tenha ocorrido num momento de pouco volume de tráfego. Mas também é uma outra premissa que nós sempre alertamos os controladores. Olha, cuidado quando tiver pouco avião. Porque aí que mora o perigo. Porque quando tem um número ali adequado, ele está bem atento. E conforme eu falei, havia alguns controladores que pegavam aviões além do que era ideal. E muitas vezes--

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Nesse caso então, V.Ex<sup>a</sup> admite que houve falha humana.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não. Não estou admitindo... A questão da falha humana não sei de que aspecto. O que eu coloco é que a partir do momento do acidente, digamos assim, o pessoal entendeu que a responsabilidade é muito grande. A responsabilidade que ele tem na mão ele tem que estar garantido através do regulamento. Porque o próprio regulamento, a ICA 100, ela diz que o controlador se ele notar que os equipamentos, os meios operacionais que são colocados à disposição não são adequados ou têm falhas ou não possibilitarão a ele fazer um controle seguro, ele pode se recusar a trabalhar ou ele pode fazer o tipo de operação que ele julgar seguro.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Então aumentou o rigor nessa questão. Quem determinou o aumento desse rigor?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Quem determinou?

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – O aumento desse rigor. Das normas de segurança.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não houve determinação, pelo que eu sei, do sindicato nem das associações em termos de rigor. Foi uma conscientização geral tendo em vista que eles passaram a entender qual era as implicações criminais de um acidente ou de um incidente se não tivesse o respaldo dentro da legislação.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – A entidade que V.S<sup>a</sup> preside, de certa forma, não colaborou para a paralisação que aconteceu no final de mês de março? Orientou nesse sentido?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não. Não houve de nossa parte nenhuma orientação.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – V.S<sup>a</sup> concordou com a paralisação? V.S<sup>a</sup>. achou que foi correta a paralisação no final do mês de março?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Eu quero colocar aqui o seguinte, antes de responder sua pergunta. No decorrer dos trabalhos ainda também em janeiro e fevereiro, quando a expectativa em relação a uma resposta positiva do Governo ao que foi colocado pelo Grupo de Trabalho estava aumentando a efervescência, ansiedade ou a intranqüilidade entre os controladores militares. Isso era preocupante. Não digo que... Eu digo que o pessoal civil ele já tem essa... Já conhecem esse mecanismo de decisões do Governo. Eles sabiam exatamente que uma mudança no setor não seria uma coisa rápida. Dependeria de muita discussão... Afinal de contas eles já estão acostumados a dialogar com o Governo, coloquei até como exemplo para os militares que o último aumento salarial que a minha categoria teve nós levamos dois anos dialogando com o Governo. Então a coisa é difícil. Então a todo momento quando eu tinha contato com o Ministério da Defesa, ou com algum Assessor ou com algum Ministro, eu colocava: Ministro, a efervescência, a ansiedade entre o pessoal militar está crescendo muito. Eles estão muito ansiosos e é preciso que o Governo dê uma resposta porque eu sou representante de todos os controladores dentro do grupo. Mas eu não tenho mais argumento para dizer para eles esperarem. Eu temo que a qualquer momento essa efervescência, essa ansiedade exploda e a gente não tenha condições de com discurso, com palavras nós estabelecermos uma tranqüilidade. Não houve por parte do sindicato nenhum incentivo a qualquer atividade, mesmo porque um detalhe, eu fui informado posteriormente por eles que na verdade não houve nenhum propósito de se fazer paralisação. Eles estavam com... Foi no decorrer do dia fui informado que havia um auto-aquartelamento e uma greve de fome. A questão de paralisação ela se agravou durante a tarde devido a fatos que aconteceram dentro do CINDACTA que eu não sei descrevê-los, mas só sei do resultado posterior.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – O senhor sabe qual era a principal reivindicação do movimento de paralisação? O que eles queriam?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Os militares assim como os civis--

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Aumento de salário?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Nós queremos, primeiro, que haja uma mudança de gestão popularmente chamada pelos Srs. Deputados e a imprensa

de desmilitarização, a gente chama de mudança do modelo de gestão da aviação civil.

Havia também um desejo também de nós controladores civis porque, só um parêntese até respondendo uma pergunta antes do senhor. Eu falei 230. Mas eu quero colocar que em 1975 foi criado o grupo DACTA com o objetivo de ampliar e até a um ponto de ser praticamente quase 100% a participação de civis no contexto de aviação civil. No decorrer dos anos 90 houve a decisão por parte dos comandos militares da época de militarizar. Houve devido a baixos salários e péssimas condições de trabalho, ou seja, o pessoal se formava controlador, também dos militares acontecia isso, vinham para Brasília ou Brasília ou qualquer outro lugar se encontrava com uma realidade de uma responsabilidade muito grande, tinha que saber muito bem inglês, ele não tinha estrutura para aquilo ali é uma profissão muito tensa e acabou que houve um êxodo profissional muito grande. Por isso que hoje nós temos de civis em torno de 99 e eu pediria até depois um colega da Diretoria que tivesse aqui até para confirmar se é os 99 ou talvez um pouquinho menos, não sei correto, então o desejo do segmento, controladores de tráfego aéreo, civis e controladores militares, é de criação de uma carreira civil que todos os operadores, sejam controladores, sejam meteorologistas, sejam civis, estruturada de modo que ele seja valorizado, de que ele possa crescer na profissão. De que ele possa ter um horizonte. Porque no atual contexto, por mais que ele aprenda, por mais que ele saiba, ele jamais vai sair daquele ponto. E por outro lado também, há o desejo, há o inconformismo, eu digo isso, inconformismo, a palavra que eu uso, para saber que todos aqueles que são especialistas em tráfego aéreo dentro desse sistema, sejam eles Sargento, civil e até os oficiais de especialistas em tráfego aéreo, eles são discriminados. Por quê? Todos os postos, tudo que é de chefia é reservado para os oficiais aviadores que nós entendemos dentro de base aérea, dentro da sua função constitucional são válidos, mas para chefiar, para comandar é um problema. Por quê? Pega um oficial que está numa base aérea, nunca teve ligado a tráfego aéreo, é designado para vir para uma instituição de tráfego aéreo. Um órgão. E ali vai passar dois anos, ou três anos, aprendendo o que é o controle de tráfego aéreo, qual é a sua estrutura, regulamentos e tal, embora esteja aprendendo, ele está em cargo de chefia. Depois de um certo tempo não se sabe se ele fica. A maioria das vezes ele não fica. Ele volta para uma base, vai para uma outra atividade dentro da Força Aérea.

Então, por que não aqueles profissionais que foram treinados e preparados em tráfego aéreo, por que

é que todo esse seguimento da aviação não fica com ele? É contraproducente.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Deixa eu perguntar a V.S<sup>a</sup> sobre uma matéria do jornal Valor Econômico do dia 18 de maio de 2007. O jornal divulgou um relatório oficial elaborado no âmbito do Centro de Controle diário de Brasília. O ACBBS. E de acordo com esse Relatório, as falhas de radares existentes nas localidades administradas pelo CINDACTA I tornam os vôos no espaço aéreo brasileiro menos seguro. Fatos esses que poderão levar o controlador de vôo a executar procedimentos alternativos para se obter maior segurança, e por consequência, atrasos de vôos em todas as regiões do País. O Relatório também acusa duplicação de pistas nos monitores dos controladores de vôo. As duplicações de pistas e pistas falsas relatadas nas ocorrências operacionais poderão causar transtorno no espaço aéreo devido ao fato do controlador não ter certeza de qual das informações é correta no equipamento do radar. Os controladores reclamam ainda de problemas relacionados à disponibilidade de frequências de rádio. O que parece ser um dos maiores problemas enfrentados durante o turno de trabalho. Na falta do radar, ainda se pode trabalhar. Mas sem meios de se comunicar será possível o controlador repassar com precisão informações que garanta segurança das aeronaves? Isso é a pergunta. Eu pergunto ao senhor, essas constatações são verdadeiras? Esse Relatório? Em relação à comunicação com as aeronaves. Há situações nas quais os controladores simplesmente não são capazes de manter contato com as aeronaves por carência de frequência de rádio. Existe isso?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Sim. Essa notícia ela é verdadeira. Alguns pontos aí precisavam ser talvez explicado mais tecnicamente. Porém, eu sei que recentemente o Departamento de Controle de Espaço Aéreo colocou mais antenas, mais sítios de transmissão aqui na área do CINDACTA I e do CINDACTA IV também para melhorar as comunicações em determinados setores que é onde havia falha.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)** – Mas essas falhas então atrapalham. Existem essas deficiências de aparelhagem, de comunicação por culpa do sistema operacional?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Realmente ocorre sim. Ocorre falhas de comunicação em alguns setores. Eu só queria colocar que a matéria fala da questão do problema do radar, que fica aí, eu queria colocar o seguinte. Primeiro, o grande embate que nós do sindicato, eu, por exemplo, estou tendo com...

O nosso sindicato está tendo com o comando, antigamente era DEPV, Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo justamente nisso aí que V.Ex<sup>a</sup> leu. Nós fizemos várias advertências logo que esses equipamentos começaram a ser usados, esse **software**, e eu tenho sempre colocado para as pessoas o seguinte. Eu me aposentei em 98. E nós fizemos o primeiro comunicado com essa questão de trilha, duplicamento de alvo, “discorelacionamento”, duplicidade nós fizemos isso aí, se não me engano em 96. Eu fico hoje abismado em saber que estamos em 2007 e o problema continua. Então esse problema do *software* de nível ali... Problema de nível também é assustador para gente. É assustador. O radar é uma ferramenta de trabalho que facilita, agiliza. Logicamente que se não tivermos o radar, nós faremos um outro tipo de operação em que será necessário o espaçamento maior entre as aeronaves. Será necessário uma coordenação melhor com determinados órgãos e demandará do controlador uma... Mais trabalho físico.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– No caso dessa falha, digamos aí do transponder a comunicação tiver que ser feita pelo rádio há o problema do inglês dos controladores ser precário, principalmente, primeiro, porque não é exigido logo no concurso um inglês superior. Segundo, porque essas reciclagens não são feitas. Há esse problema?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Só separando. O problema do transponder não interferir com o problema de comunicação. Porque o transponder é questão de sinal na tela. Agora, no tocante à língua inglesa é uma luta de muitos anos que a gente desenvolve. É uma reivindicação nossa de muitos anos. Problema da língua inglesa. Eu vi muitos incidentes e quase acidente devido a esse problema da língua inglesa. Essa deficiência já vem de muito tempo e nunca se tomou uma providência para colocar o controlador ou outros segmentos da aviação, tipo o técnico de informações Aeronáutica que é aquele que na sala de tráfego recebe o plano de vôo tem contato com os pilotos, esse também tem a deficiência de inglês e é necessário que esse tenha essa preparação. E no caso na formação seja em São José dos Campos, que são os civis, no caso de Guaratinguetá que são os militares não há tempo suficiente, a carga horária não há tempo suficiente para que se tenha uma boa proficiência na língua inglesa.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– O Ministro da Defesa, Sr. Waldir Pires, declarou em reunião conjunta na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle no dia 12 de abril que temos no Brasil um sistema de

aviação civil que tem os melhores padrões no mundo de segurança. E o fundamento usado por ele, pelo Ministro que foi que o nosso sistema tem registrado um baixíssimo número de acidentes. V.Ex<sup>a</sup>. concorda com o Ministro? E acha que o sistema de tráfego aéreo brasileiro está muito aquém, é muito pior do que o de outros Países?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não é, não vou dizer... Tem País, principalmente aqui na América do Sul que são bem piores do que o do Brasil. O que nós colocamos é por todos os índices, nós temos condições... O que os trabalhadores colocam é que nós temos condições de fazer um trabalho, o Brasil tem condições de fazer um trabalho muito mais eficiente a um custo menor. Ou até fazer o trabalho melhorando, não altos... Digamos, tipo Estados Unidos, com um custo bem menor.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Mas V.S<sup>a</sup> concorda com o Ministro? Aqui nós estamos seguros?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Eu sempre coloco o seguinte, a questão de ser seguro ou não é questão de conceito. Nós podemos dizer que determinada cidade em termos de segurança, nível de violência está baixíssimo, e tal cidade está alta. Você diria que você vai para lá e vai eventualmente sofrer uma violência? Não quer dizer... Como também aquele que veio para um local aonde o índice de violência é baixo não vai dizer que não tem uma violência. Eu não alarmo a população em dizer que nós temos um sistema de controle que não é o ideal. Não é, digamos, o supra-sumo. Tem deficiências e que nós entendemos é que essas deficiências se fosse um outro modelo de gestão, sem causar estresse, preocupação, sem sacrifício de uma determinada parcela daqueles que ali trabalham, ser muito mais eficiente.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Em novembro de 2006 V.S<sup>a</sup> declarou que o então Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, havia encaminhado um pedido aos controladores de vôo em nome do Presidente Lula. O pedido era de que os controladores descumprissem uma norma internacional que limita o número de aeronaves simultaneamente controlada por cada operador. V.S<sup>a</sup> confirma essa informação, o Presidente Lula mandou pedir para descumprir a regra internacional?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não. Essa notícia está errada. O que houve e nem me envolveu foi que naquele momento o acirramento da crise em questão de atrasos houve uma ordem, uma instrução da sala de crise que foi criada pelo Governo lá dentro do... Funcionava lá dentro do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, foi dada uma ordem para que

os controladores dessem prioridade às aeronaves internacionais. Aeronaves estrangeiras voando no Brasil. Essa foi a notícia.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Sim. Mas o Ministro Luiz Marinho falou com V.S.<sup>a</sup>?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Eu tive várias... Ele conversou comigo, mas esse diálogo nunca houve esse pedido.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Mas V.S.<sup>a</sup> declarou isso, que o Ministro--

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não, eu declarei, não. O jornal está dizendo que eu declarei.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Ah, muito bem. O jornal então colocou isso. Então tá certo. V.Ex.<sup>a</sup> não disse isso. O delegado Renato Saião, da Polícia Federal, responsável pela investigação do acidente com o Boeing da GOL afirmou que os controladores de vôo têm uma parcela de responsabilidade pelo acidente que matou mais de 150 pessoas. V.S.<sup>a</sup> concorda com isso?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Desde o primeiro momento o sindicato tem colocado a seguinte afirmação: Primeiro, eu não discuti questões que estavam sendo investigadas. Mas nunca coloquei que os controladores não teriam culpa nenhuma. O que sempre colocamos é o seguinte, está uma investigação, essa investigação vai determinar os fatores e vai apontar quais foram aqueles itens, os fatores que propiciaram o acidente. A investigação Aeronáutica que está em curso ela não vai apontar exatamente um culpado porque num acidente dessa monta vários fatores estão ali envolvidos. São contribuintes. Mas sobre esta questão exatamente dizer se o controlador errou ou não, eu vou fazer a mesma afirmação que eu fiz na Câmara. Eu digo o seguinte: É provável que o controlador tenha errado. Eu quero ver o Relatório final. Se ali for apontado que o controlador errou, não estou dizendo que ele não possa errar, pode ter errado sim, mas eu quero constado ali de modo que se possa fazer a defesa ou a acusação ou até chamar a atenção deles ou reconhecimento do erro com base em apuração técnica verídica. O que eu não concordo, o que eu sempre coloquei é o seguinte, eu não concordo de maneira nenhuma, o meu sindicato não concorda que seja somente colocado no foco da culpabilidade os controladores. Porque não está sendo feita nenhuma avaliação no sentido do seguinte: ora, quais foram as deficiências técnicas operacionais, problemas que induziram ou que levaram àquela falha? Seja do controlador, seja do supervisor, ou seja do oficial?

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Essas falhas antes do acidente elas foram apontadas em algum documento pelos controladores de vôo para

o Ministério da Aeronáutica? Alguma vez os controladores de vôo civis ou militares alertaram por escrito ao Ministério da Aeronáutica sobre esses problemas?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Senador, quero dizer uma coisa para o senhor. Eu vou narrar todas às vezes que eu fiz denúncia, o sindicato fez denúncia. Mas eu quero justamente colocar aqui justamente esta questão de estar esta atividade afeta a um órgão militar. Toda vez que você quer criticar, que você quer apontar erros, eles não aceitam. Porque são aviadores, acham que estão certo.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– O relacionamento então do sindicato e da associação com o Ministério é um relacionamento difícil?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – No sentido de apontar os erros e as falhas e obter deles uma atenção é crítico. É terrível. Eu posso narrar aqui, se permitir, fatos do passado que foram realmente desgastantes. Então em determinados momentos entendemos que não... Não adianta a gente pegar isso aqui e entregar para a autoridade porque não vai tomar providências. A gente ainda vai ter o constrangimento de gerar uma discussão. Então é preferível. Então muitas vezes nós procurávamos o Ministério Público, alguma vez procuramos a própria imprensa para denunciar. Mas, as autoridades também fizemos denúncia apontamos falhas no equipamento. O que o senhor lei aí com relação à matéria do Jornal Valor, tem coisas ali que estão sendo faladas que se a gente pegar o documento do sindicato em 1996 vai ver que é a mesma coisa. As palavras que eles estão usando são as mesmas para apontar as falhas. Então essa dificuldade de relacionamento é difícil. Eu tenho conhecimento também que a própria associação aqui de Brasília apontou algumas questões, alguns pontos ali técnicos de falha que era desejo dos controladores que fossem corrigidos e não foi recebido pela administração.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– O aumento do tráfego aéreo, isso contribuiu também para baixar o nível de qualidade do serviço, dessa prestação do controle? A medida que foi aumentando, o Governo também foi aumentando a capacidade, o número de controladores, condição material para poder trabalhar ou o aumento do número de passageiro e do tráfego, portanto aéreo, isso ajudou a contribuir para que houvesse essa crise toda?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – A crise ela não é uma coisa que seja somente de um fator. Aconteceram vários eventos aqui no Brasil de um tempo para cá que levaram a essa situação. Primeiro o seguinte. Nós tivemos desde... Aliás, tem um outro documento. Eu estive na Câmara para um debate justamente nós fizemos a denúncia do aumento do número, o aumento

do número de aeronaves em São Paulo. Na terminal São Paulo, principalmente Congonhas. E a falta de pessoal. Estávamos já naquele momento, não sei se foi 97 ou 98 apontando que futuramente teríamos problemas seriíssimos em Congonhas na terminal São Paulo. Então nós apresentamos ali o crescimento da aviação, o que seria necessário em termos de controladores. No entanto, houve problemas na formação. O Governo estacionou, as várias reformas aí administrativas, previdenciária, assustou muita gente antecipou sua aposentadoria, o arrocho salarial em cima dos servidores obrigou que muita gente fosse procurar outras profissões, outras carreiras, houve esse êxodo.

Por outro lado, o aumento também da aviação em termos de aviões, também foi alto. Cresceu muito. E embora nós tenhamos nesses anos acontecido a saída da TRANSBRAZIL, houve a saída da VARIG e da VASP, que saíram do mercado. Houve aí também a criação da ANAC, acabaram com o DAC, essa mudança de administração num determinado momento ali de reagrupamento ou de reorganização da agência também prejudicou, mas o que nós notamos é que no momento em que há a saída do DAC, há também a transformação da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo num departamento. Ela se transforma Departamento de Controle de Espaço Aéreo e passa a ter um maior poderio em relação à questão de verbas, mas, no entanto, esses vários fatores aí aconteceram que houve uma dissociação. Ou seja, a aviação crescendo, o número de passageiros aumentando a estrutura do espaço aéreo não acompanhando, não acompanhou esse crescimento, o número de controladores caiu, e não havia também espaço, não houve uma atenção também na situação de reciclagem dos operadores. Então essa série de fatores é que levaram essa crise.

Por isso que hoje nós colocamos, que a crise não pode ser resolvida, a crise em si não pode ser resolvida somente atacarmos um lado. Ela tem que ser atacado todos os fatores. Porque veja bem, quando eu falo de reestruturação do espaço aéreo eu estou falando que nós temos hoje uma estrutura para suportar um determinado número. Mas a tecnologia hoje de aviação ela permite uma ampliação. No Grupo de Trabalho nós até discutimos muito a possibilidade até tendo uma boa, devida a tecnologia moderna que os aviões usam de se voarem no mesmo nível e paralelo numa aerovia. Porque acontece dentro do controle de tráfego aéreo um conflito que é eterno. Todas as companhias, os pilotos, elas querem voar no melhor horário, no melhor nível. Então chega o momento que há um empate. Num determinado momento você tem dois ou três aviões chamando para um destino todo mundo querendo o nível melhor. Então num determina-

do trecho não tem possibilidade de você colocar dois ou três aviões. Tem que dar uma separação entre eles. Então gera uma... Ou às vezes uma discussão entre o piloto e o controlador até de piloto com piloto. Porque eles ficam ali olhando um para fora para saber a aeronave tal é que vai fazer o vôo tal. A gente tem que chamar o controle antes que é para a gente ganhar o nível. Então poderia dentro da tecnologia hoje aprovar os dois no mesmo nível. Separado. Que a tecnologia hoje permitiria isso daí. Quando a gente pede uma reestruturação do espaço aéreo é no sentido de termos essa possibilidade.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– O número de controlador civis e militares hoje é suficiente? Se precisa aumentar, precisa aumentar em quanto?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não é suficiente. Dentro da região do Grupo de Trabalho houve uma discussão nesse aspecto qual seria o número ideal que seria necessário, o Comando da Aeronáutica apresentou um número, não lembro agora, mas nós questionamos aquele número, nós... Por exemplo, eu do sindicato coloquei que deveríamos fazer uma avaliação local por local, porque a falta de operadores não é somente... Não podemos focar somente CINDACTA I que é ACC Brasília, ACC Amazônia ou Curitiba. Há também outros setores como, por exemplo, o controle terminal São Paulo, o controle terminal Rio, Salvador, Recife, no sentido de fazer uma avaliação crítica mesmo do número de operadores necessários inclusive tendo uma equipe suplementar no caso de acontecer o que aconteceu em Brasília que houve um efeito dominó em cerca de 30 operadores ficaram sem condições de operar nós teríamos uma outra equipe para assumir.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Muito bem. O Sargento Wellington disse na Câmara e disse aqui também hoje que é possível que o controlador, os controladores de Brasília tenham sido induzido em erro pelo sistema. Aliás, ele disse que foi induzido em erro. Então é possível que esse sistema, esse *software* induza o controlador em erro?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Afirmativo.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Como é que isso... Como é que pode ser induzido em erro? O senhor poderia...

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Esta informação, essa... Explicar isso aí tecnicamente para a pessoa hoje que está lá e conhece muito bem o equipamento, o Wellington está muito mais capacitado porque ele lida com esse equipamento. Eu peguei esse equipamento um pouquinho antes. Não era essa questão de colocar o nível, o problema ali é que o equipamento ele altera

o nível de modo que a informação do nível que o avião está muitas vezes não é conflitante com o avião está. Eu não sei tecnicamente com mais profundidade. Correto, a questão do nível que está voando.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Me diga uma coisa, as cinco tentativas que houve aqui de Brasília de contactar com o Legacy elas aconteceram porque se verificou que o transponder estava desligado ou porque a altitude estava incorreta? V.S<sup>a</sup> tem essa informação?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Veja bem, me baseando na apresentação no que falou o Coronel Rufino lá na Câmara, esse contato, essa tentativa de contato ela só aconteceu já bem distante de Brasília. Já quase na saída da região de Brasília. Não foi ainda sobrevoando aqui já bem distante.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Não. Eu até tive oportunidade de ler aqui que momentos antes do acidente Brasília tentou um contato e até houve. Eles chegaram a copiar lá o contato, mas não conseguiram. Houve uma dificuldade de comunicação.

Então, esse contato, essa que é a pergunta, foi porque o transponder estava desligado, ou para alertar que o transponder estava desligado ou para alertar que a altitude era incorreta?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Aí eu não posso afirmar. Somente os controladores poderia afirmar porque ele fez aquela tentativa de contato.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– O Sargento Wellington disse também que outras situações muito graves como as do acidente, até piores do que as do acidente foram e são vividas constantemente pelos controladores. Isso é verdade? E se for verdade, o problema é o sistema de comunicação?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Os problemas que acontecem de incidentes, risco de colisão, isso aí, são reportados ou através de livros de ocorrência ou então de relatórios de perigo, porque ali tem detalhes exatamente qual foi o fator. Então uma das coisas que eu coloco que a Comissão poderia verificar--

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Mas o Sargento Wellington disse também que eles estão acostumados em razão de viver cenários recorrentes de risco. Seria como se tivesse até vacinados contra esse problema. Agora, quais são esses problemas? Essa que é a nossa questão. Quais são os problemas que nós temos que solucionar para evitar esses sobressaltos, essas constantes situações de risco. É aumentar o quadro, é melhorar o sistema? Ou é só desmilitarizar?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não. Eu coloco o seguinte, primeiramente até o seguinte. A gente

precisaria fazer uma análise bem profunda para isso que nós pedimos a questão da auditoria técnica, a continuidade da discussão desse documento, dessas avaliações para que a gente pudesse exatamente esses problemas. Ou seja, sabermos detalhadamente. Comparando as informações aquilo que é reportado pelos controladores como deficiência, como problema, confrontados in loco e ouvir também a opinião do comando nesse aspecto. Para poder aprofundar nesse problema.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Mas os problemas são de ordem técnica. Esses são os problemas.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Tem problema de ordem técnica, tem problema de ordem de capacitação, de formação, tem problema de falta de operadores... Tem essa gama.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– A desmilitarização aí ela não entra?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – O que nós colocamos no documento é que embora o primeiro item seja o sistema de controle aéreo tem que ser integrado... Aliás, o item 02 aqui, que seria dentro dessa ótica de desmilitarização, nós colocamos que outras medidas aqui colocadas poderiam ser iniciadas imediatamente que não necessitariam de primeiro se fazer desmilitarização, o termo que V.Ex<sup>a</sup> usou, para depois tomar as medidas. Não. Tem medidas aqui que podem ser tomadas imediatamente mesmo que porque está claro para nós trabalhadores que um processo de mudança de gestão levaria um bom período. Não vamos pegar uma estrutura hoje e dizer assim: Toma, é de vocês. Façam o que quiser. Não.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– E essa quantidade de órgãos que existem hoje isso Atrapalha? INFRAERO, ANAC, Comando da Aeronáutica, Ministério da Defesa... Esse gerenciamento é bom ou é burocracia muito grande e isso atrapalha também?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Na minha visão é que não há uma coordenação entre esses órgãos. O que falta é gerenciar. Colocar todo mundo junto trabalhando em conjunto. Porque um faz uma coisa, o outro não tem conhecimento. Por exemplo, se você perguntar as empresas planejam aumentar as sua frota, trazer aviões maiores... Isso implica em quê? São aviões maiores, mais passageiros, implica em quê? Conversar com a INFRAERO para ver qual o problema que vai acarretar tendo mais passageiros. Problema com a Polícia Federal no caso de aduaneira, aduana, e também na questão do espaço aéreo.

Então o que eu vejo é que tem que haver dentro do Ministério da Defesa uma coordenação de todos esses

órgãos para que não fique um faz uma coisa, o outro não sabe. No episódio do acidente, o senhor pode ver que todo mundo falava, dava opinião. Um falava para cá, outro falava para lá, não havia uma coordenação em termos do seguinte. Quem é que fala? Quem é que vai colocar publicamente a coisa oficial?

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Apesar de ser militarizado, é bagunçado.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não, realmente. Aquele momento foi uma bagunça mesmo. Reconhecido até por eles.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Eu fiz uma coletânea aqui, isso que leva até imaginar que possa após o acidente ter acontecido alguma coisa mais séria em razão dos controladores. Porque veja só, após esse acidente o final de setembro de 2006, então um monte de problemas repentinamente começou a despontar. Um cabo desse no CINDACTA II inoperante em novembro. Dia 20, defeito em equipamento deixa o CINDACTA I sem contato com os pilotos em dezembro. Dia 5. Ainda em dezembro, no dia 18, equipamentos que catalogavam planos de voo falha no CINDACTA I. Dois dias depois nova pane no CINDACTA II. Em 18 de março de 2007 pane de informática no CINDACTA I. Três dias depois o CINDACTA II um raio queimou o ILS e ficou aquela situação toda e fechou o aeroporto de Cumbica. Com base nesses fatos eu pergunto. Isso aí tudo é coincidência ou... Por que é que esses problemas não apareciam antes? Ou os senhores realmente sabotaram para mostrar os problemas?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Esses problemas é fácil verificar essa recorrência de problemas se os senhores solicitarem, por exemplo, cópias dos livros de ocorrência não só do CINDACTA I. Aliás eu coloco o seguinte, a CPI não pode avaliando desenvolver o seu trabalho no efeito para verificar a crise focando somente no CINDACTA I. É preciso verificar todo o sistema espalhado pelo Brasil. Todas as ocorrências.

Então, por exemplo, pegar os relatórios, eu não sei se está aqui na pasta ou está lá. Mas eu já apresentei aqui, por exemplo, na Câmara e quando estive aqui dia 12 documento em que mostram vários problemas de equipamento.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– O senhor pode juntar esses documentos hoje também para o Senado?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Posso verificar ou hoje ou amanhã, mas encaminho sim. Prontamente. Que será verificado que já houve esses problemas antes. E foram reportados. E são registrados esses problemas. O problema é que naquele momento, naquela fase ali estávamos num momento em que o que a gente chama de período mais crítico. Porque

vai chegando o fim de ano a gente vai chegando num período em que há tempestades, raios, trovões isso aí atrapalha. Isso aí é terrível. Interfere. É um problema também naquele momento aumenta o que eles chamam de alta estação, tem maior número de passageiros, maior número de aviões, então é um período crítico. Se o senhor perguntar agora: Ah, nós estamos agora numa fase mais tranquila. Mas por quê? Não vivemos tantas intempéries. Mas se o senhor perguntar como é que está a operação dos operadores? Eles vão dizer: Nós estamos operando dentro do nível de segurança em termos de número de aviões que nós achamos que é aquilo que não vai comprometer. Ou seja, o controle de fluxo que todo mundo criticou chamando de operação padrão, eu prefiro que seja padrão. Porque o dia que eu continuar voando, eu vou para lá e para cá, até para atender as convocações, se disser que os controladores estão trabalhando fora do padrão eu vou vir de ônibus. Eu quero que eles trabalhem dentro do regulamento, dentro da possibilidade daquilo que é possível. Não quero sobrecarga de trabalho para ninguém. Esse controle de fluxo continua sendo feito.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Esses 582 milhões que o TCU diz numa auditoria que a INFRAERO deixou de repassar para o Ministério da Aeronáutica, esse dinheiro poderia ter sido aplicado em segurança de voo e melhorado o sistema atual? O fato da INFRAERO não ter repassado que o Ministério da Aeronáutica deveria receber contribuiu para essa crise que nós estamos vivendo?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Essa questão envolvendo a verba, se transferiu ou não transferiu, eu não domino muito. Inclusive no Grupo de Trabalho isso aí ficou em aberto. Então eu prefiro não responder sobre essa parte envolvendo verba.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– E as obras da INFRAERO nos aeroportos, essas obras têm atrapalhado o sistema? Tem ajudado a dificultar as operações?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Também a questão de INFRAERO ela é responsável por alguns equipamentos na área de pouso tipo ILS ou até um VOR. Até pista. Nesse aspecto aí eu acho conveniente, na minha opinião, ouvir os pilotos através dos sindicatos da Aeronáutica porque eles têm vários relatos de ILS, de VOR, interferências que seria muito útil. Porque eles operam mais em aeroportos. Nós estamos numa esfera, uma área mais fora do aeroporto.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**

– Em relação a essas bagunça dos aeroportos propriamente dito, o Senador Heráclito mencionou um fato que é recorrente. Todo mundo vai para Congonhas e aí três, quatro horas depois... Olha dirige para

o portão tal para embarque. Aí entra-se num ônibus e toca para um embarque lá em Guarulhos um avião que ia sair às 7h, 8h da noite, sai 2h, 3h da manhã para o destino e às vezes cai em outro destino. Isso tem acontecido? Porque a INFRAERO em vez de deixar claro que o voo vai sair de lá naquele momento e preparar os passageiros, a INFRAERO já sabendo de antemão do problema tem evitado solucionar, preferindo que essa situação toda pareça normal e que se evidencie mais pelas declarações e pelas denúncias que são feitas pelos próprios passageiros e pela cobertura dos meios de comunicação? O senhor acha que há hoje um descontrole por conta do grande número de passageiros e desses problemas todos que nós estamos vivendo?

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – Se permite, eu acrescentaria o tráfego aéreo. Porque é o grande argumento que é a dificuldade do aumento do tráfego aéreo. Então, deslocam o avião para pousar em Cumbica ou Viracopos ou sua decolagem que não há mais espaço para operar em Congonhas ou... O tráfego aéreo...

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – No tocante ao relacionamento da INFRAERO com passageiros, eu me abstenho de opinar mesmo porque a minha convivência não é dentro do aeroporto, eu não acompanho esse relacionamento. O que eu coloco aqui--

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – [pronunciamento fora do microfone]

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Correto. Aí que eu queria entrar. Que muitas das vezes o controlador é obrigado a ficar fazendo órbita com o avião... Órbita é ficar voando em círculo porque não há espaço. A INFRAERO informa: Olha, não tem espaço no pátio, não tem lugar para botar o avião. A gente tem ficar com o avião rodando e em determinado momento o seguinte: Quando o avião diz o seguinte. Eu não tenho mais condição de ficar à espera eu vou seguir para a alternativa. A gente leva ele para alternativa.

No tocante aumento de passageiro, quero colocar que todo mundo sabe que... O Senador Romeu Tuma é de São Paulo e ele sabe muito bem que ali em Congonhas várias vezes o grande acúmulo de tráfego, de passageiros a fila vai lá fora e é difícil até transitar dentro do aeroporto. Você leva... Com bolsa nas costas, atropelado por carrinho. É um inferno.

Agora, o que eu coloco é justamente ter sido Congonhas numa escala menor lá o Rio de Janeiro, ser transformado, ser colocado... Aliás, é Congonhas e Guarulhos. Congonhas é o *hub*. Ou seja, a maioria dos voos passam por ali. Um aeroporto que não tem grande capacidade. Duas pistas pequenas, problemático, hoje por exemplo só tem uma, e é a menor. Então

uma das coisas que foi discutida dentro do Grupo de Trabalho que era um dos gargalos e que tinha que ser resolvido para solucionar a crise era a questão de se conversar com as empresas, dialogar, de modo que tirasse alguns voos de Congonhas. Porque todos os voos dali saem para tal lugar, sai para lá... É um *hub*. É muito voo.

**SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – Entroncamento.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Correto. Entroncamento ali que complica. É complicado. E por outro lado, as aeronaves hoje elas estão sendo muito utilizadas. Ou seja, as empresas compram o avião através de *leasing* e precisam realmente utilizá-la sem prejuízo da manutenção para haja retorno. Então nós tivemos dentro desse período aí até baixou o preço das passagens. Muita gente conseguindo viajar. Mas isso aí tem um custo. Um custo que é justamente o atraso. Porque hoje um avião sai lá do Rio Grande do Sul, vai pousar em Florianópolis, Curitiba, vai para Congonhas, de Congonhas já tem ali três ou quatro ramificações, para o Rio, Curitiba, Vitória, e depois sobe para o interior de São Paulo, outro sai para Brasília, isso é um fator complicador. Porque se numa determinada escala ele sofre atraso, aquilo vai se acumulando até chegar. Esse mesmo voo da GOL, 1907 eu várias vezes quando vinha a Brasília eu preferi esse voo. Eu várias vezes fiquei duas, três horas. Última vez eu desisti totalmente. Foi antes do acidente que eu depois de ficar quatro horas esperando o voo, eu fui na companhia e desisti. Me dá isso para outro dia que vou para outra companhia que estava com voo iniciando no Galeão para vir a Brasília que tinha uma audiência aqui no Ministério do Planejamento e não podia faltar.

Então, naquele dia o atraso estava de mais de cinco horas. E eu cometi a burrice de não mudar a volta. Então de noite quando eu voltei e olhei lá voo 1907, ele vinha como 1906. Quando eu voltei, cheguei no aeroporto esperei cinco horas para pegar o voo. Justamente por causa dessas amarrações de escala. Então tem também que ter diálogo. Por isso que eu falo: A crise na aviação não se resolve simplesmente resolvendo um setor. É necessário chamar todos os segmentos envolvidos e dentro do Ministério da Defesa se estabelecer ali uma coordenação, ou alguma coisa que possa trazer todo mundo para o mesmo diálogo, está próximo, não defasado, um fazendo uma coisa e outro fazendo outra e não resolvendo realmente os gargalos que possam haver.

**SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM-GO)**  
– Estou satisfeito. Muito obrigado.

[troca de presidência]

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP)** – Não falarei como fizeram comigo três minutos. Mas V.Ex<sup>a</sup>. poderá ter...

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Primeiro eu quero parabenizar o nosso Relator, Senador Demóstenes, pela brilhante atuação. Ter um Relator como V.Ex<sup>a</sup> me traz uma imensa tranqüilidade.

Eu quero apenas externar mais uma vez a minha preocupação, Sr. Carlos Botelho. Me tranqüilizei até um pouco. Eu estava aqui conversando com o meu Assessor e nós estávamos decidindo se íamos para Belém do Pará agora ou de avião ou de ônibus. Porque o que eu ouvi do Sargento Wellington me deixou meio apavorado. Mas como V.S<sup>a</sup> disse que só viaja com segurança, quando acha que não tem segurança vem de ônibus, eu já me tranqüilizei mais um pouco. Mas veja só porque a minha intranqüilidade. O que é que disse o Sargento Wellington aqui ainda há pouco? Disse que há poucos dias quase acontecia um novo acidente. Disse que foi perguntado na Câmara e confirmou aqui no Senado. E até deu a diferença de posicionamento de um avião para o outro, que o normal seria mil milhas, não é isso? E os aviões passaram apenas com uma diferença de 150 milhas.

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Não, não. Metros.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – -PA)** – Metros. Metros. Piorou, então, né?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – É, porque se fosse 150 milhas estaria bem seguro, é bem distante, né?

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Então piorou. Piorou muito. Então 150 metros, 200 metros, passaram dando beijo um no outro. Que causa logicamente uma intranqüilidade muito grande à população brasileira. Muito grande. E me disse mais, que hoje, aí a minha intranqüilidade maior ainda, e é bom que se esclareça isso para a população brasileira, e disse mais, que existe uma tensão hoje nos controladores militares. Existe uma certa pressão. E que isso causa um estresse dentro dos controladores de vôo logicamente se isso está acontecendo hoje, causa uma enorme insegurança. Uma enorme insegurança. E uma intranqüilidade geral à população brasileira. E que nós temos que tomar uma decisão é lógico, rápida. Para que não aconteça outro acidente. Pelo amor de Deus. Eu queria ouvir, existe isso também dos controladores civis? Esse estresse, essa intranqüilidade, essa pressão?

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Esse estresse a que está submetidos os controladores existe, mesmo. Essa tensão existe. A insatisfação, a tensão, o descrédito nas suas autoridades.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Então todos nós estamos correndo riscos. Todos os que voam no Brasil estão correndo risco!

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Vou citar um exemplo. Até os controladores civis que não tiveram envolvimento nenhum com o episódio do dia 30 estão sendo também levados para inquérito para responder o inquérito. O IPM daquela paralisação. Também estão sendo pressionados e estão reclamando. O pior é que muitos desses operadores eles vão para o interrogatório que é interrogatório de policial mesmo, aquele duro, e depois ele sai dali e vai pegar no microfone para operar. Eu já denunciei isso na imprensa. Eu falei, olha isso é perigoso. Vamos parar com esse negócio aí, vamos ver uma maneira de fazer esse inquéritos sem causar essa ameaça, esse estresse, ou esse... Essa situação de constrangimento. De intranqüilidade para o controlador. Realmente não nego, não. Se ele falou isso falou com toda propriedade, mesmo.

**SENADOR MÁRIO COUTO (PSDB – PA)** – Presidente, eu acho importante que a gente pudesse levar esse assunto ao conhecimento das autoridades para que a gente pudesse tomar alguma providência em relação a isso. E isso imediatamente. Lógico que vamos prosseguir nossos trabalhos, mas isso traz uma intranqüilidade à população brasileira, Sr. Presidente. Era só isso.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Obrigado. Passo a palavra para V.S<sup>a</sup> concluir o seu trabalho aí, mais uma informação...

**SR. JORGE CARLOS BOTELHO** – Tá. O que eu gostaria de colocar aqui... Eu falei aqui rapidamente sobre a questão. Por que é que a gente quer... Um dos motivos também que a gente quer reformulação e quer estabelecimento de uma carreira, além daqueles argumentos que eu falei que é a valorização, que é o estímulo, em que ele vai iniciar e sabe que daqui 20, 30 anos o posto mais alto que ele vai alcançar ele vai poder ser chefe de um Centro de Controle, ele vai se aprimorar, ele vai ser instrutor e vai ser remunerado por essa atividade de instrutor, eu coloco aqui uma situação que a gente poderia chamar de qualquer coisa. Baderna, distorção, bagunça, qualquer coisa. Porque veja bem, dentro dos recursos humanos que estão hoje colocados dentro do sistema de controle do espaço aéreo, nós temos diferentes regimes, diferentes situações salariais que causam conflitos, insatisfações e desestímulo. Porque nós temos ali. Nós temos o Sargento controlador. Não digo só o Sargento, temos também os meteorologistas também, que são tolhidos na sua... Dentro daquilo que eu falei. Nós temos ali os oficiais controladores de tráfego aéreo

que são sargentos que passam a condição poucos à condição de oficiais, que são discriminados. Porque eles na verdade não alcançam postos de chefia. Se perguntarem quem é o chefe do ACC do APP vocês vão encontrar oficiais aviadores. Controladores de tráfego aéreo vocês não vão encontrar. O chefe geral do controle de tráfego aéreo em Nova York é um controlador de tráfego aéreo. Não é um oficial aviador. Já citei esses três conflitos. Depois nós temos os servidores civis que tem de nível médio e nível intermediário que tem um outro regime, uma outra situação de trabalho.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Eu acredito que isso é uma outra discussão, não quero impedir porque se trata de um carreiras, e é claro que o oficial da Aeronáutica tem uma outra carga de escolaridade e de ingresso como o operador aqui explicou o Sargento Wellington a forma que ele fez por vocação controlador. Então nós teríamos que deixar para uma outra discussão que aí entra no mérito salarial, no mérito de reformulação de carreira. Então eu precisava encerrar. Depois a gente vai ser um outro assunto que o Relator vai ter que trazer a baila para poder realmente completar o seu Relatório e vai entrar inclusive o programa psiquiátrico, que... Psicológico, não estou falando que é problema de loucura, mas o estresse e o que o Wellington disse aqui que até falei com delicadeza dentro do que... Com uma força de expressão que o operador pode chutar o radar amanhã porque está constrangido, com raiva e aí não controla mais nada.

Vira as costas, ir embora. Aquela situação de dificuldade que V.Ex<sup>a</sup> apresentou.

Então nós teremos dia 14 aviso a todos os membros, aliás, segunda-feira às 14h30 aviso os senhores membros da Comissão e os interessados os Srs. Jornalistas que nós teremos uma pauta intensa. Vou nominar. Oitava dos Srs. Coronel-Aviador Eduardo dos Santos Raulino, Sargento João Marcelo Fernandes dos Santos... Sargento Lucivando Tibúcio de Alencar, Sargento Leandro José dos Santos Barros, Sargento Antônio Francisco Costa de Castro, Sargento Alexandre Xavier Barroca, Sr. Francisco Roberto Freire. Mas o Terceiro-Sargento Francisco Roberto A. Freire, que eu citei aqui, do efetivo do CINDACTA IV de Manaus talvez vá interessar a V.Ex<sup>a</sup> que é do Pará, o CINDACTA de Manaus é que deve cobrir a área do Pará. Então são esses senhores que estão sendo convidados para segunda-feira.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – 14h30.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (DEM – SP)** – Eu agradeço a paciência de V.S<sup>a</sup>, e tenho certeza que voltará para esclarecer outros pontos importantes para se dar final a essa crise que nós não queremos que aumente.

Então dou por encerrada a Sessão, agradecendo todos que aqui comparecendo e cumprimentando o nosso Relator pela eficiência do seu trabalho. – Senador **Tião Viana**, Presidente.

*(Sessão encerrada às 15h59.)*

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães \*  
PFL – César Borges\*  
PDT – João Durval \*\*

### Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella\*  
PMDB – Regis Fichtner\*<sup>S</sup>  
PP – Francisco Dornelles \*\*

### Maranhão

PFL – Edison Lobão\*  
PMDB – Roseana Sarney \*  
PTB – Epiácio Cafeteira \*\*

### Pará

PSOL – José Nery\*<sup>S</sup>  
PSDB – Flexa Ribeiro\*<sup>S</sup>  
PSDB – Mário Couto\*\*

### Pernambuco

PFL – Marco Maciel\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*  
PMDB – Jarbas Vasconcelos\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*  
PFL – Romeu Tuma\*  
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*\*

### Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*<sup>S</sup>  
PFL – Eliseu Resende\*\*

### Goiás

PFL – Demóstenes Torres \*  
PSDB – Lúcia Vânia\*  
PSDB – Marconi Perillo\*\*

### Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro \*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*  
PFL – Jayme Campos \*\*

### Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*  
PMDB – Pedro Simon\*\*

### Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*  
PC do B – Inácio Arruda\*\*

### Paraíba

PFL – Efraim Morais\*  
PMDB – José Maranhão\*  
PSDB – Cícero Lucena \*\*

### Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata\*  
PR – Magno Malta\*  
PSB – Renato Casagrande\*\*

### Piauí

PFL – Heráclito Fortes\*  
PMDB – Mão Santa \*  
PTB – João Vicente Claudino\*\*

### Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho \*  
PFL – José Agripino\*  
PFL – Rosalba Ciarlini\*\*

### Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*  
PMDB – Neuto de Conto \*<sup>S</sup>  
PFL – Raimundo Colombo \*\*

### Alagoas

PMDB – Renan Calheiros\*  
PSDB – João Tenório\*<sup>S</sup>  
PRTB – Fernando Collor\*\*

### Sergipe

PMDB – Almeida Lima\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*  
PFL – Maria do Carmo Alves \*\*

### Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio\*  
PDT – Jefferson Péres\*  
PR – Alfredo Nascimento\*\*

### Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns\*  
PDT – Osmar Dias \*  
PSDB – Alvaro Dias \*\*

### Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PT – Tião Viana\*\*

### Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral \*  
PMDB – Valter Pereira\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marisa Serrano\*\*

### Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque \*  
PFL – Adelmir Santana \*<sup>S</sup>  
PMDB – Joaquim Roriz\*\*

### Tocantins

PR – João Ribeiro \*  
PMDB – Leomar Quintanilha\*  
PFL – Kátia Abreu\*\*

### Amapá

PMDB – Gilvam Borges\*  
PSDB – Papaléo Paes\*  
PMDB – José Sarney \*\*

### Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide\*  
PMDB – Valdir Raupp\*  
PR – Expedito Júnior\*\*

### Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho\*  
PMDB – Romero Jucá\*  
PTB – Mozarildo Cavalcanti\*\*

### Mandatos

\*: Período 2003/2011 \*\*: Período 2007/2015

## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

- 1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

**(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)**  
**(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)**

- 2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

**(Requerimento nº 401, de 2007)**

**(13 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)**  
**Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)**  
**Relator: Senador Demóstenes Torres – (PFL-GO)**

Titulares	Suplentes
<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</b> <b>(PFL/PSDB)</b>	
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães (PFL)	1.Raimundo Colombo (PFL)
Demóstenes Torres (PFL)	2.Romeu Tuma (PFL)
José Agripino (PFL)	
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO</b> <b>(PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)</b>	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
<b>PDT</b>	
(vago) <sup>1</sup>	

<sup>1</sup> O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

**Leitura: 25.4.2007**  
**Designação: 15.5.2007**  
**Instalação: 17.5.2007**  
**Prazo Final: 26.11.2007**

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

**Leitura: 8.2.2007**

**Designação: 13.2.2007**

**Instalação:**

**Prazo Final:**

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. Rosalba Ciarlini - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [scomcae@senado.gov.br](mailto:scomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Shessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB <sup>(1)</sup>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jayme Campos - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Raimundo Colombo - PFL	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>(PMDB, PSDB, PDT)<sup>(2)</sup></b>	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

<sup>(1)</sup> Vaga do PMDB cedida ao PSB

<sup>(2)</sup> Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Raimundo Colombo - PFL	1. João Tenório – PSDB <sup>(2)</sup>
Osmar Dias – PDT <sup>(1)</sup>	2. Cícero Lucena – PSDB <sup>(2)</sup>
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT

<sup>(2)</sup> Vaga cedida ao PSDB

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Kátia Abreu - PFL	1. José Agripino - PFL
Eliseu Resende - PFL	2. Romeu Tuma - PFL
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
(21 titulares e 21 suplentes)

**Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro - PT	7. Magno Malta - PR
	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. Cristovam Buarque
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns - PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia - PSDB	1. Cícero Lucena - PSDB
Jayme Campos - PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E - Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.**  
**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
<b>PMDB e PDT</b>	
Geraldo Mesquita Júnior - PMDB	1. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo - PSDB	1. Papaléo Paes - PSDB
Rosalba Ciarlini - PFL	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E - Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,  
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

**(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
<b>PFL ou PDT</b>	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - PFL
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – PFL	2. Kátia Abreu - PFL

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [scomcas@senado.gov.br](mailto:scomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [scomccj@senado.gov.br](mailto:scomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES  
(5 titulares)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT  
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. Joaquim Roriz
(vago)	7. Neuto De Conto
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Wilson Matos - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Presidente: Senador Demóstenes Torres - PFL**  
**Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB**

**(12 titulares e 12 suplentes)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Francisco Dornelles - PP
<b>PMDB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres - PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Romeu Tuma - PFL	2. Marco Maciel - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	3. Raimundo Colombo - PFL
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

#### 4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (9 titulares e 9 suplentes)

#### 4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (7 titulares e 7 suplentes)

#### 4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE (7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB  
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. César Borges – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB**  
**Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	1. Adelmir Santana – PFL
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS  
SÓLIDOS**

(5 titulares e 5 suplentes)

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**

(19 titulares e 19 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Paim- PT**  
**Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Wilson Matos – PSDB	7. Papaléo Paes
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. (vago)
<b>PSOL</b>	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646

E – Mail: [scomcdh@senado.gov.br](mailto:scomcdh@senado.gov.br).

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**

**Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. (vago)
Heráclito Fortes – PFL	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente: Senador José Nery - PSOL**

**Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
<b>PMDB</b>	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Maria do Carmo Alves – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
<b>PSOL</b>	
José Nery	

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Wilson Matos – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS  
BRASILEIROS NO EXTERIOR  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB**

**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL  
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Fernando Collor - PTB**

**Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Joaquim Roriz	2. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [scomcre@senado.gov.br](mailto:scomcre@senado.gov.br)

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E  
REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI  
(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Flávio Arns – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Fátima Cleide – PT
Ideli Salvatti – PT	3. Aloizio Mercadante – PT
Francisco Dornelles – PP	4. João Ribeiro – PR
Inácio Arruda – PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor – PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Exedito Júnior – PR	7. Renato Casagrande – PSB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PDT</b>	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail : [scmci@senado.gov.br](mailto:scmci@senado.gov.br)

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A  
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB  
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
<b>PMDB</b>	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
<b>PSOL</b>	
	1. José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB**  
**Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
<b>PMDB</b>	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
César Borges – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente – Senador João Tenório - PSDB**  
**Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Jonas Pinheiro – PFL	1. Raimundo Colombo – PFL – PFL
	2. Rosalba Ciarlini – PFL – PFL
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB**

**Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

**11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB**  
**Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
<b>PMDB</b>	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente –**  
**Vice-Presidente –**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)</b>	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**5ª Eleição Geral:** 23.11.2005

**6ª Eleição Geral:** 06.03.2007

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT)	AM	1166
Sibá Machado (PT)	AC	2184	2. (vago)		
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT)	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB)	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
<b>PMDB</b>					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Valter Pereira	MS	2221	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
<b>PFL</b>					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
<b>PSDB</b>					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio	AM	1413
Marisa Serrano	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 29.05.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma <sup>1</sup> (PFL-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

(Vago) <sup>1</sup>	
Demóstenes Torres <sup>2</sup> (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias <sup>2,4</sup>	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide <sup>3</sup> (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

**Notas:**

<sup>1</sup> Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

<sup>2</sup> Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

<sup>3</sup> Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

<sup>4</sup> O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral: 03.12.2001  
2ª Designação Geral: 26.02.2003  
3ª Designação Geral: 03.04.2007

<b>PMDB</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PFL</b>
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PR</b>
(vago)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (DF)
<b>PSB</b>
Senadora Patrícia Saboya (CE)
<b>PC do B</b>
Senador Inácio Arruda (CE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ)
<b>PP</b>
(vago)
<b>PSOL</b>
(vago)

(Atualizada em 04.04.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal  
**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador César Borges (PFL-BA)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado José Carlos Machado (PFL-SE)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Magno Malta (PR-ES)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Senador Demóstenes Torres (PFL-GO)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho<sup>1</sup>

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO <sup>2</sup>	EMANUEL SOARES CARNEIRO <sup>2</sup>
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO <sup>2</sup>
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE <sup>2</sup>
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT <sup>2</sup>	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER <sup>3</sup>	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO</b>	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA <sup>2</sup>	STEPAN NERCESSIAN <sup>2</sup>
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS <sup>2</sup>	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO <sup>2</sup>	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ <sup>2</sup>
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br) - [www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

<sup>1</sup> Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

<sup>1</sup> Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

<sup>1</sup> Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)  
**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA<sup>1</sup>**

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)<sup>5</sup>

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

<sup>1</sup> Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

<sup>5</sup> Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
(Representação Brasileira)

**COMPOSIÇÃO**

**18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)**

**Designação: 27/04/2007**

**SENADORES**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
<b>PFL</b>	
EFRAIM MORAIS (PFL/PB)	1. ADELMIR SANTANA (PFL/DF)
ROMEU TUMA (PFL/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (PFL/SC)
<b>PSDB</b>	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
<b>PT</b>	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
<b>PTB</b>	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
<b>PDT</b>	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
<b>PCdoB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB</b>	
CEZAR SCHIMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PT/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
<b>PSDB/PFL/PPS</b>	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)
GERMANO BONOW (PFL/RS)	3. JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN</b>	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
<b>PV</b>	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> DEMÓSTENES TORRES PFL-GO
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u></b> <b><u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> HERÁCLITO FORTES PFL-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL  
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
PREÇO DE ASSINATURA**

**SEMESTRAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 58,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 488,40</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 546,40</b>

**ANUAL**

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	<b>R\$ 116,00</b>
Porte do Correio	<b>R\$ 976,80</b>
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	<b>R\$ 1.092,80</b>

**NÚMEROS AVULSOS**

Valor do Número Avulso	<b>R\$ 0,50</b>
Porte Avulso	<b>R\$ 3,70</b>

**ORDEM BANCÁRIA**

<b>UG – 020055</b>	<b>GESTÃO – 00001</b>
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

**OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.**

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

**Contato internet: 3311-4107**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF  
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

# Legislações Brasileiras

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre temas diversos da legislação brasileira.



**Conheça nosso catálogo na Internet**

**[www.senado.gov.br/catalogo](http://www.senado.gov.br/catalogo)**

## **Para adquirir essa ou outra publicação:**

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**EDIÇÃO DE HOJE: 278 PÁGINAS**